

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários**

Camila Carvalho

**INTEMPESTIVO CORPO:** o ensaio de Diamela Eltit, desde uma perspectiva  
adorniana

Belo Horizonte  
2024

Camila Carvalho

**INTEMPESTIVO CORPO:** o ensaio de Diamela Eltit, desde uma perspectiva  
adorniana

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Letras: Estudos Literários da Faculdade de  
Letras da Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
doutora em Estudos Literários.

Área de Concentração: Teoria da Literatura e  
Literatura Comparada.

Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória  
Cultural

Orientadora: Sara del Carmen Rojo de la Rosa  
Coorientador: Rodrigo Antônio de Paiva Duarte

Belo Horizonte

2024

E51.Yc-i Carvalho, Camila.  
Intempestivo corpo [manuscrito] : o ensaio de Diamela Eltit, desde uma perspectiva adorniana / Camila Carvalho. – 2024.  
1 recurso online (184 f. il., fots.,color., p&b.) : pdf.  
Orientadora: Sara del Carmen Rojo de la Rosa.  
Coorientador: Rodrigo Antonio de Paiva Duarte.  
Área de concentração: Teoria da Literatura e Literatura Comparada.  
Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.  
Bibliografia: f. 176-184.  
Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Eltit, Diamela, 1949- – Crítica e interpretação – Teses. 2. Chile – História – Golpe de Estado, 1973 – Teses. 3. Ensaio chileno – História e crítica – Teses. 4. Literatura e sociedade – Teses. 5. Neoliberalismo – Teses. 6. Enunciação – Teses. I. Rojo, Sara, 1955- II. Duarte, Rodrigo A. de Paiva. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. IV. Título.

CDD: Ch863.44



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Tese intitulada *Intempestivo corpo: o ensaio de Diamela Eltit, desde uma perspectiva adorniana*, de autoria da Doutoranda CAMILA CARVALHO, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

**Área de Concentração:** Teoria da Literatura e Literatura Comparada/Doutorado

**Linha de Pesquisa:** Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Sara del Carmen Rojo de la Rosa - FALE/UFMG - Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo Antônio de Paiva Duarte - FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Jéssica Luiza de Souza Ribas - Colegium

Profa. Dra. Júlia Morena Silva da Costa - UFBA

Profa. Dra. Natalia del Pilar Cisterna Jara - Universidad de Chile

Belo Horizonte, 6 de setembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Sara Del Carmen Rojo de La Rosa, Professora do Magistério Superior**, em 06/09/2024, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Morena Silva da Costa, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Antonio de Paiva Duarte, Professor do Magistério Superior**, em 09/09/2024, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jéssica Luíza de Sousa Ribas, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Del Pilar Cisterna Jara, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 22:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Aparecida Vidal Costa, Professora do Magistério Superior**, em 11/09/2024, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3528098** e o código CRC **AE3B4542**.

---

---

**Referência:** Processo nº 23072.243353/2024-30

SEI nº 3528098

*Para o André, com toda a gratidão que  
palavra alguma pode expressar.*

## AGRADECIMENTOS

Aos orixás que me guiam e protegem.

À FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, pela bolsa – sem a qual não seria possível realizar este trabalho.

À Faculdade de Letras da UFMG, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, pela excelência em Educação Pública.

À minha orientadora, Sara Rojo, pela acolhida, rigor e paciência. Pelo carinho com o qual orientou este trabalho. Por me ensinar a manter os pés no chão. Pela amizade, pela confiança, pelas trocas e pelo incentivo. Sem ela, este trabalho não seria o que é.

Ao meu coorientador, Rodrigo Duarte, pela gentileza e disponibilidade. Pela leitura cuidadosa e atenta. Por ser sempre tão compreensivo e afetuoso, comigo e com este trabalho.

À professora Natalia Cisterna Jara, pela generosidade com a qual me recebeu na Universidad de Chile durante o estágio doutoral. Por se colocar à disposição e garantir todo o suporte para que eu pudesse ampliar essa pesquisa.

À Elisa Amorim, por me encorajar a seguir pelo caminho que escolhi. Pela amizade, pelo cuidado e pelo afeto.

Às professoras da banca de avaliação, Adriane Vidal, Flávia Resende, Júlia Morena Costa, Natalia Cisterna Jara, Jéssica Ribas e Lua Gill da Cruz, por aceitarem, tão gentil e prontamente, ler este trabalho.

Aos alunos do Pré-vestibular Comunitário Vila Marçola, por me fazerem professora e renovar minha esperança em um futuro menos bárbaro.

Aos alunos do curso de Letras-Libras da FALE-UFMG, por me ensinarem outros modos de pensar a palavra. Pelo olhar afetuoso que fez de mim um sinal. Aos intérpretes, Reginaldo Santos e Bruno Oliveira, pela disposição e presteza com que me acompanharam durante as aulas.

Às companheiras e aos companheiros da revista *Em Tese*, Alice Leite, Bruna Oliveira, Clarissa Xavier, Lorena do Rosário, Priscila Justina, João Pedro de Carvalho, Harion Custódio, Henrique Vieira, Pedro Rena, Rafael Silva, Tiago de Holanda e Tiago de Melo pela partilha e, especialmente, pela compreensão.

À Lua e ao Rodrigo, pelo encontro. Por fazerem Santiago parecer familiar.

À Bruna, pela cumplicidade. Pela companhia durante essa jornada. Por reconhecer, acolher e dividir comigo todos os sentimentos aos quais a escrita de uma tese pode dar lugar.

À Júlia, à Mayara, ao Thiago e ao Vítor, pela amizade e incentivo. Por permanecerem sempre perto.

Aos meus pais, Silmeire e José Geraldo, pela tolerância nos momentos de ausência e pela disposição em se fazerem presentes.

Ao André, por dividir comigo a beleza da vida e a dureza do cotidiano. Pelas conversas, pelo abraço e pelo colo. Pelo estímulo e parceria. Pelo apoio incondicional e pelo amor de todos os dias.

*El acto de leer puede ser entendido como una cita con la letra y allí, al igual que en todo encuentro se desencadena una aventura. La aventura que implica el deslizamiento a través de los sentidos que el texto va proponiendo. El ojo, en tanto dispositivo cultural, se integra así al escenario ya no como mero órgano, sino inmerso en la plenitud de la investidura simbólica que le otorga el poder de la letra.*  
(Diamela Eltit)

*Sim, ler talvez seja precisamente nossa tarefa, para que ao lermos, conheçamos melhor os poderes demoníacos e saibamos conjurá-los.*  
(Theodor Adorno)

## RESUMO

Assumindo a enunciação em nome próprio como pressuposto e finalidade, em sua obra crítica, a escritora chilena Diamela Eltit elabora o exercício da especulação tomando a experiência como seu único princípio regulador e, por meio deste artifício, põe em ato um modelo contra-hegemônico de racionalidade; um modelo para o qual o conteúdo da crítica é inseparável de sua expressão. Ao fazer do corpo o fundamento de suas reflexões, essa prosa ensaística estabelece um diálogo frutífero com as elaborações do filósofo alemão Theodor Adorno, especialmente no que diz respeito às noções de “imagem histórica”, “ensaio” e “não-idêntico”, estruturais à sua dialética negativa. É a partir dessa interlocução que este trabalho visa investigar os ensaios “Sociedad Anónima” (1999), “Las dos caras de La Moneda” (1997), “Los estigmas del cuerpo” (1998), “1974” (2005), “La compra, la venta” (1997), “La memoria pantalla” (2003), “Con la cultura en la mano” (2013) e “Farid Zerán o la infatigable perseverancia” (2008) – selecionados das coletâneas *Emergencias* (2000), *Signos Vitales* (2008) e *Réplicas* (2014) – voltando-se, a um só tempo, àquilo que se *diz* (suas reflexões e proposições acerca dos temas que aborda) e àquilo que, em função da forma como é dito, se *mostra*. Para tanto, além do contínuo diálogo com Adorno, este trabalho realiza uma revisão histórica da produção literária de Diamela Eltit, inserindo-a no contexto do panorama sociopolítico chileno que abrange o período pré-ditatorial, a ditadura de Augusto Pinochet e o subsequente regime democrático neoliberal. Implementado durante a ditadura civil-militar e consolidado pela democracia que a sucedeu, o neoliberalismo é um elemento chave nas reflexões de Eltit, que articula uma crítica contundente a seus mecanismos de instrumentalização do corpo e da memória. A análise ora apresentada considera os processos de repressão e violência instaurados pela ditadura e perpetuados pelas estruturas neoliberais, explorando como esses fenômenos impactaram as formas de subjetivação e as práticas culturais no país. É, portanto, por meio de uma revisão crítica da história chilena que este trabalho investiga *como* as transformações políticas e econômicas emergem simbolicamente na prosa ensaística da autora. Interessa-nos, portanto, perscrutar de que maneira Diamela Eltit toma o corpo como uma espécie de operador conceitual, e em que medida esse procedimento oportuniza, por um lado, a crítica às normatizações instituídas por meio da inscrição sub-reptícia de códigos e ordenamentos; e, por outro, a edificação de imagens que, ao trazer à tona aquilo que a racionalidade hegemônica precisa manter invisível para se preservar, postam-se como vigorosas linhas de fuga.

**Palavras-chave:** Diamela Eltit; ensaio; Adorno; neoliberalismo; ditadura chilena

## RESUMEN

Tomando como premisa y finalidad la enunciación en nombre propio, la escritora chilena Diamela Eltit, en su obra crítica, desarrolla el ejercicio de la especulación que hace de la experiencia su único principio regulador. Mediante este artificio, pone en práctica un modelo contrahegemónico de racionalidad, un modelo en el que el contenido de la crítica es inseparable de su expresión. Al hacer del cuerpo el fundamento de sus reflexiones, esta prosa ensayística establece un diálogo fructífero con las elaboraciones del filósofo alemán Theodor Adorno, especialmente en lo que respecta a las nociones de “imagen histórica”, “ensayo” y “no-idéntico” que estructuran su dialéctica negativa. Es a partir de este diálogo que el presente trabajo se propone investigar los ensayos “Sociedad Anónima” (1999), “Las dos caras de la moneda” (1997), “Los estigmas del cuerpo” (1998), “1974” (2005), “La compra, la venta” (1997), “La memoria pantalla” (2003), “Con la cultura en la mano” (2013) y “Farid Zerán o la infatigable perseverancia” (2008) —seleccionados de los libros *Emergencias* (2000), *Signos Vitales* (2008) y *Réplicas* (2014)—, atendiendo, al mismo tiempo, a lo que se dice en esta prosa ensayística (sus reflexiones y proposiciones sobre los temas que aborda) y a lo que, en función de la forma en que es dicho, se muestra. Para ello, además del diálogo continuo con Adorno, este trabajo realiza una revisión histórica de la producción literaria de Diamela Eltit, insertándola en el contexto del panorama sociopolítico chileno que abarca el periodo pre-dictatorial, la dictadura de Augusto Pinochet y el subsiguiente régimen democrático neoliberal. Implementado durante la dictadura cívico-militar y consolidado por la democracia que le siguió, el neoliberalismo es un elemento clave en las reflexiones de Eltit, quien articula una crítica contundente a sus mecanismos de instrumentalización del cuerpo y de la memoria. El análisis aquí presentado considera los procesos de represión y violencia instaurados por la dictadura y perpetuados por las estructuras neoliberales, explorando cómo estos fenómenos impactaron las formas de subjetivación y las prácticas culturales en el país. Es, por lo tanto, a través de una revisión crítica de la historia chilena que este trabajo investiga cómo las transformaciones políticas y económicas del país emergen simbólicamente en la prosa ensayística de la autora. Nos interesa, de este modo, indagar cómo la autora utiliza el cuerpo como una especie de operador conceptual, y en qué medida este procedimiento posibilita, por un lado, la crítica a las normativas instituidas mediante la inscripción subrepticia de códigos y ordenamientos; y, por otro, la construcción de imágenes que, al sacar a la luz aquello que la racionalidad hegemónica necesita mantener invisible para preservarse, se postulan como vigorosas líneas de fuga.

**Palabras-clave:** Diamela Eltit; ensayo; Adorno; neoliberalismo; dictadura chilena

## ABSTRACT

Taking as both premise and purpose the enunciation in her own name, Chilean writer Diamela Eltit, in her critical work, develops the practice of speculation by taking experience as its sole regulatory principle. Through this device, she activates a counter-hegemonic model of rationality; a model in which the content of critique is inseparable from its expression. By grounding her reflections in the body, this essayistic prose establishes a fruitful dialogue with the work of German philosopher Theodor Adorno, especially regarding the notions of “historical image,” “essay,” “non-identical,” that structure his negative dialectic. From this dialogue, this work seeks to investigate the essays “Sociedad Anónima” (1999), “Las dos caras de la moneda” (1997), “Los estigmas del cuerpo” (1998), “1974” (2005), “La compra, la venta” (1997), “La memoria pantalla” (2003), “Con la cultura en la mano” (2013), and “Farid Zerán o la infatigable perseverancia” (2008) — selected from the collections *Emergencias* (2000), *Signos Vitales* (2008), and *Réplicas* (2014) — focusing simultaneously on what this essayistic prose states (its reflections and propositions on the themes it addresses) and on what, by the way it is stated, is revealed. For this purpose, besides to the ongoing dialogue with Adorno, this work provides a historical review of Diamela Eltit’s literary production, situating it within the sociopolitical context of Chile, encompassing the pre-dictatorship period, Augusto Pinochet’s dictatorship, and the subsequent neoliberal democratic regime. Implemented during the civil-military dictatorship and consolidated by the democracy that followed, the neoliberalism regime is a key element in Eltit’s reflections, as she articulates a strong critique of its mechanisms of instrumentalizing the body and memory. The analysis presented here considers the processes of repression and violence instituted by the dictatorship and perpetuated by neoliberal structures, exploring how these phenomena impacted the forms of subjectivation and cultural practices in the country. Therefore, through a critical review of Chilean history, this study investigates how the political and economic transformations of the country symbolically emerge in the author’s essayistic prose. Thus, we are interested in exploring how Diamela Eltit uses the body as a kind of conceptual operator, and to what extent this approach enables, on the one hand, the critique of norms instituted through the surreptitious inscription of codes and regulations; and, on the other hand, the construction of images that, by bringing to light what hegemonic rationality needs to keep hidden to preserve itself, stand as powerful lines of flight.

**Keywords:** Diamela Eltit; essay; Adorno; neoliberalism; Chilean dictatorship

## Lista de Figuras

Figura 1 – “*El neoliberalismo nace y muere en Chile*”, Santiago, outubro de 2019

Figura 2 – “*El Pueblo Tiene Arte con Allende*”, 17 de maio 1972

Figura 3 – Pichação “*Allende vive en el pueblo*”, Santiago

Figura 4 – Pichação “*CADA convoca NO +*”, Santiago, 1983

Figura 5 – Pichação “*NO+ CNI*”, em referência ao órgão de opressão civil da ditadura

Figura 6 – Pichação. “*No+ muerte*”, Santiago, 1983

Figura 7 – Pichação. “*NO+ PERROCHET*”, em alusão ao sobrenome do ditador Augusto Pinochet, Santiago, 1983

Figura 8 – Grupo de pessoas na rua com uma faixa e a frase “*NO+ miedo*”, Santiago, 1985

Figura 9 – Protesto mapuche. Mulher sentada diante de uma faixa com a frase “*500 años NO+*”

## Sumário

PALAVRAS INICIAIS .....	12
1 <i>LOGOS</i> E <i>PATHOS</i> , AO MESMO TEMPO .....	37
1.1 Quando a força bruta não pode prescindir da força das ideias .....	54
1.2 Quando a força das ideias não pode prescindir da força bruta .....	64
2 A EXPERIÊNCIA CORPORAL DA HISTÓRIA.....	79
2.1 Somente a guerra ensina a desaprender .....	94
3 O INTEMPESTIVO CORPO DO PRESENTE.....	113
3.1 Quando a desigualdade é a medida da democracia.....	122
3.2 Quando a justa medida da democracia é o esquecimento.....	144
3.3 Quando pensar é vislumbrar o impossível.....	157
PALAVRAS FINAIS .....	171
REFERÊNCIAS.....	176

## PALAVRAS INICIAIS

*A partir del estallido las ciudades aparecieron plagadas de consignas, los muros del país escribieron formas importantes, reiteradas y agudas de narraciones, la novela-estallido generó sus personajes que circulaban y se inscribían en diversos muros de las ciudades, El “perro Matapacos”, Gabriela Mistral, Pedro Lemebel, entre otros, fueron los personajes. Coparon las paredes para establecer, desde esas imágenes, una novela mural del descontento.*  
**(Diamela Eltit, in: “Escuchar, extender los saberes”, 2023)<sup>1</sup>**

Figura 1 – “El neoliberalismo nace y muere en Chile”, Santiago, outubro de 2019



Fonte: The Clinic<sup>2</sup> | Autoria não identificada.

“Alguém que esquece o passado não poderá lhe escapar”<sup>3</sup>, penso em Georges Didi-Huberman enquanto observo a fotografia. Desafiando o silêncio sugerido pela calçada vazia, a fachada que ocupa quase todo o quadro, anuncia: “o neoliberalismo nasce e morre no Chile”.

<sup>1</sup> **Tradução:** “A partir do *estallido* social, as cidades apareceram repletas de palavras de ordem, os muros do país escreveram formas importantes, reiteradas e sagazes de narrativas, o romance-estallido gerou seus personagens que circularam e se inscreveram em vários muros da cidade, o ‘perro Matapacos’, Gabriela Mistral, Pedro Lemebel, entre outros, foram alguns deles. Ocuparam as paredes para estabelecer, a partir dessas imagens, um romance mural do descontentamento”. Todas as traduções do espanhol são de nossa responsabilidade, salvo quando indicado.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.theclinic.cl/2019/10/27/columna-de-juan-ignacio-latorre-senador-rd-la-bestia-se-mata-en-las-urnas-vamos-por-una-nueva-constitucion/> [último acesso em 22 de junho de 2024]

<sup>3</sup> DIDI-HUBERMAN, G. **Quando as imagens tomam posição:** o olho da história I. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 35.

Transitando entre o passado vivido e o futuro vislumbrado, a pichação coloca em disputa o consenso que sustenta o presente: ao localizar o *nascimento* do neoliberalismo no espaço, torna incontestes seu lastro autoritário; ao situar sua *morte* no tempo, expõe a vileza de sua duração. Seu movimento pendular não é fortuito. Em outubro de 2019, quando foi capturada, a frase ocupava a capital chilena com a eloquência de uma denúncia: inseparável de sua origem, o neoliberalismo é, por princípio, incompatível com a democracia.

A pichação que gravou na superfície da cidade de Santiago uma conquista histórica já não existe. Seu registro, então, torna-se índice de um projeto sistemático de despolitização e desarticulação das forças coletivas que, iniciado em 1973, ainda organiza a vida social, cultural, política e econômica do país. Quatro anos depois da revolta que deu início ao primeiro processo constituinte depois do fim da ditadura, a fotografia — como se convertida num palimpsesto às avessas — deixa entrever, por meio desse movimento anacrônico, duas características estruturais do Chile atual: a demofobia e o esquecimento. Nesse sentido, o desaparecimento da pichação, mais que simbólico, é ilustrativo. Apagar o relato que o corpo popular constrói sobre si mesmo é uma operação da qual o modelo chileno de contenção nunca pôde prescindir.

Embora esteja contextualmente vinculada às demais ditaduras instaladas no continente a partir dos anos 60, apesar de compartilhar com todas elas alguns de seus aspectos definidores — e, nesse sentido, a restrição da liberdade, a prática institucional da tortura, as execuções, os desaparecimentos forçados ou a contribuição estadunidense são apenas os mais evidentes —; há uma diferença substancial que distancia a ditadura civil-militar<sup>4</sup> chilena de qualquer experiência autoritária vivida anteriormente na América Latina. Mais que interromper quarenta anos de democracia, *esta* ditadura é singular porque se impõe como um projeto antagônico ao socialismo democrático levado a cabo pela Unidade Popular, inaugurando uma forma de organização social cuja longevidade ultrapassaria seus 17 anos de duração.

Cinquenta anos depois do golpe de Estado, a imagem, embora já não retenha a autoridade de um desfecho anunciado, ainda conserva o perigo da advertência. O deslocamento temporal que a transforma no testemunho de um desaparecimento futuro, também lhe permite insinuar — como se dissesse que o que resta sob os escombros determina a dimensão da catástrofe — a presença de outro passado.

---

<sup>4</sup> Ainda que o termo “ditadura civil-militar” seja inusual quando se trata do contexto chileno, nossa insistência em utilizá-lo tem por objetivo sinalizar a responsabilidade, frequentemente suavizada, dos civis que colaboraram ativamente com o governo ditatorial.

Figura 2 – “El Pueblo Tiene Arte con Allende”, 17 de maio 1972



Fonte: Fundação Salvador Allende<sup>5</sup> | Autoria desconhecida

A fotografia capturada em 1972 registra o sentido mais profundo da revolução, que (durante a Guerra Fria e depois da experiência cubana) foi deflagrada em solo andino por meio do voto popular. Ainda que não tenha surgido à revelia de seu contexto histórico, o modelo de sociedade instaurado no Chile em 1970 era inédito, não por basear-se num pacto institucional centrado no povo, mas por possibilitar a construção de uma *institucionalidade popular*. Tanto menos interessado em eliminar a pobreza quanto mais obstinado em combater sua causa, “a via chilena ao socialismo” representava um modo singular de enfrentamento da desigualdade, em todas as suas dimensões. O Estado Popular era revolucionário porque havia transformado as *sensibilidades populares* que, então, passaram a compreender a si mesmas como sujeitos do saber: para além de justiça econômica, com Allende, o povo tinha arte.

Volto às fotografias. A ruptura que marca essas duas temporalidades (pré e pós-ditatorial) — ou, na gramática da economia política, a democracia socialista e aquela neoliberal — torna-se ainda mais evidente: a delicadeza da frase é incompatível com a (necessária) rispidez da palavra de ordem; o balanço da faixa opõe-se à imobilidade do concreto; as rígidas janelas retangulares e gradeadas são confrontadas pelo desalinho dos galhos emaranhados. Há, contudo, algo que permanece: a presença do corpo popular. Quando compreendo que esse corpo *está*, em ambas as fotografias, percebo não ser o contraste, mas a ressonância, aquilo que as aproxima. Essa figura que ocupa o espaço, expande o espectro e coloca em disputa outras formas de visibilidade, me instiga a articular esses dois momentos históricos (marcados de

<sup>5</sup> Disponível em: <https://x.com/FSAllende/status/1532390152668053505> Último acesso em 22 de junho de 2024.

forma indelével pela mesma suspensão) não a partir do rompimento, mas pela via da continuidade.

Isso porque, a mesma presença que reconecta o que “agora é”, a isto que “já foi”, também revela o modo como este presente permanece atado a outro passado. Talvez, a força dessa figura fluida — que atravessa o tempo histórico; que é, simultaneamente, sempre a mesma e outra — resida na persistência de uma negação: ainda que marcados de forma irreversível pelo bombardeio, os mil dias de revolução não foram feitos de fumaça. Penso, então, no *modo* como o corpo popular, convertendo a fenda em amplificador, desafia a ruptura que separa a experiência do passado democrático deste presente que não passa: diante da impossibilidade de transpor o abismo, ele produz o grito:

Figura 3 – Pichação “*Allende vive en el pueblo*”, Santiago



Fonte: Flickr | Direito de uso: Lepetitmorty<sup>6</sup>

Em 1971, Salvador Allende — presidente deposto pelo golpe e líder de uma das experiências coletivas mais marcantes do século XX (e das mais belas vividas nesta América Latina) — desenhava um ponto de inflexão na história do Chile: no dia 11 de julho daquele ano, o cobre, principal motor da economia do país, havia sido inteiramente nacionalizado. A ditadura civil-militar, instaurada noutro 11 (agora em setembro de 1973), ouviria, dez anos mais tarde, uma reverberação deste marco: num gesto de aberto desacato às regras vigentes, os trabalhadores do cobre entram em greve e convocam uma manifestação pública. Um ato-eco iniciático: a partir

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/boladisko/> Último acesso em 22 de junho de 2024.

daquela data, a cidadania silenciada pelo terror, pelo medo e pela morte — ou pelo constante medo da morte instaurado pelo terrorismo de Estado — foi recuperando sua potência enquanto força de oposição e resistência:

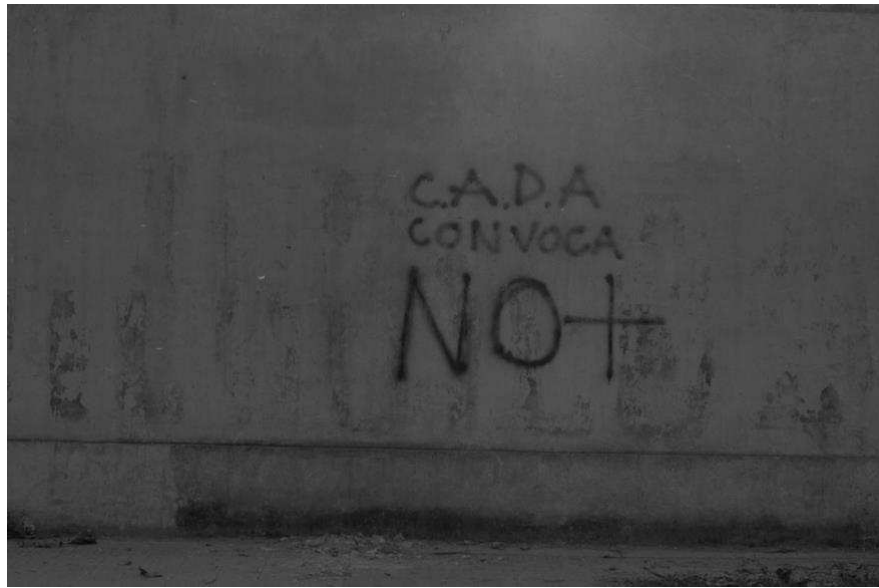
O dia 11 de maio de 1983 marcou um ponto de inflexão no Chile porque a cidadania se expressou no interior da cidade ditatorial, uma cidade que havia marcado a fogo os espaços públicos até torná-los inexistentes, devido ao intenso estado de exceção que violava um número considerável de direitos civis. [...] As manifestações de 11 de maio de 1983 **inauguraram o tempo da cidadania**, que a partir dessa data, foi ampliando sua potência por meio de instrumentos precários: panfletos, pichações, murais, espaços radiofônicos; redes que funcionaram movidas pela ira e urgência diante de um Estado incrivelmente destrutivo. [...] a cidadania, e, especialmente, os chilenos mais pobres, arriscaram suas próprias vidas para interceptar uma realidade que já era intolerável. Como diria Michel Foucault, a microfísica do poder militar e de seus aliados civis havia penetrado em todos os espaços de forma implacável para promover a censura e o medo [...] (Eltit, 2016, p. 260-261, grifo nosso).<sup>7</sup>

Como se quisessem prolongar no tempo esse outro ponto de inflexão cunhado a cobre na história do regime, juntamente a outros coletivos e artistas, o *Colectivo de Acciones de Arte* (CADA) — formado por Diamela Eltit, Lotty Rosenfeld, Raúl Zurita e Fernando Bacells — realizou em 1983 um “desdobramento gráfico” desse 11 de maio histórico: em setembro daquele ano, o espaço público (ainda fortemente cerceado), começaria a ser ocupado pela pichação repetida — que cobria paredes, cartazes, calçadas, muros e muretas — de um único signo: NO+.

---

<sup>7</sup> ELTIT, D. *Tiempos ciudadanos y exclusión*. In: \_\_\_\_\_. **Réplicas**: escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A, 2016. **No original**: “El 11 de mayo de 1983 marcó un punto de inflexión en Chile, pues la ciudadanía se expresó al interior de la ciudad dictatorial, una ciudad que había marcado a fuego los espacios públicos hasta volverlos inexistentes, por el agudo estado de excepción que vulneraba un número considerable de derechos cívicos. [...] Las protestas sociales del 11 de mayo de 1983 pusieron en marcha el tiempo de la ciudadanía, que, a partir de esa fecha, fue aumentando su potencia a través de instrumentos precarios: panfletos, rayados, murales, espacios radiales; redes que funcionaron movidas por la ira y la urgencia ante un estado increíblemente destructivo. [...] la ciudadanía, y especialmente los pobladores chilenos, pusieron en juego su propia vida para interceptar una realidad que ya era intolerable. Como diría Michel Foucault, la microfísica del poder militar y sus aliados civiles habían penetrado todos los espacios de manera incesante para promover la censura y el miedo [...]”

Figura 4 – Pichação “CADA convoca NO +”, Santiago, 1983



Fonte: [archivosenuso.org](http://archivosenuso.org)<sup>8</sup> | Direito de uso: Lotty Rosenfeld

Essa ação, embora não fosse a primeira realizada pelo coletivo, talvez seja o marco mais importante em sua polêmica trajetória.<sup>9</sup> Fundado em 1979, durante seis anos de atividade o grupo realizou outras quatro intervenções — “*Para no morir de hambre el arte*” (1979); “*Inversión de escena*” (1979); “*¡Ay Sudamérica!*” (1981); e “*Viuda*” (1985) — que tomavam o espaço público como suporte com objetivo de articular, por meio da criação de uma arte não mimética, uma oposição à ditadura civil-militar. Dito de outro modo, a proposta (declarada) era construir uma crítica ao poder institucionalizado unindo arte, política e sociedade:

Estamos falando de um país que se oferece ao espetáculo de sua própria precariedade, de sua própria marginalização. Estamos falando sobre criar as verdadeiras condições de vida de um país, e que isso não é só um trabalho político, nem o trabalho de cada homem como um trabalho político, é muito mais. **Corrigir a vida é um trabalho de arte, é um trabalho de criação social de um novo sentido e de uma nova forma coletiva de vida.** Produção de vida, não de morte, é disso que estamos falando. Esse é o único significado que podem ter para nós as palavras arte, ciência, política e

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.archivosenuso.org/cada-accion/no> Último acesso em 22 de junho de 2024.

<sup>9</sup> Para uma leitura mais detalhada sobre o tema Cf. VIVACQUA, Isadora Bolina Monteiro. **A obra e engajamento de Diamela Eltit: arte marginal e resistência política no Chile (1979-1989)**; VIDAL, Paloma. **Depois de tudo: trajetórias na literatura latino-americana contemporânea**. 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006; NEUSTADT, Robert. **CADA día: la creación de un arte social**. Santiago de Chile: Editorial Cuarto Propio, 2001; \_\_\_\_\_. **El grupo CADA: lo visual, lo literario y lo político de la imagen**. **Meeting of the Latin America Studies Association**, 2000. Disponível em: <<http://docplayer.es/74896424-El-grupo-cada-lo-visual-lo-literario-y-lo-politico-de-la-imagen-robert-neustadt-northern-arizona-university.html>> Último acesso em: 24 de junho de 2024.

técnica. **Produção de vida, este é o único significado possível que a palavra vida pode ter para nós** (CADA, 1979, *No es una aldea*, n/p., grifos nossos).<sup>10</sup>

Se o regime havia se imposto em todas as esferas da vida, eles diriam, somente um tipo de arte que fosse dela inseparável poderia funcionar como vetor; como uma possibilidade de romper definitivamente com o autoritarismo. A ambiguidade expressa por essa pretensão não é pouco importante: em última instância, trata-se de propor a fusão de esferas que, embora interligadas, não podem ser compreendidas como sendo “uma”. O argumento, contudo, não é de todo incompreensível. Nesse contexto, escreve Paloma Vidal,

transformar a vida em arte significa transformar a vida que a ditadura impõe. Assim, a arte se torna utopicamente a possibilidade de criar uma nova vida. [...] A construção de uma nova arte corresponde à construção de uma nova vida. Desse modo, a arte se torna um exercício vital de sobrevivência em meio ao silêncio e à morte (Vidal, 2006, p. 43).

Num momento em que todas as vias expressivas pareciam fechadas, a importância do grupo não deixou de ser reconhecida, inclusive, por seus críticos.<sup>11</sup> A questão, entretanto, residia na radicalidade do coletivo, que levava essa indiferenciação ao limite e — tal como pensavam as vanguardas históricas — para eles, tratava-se de uma inseparabilidade absoluta. Nesse sentido, se é preciso reconhecer que interpretações desse tipo foram favorecidas pelo momento em que emergiram, é igualmente necessário não perder de vista o caráter temerário do posicionamento assumido pelo *Colectivo de Acciones de Arte*. Quando *o tudo é político* transforma-se em *tudo é arte*, “deposita-se na atividade artística a esperança de superar as carências e sujeições da vida sob ditadura”.<sup>12</sup>

Talvez por isso, dentre todos os trabalhos realizados pelo grupo, “NO+” me pareça o mais relevante. Para além de possibilitar à paisagem urbana expressar aquilo que seus habitantes eram impedidos de dizer, o signo funcionava como um testemunho: estiveram ali, e ainda que por poucos minutos, desafiaram a proibição. A pichação era, portanto, o registro de uma presença tão ausente quanto incontestável. A cidadania, que parecia enxergá-lo como um chamado à ocupação, transformou o signo em texto. Em pouco tempo, “NO+” já não era a

---

<sup>10</sup> **No original:** “Nosotros hablamos de un país que se ofrece a sí mismo en el espectáculo de su propia precariedad, de su propia marginación; ir creando las verdaderas condiciones de vida de un país que no es sólo un trabajo político o de cada hombre como un trabajo político, no es sólo eso, corregir la vida es un trabajo de arte, es decir, es un trabajo de creación social de un nuevo sentido y de una nueva forma colectiva de vida. Producción de vida no de muerte, de eso hablamos como el único significado que puede tener para nosotros la palabra arte, la palabra ciencia, la palabra política, la palabra técnica. Producción de vida esto es el único significado que puede tener para nosotros la palabra vida”.

<sup>11</sup> VIDAL, P. **Depois de tudo:** trajetórias na literatura latino-americana contemporânea. 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006, p. 43.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 44.

imagem-síntese de um descontentamento coletivo, mas o início comum de frases diversas (inscrita por vozes distintas) por meio das quais o corpo cidadão, ocupando a cidade de forma massiva, colocava em xeque a interdição do espaço público e transformava a fugacidade dessa presença-ausente inicial, em permanência:

Figura 5 – Pichação “NO+ CNI”, em referência ao órgão de opressão civil da ditadura, Santiago, 1983



Fonte: [archivosenuso.org](http://archivosenuso.org)<sup>13</sup> | Direito de uso: Lotty Rosenfeld

Figura 6 – Pichação. “No+ muerte”, Santiago, 1983

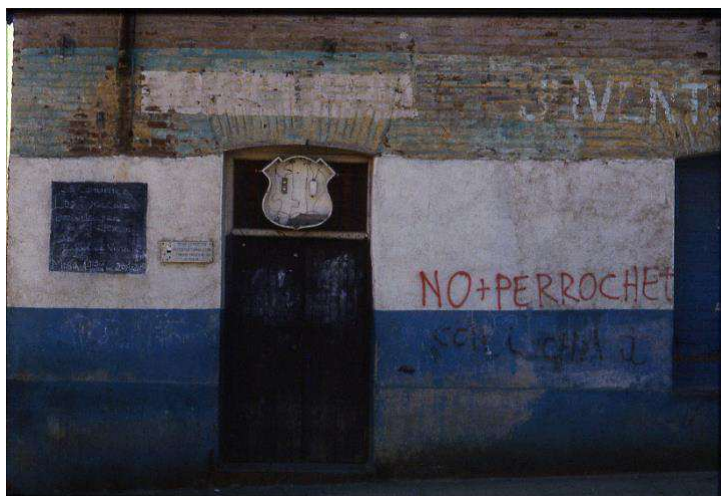


Fonte: [archivosenuso.org](http://archivosenuso.org)<sup>14</sup> | Direito de uso: Lotty Rosenfeld

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.archivosenuso.org/cada-accion/no> Último acesso em 22 de junho de 2024.

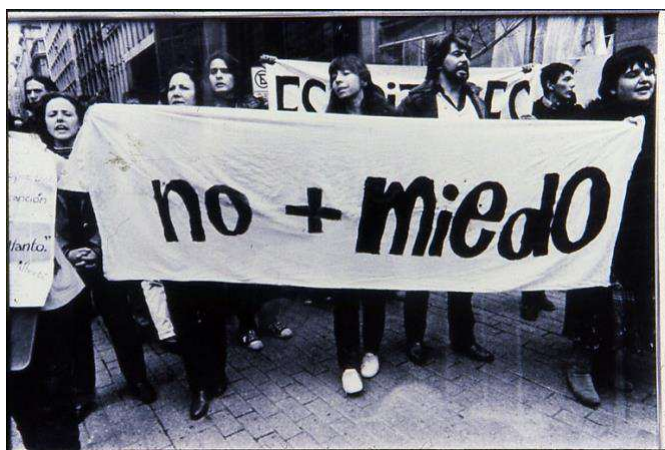
<sup>14</sup> Vidal, *op. cit.*, p. 44.

Figura 7 – Pichação. “NO+ PERROCHET”, em alusão ao sobrenome do ditador Augusto Pinochet, Santiago, 1983



Fonte: [archivosenuso.org](http://archivosenuso.org)<sup>15</sup> | Direito de uso: Lotty Rosenfeld

Figura 8 – Grupo de pessoas na rua com uma faixa na qual lê-se “NO+ miedo”, Santiago, 1985



Fonte: [archivosenuso.org](http://archivosenuso.org)<sup>16</sup> | Fotografia de Marcelo Montecinos  
Direito de uso: Lotty Rosenfeld

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.archivosenuso.org/cada-accion/no> Último acesso em 22 de junho de 2024.

<sup>16</sup> *Ibid.*

Figura 9 – Protesto mapuche. Mulher sentada diante de uma faixa com a frase “500 años NO+”



Fonte: Hemispheric Institute.<sup>17</sup> Autoria desconhecida.

\*

Durante a abertura do evento realizado em outubro de 2009 em comemoração aos 30 anos do grupo CADA, Diamela Eltit (chilena de Santiago, nascida 24 anos antes do golpe) participa virtualmente por meio da leitura do seguinte texto:

Gostaria de me referir aqui preferencialmente ao CADA e sua relação com seu contexto político: a ditadura chilena; mas também é necessário assinalar que nesses anos, o grupo pensou, teoricamente, que a galeria, o museu e o quadro e suas técnicas eram insuficientes e, mais ainda, permitiam a objetificação da arte para estabelecer e perpetuar dominações culturais hegemônicas. O CADA propôs a crítica a uma transcendência fundada no valor, no preço e na decoração dos tempos históricos. Enquanto as ações de arte se cumpriam em seu tempo de modo literal, o registro em vídeo, enquanto marca e vestígio, erguia-se como arquivo e obra simultaneamente. A formação do CADA inscreveu-se no lugar da restituição e da épica inorgânica. **Obedeceu ao desejo de fala na cidade, quis fazer do fragmento um material estratégico, converter o inacabado em um setor performativo e falante. Falar em pedaços, por pedaços, em pedaços de cidade não foi apenas uma metodologia, mas implicou, especialmente, reconhecer que a realidade já havia se fragmentado; havia se fragmentado porque a vida pública espatifou, estava restrita por severas inibições que impediam a conformação de uma cidadania heterogênea.** Em setembro de 1983, o grupo CADA lançou o chamado aos artistas para pichar as paredes e os muros da cidade com o lema ‘NO+’, com o objetivo de colocar em ação um suporte discursivo que fosse completado pela cidadania; **o ‘NO+’ abria a possibilidade de um relato rebelde das reivindicações e infortúnios, mas também restituía uma palavra de rua suspensa por anos de metodologias que se baseavam na vigilância e no terror.** Precisava da cidade para se consolidar. Eram necessários muros para ser legível, mas também precisava da escrita dos outros para se legitimar. Nesse sentido, quando se produziu a autoproliferação de um ‘NO+’ por toda a cidade, acompanhado de diferentes legendas, **foi o corolário exato da experiência do CADA e sua proposta de reunir arte e política, ou melhor, arte política e poética.** Definitivamente, ele alcançou uma dimensão que não havia sido pressagiada pelo grupo, porque finalmente a cidadania o inscreveu e o escreveu, pluralmente, em seu corpo político. O ‘NO+’ pertencia tanto à cidade quanto aos seus cidadãos: havia se transformado em um dispositivo social provido de uma exatidão

<sup>17</sup> Disponível em <https://hemisphericinstitute.org>. Último acesso em 22 de junho de 2024.

que condensava, mas ao mesmo tempo desdobrava sua eloquência. Nesse sentido, ‘NO+’ passou a ser um artefato de uma gramática de domínio público (Eltit, 2009, 00’36” – 3’49”).<sup>18</sup>

Embora Eltit mencione que leria “alguns fragmentos” — sem, no entanto, dizer que estes haviam sido retirados de “*Public Domain*”, um ensaio publicado em inglês dez anos antes<sup>19</sup> —, nesta ocasião, o excerto é apresentado como um trabalho acabado. Reproduzo o texto na íntegra<sup>20</sup> porque sua brevidade, ao evidenciar o contraste que há entre a natureza sucinta de sua fala e a longevidade do tema que a convoca, deixa entrever um dado que não é negligenciável: a relevância daquilo que se escolhe dizer. Isso me parece importante porque essa Eltit (que participa da celebração por meio de um vídeo de 3 minutos e 54 segundos) soa tanto mais distante da *performer* que atuou no *Colectivo de Acciones de Arte* quanto mais próxima da ensaísta que ocupa esta tese. O curso do tempo parece ter modificado sua compreensão a respeito das relações possíveis entre arte e política. Esse dado aparece de modo mais enfático num outro ensaio em que a autora descreve o coletivo como “uma experiência

---

<sup>18</sup> ELTIT, D. *Diamela Eltit: 30 Years of CADA's 'NO+' = 30 años del 'NO+' de CADA*. 2009. 1 vídeo (3 min. 52 seg.). Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2333.1/x0k6dm9g>>. Acesso em: 22 jun. 2024. A transcrição do vídeo, bem como sua tradução, é de nossa responsabilidade. **No original:** “Quisiera referirme aquí preferencialmente al CADA y su relación con su contexto político: la dictadura chilena; pero también es necesario señalar que el grupo pensó teóricamente en esos años, que la galería, el museo y el cuadro y sus técnicas eran insuficientes y más aún, permitían la objetualización del arte para establecer y perpetuar dominaciones culturales hegemónicas. El CADA se propuso la crítica a una trascendencia fundada en el valor, el precio y la decoración de los tiempos históricos. Mientras las acciones de arte se cumplían en su tiempo más literales, el registro-video, en tanto marca y huella, se erigía en archivo y obra simultáneamente. La formación del CADA se inscribió en lugar de la restitución y de la épica inorgánica. Obedeció al deseo de habla en la ciudad, quiso hacer del fragmento un material estratégico, convertir lo inacabado en un sector performativo y parlante. Hablar a pedazos, por pedazos en pedazos de ciudad fue no solo una metodología, sino implicó especialmente reconocer que la realidad ya se había fragmentado; se había fragmentado porque la vida pública estalló, estaba coartada por severas inhibiciones que impedían la conformación heterogénea de una ciudadanía. El septiembre de 1983, el grupo cada lanzó el llamado a los artistas para rayar las panderetas y los muros de la ciudad con el lema ‘NO+’, con el fin de poner en acción un soporte discursivo que fuera completado por la ciudadanía; el ‘NO+’ abría la posibilidad de un relato rebelde de los reclamos e infortunios, pero también restituía una palabra callejera suspendida mediante años de metodologías que se fundaban en la vigilancia y el terror. El ‘NO+’ necesitaba de la ciudad para consolidarse. Se requería de muros para ser legible, pero también necesitaba de la escritura de los otros para legitimarse. En ese sentido, cuando se produjo la auto proliferación del NO+ por toda la ciudad, acompañado de distintas leyendas, fue el exacto corolario de la experiencia CADA y su propuesta de reunir arte y política, o bien arte política y poética. Definitivamente el ‘NO+’ alcanzó una dimensión que no había sido presagiada por el grupo, porque finalmente la ciudadanía la inscribió, y la escribió, pluralmente en su cuerpo político. El ‘NO+’ le pertenecía tanto a la ciudad como a sus ciudadanos: se había transformado en un dispositivo social provisto de una exactitud que condensaba, pero a la vez desplegaba su elocuencia. En ese sentido, el ‘NO+’ pasó a ser un artefacto de una gramática de dominio público.”

<sup>19</sup> Publicado pela primeira vez em inglês no ano de 1999, “*Public Domain*” foi traduzido para o espanhol e republicado no livro *Réplicas* (2016, pp. 289-299), sob o título “*Domínios Públicos*”.

<sup>20</sup> Foram retiradas as saudações iniciais e o agradecimento final.

intensa e extensa entre arte e política que, depois de 20 anos, *e detendo-me na eficácia social do 'NO+'*, ainda me parece comovedoramente possível e impossível ao mesmo tempo”.<sup>21</sup>

De certo modo, por meio da ênfase na *eficácia social do NO+*, a autora parece querer demonstrar que a distância que a separa do coletivo não é meramente temporal. Mas, como não poderia deixar de ser, se vinte anos depois seu pensamento já não coincide (ética, estética e teoricamente) com aquele que impulsionou a criação do grupo, quando irrompe como escritora, Diamela Eltit ainda é muito influenciada pela radicalidade característica do CADA. Contudo, a despeito da sintaxe cifrada e do caráter “experimental”, seus dois primeiros romances — *Lumpérica* (1983) e *Por la Patria* (1986) — têm, no mínimo, o mérito de indicar que, desde seu ingresso na cena literária, ela faz da escritura espaço de enfretamento a um sistema de dominação institucionalizado que mutila e sujeita o corpo social das mais diversas formas. Ainda sob a ditadura, Eltit realiza (entre a publicação dos romances anteriores) um trabalho paralelo, em parceria com Lotty Rosenfeld, que dará origem a um terceiro livro. Trata-se de um volume composto pela transcrição de três áudios cujo conteúdo é o testemunho de um homem — esquizofrênico e em situação de rua — autodenominado *Padre Mio*. Embora tenha sido concluído entre 1985 e 1986, o livro homônimo só viria a público em 1989. O dilema ético que envolve essa publicação (intimamente vinculado, acrescentamos, ao radicalismo estético do CADA) é comentado pela autora no prefácio:

Uma pergunta me atravessou dilatando esta publicação por quase quatro anos: como situar esse livro? [...] A questão que eu mais problematizava era o lugar de fala, especialmente porque seu dizer [o de *Padre Mio*] toca múltiplos limites que podem ser abordados a partir de disciplinas formalizadas que me são estranhas, como a psiquiatria, por exemplo. Tive de me situar, outra vez, num lugar diverso, num espaço originário que não invoca para reverter nada, curar nada, a não ser instalar o efeito comovente dessa fala e a relação estética com suas palavras vazias de sentido, de qualquer lógica, salvo a angústia da perseguição silábica, o eco encadeador das rimas, a situação vital do sujeito que fala, a existência rigorosamente real das margens na cidade e desta cena marginal (Eltit, 1989, p. 16).<sup>22</sup>

<sup>21</sup> ELTIT, D. CADA 20 años. In: \_\_\_\_\_. **Emergencias**: escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A., 2014, p. 181. **No original**: “Una experiencia intensa y extensa entre arte y política que después de 20 años y, deteniéndome en la eficacia social del NO+, aún me parece conmovedoramente posible e imposible a la vez”.

<sup>22</sup> **No original**: “Una interrogante me ha atravesado dilatando esta publicación por casi cuatro años: ¿Cómo situar este libro? [...] Desde dónde recoger esta habla era la pregunta que principalmente me problematizaba, especialmente, porque su decir toca múltiples límites abordables desde disciplinas formalizadas y ajenas para mí, como la siquiatria, por ejemplo. Hube de ubicarme, otra vez, en un lugar diverso, un espacio de su plantación que no apela a revertir nada, a curar nada, como no sea instalar el efecto conmovedor de esta habla y la relación estética con sus palabras vaciadas de sentido, de cualquier lógica, salvo la angustia de la persecución silábica, el eco encadenatorio de las rimas, la situación vital del sujeto que habla, la existencia rigurosamente real de los márgenes en la ciudad y de esta escena marginal”.

Seu quarto e último livro escrito sob esse contexto definido tanto pela violência arbitrária quanto pela insurreição popular (este, sim, um romance), embora distinto do ponto vista formal — o que já sugere uma distinção também de ordem estético-teórica —, conserva dos trabalhos anteriores o interesse por tudo que é marginalizado pelo poder central. “Escrevi a primeira parte de *El cuarto mundo* como uma senhorinha, mas utilizando essas estruturas para os sentidos que, espero, sejam corrosivos”<sup>23</sup>, comenta a autora numa entrevista concedida a Julio Ortega em 1992. Publicada no ano do plebiscito que garantiria a retirada do ditador da cadeira presidencial (mas não exatamente do poder), nesta narrativa, mais próxima do que se entende por linearidade e legibilidade, a laceração da tortura cede espaço à coação do mercado. Evocando a truculência daquele contexto não por meio da ênfase de seus aspectos mais visíveis, mas via exposição do *fundamento* que tornara a barbárie *necessária*, em *El cuarto mundo* (1988), seu alvo é o experimento econômico levado a cabo pelo regime militar. A partir desse romance, todos os seus trabalhos serão marcados pela crítica ao neoliberalismo: o entrelaçamento entre história, corpo e poder tornar-se-á, assim, a tônica de seu trabalho estético.

Por meio do corpo-feminino que pulsa e sangra em *Vaca sagrada* (1991); do corpo-mãe tornado palavra pelas cartas que compõem *Los vigilantes* (1994); dos corpos-enamorados de *El infarto del alma* (1994); do corpo-materno (agora mais próximo de Medeia) de *Los trabajadores de la muerte* (1998); por meio do corpo-trabalho que habita o supermercado-mundo em *Mano de obra* (2002) e de (seu) corpo-histórico que comparece “de maneira sistemática” às sessões públicas do julgamento de Enrique Arancibia Clavel — cidadão chileno acusado de participar dos assassinatos do General Carlos Prats e de sua esposa, Sofia Prats —, cuja presença está registrada em *Puño y letra* (2004), Eltit demonstra a violência inerente ao projeto político-econômico inaugurado pelo general.

O corpo-ruína de *Jamais o fogo nunca* (2007) que ecoa o desaparecimento em sua dupla dimensão (aquela literal, orquestrada pela DINA nos anos de repressão, e esta outra, de ordem simbólica, realizada pela dessubjetivação neoliberal); a corporeidade crua que encarna a dinâmica poder/subalternidade em *Impuesto a la carne* (2010) e o corpo descartável da jovem marginalizada e prostituída de *Fuerzas especiales* (2013) permitem à autora confrontar a racionalidade que faz do Chile o “Jaguar da América Latina”. Finalmente, em *Sumar* (2018), por meio dos corpos-ambulantes que colocam em xeque a desmaterialização do trabalho e da

---

<sup>23</sup> ELTIT, D. Diamela Eltit: sujeto y resistencia. Entrevista concedida a Julio Ortega. (1992). In: BARRIENTOS, M. (ed.). **No hay almacén que la sostenga:** entrevistas a Diamela Eltit. Santiago de Chile: Editorial de la Universidad de Talca, 2017, p. 147-148. **No original:** “[...] escribí la primera parte de *El cuarto mundo*, como una señorita, pero utilizando esas estructuras para sentidos que espero sean corrosivos”.

vida no “cyber-mundo” contemporâneo; e dos corpos-operários que estruturam a narrativa de *Falla humana* (2024), Eltit enfrenta o neoliberalismo e seus processos de acumulação evocando, ainda que sub-repticiamente, aquilo que lhe é mais hostil: a noção de coletividade.<sup>24</sup> Em sua prosa ensaística, a autora também interpela a permanência (em suas diversas possibilidades) desse fantasma do general:

Pinochet, que nunca morria, adoeceu: um infarto do miocárdio e um edema pulmonar. [...] Morreu de repente, seu quadro se agravou, como disseram os médicos, e foi impossível reanimá-lo. [...] Pinochet não teve um funeral de chefe de Estado. Milhares de pessoas celebraram seu falecimento, e as diversas associações de direitos humanos e de vítimas da ditadura denunciaram que ele morria sem nenhuma condenação judicial. Quando soube que Pinochet havia morrido, pensei naturalmente que Pinochet havia morrido. Algumas horas depois, pensei que era muito positivo que Pinochet morresse antes de nós, que tivéssemos sobrevivido a ele. Mas, nessas horas, também pensei nos mortos, nos desaparecidos, nos presos, nos torturados, no exílio. Pensei que Pinochet está latente, que é uma máquina que não cessa, uma máquina de destruição e abuso que se chama Pinochet em uma de suas identidades possíveis. Que essa direita que se entregou ao seu funeral se chama Augusto Pinochet em uma de suas identidades ocultas. Que o exército incubia Pinochet entre suas armas e condecorações, que sobrevivemos a um dos tantos Pinochet, mas que existe outro e outro e outro. Por isso não descansaremos em paz. Nunca (Eltit, 2008, p. 140).<sup>25</sup>

Quando se desloca da forma do romance àquela do ensaio — um movimento que exige outro tipo de articulação entre palavra e mundo — a figura do corpo permanece como elemento privilegiado de sua crítica. Contudo, mais que uma virtualidade da enunciação em nome próprio, característica distintiva do gênero, aqui, ele se apresenta como uma instância do saber: centrada na experiência, essa prosa ensaística edifica uma dinâmica de pensamento na qual a materialidade do corpo (do seu corpo) assume o lugar da pretensa objetividade do pensamento neutro e distanciado. Aproximando-se de seus objetos sem perder de vista sua condição de sujeito histórico, o que aqui se edifica não é, portanto, uma apologia da irracionalidade, mas outra forma de dizer a razão. Em última instância, trata-se de um corpo que *pensa* o presente

<sup>24</sup> Desde o fim da ditadura, a autora publicou também dois outros livros: um estudo histórico, em parceria com Lotty Rosenfeld, intitulado *Crónica del sufragio femenino en Chile* (1994); e *El ojo en la Mira* (2021), livro no qual a autora realiza uma espécie de memorial de suas leituras, que foi classificado pela editora como autobiografia.

<sup>25</sup> ELTIT, D. La máquina de Pinochet. In: \_\_\_\_\_. **Signos vitales**: escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008. **No original**: “Pinochet que no se moría nunca, se enfermó: un infarto al miocárdio y un edema pulmonar. [...] De pronto se murió, se descompensó, como dijeron los médicos, y fue imposible reanimarlo. [...] Pinochet no tuvo funerales como Jefe de Estado. Miles de personas celebraron su fallecimiento, y las diversas asociaciones de derechos humanos y de víctimas de la dictadura denunciaron que moría sin ninguna condena judicial. Cuando me enteré que Pinochet había muerto pensé naturalmente que Pinochet había muerto. Unas horas después pensé que era muy positivo que Pinochet se muriera antes que nosotros, que lo sobrevivieramos. Pero también he pensado en estas horas en los muertos, en los desaparecidos, en los presos, los torturados, en el exilio. He pensado que Pinochet está latente, que es una máquina que no cesa, una máquina de destrucción y abuso que se llama Pinochet en una de sus identidades posibles. Que esta derecha que se volcó a sus funerales se llama Augusto Pinochet en una de sus identidades ocultas. Que el ejército incubia a Pinochet entre sus armas y condecoraciones, que hemos sobrevivido a uno de los tantos Pinochet, pero que existe otro y otro y otro. Por eso no descansaremos en paz. Nunca”.

neoliberal, e só *pode* fazê-lo com a acuidade que sua fragmentação exige, *porque* é — sempre, antes e sobretudo — historicamente localizado:

Meu interesse é, basicamente, conectar a globalização atual com a desigualdade, que percorre as superfícies sociais com uma intensidade radical, como um dos problemas mais urgentes que o modelo apresenta. Sem dúvida, a exclusão é um dos ônus mais evidentes do sistema. Uma situação paradoxal, pois enquanto a globalização visa a agregação constante, em seus bastidores crescem e se solidificam sujeitos desagregados que formam, de maneira anárquica, uma contracultura fundamentada na violência. A partir dessa perspectiva, me interessa formular como a delinquência e sua forma de expansão rizomática — sem princípio nem fim — mantém, entretanto, uma relação necessária com o projeto globalizador do ultra capitalismo (Eltit, 2008, p. 108).<sup>26</sup>

Produzindo posições múltiplas e divergentes, que vão desde a celebração acrítica e sobredimensionada da técnica, até uma forma conservadora de negação que emerge diante de qualquer gesto que modifique as estruturas culturais — diz a autora neste curto ensaio intitulado “Globalización y producción del sujeto” —, esse “avanço técnico febril” que conforma o presente é marcado pela contínua apropriação (visual, textual, discursiva e gestual). Apoderando-se das técnicas para direcioná-las ao seu próprio caminho — um caminho definido pela acumulação de capital — a ideologia dominante e seu desejo econômico impõem-se como norma valendo-se de estratégias tradicionais de dominação. É por essa razão que, a despeito da aparente renovação desses mecanismos de controle e disciplinamento, continua a autora, “examinar o presente globalizado implica colocar os instrumentos técnicos em correlação com o programa político e econômico dos poderes dominantes”.<sup>27</sup> Oferecendo mínimas compensações, esse projeto extenso de dominação, segmentação e formatação do corpo social, subverte os sentidos para dar-nos uma falsa sensação de pertencimento:

É claro e definitivo que as técnicas em si mesmas deveriam trazer benefícios imensuráveis. Basta examinar como, virtualmente, a massificação da televisão e sua implantação nos espaços domésticos abriu uma brecha para reduzir a desigualdade em relação à informação e ao alcance democratizador da imagem. **Mas essa tecnologia — sob um ineludível controle ideológico/econômico — trouxe à tona uma intervenção cultural inesperada. Porque a magnitude da subjugação desse meio de produção técnica, como instrumento de cooptação e de produção de**

---

<sup>26</sup>**No original:** “Básicamente, me interesa conectar la actual globalización con la desigualdad como uno de los problemas más candentes que presenta el modelo y que recorre las superficies sociales con una intensidad radical. Sin duda, la exclusión es uno de los lastres más evidentes del sistema. Una situación paradójica, pues mientras la globalización apunta a la agregación constante, en su trascienda crecen y se solidifican los sujetos desagregados que forman, de manera anárquica, una contracultura fundada en la violencia. Desde esa perspectiva me interesa formular cómo la delincuencia y su forma de extensión rizomática – sin principio ni fin – mantiene, sin embargo, una relación necesaria con el proyecto globalizador del ultra capitalismo”.

<sup>27</sup> ELTIT, D. Globalización y producción de sujeto. *In.*: \_\_\_\_\_. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008. p. 109. **No original:** “Entonces, examinar el presente globalizado implica poner los instrumentos técnicos em correlación con el programa político económico de los poderes dominantes.

**sensibilidades públicas, iria favorecer o consumo e a geração de identidades funcionais ao capitalismo financeiro** (Eltit, 2008, p. 109, grifos nossos).<sup>28</sup>

O problema, portanto, não reside na pertinência da tecnologia, mas “na unilateralidade de sua apropriação; na falta de diversidade que produz — com uma clareza incontestável — a *conformação de um pensamento único*”.<sup>29</sup> Quando nos induz a reconhecer que o mercado publicitário é um ambiente privilegiado para a construção de espaços mais diversos e inclusivos; quando nos impele a consentir com a ideia de que a aproximação do passado deve ser elaborada sempre com equilíbrio, cautela e “na medida do possível”; quando nos convence que o trabalho precarizado é uma forma de empreendedorismo e, higienizando o vocabulário, nos “retira” da condição de empregados para alçar-nos à posição de colaboradores, a retórica neoliberal enverniza o discurso para manter intacto seu componente estrutural: a desigualdade.

O desejo e a vocação de implantar este pensamento único residem em um movimento paradoxal: por um lado, **propagar um discurso homogêneo** — o discurso divinizado do livre mercado — e, por outro, **operar politicamente a segmentação rígida dos corpos**. Uma segmentação tão profunda que não apenas contempla, mas também **necessita e fomenta a criação de vastas áreas de exclusão para a concretização do projeto**. O desfecho do programa baseado na exclusão — e isso se mostra catastrófico — se transforma, de forma crescente, em delinquência, **uma delinquência que alimenta e fortalece o projeto ao gerar a única dissidência alarmante que o sistema (se) permite** (Eltit, 2008, p. 109, grifos nossos).<sup>30</sup>

Mas, se a denúncia não basta, como elaborar uma leitura capaz de transformar esse nosso tempo histórico que “produz delinquência para garantir uma cidadania anestesiada e submissa” evitando, assim, o surgimento de reivindicações políticas consistentes?<sup>31</sup> Como demonstrar que, a partir de uma forma cultural desviante, a razão neoliberal “se interpõe e

<sup>28</sup> **No original:** “Es claro y definitivo que las técnicas en sí mismas deberían aportar inconmensurables beneficios. Basta examinar cómo, virtualmente, la masificación de la televisión y su implantación en los espacios domésticos abrió una brecha para reducir así la desigualdad frente a la información y el alcance democratizador de la imagen. Pero esta tecnología – bajo un ineludible control ideológico/económico – puso sobre el tapete una intervención cultural insospechada. Porque la magnitud de la subyugación de este medio de producción técnica, en tanto instrumento de cooptación y de producción de sensibilidades públicas, iba a favorecer el consumo y la generación de identidades funcionales al proyecto inversionista.”

<sup>29</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 109. **No original:** “en la unilateralidad de su apropiación, en la falta de diversidad, que produce –con una claridad indesmentible– la conformación de un pensamiento único”.

<sup>30</sup> **No original:** “El deseo y la vocación por implantar este pensamiento único radica en un movimiento paradójico: por una parte, plantear un discurso homogêneo – el discurso divinizado del libre mercado – y, por otra, operar politicamente la segmentación rígida de los cuerpos. Una segmentación de tal magnitud que contempla, y aún más, necesita y propicia que se conformen vastas superficies de exclusión para el logro del proyecto. El punto final del programa fundado en la exclusión – y esto resulta catastrófico – se revierte, de manera creciente en delincuencia, una delincuencia que alimenta y fortalece el proyecto al generar la única alarmante disidencia que el sistema (se) permite”.

<sup>31</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 110. **No original:** “‘produce’ delincuencia para de esa manera garantizar una anestesiada y sumisa ciudadanía y evitar así el surgimiento de un consistente reclamo político.”

transfere sua própria violência para a figura do delinquente”?<sup>32</sup> Para responder a essas questões, dirá Eltit,

seria necessário examinar as condições sociais em que se produz essa proliferação técnica que, enclavada no âmago do capitalismo (selvagem), reflete sua vocação por **promover a máxima fugacidade para, dessa forma, desalojar ou desestabilizar o pensamento crítico e substituí-lo por um pensamento fortuito, superficial e até mesmo irrisório** (Eltit, 2008, p. 108, grifos nossos).<sup>33</sup>

Para confrontar a globalização, esse discurso fissurado e falho — escreve a autora, agora noutro ensaio, “Sociedad Anónima” — é preciso politizar o limite. Buscar, no interior dessa realidade alienante e violenta, as figuras-limite que “se mantém refratárias a pactuar pacificamente com os hábitos que o sistema tecnológico lhes propõe”.<sup>34</sup> Para enfrentar essa racionalidade que faz da técnica um dispositivo de dominação é preciso reestabelecer um compromisso com a concretude do mundo e recuperar a legitimidade da experiência. Ler e reler a história: seu traçado, seus cortes e suas fendas. Repelir a retórica da hegemonia para não perder de vista que na persistência da pergunta sobre a linguagem e suas fronteiras, ela continua, reside o ponto crítico e teórico que poderá dismantelar “as redes de opressão que envolvem o sujeito condenado a ser modelado pelos interesses volúveis do presente”.<sup>35</sup> Para fazer frente ao pensamento instrumentalizado é preciso, enfim, restituir a materialidade do corpo ao movimento do pensar:

De antemão, compreendo que existem fatores internacionais que incentivam, num mundo globalizado, uma forma de política e não outra, entretanto, **prefiro evitar** cair nesse tipo de argumentação e, especialmente, **prefiro renunciar** a esse senso comum porque, de modo irreversível, **esses discursos, em última instância medíocres, favorecem** as consolidações econômicas do ultra capitalismo e possibilitam **o desdobramento ostensivo de uma forma cultural única** exercida por um segmento, mais que questionável, da burguesia nacional (Eltit, 2014, p. 34, grifos nossos).<sup>36</sup>

<sup>32</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 110. **No original:** “cómo desde una desviada forma cultural interpone y traspasa su propia violencia en la figura del delincuente”.

<sup>33</sup> **No original:** “habría que examinar las condiciones sociales en las que se produce esta proliferación técnica que, enclavada en lo medular del capitalismo (salvaje), da cuenta de la vocación por promover la máxima fugacidad para, de esa manera, desalojar o desestabilizar el pensamiento crítico y permutarlo por el pensamiento, fortuito, leve e incluso irrisorio.”

<sup>34</sup> ELTIT, D. Sociedad Anónima. *In:* \_\_\_\_\_. Emergencias: escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A., 2014, p. 38. **No original:** “se mantienen refractarios a pactar pacíficamente con los hábitos que el sistema tecnologizado les propone”.

<sup>35</sup> *Id.*, p. 44. **No original:** “las redes de opresión que rodean al sujeto condenado a ser modelado por los intereses volubles del presente”.

<sup>36</sup> **No original:** “Comprendo de antemano que existen factores internacionales que incentivan, en un mundo globalizado, una forma política y no otra, pero, sin embargo, prefiero evitar caer en este tipo de argumentaciones y, especialmente, prefiero renunciar a ese sentido común porque, de manera irreversible, estos discursos, finalmente medíocres, vienen a favorecer las consolidaciones económicas del ultra capitalismo y posibilitan el despliegue ostensivo de una forma cultural única, ejercida por un segmento más que discutible de la burguesía nacional”.

A recusa de Eltit a legitimizar um processo cuja pretensão não é outra senão a de inscrever uma forma cultural *única*, dialoga, de certo modo, com o diagnóstico elaborado em 1947 por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Replicando a dinâmica do esclarecimento, o discurso hegemônico do mundo globalizado sustenta a validade de suas determinações convocando um tipo de racionalidade que — estruturada na autodeterminação da Consciência — estabelece a identidade como norma, desobriga o pensamento de qualquer compromisso com a história e reverte o saber em práticas concretas de dominação. É contra essa dinâmica que Eltit se volta. Quando se nega a consentir com a mediocridade do senso comum — porque reconhece ser a repetição desse discurso o meio a partir do qual um sistema político-econômico marcado pela sujeição se consolida — ela parece sugerir que, para libertar-se dessa lógica instrumental, a razão precisa reestabelecer o contato com a materialidade. Somente um *corpo* aterrado na concretude do mundo pode *preferir renunciar*. Para emancipar o pensamento, dirá também Theodor Adorno, é preciso permitir ao sujeito “confiar com menos prevenção em sua própria consciência e experiência”.<sup>37</sup> É precisamente a este movimento de contestação da identidade que o ensaio dá forma.

Ensaiar, escreve o filósofo, é abalar a pretensão da cultura levando-a a meditar sobre sua própria inverdade; é compreender que a reflexão se torna verdadeira pela marcha do pensamento e renunciar, a um só tempo, à certeza indubitável e ao ideal dessa certeza. É repudiar a neutralidade e debruçar o corpo sobre o objeto. Ensaiar é apalpar o objeto. Potencializar a insuficiência das totalizações acirrando a distância entre a ordem da argumentação e as codificações morais. Ensaiar é polarizar o opaco. Infringir a ortodoxia e acolher a insegurança que a norma do pensamento estabelecido teme como a própria morte. É reunir os elementos discretamente separados num todo legível para cristalizá-los em seu movimento; configurar e reconfigurar os objetos num campo de forças.<sup>38</sup> Ensaiar, diria Diamela Eltit, é observar a dinâmica do mercado através de suas fendas. Voltar os olhos para as margens, manter-se refratário a uma racionalidade que violenta e coloniza. Politizar as bordas. Firmar um compromisso inegociável com a memória corporal da história, fazer do pensamento uma estrutura material e móvel; interrogar o rasurado presente para trazer à tona as imagens que se opõem à racionalidade que o sustenta. Ensaiar é explorar o real a partir de sua contradição imanente:

---

<sup>37</sup> ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 44.

<sup>38</sup> ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: \_\_\_\_\_. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012b, *passim*.

[...] no interior do capitalismo selvagem, a delinquência comum tem uma função múltipla: estabelece-se como um contingente crescente e encoberto, **que surge passivamente para substituir os movimentos sociais marginalizados e insatisfeitos**, mas também alimenta a devoção ansiosa e angustiada ao objeto, **pois a delinquência age sobre um cidadão que é aterrorizado pela ideia do despojo**. E, além disso, a delinquência se encarrega de intensificar a fragmentação da pobreza ao dividir — de maneira contaminada e flutuante — seus habitantes pobres entre honestos consumidores e meros delinquentes (Eltit, 2008, p. 110, grifos nossos).<sup>39</sup>

Ciente de que é o *como* da expressão que “deve salvar a precisão sacrificada pela renúncia à delimitação do objeto”,<sup>40</sup> para confrontar a razão neoliberal e seus mais diversos mecanismos de sujeição, Eltit constrói um pensamento corporal e nos instiga a convocar as reflexões de Theodor Adorno. Sem perder de vista o diagnóstico elaborado na *Dialética do Esclarecimento* — segundo o qual, grosso modo, o primado da identidade que estrutura a dinâmica da razão esclarecida, ao elaborar uma cisão entre sujeito e objeto, oportuniza a identificação equívoca entre um *modo de conhecer* e a *concretude da coisa conhecida* —, na *Dialética Negativa*, o filósofo problematiza essa primazia do sujeito propondo uma inversão. Voltando sua crítica ao elemento nuclear do idealismo — a saber, o conceito — Adorno escreve que uma filosofia transformada “teria o seu conteúdo na multiplicidade, não enquadrada em nenhum esquema, de objetos [...]; ela se abandonaria verdadeiramente a eles. Ela não seria outra coisa senão a experiência plena, não reduzida, no *medium* da reflexão conceitual”.<sup>41</sup> Abandonar-se ao objeto para, então, conhecê-lo. O que aqui está em jogo é um deslocamento importante. Em franco desacordo com a teoria tradicional, Adorno defende que o conceito não é *anterior* à experiência, mas por ela *constituído*: é o próprio objeto que oportuniza sua configuração formal, ainda que esta seja sempre realizada pelo sujeito. Nesse sentido, aqui, o conceito não é mais uma categoria — isto é, um *critério* necessário e, portanto, prévio ao contato com o objeto —, mas o *resultado* dessa aproximação.

Dessa “inversão”, contudo, não se deve depreender que Adorno seja apologista de um “abandono do sujeito”. O que o filósofo busca por meio da negação do princípio da identidade — fundamento primeiro da lógica do conceito — é, ao contrário, sua emancipação: “É preciso trazer de volta o sujeito à sua subjetividade, seus impulsos não devem ser banidos do

---

<sup>39</sup> **No original:** “[...] en el interior del capitalismo salvaje, la delincuencia común tiene una función múltiple: se establece como un contingente creciente y solapado que acude pasivamente para reemplazar a los movimientos sociales relegados y disconformes, pero también alimenta la devoción ansiosa y angustiada al objeto, puesto que la delincuencia opera ante el ciudadano con el máximo terror ante el despojo. Y, aún más, la delincuencia se encarga de sobre fragmentar la pobreza al dividir – de manera contaminada y fluctuante – a sus habitantes pobres entre honestos consumidores y simples maleantes.”

<sup>40</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 29.

<sup>41</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 20.

conhecimento”,<sup>42</sup> ele escreve. Recuperar o sujeito em sua forma qualitativa significa restituir a *interpretação*, obstaculizada historicamente pelo impulso de dominação, à dinâmica do pensamento. Recuperar o sujeito em sua forma qualitativa significa substituir a “ideologia da razão” pela *experiência intelectual*, um tipo de elaboração crítica — cuja forma privilegiada é aquela do ensaio — que se ancora num dos alicerces da dialética negativa adorniana: o princípio da não-identidade. De modo bastante simplificado, o “não-idêntico” poderia ser definido como aquilo que o sujeito *não pode* apreender do objeto e que, pelo fato mesmo de resistir à plena identificação, constitui sua singularidade: o interior do não-idêntico, escreve o filósofo, “é a sua relação com aquilo que ele mesmo não é e que lhe recusa a sua identidade arranjada, cristalizada, consigo mesmo”.<sup>43</sup> Enquanto a racionalidade instrumental volta-se, em última instância, para si mesma; esse saber ao qual o ensaio dá forma debruça-se sobre o que é *outro*:

[O ensaio] leva em conta a consciência da não-identidade, mesmo sem expressá-la. É radical no não radicalismo, **ao se abster de qualquer redução a um princípio e ao acentuar, em seu caráter fragmentário, o parcial diante do todo.** [...] Ele se revolta sobretudo contra a doutrina, arraigada desde Platão, segundo a qual o mutável e o efêmero não seriam dignos da filosofia [...]. O ensaio recua, assustado, diante da violência do dogma, que atribui dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no tempo, por oposição ao individual nele subsumido (Adorno, 2012b, p. 25-26, grifos nossos).

Análoga à *experiência intelectual* adorniana, a *experiência corporal* é a figura central da prosa ensaística de Diamela Eltit. Sem renunciar ao conceito ou distanciar de seu interesse pela linguagem; fazendo da dimensão corporal o *fundamento* de seu trabalho reflexivo — elaborando, desse modo, um questionamento contundente daquilo que a modernidade convencionou chamar de racional — a autora aproxima-se de seus objetos de modo constelar expondo, assim, que aquilo que essa leitura corporal questiona não é a validade do trabalho da razão, mas a ideia de que ele possa existir de modo a-histórico. Trata-se de politizar a não-identidade, de negar o purismo da abstração e questionar os efeitos de suas generalizações. O pensamento constelar, dirá Adorno, tem a forma da emancipação porque, na medida em que evita hierarquizações e rejeita o procedimento classificatório, é capaz de iluminar o *específico* do objeto, isto é, o seu caráter “não-idêntico”:

O delinquente, então, é o “outro” do sistema e sobre ele — enquanto diferença — recai a repressão como signo visível. A “mão dura” em relação ao delinquente esconde, assim, a extraordinária “mão dura” do sistema contra o cidadão cumpridor da lei: a violência sistemática da dívida e o estabelecimento de uma forma demasiado sutil de usura que se dá a partir de uma pilhagem que foi legitimada. [...] O delinquente, então, além de sua violenta “realidade”, ergue-se como um fantasma, **como uma projeção abstrata e destrutiva que é ativada e magnificada pela**

<sup>42</sup> ADORNO, T. W. **Sobre sujeito e objeto.** Tradução não mencionada. Porto Velho: Edufro, 2005, p. 7.

<sup>43</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 141.

**tecnologia.** A plataforma midiática constrói um relato social aterrador, fundado no atentado contra a propriedade privada. E, claro, esse relato **não dá conta da fragilidade que atravessa o que se entende por “propriedade privada”** (Eltit, 2008, p. 110, grifos nossos).<sup>44</sup>

Pois, em última análise, seria necessário indicar duas condições fundamentais para a inscrição do ultra capitalismo: **tornar os objetos substituíveis** (descartáveis) e, simultaneamente, **incentivar os lucros por meio da inoculação da dívida perpétua.** Os bens, então, são em grande medida transitórios, não pertencem aos consumidores, mas às empresas. O modelo “leasing”, no qual se baseia a vida cotidiana, **revela uma cultura que se sustenta em uma ambigüidade: nada pertence e, no entanto, tudo é alienável.** E nessa des-pertença e alienação (no sentido múltiplo que a palavra adquire), **o delinquente se transforma em mito,** chaga, peste para alimentar os espaços sociais. E, mais ainda, para sustentá-los e perpetuá-los (Eltit, 2008, 110 – 111, grifos nossos).<sup>45</sup>

Volto, então, à fotografia. Penso no modo como a imagem sobrepõe e transita, anacronicamente, por três tempos distintos: a revolução socialista que marca o passado prè-ditatorial, a instauração da ditadura civil-militar, por meio da qual se tornou possível a implementação de um modelo econômico específico, e sua longevidade no presente democrático. A pichação. Um atestado da presença ausente de um corpo que *está* e certifica sua existência a despeito da invisibilidade à qual é continuamente relegado. “Se a verdade tem, de fato, um núcleo temporal”, escreve Theodor Adorno, “então o conteúdo histórico torna-se, em sua plenitude, um momento integral dessa verdade”.<sup>46</sup> Penso, por fim, na potência disruptiva que porta o registro gráfico dessa marginalização: “Assim como é difícil pensar o meramente factual sem o conceito, porque pensá-lo significa sempre já concebê-lo, tampouco é possível pensar o mais puro dos conceitos sem alguma referência à facticidade”.<sup>47</sup> Se o triunfo do neoliberalismo está diretamente relacionado à sua capacidade de desmobilizar coletividades a partir de seu interior, enfrentá-lo significa configurar seu avesso. Assim opera a prosa ensaística

---

<sup>44</sup> **No original:** El delincuente, entonces, es el “otro” del sistema y sobre él —en tanto diferencia— recae la represión como signo visible. La “mano dura” en torno al delincuente esconde así la extraordinaria “mano dura” del sistema en contra de la ciudadanía legal: la violencia sistemática de la deuda y el establecimiento de una forma demasiado sutil de usura que se cursa desde un saqueo que ha sido legitimado. [...] El delincuente, entonces, más allá de su violenta “realidad”, se erige como un fantasma, como una proyección abstracta y destructiva que es activada y magnificada por la tecnología. La plataforma mediática escribe un relato social aterrador, fundado em el atentado contra la propiedad privada. Y, desde luego, ese relato social no da cuenta de la fragilidad que atraviesa lo que se entiende por “propiedad privada”.

<sup>45</sup> **No original:** “Porque finalmente habría que indicar dos condiciones fundamentales para la inscripción del ultra capitalismo: que los objetos sean reemplazables (desechables) y, a la vez, incentivar las ganancias mediante la inoculación de la deuda perpetua. Los bienes, entonces, son en gran medida transitorios, no les pertenece a los consumidores sino a las compañías. El modelo “leasing” en el que se funda la vida cotidiana, da cuenta de una cultura que se sostiene en una ambigüedad: nada pertenece y, sin embargo, todo es enajenable. Y en esa des-pertenencia y enajenación (en el sentido múltiple que adquiere la palabra) el delincuente se transforma en mito, lacra, peste para alimentar los espacios sociales. Y, más aún, sostenerlos y perpetuarlos.”

<sup>46</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 26.

<sup>47</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 26.

de Eltit: para fazer frente a esse sistemático apagamento, a autora restitui ao corpo da história o rastro da violência que lhe estrutura *expondo* o que subjaz à sua aparente razoabilidade.

Temporalidades sobrepostas. A “via chilena” ao socialismo, a ditadura neoliberal e o presente democrático atravessam, também, cada um dos três capítulos que estruturam este trabalho. Transitamos pelos ensaios anacronicamente, com o intuito de investigar como funciona essa racionalidade delineada pelo entrelaçamento entre corpo, saber, memória e palavra. De que maneira a forma do ensaio pode constituir-se como meio privilegiado para a expressão desse tipo de experiência intelectual? Em que medida, essa razão-corpo pode converter-se num instrumento de resistência e combate à racionalidade neoliberal? É a partir dessas questões que propomos, como hipótese conceitual, a existência de uma insuspeitada afinidade entre esta prosa ensaística e o pensamento de Theodor W. Adorno: fazendo do corpo fundamento do ato de conhecer, aproximando-se do real pela via do afeto, Diamela Eltit elabora uma leitura constelar da história política chilena que, ao dar forma a um tipo de saber contra-hegemônico, ecoa a crítica adorniana ao primado da identidade.

Tendo em vista o fato de ser a teoria subsidiada pela literatura e não o contrário, este trabalho toma como ponto de partida as coletâneas *Emergencias* (2000)<sup>48</sup>, *Signos Vitales* (2008) e *Réplicas* (2016). A impossibilidade mesma de analisar os 136 escritos de Diamela Eltit *sobre literatura, arte y política*<sup>49</sup> — não apenas em função do volume, mas, também da diversidade temática que esse conjunto abriga — tornou imperativo o gesto da seleção: o *corpus* analítico desta tese é composto pelos textos “Sociedad Anónima” (1999), “Las dos caras de la moneda” (1997), “Los estigmas del cuerpo” (1998), “1974” (2005), “La compra, la venta” (1997), “La memoria pantalla” (2003), “Con la cultura en la mano” (2013) e “Farid Zerán o la infatigable perseverancia” (2008). Diante das estratégias estéticas elaboradas por Eltit em cada um desses ensaios, nos parece apropriada uma investigação que se pergunte sobre as reverberações do arcabouço teórico do filósofo alemão — uma das referências mais robustas sobre o tema —, especialmente, quando se trata do contexto latino-americano contemporâneo, ao qual ele não fez nenhuma menção. Assim, as reflexões aqui propostas buscam estabelecer uma interlocução contínua entre a história política chilena dos séculos XX e XXI (e, sua relação com o sistema neoliberal); o *modo* como Eltit a interpreta (o que significa dizer que este trabalho se concentra apenas em textos nos quais a autora debruça-se sobre este tema) e, em que medida, tanto a história oficial quanto sua releitura podem dialogar com a filosofia de Adorno. Julgamos

---

<sup>48</sup> Esclarecemos que o livro *Emergencias* foi publicado pela primeira vez no ano 2000. Contudo, a edição aqui utilizada é aquela publicada em 2014.

<sup>49</sup> *Escritos sobre literatura, arte y política* é o subtítulo comum às três coletâneas mencionadas.

importante esclarecer, por fim, que o *corpus* deste trabalho suscita uma série de interrogantes e, desse modo, não é tratado como ilustração de reflexões teóricas, mas antes, como aquilo que impulsiona esses questionamentos. Ainda que toda escolha seja, em última instância, subjetiva e insuficiente, é nesse sentido que essa seleção nos parece configurar uma amostra representativa.

\*

Para investigar em que medida e por que razão Diamela Eltit toma a dimensão corporal como uma instância privilegiada do pensamento, foi preciso, antes, compreender as bases nas quais se assenta o objeto de sua crítica. Desta exigência decorre nossa escolha por traçar, no primeiro capítulo, “*Logos e pathos, ao mesmo tempo*”, um panorama da racionalidade política que estrutura a história recente do Chile: retomamos o *estallido social*; a abertura do processo constituinte que dele decorreu, e aquilo que sua tardia instauração deixa entrevisto com o intuito de, a partir do presente, dimensionar a ruptura que caracteriza o passado. O golpe de 1973 é *contrarrevolucionário* não porque interrompe uma revolução, mas porque instaura, dentro do capitalismo, um tipo inédito de sociedade. Nesse sentido buscamos contextualizar, por um lado, o surgimento do neoliberalismo em âmbito global e, por outro, o modo como ele foi introduzido no Chile pelos *Chicago Boys*. A relevância desse percurso reside no fato de serem estes economistas chilenos os responsáveis pelo desenho do *Ladrillo*, nome dado ao projeto econômico que faria do Chile o primeiro país neoliberal do mundo. A leitura desse documento nos leva a sugerir — na esteira do diagnóstico elaborado por Theodor Adorno e Max Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* — uma proximidade entre a razão neoliberal e a instrumentalização do pensamento, por meio da qual, introduzimos a problemática do neoliberalismo evidenciando a desumanização que o caracteriza. Em seguida, evocamos a proposta adorniana sobre o ensaio como forma privilegiada para a expressão de um tipo específico de experiência intelectual (capaz de contrapor-se à razão hegemônica) a fim de indicar que, na prosa ensaística de Diamela Eltit, ela é elaborada desde a dimensão corporal.

Este apanhado histórico assenta as bases para a reflexão teórica que abre o segundo capítulo, “A memória corporal da história”. Tomando como ponto de partida as elaborações de Adorno em “A atualidade da filosofia” (conferência em que menciona pela primeira vez a temática do ensaio), propomos, num primeiro momento, uma leitura de “Sociedad Anónima” (1999) e, guiados por Eltit, avançamos até a primeira década da democracia pós-ditatorial. Elaborando um balanço dos dois primeiros governos concertacionistas, a autora torna manifesta

a desconcertante continuidade entre este modelo democrático e a ditadura civil-militar, sugerindo ser o apagamento da memória de Salvador Allende um componente estratégico essencial à manutenção não apenas do projeto político-econômico pinochetista, mas sobretudo da racionalidade totalizante e totalitária que o define. Em contraposição ao “realismo” que postula um presente desvinculado do passado, Eltit realiza, via literatura, o que Adorno elabora filosoficamente: a figura do corpo-testemunha que ocupa este ensaio, *porque* atado à concretude do mundo, torna-se capaz de *interpretá-lo*. Esse gesto fundamental é o que possibilita a criação das imagens históricas que, ao menos para o frankfurtiano, são capazes de expor aquilo que subjaz. Tendo isso em vista, no restante do capítulo, dedicamo-nos a demonstrar que Eltit elabora os dois acontecimentos históricos mais marcantes do século XX chileno — a revolução liderada por Salvador Allende e o golpe de Estado deflagrado em 1973 — recuperando-os em sua dimensão afetiva. Privilegiando, por um lado, o impacto cultural da via chilena ao socialismo e, por outro, o conteúdo pedagógico da contrarrevolução neoliberal empreendida pela ditadura civil-militar, em “Las dos Caras de La Moneda” (1997), “Los estigmas del cuerpo” (1998), e “1974” (2005), a autora edifica uma leitura corporal do passado *criando* imagens históricas por meio das quais expõe três características fundamentais ao neoliberalismo: a violência, o esquecimento, e a demofobia.

No terceiro e último capítulo, “O intempestivo corpo do presente”, interessa-nos por um lado, o impacto que este passado exerce na configuração do Chile pós-ditatorial e, por outro, em que medida esse tipo de trabalho com a letra pode postar-se como um instrumental crítico potente para confrontar a razão neoliberal. Assim, num primeiro momento, recuperamos o deslizamento semântico por meio do qual o neoliberalismo transmuta a dinâmica do mercado num modelo de subjetividade (ancorados numa breve revisão da proposta teórica de Friedrich Hayek) para, a partir daí, sugerir que em “La compra, la venta”, Diamela Eltit se opõe a esse tipo de racionalidade que reverte o conteúdo processual da história em relações puramente abstratas, impondo a materialidade de seu pensar dialético. A abrangência invasiva *desse* modelo político-econômico, ela escreve, reside em sua habilidade para *fundir e confundir* rigores. Por meio de uma performance discursiva, neste texto a autora escrutina os mecanismos de controle típicos da razão neoliberal não apenas para sugerir ser a “avidez pela novidade” uma de suas principais estratégias para minar as arestas críticas dos sujeitos; mas também para propor que esse é um tipo de assujeitamento que se sustenta *produzindo* desigualdades.

Em seguida, com o intuito de compreender como o modelo econômico instaurado pelos Chicago Boys foi consolidado, nos deslocamos no tempo e voltamos à origem do golpe para recuperar a figura de Jaime Guzmán — principal artífice do dispositivo legal que, em 1980,

transfigura autoritarismo próprio à dinâmica neoliberal na imagem docilizada de uma democracia protegida. É esse retorno que nos permite explorar — em diálogo com o ensaio “La memoria pantalla” — uma das consequências mais graves da Constituição da ditadura. A constitucionalização dessa racionalidade econômica relega ao presente, além de um conceito distorcido de democracia, uma reconfiguração da conhecida “pedagogia do esquecimento”: se no passado recente ela foi instrumentalizada pela tortura e pelo desaparecimento forçado, neste colapsado presente, ela opera via espetacularização da memória e da subjetividade.

Por fim, na esteira das reflexões elaboradas por Theodor Adorno em sua *Dialética Negativa*, num terceiro movimento temporal, regressamos ao presente guiados pelos textos “Con la cultura en la mano” e “Farid Zerán o la infatigable perseverancia”, com intuito de especular em que medida o trabalho com a letra realizado por Eltit pode configurar-se como uma potente linha de fuga. Fazendo do pensamento uma forma de práxis, a autora busca, no interior da cultura, expressões de resistência à hegemonia que, se por um lado, não podem, por si mesmas, reverter o estado atual das coisas; por outro, não se eximem de disputá-lo.

## 1 LOGOS E PATHOS, AO MESMO TEMPO

*Me dirijo a ustedes, sobre todo a la modesta mujer de nuestra tierra, a la campesina que creyó en nosotros, a la madre que supo de nuestra preocupación por los niños. [...]*

*Me dirijo a la juventud, a aquellos que cantaron y entregaron su alegría y su espíritu de lucha. Me dirijo al hombre de Chile, al obrero que trabajó más, al campesino, al intelectual, a aquellos que serán perseguidos [...]*

*Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor.*

(Salvador Allende, rádio Magallanes, 11 de setembro de 1973)<sup>50</sup>

“Elevar o pensamento à altura de uma cólera (a cólera suscitada por toda essa violência do mundo à qual nos recusamos a estar condenados)”,<sup>51</sup> escreve Georges Didi-Huberman em seu segundo olho da história. “Evadir, não pagar, outra forma de lutar”, gritam, em reação ao aumento de trinta pesos nas tarifas do transporte metroviário, centenas de estudantes secundaristas chilenos. Quando pularam pela primeira vez as catracas (nesse já histórico 7 de outubro), esses jovens inauguravam sem saber aquilo que, pouco tempo depois, ficaria conhecido como *estallido*<sup>52</sup> social. Feito um pai autoritário — que, simulando um descuido, troca o terno pela farda —, Sebastián Piñera não hesitou em ensinar aos filhos rebeldes do Chile redemocratizado um tipo oblíquo de rememoração capaz de garantir-lhes a oportunidade de lembrar aquilo que a pouca idade os havia impedido de viver: violência policial, abuso de poder, estupros em delegacias, repressão, bombas de efeito moral, criminalização de atos públicos. Após doze dias de confronto intenso, o cancelamento das tarifas foi anunciado, mas trouxe a reboque um decreto. Na madrugada de 19 de outubro, a capital andina é colocada sob estado de sítio: quarenta e seis anos depois do golpe, o exército era reconduzido às ruas e a dinâmica da cidade, ditada pelo toque de recolher. A decisão converteria o então presidente da república no responsável “pelas mais graves violações dos direitos humanos desde o retorno à

<sup>50</sup> **Tradução:** “Dirijo-me a vocês, sobretudo à modesta mulher de nossa terra, à camponesa que acreditou em nós, à mãe que soube de nossa preocupação com as crianças. [...] Dirijo-me à juventude, àqueles que cantaram e entregaram sua alegria e seu espírito de luta. Dirijo-me ao homem do Chile, ao operário que trabalhou mais, ao camponês, ao intelectual, àqueles que serão perseguidos [...] Continuem sabendo que, muito mais cedo que tarde, novamente se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre, para construir uma sociedade melhor.”

<sup>51</sup> DIDI-HUBERMAN, G. **Remontagens do tempo sofrido:** o olho da história, II. Tradução de Márcia Arbex e Vera Casanova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 86.

<sup>52</sup> Optamos por manter, no corpo do texto, a grafia original deste termo pelo fato de ter-se convertido quase num nome oficial para as manifestações. Indicamos, contudo, sua tradução: fâisca; fagulha.

democracia”:<sup>53</sup> em quarenta e cinco dias, trinta e uma pessoas foram assassinadas pelo Estado, e duzentos e oitenta e cinco corpos foram marcados por lesões oculares irreversíveis. Entre outubro e dezembro, a brutalidade institucional fez cinco mil quinhentas e cinquenta e oito vítimas.<sup>54</sup>

O gesto autoritário ensaiado em 2019 torna manifesto o vínculo entre o 11 de setembro chileno e a democracia protegida do pós-ditadura: “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo”,<sup>55</sup> um capitalismo que recorre, de modo cada vez mais explícito, à repressão e à violência para garantir a viabilidade de medidas que, no campo do debate efetivamente democrático, encontrariam dura resistência por parte da sociedade. Contudo, esse *modus operandi*, que tão bem havia funcionado no passado recente do país, parecia falhar nessa quadra da história. Em pouco tempo, os trinta pesos já não eram um aumento de tarifa, mas uma espécie de imagem-síntese que expunha a vileza e a imoralidade de um sistema político-econômico instaurado no seio de uma das ditaduras mais cruéis da América Latina. Um sistema cuja legalidade é garantida pela Constituição forjada nos anos de repressão, especialmente, por Augusto Pinochet e Jaime Guzmán.

Se é preciso reconhecer que todo processo ditatorial deixa marcas irreparáveis nas democracias que o sucedem — sobretudo quando não há massiva criminalização de seus líderes —, é igualmente necessário ter em mente que, no caso do Chile, a transição à democracia, por não haver rompido legalmente com o período anterior, é marcada pela continuidade do projeto econômico da ditadura “que se manteve praticamente intacto em suas bases fundamentais”.<sup>56</sup> Nesse sentido, a expressão que se popularizou quase como um nome oficial para as manifestações iniciadas nas estações de metrô é, do ponto de vista simbólico, muito potente. De fato, aqueles protestos pareciam ser a faísca que daria início a um incêndio anunciado.

“Erguer, portanto, o pensamento da imagem à cólera diante do tempo vivido, diante do tempo sofrido pelos seres humanos para decidir sobre sua própria história”,<sup>57</sup> diz Didi-Huberman. “Não são trinta pesos, são trinta anos”, diziam agora as mais de um milhão de vozes

<sup>53</sup> TANSCHKEIT, T. S. T. Das ruas à constituinte: a reinvenção da ação coletiva no Chile. *Jacobin Brasil*, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/das-ruas-a-constituente-a-reinvencao-da-acao-coletiva-no-chile/>. Acesso em: mar. 2022, s/p.

<sup>54</sup> AMNISTIA INTERNACIONAL. **Ojos sobre Chile**: violencia policial y responsabilidad de mando durante el estallido social. 2020. 110 p. (Informe), p. 5.

<sup>55</sup> DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

<sup>56</sup> ZÁRATE, V. V. O Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). Tradução de Lílian Almeida. In: MOTTA, R. P. S. (org). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 121.

<sup>57</sup> Didi-Huberman (2018), *op. cit.*, p. 86.

que formaram, seis dias depois do decreto presidencial, o maior protesto do Chile. Por detrás da palavra de ordem reinventada, cada um desses corpos parecia dizer que se ao presidente convinha reencenar a ditadura resgatando o pouco que dela já havia sido superado, a eles interessava revisitar aquilo que desde a sua instauração — e a despeito dos trinta anos de democracia — permanecia inalterado. Cancelar as tarifas já não era suficiente. Ecoando uma insatisfação histórica, feministas, indígenas, trabalhadores, aposentados e estudantes (aqueles que *foram* perseguidos)<sup>58</sup> acoossaram o chefe da nação: no dia 27 de dezembro, Sebastian Piñera convocava oficialmente a consulta pública que, em outubro do ano seguinte, aprovaria a redação de uma nova Constituição. Em 4 de julho de 2021,<sup>59</sup> a Convenção Constitucional foi instalada sob a presidência de Elisa Loncón. Quarenta e oito anos depois do histórico discurso de Salvador Allende, uma mulher mapuche liderava a abertura das grandes alamedas e confirmava as derradeiras palavras do presidente deposto pelo golpe: “não se detém os processos sociais nem com o crime nem com a força. A história é nossa e é feita pelos povos”.<sup>60</sup>

Em franco desacordo com o Estado Subsidiário prescrito e protegido pela Constituição de 1980, a convenção apresenta, após um ano de trabalho, o texto que em sua primeira frase define o Chile como um *Estado Social e Democrático de Direito*, plurinacional, intercultural, regional e ecológico.<sup>61</sup> Por meio da caracterização desse novo modelo de Estado, a “nova” Constituição elaborava, também, um deslocamento no conceito de “público”.<sup>62</sup> Se, para nós, brasileiros, o vínculo que essa palavra estabelece com a noção de “universalidade” é quase automático — sobretudo porque, aqui, “público” é, entre outras coisas, sinônimo de gratuito e, designa (em uma de suas acepções) aquilo que é, a um só tempo, *direito* de todos e *dever* do Estado —; para os chilenos essa relação está longe de ser óbvia. Isso porque, no Chile, público e privado são, em alguns casos, instâncias *quase* indiscerníveis. O chamado “Sistema de AFP” é, nesse sentido, especialmente ilustrativo.

<sup>58</sup>Aqui fazemos referência a um trecho do último discurso de Salvador Allende, durante o qual o presidente menciona “aqueles que *serão* perseguidos”: “Me dirijo [...] a aquellos que *serán* perseguidos”. ALLENDE, S. **Discurso de Salvador Allende no Palácio de La Moneda**. 11 set. 1973. 1 arquivo de áudio (4min38s). Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82594.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

<sup>59</sup>A celeridade desse processo, que acabou levando mais de dois anos para se concretizar, foi afetada pela pandemia do coronavírus, cuja gravidade impôs a dilatação das datas inicialmente estabelecidas.

<sup>60</sup>Allende (1973), *op. cit.*, 1min43s - 1min59s. **No original**: “no se detiene los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza; la historia es nuestra y las hacen los pueblos”.

<sup>61</sup>CHILE. **Propuesta de Constitución Política de la República de Chile de 2022**. Santiago, Chile: Convención Constitucional, 2022. p. 5. **No original**: “Chile es un Estado social y democrático de derecho. Es plurinacional, intercultural, regional y ecológico”.

<sup>62</sup>Nossa reflexão sobre o conceito de público é tributária da formulação elaborada por Lua Gill da Cruz em “Compor tempos” (no prelo).

Trata-se de um modelo de previdência baseado na capitalização individual, isto é, o próprio afiliado é quem financia sua aposentadoria. Esta, por sua vez, será acumulada ao longo do tempo numa “Conta de Capitalização Individual” que, além da contribuição obrigatória (de modo geral, fixada por lei em 10% da remuneração ou renda tributável), pode ser incrementada com contribuições voluntárias. O fundo acumulado pelo afiliado é controlado pelas Administradoras de Fundo de Pensões (AFP), as quais investem esses recursos — submetendo-os ao risco do mercado — em instrumentos comerciais determinados por lei. No momento de se aposentar (seja por invalidez, velhice ou morte do titular — nesse último caso, o valor é concedido a seu beneficiário), o afiliado toma conhecimento do montante acumulado que servirá de base para sua pensão e, então, deverá optar por uma das três possibilidades: 1) retirar, periodicamente, da respectiva AFP os fundos disponíveis; 2) transferir o valor para uma companhia de seguros de vida que, então, deverá pagar-lhe uma renda vitalícia imediata ou, 3) combinar as duas opções.<sup>63</sup> Em suma: de modo geral, *todo* trabalhador deve, obrigatoriamente, filiar-se a uma AFP, submeter-se às políticas por ela estabelecida (que podem variar a depender da Administradora), contribuir mensalmente com, no mínimo, 10% de sua renda tributável sem, no entanto, ter qualquer previsão do valor que lhe será disponibilizado no momento da retirada.

O conteúdo “público” desse modelo de previdência privada reside, portanto, e tão somente, no fato de o Estado — impedido de renunciar à administração institucional da seguridade social — atuar como partícipe do processo. Se, por um lado, é *direito* das AFP determinar suas políticas internas e administrar o dinheiro do contribuinte como melhor lhe convir; por outro, é *dever* do “Estado garantir o financiamento de certos benefícios mínimos; concede[r] prestações assistenciais não contributivas” — as quais são destinadas a pessoas que, por viverem em situação de vulnerabilidade social, não realizaram contribuições para as AFP —; “ditar as normas para o funcionamento do sistema; fiscalizar e controlar o cumprimento da normativa em vigor.”<sup>64</sup> Dito de outro modo, cabe ao Estado desempenhar o papel de coadjuvante. Não por acaso, a inflexão insinuada no Artigo 1º da proposta apresentada pela Convenção torna-se manifesta, precisamente, em seu Artigo 45º:

[...] 2. A lei estabelecerá um sistema de **seguridade social público**, que outorgue proteção em caso de doença, velhice, deficiência, sobrevivência, maternidade e paternidade, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, e em outras contingências sociais de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de

<sup>63</sup> RIVADENEIRA MARTÍNEZ, C. **Aquí se fabrican pobres**: El sistema privado de pensiones chileno. Santiago: LOM ediciones, 2017, *passim*.

<sup>64</sup> *Id.*, p. 18. **No original**: “El Estado garantiza el financiamiento de ciertos beneficios mínimos, otorga prestaciones asistenciales no contributivas, dicta normas para el funcionamiento del sistema y controla el cumplimiento de la normativa vigente”.

capacidade para o trabalho. **Em particular, assegurará a cobertura de prestações a quem exerça trabalhos domésticos e de cuidados.**

3. **O Estado define a política de seguridade social.** Esta será financiada por trabalhadores, trabalhadoras, empregadores e empregadoras, através de contribuições obrigatórias e rendas gerais da nação. Os recursos com os quais a seguridade social é financiada não poderão ser destinados a fins distintos do pagamento dos benefícios estabelecidos pelo sistema [...] (CHILE, 2022, art. 45º, grifos nossos).<sup>65</sup>

O deslocamento é decisivo. Como escreve Enrique Román, as AFP — tal como foram desenhadas — constituem um elemento *fundador* do “modelo chileno” sem o qual, ele “veria erodido o coração de sua estrutura institucional”.<sup>66</sup> Isso significa que o sistema de poupança-investimento articulado em torno das AFP não é nada menos que a *condição* de sobrevivência do modelo de desenvolvimento neoliberal chileno: “a concentração da acumulação de capital possibilitada no Chile pelas AFP é de tal magnitude que seu desmantelamento não deixa brecha para a reconstrução do referido processo de acumulação a partir de outro espaço”.<sup>67</sup> Nesse sentido, a aprovação do texto, que em setembro de 2022 seria submetida ao escrutínio popular, significava, para além de uma ruptura simbólica com a ditadura militar, a imposição de um obstáculo concreto à perpetuação de seu legado: as elites neoliberais administram por meio desse sistema — nos lembra o autor — 75% do PIB de um dos países mais desiguais da América Latina.

Imaginar a enormidade da mudança nos ajuda a dimensionar o fracasso: reconhecer o tamanho dessa derrota (não significa pouco o primeiro processo constituinte realizado depois do fim da ditadura ser rejeitado por 62% da população) é fundamental para compreender que a dinâmica espelhada por esse resultado extrapola, em diversos níveis, a massiva desinformação

---

<sup>65</sup> **No original:** “1 La ley establecerá un sistema de seguridad social público, que otorgue protección en caso de enfermedad, vejez, discapacidad, supervivencia, maternidad y paternidad, desempleo, accidentes del trabajo y enfermedades profesionales, y en las demás contingencias sociales de falta o disminución de medios de subsistencia o de capacidad para el trabajo. En particular, asegurará la cobertura de prestaciones a quienes ejerzan trabajos domésticos y de cuidados. 2 El Estado define la política de seguridad social. Esta se financiará por trabajadoras, trabajadores, empleadoras y empleadores, a través de cotizaciones obligatorias y rentas generales de la nación. Los recursos con que se financie la seguridad social no podrán ser destinados a fines distintos que el pago de los beneficios que establezca el sistema [...]”

<sup>66</sup> ROMÁN, E. **El neoliberalismo en Chile:** Desde el arribo de los Chicago Boys hasta el triunfo del NO. 1960-1990. Providencia, Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2021, p. 140. **No original:** “sin ese pilar el modelo vería erosionado el corazón de su estructura institucional”

<sup>67</sup> *Ibid.* **No original:** “la concentración de la acumulación de capital possibilitada en Chile por las AFP es de tal magnitud que su desarticulación no deja espacio de reconstrucción de dicho proceso de acumulación desde otro espacio”.

orquestrada pela campanha do *Rechazo*.<sup>68</sup> Mas não só. De certo modo, recuperar essa inflexão conceitual (isto é, resgatar a possibilidade de um conceito de público, tanto mais solidário quanto mais democrático — que poderia ter sido, mas não foi) também nos permite dispor as coisas de outra forma. Saber identificar os derrotados é tão importante quanto dimensionar a derrota, porque reconhecer a quem cabe qual papel, nos ajuda a não subestimar a vitória:

Uma revolta carece de “obra” porque tão logo ficamos saturados de futuro, ficamos saturados de “obra” [...]. A revolta “desobra” as operações e as leva a seu ponto zero: **o pacto oligárquico de 1980 foi, precisamente, aquilo que foi removido pela revolta**. [...]. A revolta nos lega a sua desmonumentalização. Ela não precisa de ícones, não precisa de líderes e tampouco de estátuas que celebrem seu nome. **Uma revolta vive em outro plano**, onde pulsa o afeto, onde os corpos se encontram e são afetados [...]. Não depende do tempo cronológico e histórico com a sua conhecida monumentalidade, **mas do tempo intempestivo que introduz um deslocamento interno no próprio tempo cronológico, lançando-o para fora de si**. A chave para toda revolta, mas, acima de tudo, para todo levante, é marcar uma ‘experiência diferente de tempo’” (Karmy, 2023, p. 104, grifos nossos).<sup>69</sup>

Em que pese o teor dos recentes desdobramentos desse processo ainda inconcluso, é importante não perder de vista que a revolta popular alcançou — com a imposição de sua presença, ocupando as ruas com seus corpos — aquilo que a retórica *concertacionista* afirmava impossível. Nesse sentido, a despeito do fracasso da convenção constitucional — e esta não é uma questão pouco importante —, convém não esquecer que quase meio século depois do golpe militar, a Constituição de Pinochet foi, final e efetivamente, posta em xeque.

Nesse acerto de contas com passado, o papel exercido pela onda de protestos que marcou o país nos últimos anos é inquestionável. Contudo, o *estallido* que culminou com a aprovação da constituinte não é a origem de um descontentamento, mas seu estopim. Durante um longo

<sup>68</sup> Cf. ZERÁN, Farid (org.) *De triunfos y derrotas: narrativas críticas para el Chile actual*. Santiago: LOM ediciones, 2023; BORDEL, Jaime. Lecciones para un nuevo proceso constituyente en Chile. **Público**. 6 set. 2022. Disponível em: <https://blogs.publico.es/otrasmiradas/63357/lecciones-para-un-nuevo-proceso-constituyente-en-chile/>; \_\_\_\_\_. Chile decide hoy qué camino le lleva a una nueva constitución. **El salto**. 4 set. 2022. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/chile/plebiscito-constitucion-que-pasa-si-pierde-apruebo/>; LUNA, Juan Pablo. Claves para entender a Chile después del plebiscito (1). Los partidos no funcionan distinto a los independientes. **Tercera Dosis**. 30 ago. 2022. Disponível em: <https://terceradosis.cl/2022/08/30/chile-al-otro-lado-del-plebiscito/>; ROJO, Grínor. La derrota. **Blog LOM Ediciones**. 07 set. 2022. Disponível em: <https://lom.cl/blogs/blog/la-derrota?fbclid=IwAR0LmxV84mGmFyppXcDreSgqXSd-3SFV5auGnAvkt1tY7aV96RgGbv4J5Tk>. À exceção do livro, todos os textos foram acessados pela última vez em 17 de setembro de 2022.

<sup>69</sup> **No original**: “Una revuelta carece de “obra” porque en cuanto estamos saturados de futuro estamos saturados de “obra” [...]. La revuelta “desobra” arrancando las operaciones y llevándolas a su punto cero: el pacto oligárquico de 1980, fue precisamente lo que fue destituido por la revuelta. [...] La revuelta nos lega su desmonumentalización. Ella carece de íconos, no necesita de íconos, no necesita líderes, tampoco estatuas que conmemoren su nombre. Una revuelta vive en otro plano, donde palpita el afecto, donde los cuerpos se encuentran y se afectan [...]. No depende del tiempo cronológico e histórico con su monumentalidad consabida, sino del tiempo intempestivo que introduce una dislocación interna al propio tiempo cronológico, sacándolo fuera de sí. La clave de toda revuelta, pero, sobre todo, de toda sublevación, es marcar una “experiencia diferente de tiempo”.

processo sócio-histórico — inaugurado, é preciso repetir sempre e uma vez mais, pelo espetacular bombardeio do *Palacio de La Moneda* —, o Chile sustentou a fantasia do “oásis latino-americano”<sup>70</sup> às custas da pauperização e do endividamento da maioria esmagadora da sociedade. É necessário, portanto, não perder de vista que a insatisfação que apareceu sob a forma de protestos gigantescos em outubro de 2019 esteve presente no imaginário cultural chileno desde, pelo menos, o fim da ditadura civil-militar. Isso não significa que a revolta das ruas possa ser reduzida a mera “consequência” ou que deva ser compreendida como a “efetivação” de algo que teria sido gestado no campo acadêmico ou artístico. A relação não é de causa e efeito, mas de interconexão: refletir sobre a realidade já é modificá-la porque o pensamento também tem a forma da ação. Uma fagulha só gera incêndio se lançada sobre uma superfície inflamável.

“Elevar sua cólera à altura de um trabalho (o trabalho de cindir essa violência com calma e inteligência, tanto quanto possível)”.<sup>71</sup> Realizar o trabalho da compreensão tomando a heterogeneidade do mundo como *explicação* e *implicação*. “Cindir: elevar seu pensamento à altura de uma cólera. Protestar. Separar, re-cindir as coisas que pareciam evidentes. Mas, também, aproximar sobre um plano coisas que, em outro plano, parecem se opor”.<sup>72</sup> Desvelar o caráter histórico do que aparece como natural, rejeitar a arrogância da objetividade. Realizar o trabalho da compreensão, dialeticamente, tomando a heterogeneidade do mundo como *logos* e como *pathos*, ao mesmo tempo. É o que a prosa ensaística de Diamela Eltit realiza.

O enfrentamento obstinado à selvageria econômica — característica fundamental do neoliberalismo e, portanto, do Chile contemporâneo — talvez seja o fio que confere certa coerência interna a seu trabalho estético: como mencionado na introdução desta tese, todos os seus romances são atravessados, cada qual à sua maneira, pela relação indissociável que se estabelece entre as diversas formas de violação física e simbólica; a efetivação e posterior ampliação de um sistema econômico austero; e suas implicações culturais, políticas e sociais. Contudo, quando realizado sob a forma dos *escritos sobre literatura, arte y política* (subtítulo comum às três coletâneas de ensaios das quais selecionamos os textos que formam o *corpus* desta tese), o gesto performa um outro tipo de comprometimento.

---

<sup>70</sup> No dia 8 de outubro de 2019, o então presidente Sebastián Piñera concede uma entrevista ao programa matinal *Mucho Gusto*, e declara que, em meio a uma América Latina convulsionada, o Chile é um “*verdadero oasis*”. A entrevista completa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNZlqjUpNL8>. Último acesso: 14 de outubro de 2021.

<sup>71</sup> Didi-Huberman (2018), *op. cit.*, p. 85.

<sup>72</sup> *Id.*, p. 103.

Assumindo a enunciação em nome próprio como pressuposto e finalidade, aqui a autora elabora o exercício crítico da especulação tomando a *experiência* como seu único princípio regulador. Por meio desse artifício, põe em ato um modelo contra-hegemônico de racionalidade; um modelo para o qual o conteúdo da crítica é inseparável de sua expressão: “Não esquecer nunca mais a *relação histórica* entre corpo, poder e desamparo,”<sup>73</sup> escreve Eltit. Ao negar-se a desvincular pensamento e afeto, a autora edifica um questionamento capaz de colocar em xeque não apenas a obscenidade do sistema implementado pelo general Pinochet, mas sobretudo, o modo como sua razoabilidade foi largamente defendida: para os democratas da transição, a única saída *racional* para um país fortemente traumatizado por dezessete anos de autoritarismo era, precisa e paradoxalmente, a preservação daquilo que a funesta pirotecnia do 11 de setembro havia inaugurado: “Não deixar de ler que o que estava por trás do avassalamento dos corpos, o não-dito”, ela continua, “radicava num desejo econômico, numa forma selvagem de *repactuar* com o capital”.<sup>74</sup>

Quando destaca a existência de um *novo pacto*, Eltit deixa entrever uma especificidade que distancia esse regime autoritário de qualquer outro vivido anteriormente na América Latina. Isso porque, para além de um retrocesso histórico que interrompe quarenta anos de democracia, *esta* ditadura configura-se como uma “ruptura fundacional”<sup>75</sup> marcada por um duplo movimento: de um lado, impõe-se como um projeto antagônico ao revolucionário socialismo democrático defendido pela Unidade Popular (UP) — coalizão político-elitoral de esquerda fundada em 1969 pelos *Partido Comunista* (PC), *Partido Socialista* (PS), *Partido Social Demócrata* (PSD), *Movimiento de Acción Popular Unitario* (MAPU) e pela *Acción Popular Independiente* (API), aos quais, em 1971, se uniram o *Partido Radical* (PR) e a *Izquierda Cristiana* (IC), uma dissidência da *Democracia Cristiana* (DC) — de outro, institui uma agenda político-econômica de caráter neoliberal. Recuperar esse traço importa porque, como aponta Juan Gabriel Valdés, a austeridade que marcou o país depois da derrota da experiência socialista foi compreendida pelo discurso hegemônico “como o fundamento de uma economia livre e equilibrada”<sup>76</sup> a qual, no início dos anos de 1990, distinguiria, também, sua nascente

<sup>73</sup> ELTIT, D. Las dos caras de la Moneda. In: \_\_\_\_\_. Emergencias: escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A., 2014, p. 25-26. **No original:** “[...] no olvidar nunca más la relación histórica entre cuerpo, poder e indefensión”.

<sup>74</sup> *Id.*, p. 26, itálico nosso. **No original:** “No dejar de leer que lo que estaba detrás del avasallamiento a los cuerpos, aquello no dicho, radicaba en un deseo económico, en una forma salvaje de repactar el capital”.

<sup>75</sup> A expressão é de Franck Gaudichaud.

<sup>76</sup> VALDÉS, J. G. **Los economistas de Pinochet:** la Escuela de Chicago en Chile. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, Edição Kindle, 2020, pos. 149. **No original:** “como el fundamento de una economía libre y balanceada que, poco más de veinte años después, distingue a su naciente democracia”.

democracia. Nesse sentido, qualquer trabalho que se dedique a pensar o Chile contemporâneo não pode desprezar o impacto exercido por esse processo e, menos ainda, minimizar seu significado: a ditadura civil-militar chilena iniciada em 1973 não é nada menos que uma autêntica *contrarrevolução neoliberal*. Este não é um dado negligenciável:

O neoliberalismo é uma proposta institucional [...] dotada de uma rígida cosmovisão ideológica, sobre a qual foi construído um conjunto de medidas e instrumentos de política econômica de curto e médio prazo, que alimentam um modelo econômico específico que aspira a ser instalado, de forma gradual ou abrupta, e cujo objetivo é colocar sob o controle de poderosos grupos empresariais a governança da economia e da sociedade dos países onde essa proposta é implementada ou tenta ser implementada (Román, 2021, p. 19-20).<sup>77</sup>

Uma ressalva, contudo, nos parece necessária: o caráter contrarrevolucionário do período Pinochet não pode, jamais, ser equiparado à revolução por ele interrompida. As medidas gerais que caracterizariam a chamada “via chilena ao socialismo” — quais sejam, a nacionalização de riquezas básicas e estatização de parte dos meios de produção; a organização de um sistema político calcado na participação ativa da classe trabalhadora; e o estabelecimento de uma ordem institucional fundamentada pelo Poder Popular<sup>78</sup> — não têm qualquer semelhança com o Estado Subsidiário<sup>79</sup> implementado pelos ditadores. Afirmar, como faz o mesmo Valdés citado há pouco, que num curto período “um extremo do radicalismo ideológico foi sucedido imediatamente pelo outro extremo”,<sup>80</sup> é incorrer numa relação de falsa simetria, no mínimo, perigosa.

Apesar de ressaltar que a UP jamais flertou com práticas autoritárias — o que já deveria afastar qualquer sorte de comparação nesse sentido —, o autor não se inibe em alegar que tanto os socialistas quanto os neoliberais estavam preparados para executar suas reformas a *qualquer custo*. Por meio de uma manobra retórica, Valdés sustenta a validade dessa aproximação

---

<sup>77</sup> O conceito de neoliberalismo (bem como sua relação com o contexto chileno) será desenvolvido ao longo desta tese. **No original:** “El neoliberalismo es una propuesta institucional [...] dotada de una rígida cosmovisión ideológica, sobre cuyas base se ha construido un paquete de medidas e instrumentos de política económica de corto y mediano plazo, que alimentan un particular modelo económico que aspira ser instalado, de forma gradual o abrupta y cuyo objetivo es colocar bajo el control de poderosos grupos empresariales, la gobernanza de la economía y la sociedad de los países en que esta propuesta se implementa o bien, trata de ser implementada”.

<sup>78</sup> Cf. BORGES, E. C. O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 85-109, ago. 2013. Para uma análise mais detalhada desse período Cf. GAUDICHAUD, F. **Chile 1970-1973**. Mil días que estremecieron al mundo: poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende. Santiago: LOM Ediciones, 2016b.

<sup>79</sup> A noção de subsidiariedade, bem como sua relação com o “modelo chileno” será abordada no terceiro capítulo desta tese.

<sup>80</sup> Valdés, *op. cit.*, pos. 253. **No original:** “un extremo del radicalismo ideológico fue sucedido inmediatamente por el otro extremo”.

demonstrando três “afinidades importantes”<sup>81</sup> entre os dois projetos. A primeira estava associada à *celeridade* com que cada um dos governos executou suas ações fundamentais (a *quase* completa nacionalização do sistema bancário, por um lado, e a implementação *integral* de uma nova ordem baseada na “abertura econômica, na liberalização financeira e na privatização do Estado”<sup>82</sup>, por outro). A segunda, vinculava-se às mudanças estruturais realizadas, tanto pelo democrata quanto pelo ditador, por meio de iniciativas que extrapolavam “medidas normais ou estritamente econômicas”, já que se configuravam como “um corpo ideológico inclusivo, que buscou modificar a forma como a sociedade chilena se organizava e funcionava”.<sup>83</sup> Finalmente, a “terceira afinidade” residiria no fato de ambos os “grupos de revolucionários” mostrarem-se “igualmente críticos em relação ao Chile do passado”,<sup>84</sup> sendo, portanto, esse

o tipo de Estado que os dois experimentos procuravam destruir **por razões que não eram de todo distintas**. O governo da Unidade Popular procurou fazê-lo porque “o papel do Estado sempre foi **favorável aos interesses do capitalismo monopolista**”. Os partidários do regime neoliberal, por sua vez, acreditavam que **o Estado era, por definição, ineficiente, tendendo a favorecer estruturas monopolistas** e, o pior de tudo, obstaculizava o livre mercado. Assim, o Estado se apresentava como o principal obstáculo para a formação de uma sociedade livre. Nas décadas anteriores, houve ataques ao Estado, à sua ineficiência e à sua inclinação para políticas intervencionistas e protecionistas. Tais diatribes foram lançadas por todos os setores ideológicos, incluindo os estruturalistas e os monetaristas, dois grupos econômicos tradicionalmente opostos. Entretanto, essa dinâmica de crítica ao Estado nunca havia alcançado o impacto do debate entre socialistas e neoliberais. Era a primeira vez que esses grupos consideraram, **de forma séria e articulada, o cancelamento radical e definitivo do Estado em todas as suas facetas, incluindo seu papel na política democrática, parte inseparável deste. De fato, os responsáveis por essas políticas, tanto socialistas quanto neoliberais, adotaram uma atitude semelhante de**

---

<sup>81</sup> A expressão é do autor.

<sup>82</sup> Valdés, *op. cit.*, pos. 253. **No original:** “‘el nuevo orden económico’ basado en la trilogía compuesta por la apertura económica, la liberalización financiera y la privatización del Estado, había sido completada”.

<sup>83</sup> *Id.*, pos. 265. **No original:** “[...] fueron mucho más allá de las medidas normales, o estrictamente económicas. A cambio, postularon un cuerpo ideológico inclusivo, que buscó modificar la forma en que la sociedad chilena se organizaba y funcionaba”.

<sup>84</sup> *Id.*, posição 280, itálico nosso. **No original:** “ambos grupos de ‘revolucionarios’ eran igualmente críticos sobre el Chile del pasado”.

**descrença e desdém em relação à, até então, história democrática do país** (Valdés, 2020, pos. 308, grifos nossos).<sup>85</sup>

A decisão de equiparar uma posição anti-imperialista à instauração de um sistema político-econômico que não contava com qualquer precedente histórico — relativizando, para isso, a distância abissal que havia entre aquela democracia e a posterior ditadura — não é minimamente razoável. A começar porque a afirmação de que ambos os projetos se arvoraram para realizar suas reformas “da maneira mais rápida possível” imprime, sub-repticiamente, a falsa ideia de que as propostas levadas a cabo pela Unidade Popular eram repentinas, imprevistas ou que teriam emergido à revelia de seu contexto histórico. Esse é um ponto de vista que desconsidera, pelo menos, duas questões fundamentais: o impacto exercido no imaginário chileno da década de 1960, tanto pela Revolução Cubana quanto pela ascensão da esquerda;<sup>86</sup> e os antecedentes históricos que tornaram possível a vitória eleitoral da UP em 1970. Como adverte Tomás Moulian, o programa da ditadura militar se contrapunha a um modelo econômico de caráter nacional e popular de *longa duração*. Não é demais lembrar que, embora tenha alcançado sua máxima profundidade durante os governos de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), a expressiva participação do Estado na gestão da economia — que remonta à década de 1920, no quando do primeiro mandato de Arturo Alessandri Palma — foi fortalecida pelas primeiras coalizões de centro-esquerda, com

---

<sup>85</sup> **No original:** “Este era el tipo de Estado que ambos experimentos intentaron destruir, por motivos que no eran del todo diferentes. El gobierno de la Unidad Popular buscaba hacerlo porque ‘el rol del Estado siempre ha sido favorable para los intereses del capitalismo monopólico’. Los partidarios del régimen neoliberal, en tanto, creían en que el Estado era, por definición, ineficiente, tendiente a favorecer las estructuras monopólicas y, lo peor de todo, obstaculizaba el libre mercado. De esta forma, el Estado se presentaba como un obstáculo mayor hacia la formación de una “sociedad libre”. En las décadas anteriores existieron ataques hacia el Estado, su ineficiencia y su inclinación hacia políticas intervencionistas y proteccionistas. Tales diatribas eran lanzadas desde todos los sectores ideológicos, incluyendo a los estructuralistas y monetaristas, los dos grupos económicos tradicionalmente opuestos. Pero esta dinámica de crítica hacia el Estado nunca había alcanzado el impacto del debate entre socialistas y neoliberales. Era la primera vez en que estos grupos consideraron, de forma seria y articulada, la cancelación radical y definitiva del Estado en todas sus facetas, incluyendo su rol en la política democrática, parte inseparable de este. En efecto, los responsables de estas políticas, tanto socialistas como neoliberales, adoptaron una actitud similar de descreimiento y desdén hacia la, hasta ahora, historia democrática del país”.

<sup>86</sup> VALLEJOS, J. P. Hacer la revolución en Chile. In: \_\_\_\_\_. (coord.) **Cuando hicimos historia:** La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM ediciones, 2005, p. 10.

Pedro Aguirre Cerda (1938-1941) e Juan Antonio Ríos (1942-1946), e, também, em parte do segundo mandato de Carlos Ibáñez (1952-1958).<sup>87</sup>

Ignorando esse processo histórico, Valdés parece sustentar a viabilidade de sua argumentação (sobretudo quando tenta demonstrar válida a “segunda afinidade”), no fato de serem, ambas, experiências inéditas não apenas na América Latina, mas em todo o mundo ocidental. Este também não é um ponto de apoio seguro. Para além de ser um tanto ingênua a crença em medidas “estritamente econômicas”, o ineditismo do plano de Pinochet residia na implementação de uma nova organização institucional cujos efeitos reais eram até então desconhecidos, e a existência de uma ditadura, sua *condição de possibilidade*. E mais: se levamos em consideração o fato de a especificidade da proposta de Salvador Allende não estar relacionada ao *tipo de sistema* por ele defendido, mas *ao modo* como se daria sua instauração, o espaço que separa esta experiência singular da barbárie que a sucedeu torna-se intransponível:

[...] o Partido comunista e Salvador Allende arriscaram demonstrar ao mundo que o socialismo poderia ser implementado sem violentar o “estado de direito”, respeitando estritamente todas as liberdades democráticas e, acima de tudo, **evitando os horrores de uma guerra civil**. A cautela com a qual esses atores procuraram aplicar o programa de transformações da Unidade Popular, os reiterados gestos de reconhecimento da institucionalidade vigente, e a obsessão (em última instância, frustrada) de chegar a acordos com setores da oposição – como a Democracia Cristã – **são um testemunho eloquente da seriedade com que a estratégia foi assumida**. A grande aposta política do gradualismo foi **aproveitar a conjuntura favorável** para realizar as modificações estruturais mais urgentes (aprofundar a reforma agrária, nacionalizar as riquezas básicas, estatizar as unidades produtivas mais importantes) cultivando, ao mesmo tempo, um apoio social majoritário **que permitisse seguir ganhando eleições e assim consolidar a agenda de construção do socialismo** (Vallejos, 2005, p. 18, grifos nossos).<sup>88</sup>

A terceira “afinidade” apontada por Valdés não é menos questionável. Embora tenha razão quando diz que a crítica ao monopólio foi parte constituinte de ambos os discursos, sua

<sup>87</sup> MOULIAN, T. Cuándo empieza la transición a la dictadura. **Revista Anales**, Santiago, n. 15, p. 89-83, 2018, p. 91. **No original:** “Este nuevo modelo económico sustituye uno de carácter nacional popular, caracterizado por la alta participación del Estado en la gestión económica y el débil papel del mercado. Este era de larga duración pues sus principales rasgos provenían de la década de 1920, cuando tiene lugar el primer gobierno de Arturo Alessandri Palma; más adelante estas características se fortalecen en los dos primeros gobiernos de las coaliciones de centroizquierda, los de Pedro Aguirre Cerda y Juan Antonio Ríos, también en parte del segundo gobierno de Carlos Ibáñez. Adquieren su máxima profundidad durante las administraciones de Frei Montalva y Allende”.

<sup>88</sup> **No original:** “[...] el Partido Comunista y Salvador Allende se jugaron por demostrarle al mundo que el socialismo podía implementarse sin violentar el “estado de derecho”, respetando estrictamente todas las liberdades democráticas, y, por sobre todo, evitando los horrores de una guerra civil. La cautela con que estos actores procuraron aplicar el programa de transformaciones de la Unidad Popular, los repetidos gestos de reconocimiento a la institucionalidad vigente, y la obsesión (a la postre frustrada) por alcanzar acuerdos con sectores de la oposición como la Democracia Cristiana, son elocuente testimonio De la seriedad con que se acometió esta estrategia. La gran apuesta política del gradualismo fue aprovechar la coyuntura favorable para realizar las modificaciones estructurales más urgentes (profundizar la reforma agraria, nacionalizar las riquezas básicas, estatizar las unidades productivas más gravitantes), cultivando a la vez un apoyo social mayoritario que permitiera seguir ganando elecciones y así consolidar la agenda de construcción del socialismo”.

fundamentação, finalidade e efetividade divergiam em todos os sentidos. Enquanto a Unidade Popular enfrentou, de modo concreto, o desenvolvimento do capitalismo monopolista por considerá-lo um processo que “nega a ampliação da democracia e exacerba a violência antipopular”,<sup>89</sup> o rechaço neoliberal ao monopólio era (e ainda é) meramente performático. A contrapelo de suas declarações sobre a liberdade econômica, o que os neoliberais chilenos efetivamente objetivavam era a captura do aparato estatal. Foi, precisamente, a *ocupação* do Estado — escreve Enrique Román —, que lhes permitiu realizar um trabalho de reestruturação do mercado por meio da *limitação da concorrência*. Isso significa que as ações capazes de neutralizar os comportamentos divergentes de todo e qualquer ator econômico ou social potencialmente hábil para obstaculizar o projeto neoliberal foram elaboradas *a partir* destes mercados oligopolizados. Não por acaso, continua o economista, o neoliberalismo chileno se associou “aos interesses daqueles grupos econômicos cujo poder de mercado foi fortalecido pela ação estatal que, por ação ou omissão, longe de promover a concorrência, a limitou”.<sup>90</sup>

Aqui, uma outra ressalva nos parece necessária: embora consideremos descabidas as comparações apresentadas pelo autor no início de seu *Los economistas de Pinochet* (2020), há pelo menos duas razões que nos levam, ainda assim, a mencioná-las. A primeira diz respeito ao fato de Valdés ser frequentemente referenciado por outros autores importantes (e que se debruçam com mais responsabilidade sobre a relação que o Chile estabelece com o neoliberalismo) especialmente quando se trata de recuperar a formação dos *Chicago Boys*. Juan Gabriel Valdés elabora, nesse mesmo livro, um panorama completo sobre a história dos economistas responsáveis pela redação do plano econômico que caracterizaria a ditadura chilena como a primeira experiência neoliberal do mundo. Revisitá-lo, era então, necessário. Diante disso (e esta é segunda razão pela qual decidimos trazê-lo já neste ponto do texto), nos pareceu imperativo enfatizar a impertinência dessa aproximação não apenas para deixar clara nossa discordância, mas para indicar que quando opta por aproximar programas de naturezas tão distintas Valdés acaba por encobrir o que é verdadeiramente semelhante. É preciso ter cautela com as falsas simetrias, sobretudo, para não incorrer em dissimuladas disparidades:

Dessa forma, não deveria surpreender que o exemplo chileno tenha sido citado como um protótipo das “Terapias de Choque” utilizadas para combater o caos produtivo em meio a uma inflação desenfreada, como acontece na Rússia e em alguns países do Leste Europeu. A História é, de fato, capaz de gerar as reviravoltas mais estranhas.

<sup>89</sup> UNIDAD POPULAR (Chile). **Programa Básico de Gobierno de la Unidad Popular**: candidatura presidencial de Salvador Allende. Santiago, 1969, p. 5. **No original**: “El desarrollo del capitalismo monopolista niega la ampliación de la democracia y exacerba la violencia antipopular”.

<sup>90</sup> Román, *op. cit.*, p. 156. **No original**: “Es así que el proyecto neoliberal chileno se ha visto asociado a los intereses de aquellos grupos económicos, cuyo poder de mercado se ha visto fortalecido por la acción estatal, la que, por acción u omisión, lejos de promover la competencia la ha limitado”.

Estas referências sobre o Chile parecem inclinar a crença, aparentemente inevitável, de que as enfermidades econômicas devem conduzir, necessariamente, a soluções drásticas, inclusive se elas requerem a implementação de políticas draconianas. Como no Chile há vinte anos, alguns observadores podem **confundir os custos inevitáveis inerentes a um processo de normalização econômica com a busca deliberada pela purificação ideológica** (Valdés, 2020, pos. 161, grifo nosso).<sup>91</sup>

Não há custos inevitáveis. Não há nenhum nível de equivalência possível entre uma democracia anti-imperialista e uma ditadura de livre-mercado. Não há como separar a pretensa e altamente questionável “normalização econômica” da “busca deliberada pela purificação ideológica”. Só é possível efetivar aquilo que, de algum modo, está disponível; e a doutrina neoliberal disponibilizou-se ao Chile, desde o início, como um projeto economicista de sociedade, por princípio, violento. Não fora, portanto, o modo de sua implementação que converteu o neoliberalismo numa ideologia extremista, é o fato de ser, entre outras coisas, uma ideologia extremista que determinou o modo de sua implementação inaugural.

A subversão desses dados é perigosa porque, para além de oportunizar falsas proximidades, dá lastro a interpretações enviesadas que, relativizando a truculência do método pinochetista, tentam desvincular a dinâmica interna desse sistema político-econômico de sua origem totalitária. Mas não por acaso. Quando o vínculo entre violência e neoliberalismo é lido como uma contingência temporal e geograficamente localizada, a crítica que deveria direcionar-se ao tipo de racionalidade que lhe é própria passa a dirigir-se a uma suposta “versão autoritária”. Ao distanciar essa nova razão do mundo<sup>92</sup> da barbárie que oportunizou sua efetivação primeira — seja pela negação de um dado historicamente determinado<sup>93</sup>, seja por meio da relativização de suas consequências<sup>94</sup> —, a tática intrínseca à lógica neoliberal é escamoteada. Isto que os “intelectuais neoliberais e economistas especializados” consideram

---

<sup>91</sup> **No original:** “De esta forma, no debiera sorprender que el ejemplo chileno haya sido citado como un prototipo de las ‘Terapias de Shock’ que se utilizaran para combatir el caos productivo en medio de una inflación desatada, tal como sucede en Rusia y en algunos países de Europa del Este. La Historia es, en efecto, capaz de generar los giros más extraños. Estas referencias sobre Chile parecen inclinar la creencia, al parecer inevitable, de que las enfermedades económicas deben conducir necesariamente a soluciones drásticas, incluso si ellas requieren la implementación de políticas draconianas. Tal como en Chile veinte años atrás, algunos observadores pueden confundir los inevitables costos que entraña un proceso de normalización económica con la búsqueda deliberada de la purificación ideológica”.

<sup>92</sup> A expressão é de Pierre Dardot e Christian Laval.

<sup>93</sup> Como quando Arnold Harberger declara não crer que as violações dos direitos humanos fossem necessárias ou parte do processo: “I don’t think the human rights violation were necessary in order to have the good things we have; I don’t think they were a part of the process”. CHICAGO BOYS. Direção: Carola Fuentes; Rafael Valdeavellano. Santiago de Chile: La Ventana Films. Documentário. 2015, 1h 01min 24s. Todas as traduções do inglês são de nossa responsabilidade, salvo quando indicado.

<sup>94</sup> Como faz Garry Becker (p. 20) ao afirmar que, retrospectivamente, a disposição dos economistas de Pinochet em “trabalhar para um ditador cruel e iniciar uma abordagem econômica diferente, *foi uma das melhores coisas que aconteceram ao Chile*”. **No original:** “In retrospect, their [dos Chicago Boys] willingness to work for a cruel dictator and start a different economic approach was one of the best things that happened to Chile”. BECKER, Gary S. What Latin America Owes to the “Chicago Boys.” *Hoover Digest*, [S. l.], n. 4, p. 20–21, 1997.

uma “característica distintiva da modernidade ocidental do final do século XX”,<sup>95</sup> não é nada menos que um modelo de controle social em cuja cena política primitiva estão mais de quarenta mil vítimas:<sup>96</sup>

Foi justamente na fase mais repressiva do regime que a aplicação dogmática do neoliberalismo foi colocada em prática (1973-1982). **Se as primeiras medidas datam de 1975** – momento em que Pinochet conseguia impor-se no seio da Junta contra as ideias nacionalistas e corporativistas do General Leigh (Valdivia, 2003) –<sup>97</sup>, **os primeiros anos de terror foram a condição *sine qua non* da terapia monetarista**. Como o próprio Milton Friedman havia aconselhado a Pinochet, a guinada neoliberal **deveria ser aplicada segundo uma lógica de guerra relâmpago** para neutralizar a oposição dos sindicatos e outras resistências coletivas, baixando a inflação galopante herdada de Allende (Gaudichaud, 2016, p. 20, grifos nossos).<sup>98</sup>

Não é, portanto, negligenciável o fato de ter sido sob um Estado totalitário que, pela primeira vez na história, o receituário neoliberal foi efetivamente implementado. Embora a neoliberalização da economia global tenha se consolidado no final do século passado, e apesar de sua inserção na América Latina ter acontecido, de modo amplo e sistemático, nos anos 1990,<sup>99</sup> a ditadura-civil militar chilena antecipou esse ciclo histórico em mais de dez anos. Desde essa perspectiva, Gaudichaud tem razão quando diz que o “Chile será ‘neoliberal’ antes que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos o fossem”.<sup>100</sup> Isso não significa, contudo, que a ditadura civil-militar tenha urdido um novo sistema econômico e o exportado ao mundo globalizado. Recuperar esse estágio da história do neoliberalismo tampouco indica que a atuação do ditador — e dos civis colaboracionistas — tenha determinado o curso da economia global. Ainda que o processo chileno seja singular e incomparável, convém não esquecer que o modelo de desenvolvimento neoliberal instaurado no país a partir de 1973 é “um corpo de ideias derivado”<sup>101</sup> e não está descolado da história.

<sup>95</sup> Valdés, *op. cit.*, pos. 161. **No original:** “como característica distintiva de la modernidad occidental”.

<sup>96</sup> INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la calificación de detenidos desaparecidos, ejecutados políticos y víctimas de prisión política y tortura. 2010, p. 51.

<sup>97</sup> Cf. ZÁRATE, V. V. **El golpe después del golpe. Leigh vs Pinochet 1960-1980**. Santiago de Chile: Lom Editorial, 2003.

<sup>98</sup> **No original:** “Fue precisamente en la fase más represiva del régimen que la aplicación dogmática del neoliberalismo se puso en práctica (1973- 1982). Mientras las primeras medidas datan de 1975 –en momentos en que Pinochet lograba imponerse en el seno de la Junta contra las ideas nacionalistas y corporativistas del General Leigh (Valdivia, 2003)–, los primeros años de terror fueron la condición sine qua non de la terapia monetarista. Como le había aconsejado el mismo Milton Friedman a Augusto Pinochet, el giro neoliberal debía ser aplicado según una lógica de guerra relámpago a fin de neutralizar la oposición de los sindicatos y otras resistencias colectivas, haciendo bajar la inflación galopante heredada de Allende”.

<sup>99</sup> Basta pensarmos na atuação de Carlos Salinas no México; de Alberto Fujimori no Peru e de Fernando Collor de Mello no Brasil, para citar alguns exemplos.

<sup>100</sup> GAUDICHAUD, F. La vía chilena al Neoliberalismo: miradas cruzadas sobre un país laboratorio. **Revista Divergencia**, n. 6, Año 5, pp. 13-28. Enero – Julio. 2016, p. 15. **No original:** “Chile será ‘neoliberal’ antes de que lo fueron Gran Bretaña y los Estados Unidos”.

<sup>101</sup> A expressão é de Enrique Román.

Do ponto de vista teórico, a origem da ideologia neoliberal não é um consenso: há autores que, como Perry Anderson, consideram ser a criação da sociedade de Mont-Pèlerin em 1947, o seu marco inicial; outros, como Pierre Dardot e Christian Laval, defendem que seu nascimento é ainda anterior e remonta ao Colóquio de Walter Lippmann ocorrido em Paris em 1938. Em que pese o fato de a escolha do momento fundador motivar diferentes perspectivas de análise,<sup>102</sup> não é o debate sobre a gênese do pensamento neoliberal o que propriamente nos interessa. Se recuperamos essa divergência é, antes, com o intuito de, a partir dela, destacar um aspecto fundamental: no quando de seu surgimento, e a despeito de seu posterior triunfo acadêmico, o impacto das ideias neoliberais era quase inexistente. A razão dessa inexpressividade política não é pouco conhecida: na primeira metade do século XX, o êxito da resposta keynesiana à Grande Depressão havia relegado qualquer discurso estruturado pela máxima da “plena liberdade econômica” à margem das discussões efetivamente importantes. Naquela quadra da história, a eficiência da intervenção estatal — cujo objetivo era alcançar, a um só tempo, o pleno emprego e um crescimento contínuo — parecia indiscutível.

Entretanto, se inicialmente, o Estado de Bem-Estar Social foi capaz de satisfazer as demandas do contexto do qual emergira, em 1973 a crise do petróleo — responsável por introduzir, em âmbito global, “uma forte tendência recessiva que conduziu ao estancamento as economias dos países desenvolvidos”<sup>103</sup> — abriria espaço para que ideias keynesianas fossem fortemente questionadas. Diante do fracasso do liberalismo clássico (experimentado no início do século) e da, agora, incapacidade do keynesianismo de restaurar a estabilidade econômica, as propostas neoliberais ganharam atratividade. Ainda que fosse inegável o fato de a recessão, a alta da inflação e as baixas taxas de crescimento estarem vinculadas à crise enfrentada pela economia do pós-guerra, a retórica neoliberal não hesitou em associar as raízes desse fenômeno global de estagflação<sup>104</sup> ao

[...] poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995, p. 10).

---

<sup>102</sup> A questão é, inclusive, largamente discutida por Pierre Dardot e Christian Laval no segundo capítulo de *A nova Razão do mundo*, intitulado “O colóquio de Walter Lippmann ou a reinvenção do liberalismo”.

<sup>103</sup> Román, *op. cit.*, p. 102. **No original:** “la crisis del petróleo de 1973 hizo subir los precios mundiales y ralentizó la producción y el crecimiento económico, lo que introdujo a nivel global una fuerte tendencia recessiva que condujo al estancamiento a las economías de los países desarrollados”.

<sup>104</sup> A estagflação é um fenômeno econômico que combina estagnação (crescimento da taxa de desemprego) e inflação (aumento contínuo dos preços). Para que se tenha uma ideia da dimensão da crise, vale mencionar que nos Estados Unidos e na Europa, as taxas de inflação dispararam de cerca de 3% em 1965, para 12% em 1975. (*Id.*, p. 101).

É nesse contexto que o golpe de 11 de setembro — deflagrado poucos meses depois da instauração da crise mundial — abre-se como uma “brecha” histórica: no Chile, os ideólogos do neoliberalismo teriam, enfim, a possibilidade de demonstrar seus postulados *empíricamente* e, dessa forma, “influenciar de um modo crescente os economistas do mundo todo”.<sup>105</sup> Quando o anticomunismo é uma premissa inegociável e o pacto democrático um valor relativo que, inclusive, pode tornar-se incompatível com a liberdade — já que esta última, escreve Hayek, “depende da divisão do poder” enquanto a democracia tende à sua unidade<sup>106</sup> — a existência de um Estado autoritário, longe de representar uma contradição teórica, configura-se como uma conveniente oportunidade política:

Liberalismo e democracia, embora compatíveis, não são a mesma coisa. O primeiro está preocupado com a extensão do poder governamental, enquanto o segundo está relacionado a quem detém esse poder. A diferença é melhor vista se considerarmos seus opostos: o oposto do liberalismo é o totalitarismo, enquanto o oposto da democracia é o autoritarismo. Em consequência, é pelo menos possível, em princípio, que um governo democrático possa ser totalitário e que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais (Hayek, 1967, p. 161).<sup>107</sup>

O pioneirismo de Pinochet reside, portanto, e tão somente, no fato de ter sido sob seu comando que, pela primeira vez, um país converteu o conjunto das abstrações teóricas da doutrina neoliberal em um projeto político-econômico concreto. Extrapolar o ineditismo das ações do general para além desse dado específico é ignorar que, de certo modo, sua contrarrevolução o antecede: apesar de ter sido validado pela ditadura civil-militar, não fora em 1973 que o ideal do neoliberalismo irrompeu em solo chileno. Muito antes de Richard Nixon fomentar a desestabilização do governo de Salvador Allende e financiar o golpe que finalmente o deporá, seu antecedente republicano<sup>108</sup> já havia incluído o país andino na pauta de sua devastadora política externa. E, embora não deva ser compreendida como uma primeira etapa do golpe de 11 de setembro, foi essa intervenção que pavimentou o caminho por onde passariam, duas décadas mais tarde, os tanques militares.

---

<sup>105</sup> *Id.*, p. 104. **No original:** “El golpe de Estado en Chile y la hegemonía económica que dentro de él habían adquirido [...] dieron a los pensadores neoliberales la posibilidad de influir de un modo creciente en economistas de todo el mundo”.

<sup>106</sup> HAYEK, F. A. **Studies in Philosophy, Politics, and Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 146. **No original:** “Liberty depends on the division of power. Democracy tends to unity of power”.

<sup>107</sup> **No original:** “Liberalism and democracy, although compatible, are not the same. The first is concerned with the extent of governmental power, the second with who holds this power. The difference is best seen if we consider their opposites: the opposite of liberalism is totalitarianism, while the opposite of democracy is authoritarianism. In consequence, it is at least possible in principle that a democratic government may be totalitarian and that an authoritarian government may act on liberal principles”.

<sup>108</sup> Os dois presidentes que comandaram o país antes de Richard Nixon foram os democratas John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, sendo, portanto, Dwight D. Eisenhower o seu antecedente *republicano*.

## 1.1 Quando a força bruta não pode prescindir da força das ideias

Eleito vinte e três anos antes da subida de Pinochet ao poder, o estadunidense Dwight Eisenhower tomou para si a missão de derrotar o desenvolvimentismo que no período do pós-guerra estava em curso no chamado “Terceiro Mundo”. Tão logo assumiu o governo, o presidente autorizou a instrumentalização de dois golpes de Estado: em 1953, a CIA derrubou Mohammad Mosaddegh no Irã<sup>109</sup> e, no ano seguinte, orquestrou — juntamente com a *United Fruit Company* — a derrocada de Árbenz Guzmán na Guatemala, que em 27 de junho de 1954 renuncia à presidência. O caso chileno, contudo, precisou ser tratado de maneira distinta. Naquele momento, os métodos mais usuais aos Estados Unidos encontravam no Chile dois grandes entraves. O primeiro era de ordem histórica e relacionava-se ao fato de a associação entre desenvolvimento econômico e centralização estatal ser parte estruturante da tradição política do país. Como apontam Gabriel Salazar e Julio Pinto, o “estatismo produtivista” inaugurado por Carlos Ibáñez — ampliado pela República Socialista e não abandonado pelo Estado político-liberal oligárquico de Jorge Alessandri — foi “sobredimensionado, em maior ou menor medida, por todos os governos do período de 1938-1973”.<sup>110</sup> O segundo entrave é da ordem do acontecimento: especialmente nas décadas de 1950 e 1960, os economistas chilenos mais influentes tornaram-se fortes críticos da política de industrialização, e engajados defensores de uma mudança estrutural que

no âmbito doméstico consistia em erradicar os ‘compromissos’ que o primeiro discurso desenvolvimentista havia mantido com o passado pré-industrial (latifúndio, pobres do campo e da cidade, dependência externa do setor exportador, etc.), e, naquele internacional, lutar contra as deformações do mercado mundial (Salazar; Pinto, 1999, p. 160).<sup>111</sup>

Essa “virada” no pensamento econômico chileno configurava-se, de certo modo, como uma resposta à declaração dada em 1949 por George Marshall durante a Conferência Interamericana de Bogotá: com a exceção das trocas do livre-mercado, ele havia dito, a cooperação interamericana se restringiria ao campo político-militar contra o bloco Soviético — o que representava uma recusa peremptória por parte dos Estados Unidos em incluir no bojo do

<sup>109</sup> Cf. AMERICAN Coup. Direção: Joe Ayella. Inglaterra: Journeyman Pictures, 2016. Documentário. 2016. 97min.

<sup>110</sup> SALAZAR, G.; PINTO, J. **Historia Contemporánea de Chile: estado, legitimidad, ciudadanía** (vol.1). Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1999, p. 47. **No original:** “El ‘estatismo productivista’ semi-constitucional inaugurado por Ibáñez, aumentado en 1932 por la República Socialista, no desmantelado por el segundo gobierno (liberal) de Alessandri, y magnificado, cual más cual menos, por todos los gobiernos del período 1938-1973”.

<sup>111</sup> **No original:** “en lo doméstico, consistía en erradicar los ‘compromisos’ que el primer discurso desarrollista había mantenido con el pasado pre-industrial (latifundio, pobres del campo y la ciudad, dependencia externa del sector exportador, etc.), y en lo internacional, luchar contra las deformaciones del mercado mundial”.

projeto de reconstrução do pós-guerra o financiamento de planos de desenvolvimento para o sul do continente.<sup>112</sup> Diante disso, sob a liderança do economista Raúl Prebisch, os latino-americanos alinharam-se às elaborações do Comitê Econômico para a América Latina (CEPAL) que tinha por objetivo discutir e propor teorias *nacionais* de desenvolvimento. Delineava-se, assim, um afastamento radical não apenas do velho nacional-desenvolvimentismo, mas sobretudo “das teses de livre mercado sustentadas pelos Estados Unidos, pelo FMI e pelas demais instituições de controle liberal que surgiram em Bretton Woods”.<sup>113</sup> As palavras que Luis Escobar Cerda, decano da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, escreve em seu “Necesidad de una interpretación nacional del desarrollo económico” resumem a questão de modo exemplar: “não é possível formular uma teoria geral do desenvolvimento válida para todas as regiões; é preciso buscar tantas interpretações quantas forem as situações existentes”.<sup>114</sup> A nova dinâmica efetuava um movimento audacioso. Em última instância, escrevem os historiadores, a existência mesma dessa proposta de reencontro teórico com a própria realidade já era um modo de romper com a “tradição abstrata da ciência ocidental”:<sup>115</sup>

Isso implicava construir “tipologias” de todo o tipo: mundiais ou hemisféricas, de dependência ou subdesenvolvimento, de reforma ou revolução. O ‘politicamente’ importante era (e, sem dúvida, foi) distinguir-se das teorias de livre mercado e monetaristas. O grande norte de toda “especificação” foi, contudo, a rigidez estrutural do mercado mundial (causa de todas as dependências), e não tanto os obstáculos internos do desenvolvimento. Desse modo, todas as especificações ricochetearam nas tipologias para retornar ao mercado mundial. **Isto é, para o desvelamento do principal inimigo: o imperialismo** (Salazar; Pinto, 1999, p. 161, grifo nosso).<sup>116</sup>

O obstáculo que o país impunha a Eisenhower era, então, duplamente complexo: para mitigar a hegemonia das novas teorias de desenvolvimento, sua vocação imperialista precisaria superar não apenas o pouco prestígio de que gozava o ideal do livre mercado naquele contexto

---

<sup>112</sup> Cf. Salazar; Pinto, 1999.

<sup>113</sup> Salazar; Pinto, *op. cit.*, p. 161. **No original:** “de las tesis libre-mercadas que sostuvieron Estados Unidos, el FMI y las restantes instituciones de control liberal surgidas en Bretton Woods”.

<sup>114</sup> CERDA, Luis Escobar. Necesidad de una interpretación nacional del desarrollo económico. **El trimestre económico**, v. 27, n. 108 (4), pp. 606-615, Octubre – Diciembre. 1960, p. 608. **No original:** “no se puede formular una teoría general del desarrollo válida para todas las regiones; tienen que encontrarse tantas interpretaciones como situaciones se presenten”.

<sup>115</sup> Salazar, Pinto, *op. cit.*, p. 161. **No original:** “Se proponía producir un reencuentro (teórico) con la identidad y la realidad propias que, de darse, implicaba quebrar la tradición abstracta de la ciencia occidental”.

<sup>116</sup> **No original:** “Esto implicaba construir ‘tipologías’ de todo tipo: mundiales o hemisféricas, de dependencia o subdesarrollo, de reforma o revolución. Lo ‘politicamente’ importante (que sin duda lo fue) era separar aguas de las teorías libremercadistas y monetaristas. El gran norte de toda ‘especificación’ fue, sin embargo, la rigidez estructural del mercado mundial (causa de todas las dependencias), y no tanto los obstáculos internos del desarrollo. De este modo, todas las especificaciones rebotaron en las tipologías para volver al mercado mundial. O sea: a develar al principal enemigo: el imperialismo”.

histórico, mas toda uma tradição política marcada, justamente, pela indissociabilidade entre Estado e economia. Se a instrumentalização de um golpe aos moldes do Irã e Guatemala não parecia viável ao presidente estadunidense, tampouco o seria ignorar — especialmente num contexto de Guerra Fria — os rumos que o pensamento econômico chileno tomava. A intervenção era inevitável, mas aconteceria, nesse momento, de uma outra forma.

Foi Albion Patterson quem primeiro vislumbrou o caminho a ser trilhado. Em 1953, depois de haver cumprido sua primeira missão internacional no Paraguai, o antigo funcionário do *Instituto de Asuntos Interamericanos* assumiu no Chile o cargo de diretor de projetos da *Agencia para el Desarrollo Internacional (AID)*. Sua atuação inicial no país foi determinante para que essa intervenção tomasse forma. Foi o sucesso do plano de desenvolvimento agrícola (*Plan Chillán*) proposto ao governo de Ibáñez — “a primeira iniciativa impulsionada pelos Estados Unidos fora de uma capital latino-americana”<sup>117</sup> — que garantiu a Patterson o capital político para liderar um projeto de “reparo” na formação dos latino-americanos, cujo intuito era, a médio prazo, modificar as diretrizes da economia chilena. Esse processo de “imperialismo intelectual”<sup>118</sup> ao qual o país foi submetido viria a ser efetivamente formatado no quando de seu encontro com Theodore W. Schultz, o então diretor do departamento de economia da Universidade de Chicago. A parceria não poderia ser mais oportuna: a reforma educacional desejada pelo primeiro era a deixa que o segundo precisava para executar aquilo que nomeou, textualmente, “Teste econômico na América Latina”:<sup>119</sup>

Enquanto nós aguardamos oprimidos pela inflexibilidade, a União Soviética, com seus novos e audaciosos movimentos, já ganhou muita liberdade de ação. **Os Estados Unidos devem fazer um balanço dos seus programas econômicos no exterior. É imperativo que reflitamos sobre o papel das medidas econômicas à nossa disposição.** [...] Nosso sistema econômico, em consequência desse desenvolvimento, enfrenta um novo tipo de teste crítico. A parte desse teste que pode contar mais aos olhos do mundo não acontecerá dentro das órbitas de poder imediatas dos dois competidores, isto é, dentro do bloco Soviético ou nos Estados Unidos. [...] O campo de testes onde a pontuação mais contará será nos “outros” países, especialmente naqueles onde as pessoas são pobres, onde querem melhorar sua vida e onde os líderes se consideram, substancialmente, fora de qualquer uma dessas duas órbitas. [...] **nós queremos que eles elaborem sua salvação econômica relacionando-se conosco e utilizando nosso modo de alcançar seu desenvolvimento econômico.** Embora não devamos relaxar nossa vigilância em relação a todo e qualquer movimento da União Soviética, **seria prudente olharmos mais que de modo casual, de vez em quando,**

<sup>117</sup> Valdés, *op. cit.*, pos. 3097. **No original:** “la primera impulsada por Estados Unidos fuera de una capital latinoamericana”.

<sup>118</sup> A expressão é de Naomi Klein.

<sup>119</sup> “Economic Test in Latin America”, é o título do texto do qual retiramos a citação.

**para os desenvolvimentos mais próximos e particularmente na América Latina** (Schultz, 1956, p. 1-2, grifos nossos).<sup>120</sup>

Das reuniões realizadas, ainda em 1953, por esses dois atores fundamentais da história chilena, nasceu o plano de intervenção que “salvaria” o país: um projeto educacional de transferência ideológica, cuja promoção seria realizada, originalmente em 1955, pela *International Cooperation Administration* (ICA). Embora declarassem ter por objetivo “promover o pluralismo das teorias econômicas ensinadas no Chile naquela época”,<sup>121</sup> o verdadeiro propósito dessa intervenção era fazer frente à hegemonia do estruturalismo cepalino, ou, como gostavam de dizer, à “ideologia socialista”. A instituição responsável pela transmissão da mensagem — que em uma década, diziam os idealizadores do projeto, seria capaz de transformar completamente a administração econômica do país — não foi escolhida ao acaso. A Universidade de Chicago era amplamente reconhecida por sua habilidade em produzir “um tipo específico de profissional”. Foi precisamente esta, a razão que

[...] determinou a decisão da ICA de estipular que esta universidade **seria a contraparte obrigatória** dos convênios oferecidos às universidades chilenas contatadas: a Universidade do Chile e a Universidade Católica. O interesse do emissor foi baseado em dois fatores. Primeiro, a intenção de um grupo de economistas daquela universidade em se **opor à influência exercida na região pelas teorias do desenvolvimento** que vinham sendo produzidas pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL). Em segundo lugar, a **experimentação *in situ* das teorias referentes ao capital humano** que, concebidas pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago, foram compartilhadas

---

<sup>120</sup> **No original:** “The Soviet Union with its bold new moves has already gained much freedom of action, while we stand by, burdened with inflexibility. The United States must take stock of its economic programs abroad. It is imperative that we think through the role of economic measures at our disposal. [...] Our economic system, as a consequence of these developments, faces a new kind of critical test. The part of this test which may count most in the eyes of the world will not take place within the immediate power orbits of the two contestants; that is, within the Soviet bloc or in the United States. [...] The testing ground where the score will count the most will be in the “other” countries, particularly in countries where people are poor, where they want to improve their lot, and where the leaders consider themselves to be substantially “outside” of either of these two orbits. [...] we want them to work out their economic salvation by relating themselves to us and by using our way of achieving their economic development. While it behooves us not to relax our vigilance as we watch each and every move of the Soviet Union, we would do well to take more than a casual look, now and then, at developments closer at hand and particularly in Latin America”.

<sup>121</sup> Valdés, *op. cit.*, pos. 1407. **No original:** “El objetivo explícito consistía en alentar el pluralismo de las teorías económicas que se enseñaban en Chile durante esa época. El objetivo implícito, en tanto, era combatir lo que era definido como la “ideología socialista” de la economía chilena, y cambiar las cosas de tal manera de poder transformar la administración económica del país dentro de una década”.

pelos responsáveis pelos programas de assistência no exterior do governo dos Estados Unidos (Valdés, 2020, pos. 1412, grifos nossos).<sup>122</sup>

Com o intuito de assegurar “um ‘mínimo ruído’ na comunicação, um período adequado para a transferência e um conveniente grau de redundância das mensagens transmitidas”,<sup>123</sup> o projeto foi estruturado em duas frentes. De um lado, estudantes chilenos — cuidadosamente selecionados pelos docentes estadunidenses — receberiam bolsas para cursar economia no programa de pós-graduação da Universidade de Chicago. De outro, alguns integrantes deste departamento, incluindo o próprio Schultz, ficariam responsáveis por operar em sentido inverso: viajariam para Santiago “a fim de conduzir pesquisas sobre a economia chilena e para treinar alunos e professores nos fundamentos da Escola de Chicago”.<sup>124</sup>

Apesar de a proposta ter sido declinada por Juan Gómez Millas — em função da “percepção crítica que existia sobre o tipo de economia ensinada em Chicago”<sup>125</sup> —, o entrave imposto pela negativa inicial foi rapidamente superado e não trouxe grandes prejuízos. Após a recusa da Universidade do Chile, Patterson não levou muito tempo para encontrar numa outra instituição — à época, menos influente, mais conservadora e sem um departamento de economia estruturado — o solo fértil de que precisava. Em 1956, sob a coordenação de Arnold Harberger e em parceria com a Universidade Católica, o *Proyecto Chile* foi lançado oficialmente. Nasceram, com ele, os *Chicago Boys*.

O impacto inicial do programa não foi, contudo, muito expressivo: os primeiros alunos que retornaram de Chicago, escreve Manuel Gárate Chateau, eram parte de uma “pequena comunidade epistemológica isolada”.<sup>126</sup> Contando apenas com a credulidade dos professores estadunidenses, nestes primeiros anos os economistas enfrentaram ampla resistência: para além

---

<sup>122</sup> **No original:** “[...] determinó la decisión de la ICA de estipular que esta universidad sería la contraparte obligatoria de los acuerdos ofrecidos a las universidades chilenas contactadas: la Universidad de Chile y la Universidad Católica. El interés del emisor se basaba en dos factores. Primero, la intención de un grupo de economistas de esa universidad de oponerse a la influencia que ejercían en la región las teorías del desarrollo, que habían sido producidas por la Comisión Económica de las Naciones Unidas para Latinoamérica (ECLA). Segundo, la experimentación in situ de las teorías referidas al capital humano que, concebidas por el Departamento de Economía de la Universidad de Chicago, eran compartidas por los jefes de los programas de asistencia exterior del gobierno de Estados Unidos”.

<sup>123</sup> Valdés, *op. cit.*, pos. 1423. **No original:** “un ‘mínimo ruido’ en la comunicación, un período adecuado para la transferencia y un conveniente grado de redundancia de los mensajes transmitidos”.

<sup>124</sup> KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque:** a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 76.

<sup>125</sup> CHATEAU, M. G. **La revolución capitalista de Chile:** desde la tradición del liberalismo decimonónico (1810-1970) a la búsqueda de una utopía neoconservadora (1973-2003). Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012, p. 123. **No original:** “[...] la percepción crítica que había sobre el tipo de economía que se enseñaba en Chicago, al contrario de las corrientes estructuralistas y del desarrollo que predominaban en la Universidad de Chile”.

<sup>126</sup> *Id.*, 137. **No original:** “Los primeros economistas de la PUC formados en Chicago eran parte de una pequeña comunidad epistemológica aislada”.

do obstáculo óbvio imposto tanto pela hegemonia do estruturalismo cepalino quanto pelo crescente fortalecimento da esquerda — “no Chile dos anos sessenta o ‘politicamente correto’ era ser partidário da revolução” —<sup>127</sup>, os *Chicago Boys* também não inspiravam a confiança da direita local. Embora manifestassem certa concordância geral com as premissas importadas de Chicago, boa parte do empresariado e da classe política tradicional viam a “nova ciência econômica” como uma disciplina acadêmica válida teoricamente, mas inviável do ponto de vista prático:

[...] a realidade política lhes dizia que viviam em um sistema de compromisso, onde o mais importante era a integração social, não como resultado de valores democráticos internalizados pela elite, mas como uma estratégia de equilíbrio diante do conflito social e da possibilidade de uma revolução (Chateau, 2012, p. 138).<sup>128</sup>

Oito anos depois do encerramento do projeto, contudo, o cenário mudaria radicalmente. Em 1969, Sergio de Castro, Pablo Barbona e Emilio Sanfuentes coordenaram a elaboração de um programa econômico alternativo<sup>129</sup> para Jorge Alessandri (principal opositor de Salvador Allende no pleito presidencial do ano seguinte), no qual estavam previstas,

a abertura da nossa economia; a eliminação de práticas monopolistas; a liberação do sistema de preços; a modificação do sistema tributário por um mais neutro, eficiente e equitativo; a criação e formação de um mercado de capitais; a geração de um novo sistema previdenciário; a normalização da atividade agrícola nacional – destrozada pela Reforma Agrária – e a proteção dos direitos de propriedade (CENTRO de Estudios Públicos, 1992, p. 8).<sup>130</sup>

Em meados de 1970, quando foi entregue ao destinatário, a radicalidade do programa instaurou uma divergência: embora tenha considerado a pertinência das medidas, o grupo empresarial que coordenava a campanha não hesitou em manifestar desacordo em relação ao modo como sua implementação havia sido prescrita. O resultado do pleito, contudo, além de arrefecer a querela, ampliou significativamente a margem de manobra dos *Chicago Boys*. Àquela altura, os “novos economistas” já haviam compreendido um dado fundamental: abertamente incompatíveis com a dinâmica do Estado de compromisso — que desde 1938 caracterizava a

<sup>127</sup> Vallejos (2005), *op. cit.*, p. 10. **No original:** “En el Chile de los sesenta, lo ‘políticamente correcto’ era ser partidario de la revolución”.

<sup>128</sup> **No original:** “Estos la veían solo como una disciplina académica, con la cual compartían —a grandes líneas— sus principios básicos. Sin embargo, la realidad política les decía que vivían en un sistema de compromiso, donde lo más importante era la integración social, no como resultado de unos valores democráticos internalizados por la élite, sino que como una estrategia de equilibrio frente al conflicto social y la posibilidad de una revolución”.

<sup>129</sup> O programa escrito pelos *Chicago Boys* não foi solicitado por Alessandri, que contava com uma equipe econômica. Daí nossa opção pelo termo “alternativo”.

<sup>130</sup> **No original:** “la apertura de nuestra economía, la eliminación de prácticas monopolísticas, la liberación del sistema de precios, la modificación del sistema tributario por uno más neutral, eficiente y equitativo, la creación y formación de un mercado de capitales, la generación de un nuevo sistema previsional, la normalización de la actividad agrícola nacional, destrozada por la Reforma Agraria, y la protección de los derechos de propiedad”.

sociedade chilena —, a implementação de suas propostas só seria possível mediante “uma revolução completa em relação às circunstâncias políticas e sociais do país”.<sup>131</sup> Para compreender como os egressos de Chicago tornaram-se membros destacados da cúpula de articulação do golpe, é preciso recuperar alguns momentos chave da revolução que o antecedeu.

Embora 36% do total dos votos válidos bastasse para assegurar a Salvador Allende o primeiro lugar entre os três candidatos que disputavam a eleição presidencial de 1970 (Jorge Alessandri obteve 34.9% dos votos e Radomiro Tomic 27.8%); os pouco mais de 39 mil eleitores que o distanciavam do segundo colocado não eram suficientes para, efetivamente, garantir-lhe a vitória. O “entrave” era jurídico. A constituição de 1925 dispunha, em seu Artigo 64, que para ser proclamado presidente, o candidato deveria receber mais da metade dos sufrágios validamente emitidos. Nos casos em que essa maioria absoluta não fosse atingida, caberia ao Congresso Pleno (isto é, à Câmara e ao Senado, juntos) decidir entre as duas primeiras maiorias relativas.<sup>132</sup> Em outras palavras, para que pudesse ocupar o cargo de Presidente da República, Salvador Allende precisaria ser eleito uma segunda vez. Apesar de este não ter sido o primeiro pleito em que o Congresso Pleno precisou ser acionado — e ainda que em todos os casos anteriores o órgão tenha ratificado a decisão popular — a vitória de Allende estava longe de ser indubitável:

[a direita derrotada nas urnas] primeiro tentou impedir, por meios legais, a posse de Salvador Allende. Para isso, levou a legalidade ao extremo. Depois de alguns dias, propôs ao Partido Demócrata Cristão a seguinte estratégia: primeiro, esse partido deveria votar em Alessandri no Congresso Pleno; em seguida, o recém-eleito ocuparia a presidência por apenas alguns dias, após o que renunciaria por motivos de saúde; nessas condições, Frei Montalva poderia ser novamente candidato, pois Alessandri já havia sido presidente. Por isso, contaria com o apoio da direita, saindo presumivelmente eleito (Moulian, 2021, p. 32-33).<sup>133</sup>

A Democracia Cristã, embora não tenha se aliado à direita, estabeleceu uma condição para apoiar a esquerda: a UP só poderia contar com os votos do partido mediante a aceitação do “Estatuto de garantias Constitucionais” — o que significava incluir na Constituição uma série de dispositivos que tinham por objetivo garantir, entre outros aspectos, a divisão dos

<sup>131</sup> Chateau, *op. cit.*, p. 120. **No original:** “La implantación del modelo transferido requería, por lo tanto, de una revolución completa respecto a las circunstancias políticas y sociales del país”.

<sup>132</sup> CHILE. **Constitución Política de la República de Chile de 1925.** Santiago, 1925, p. 27. **No original:** “Si del escrutinio no resultare esa mayoría, el Congreso Pleno elegirá, entre los ciudadanos que hubieren obtenido las dos más altas mayorías relativas [...]”.

<sup>133</sup> **No original:** “Primero pretendió impedir, por las vías legales, la asunción de Salvador Allende. Para ello llevó esa legalidad hacia formas extremas. Después de algunos días le propuso al Partido Demócrata Cristiano la siguiente estrategia: primero, ese partido debía votar por Alessandri en el Congreso Pleno; luego, el recién electo ocuparía la presidencia solo por unos días, después de lo cual renunciaría por motivos de salud; en esas condiciones Frei Montalva podría ser de nuevo candidato, pues Alessandri había sido ya presidente. Por ello, contaría con el apoyo de la derecha, saliendo presumiblemente electo”.

poderes, o direito à reunião e à liberdade de imprensa. Com o acordo firmado, em 24 de outubro de 1970 o Congresso Pleno ratificou o resultado das urnas e no dia 4 de novembro, Salvador Allende tornava-se, oficialmente, Presidente da República.

Seis meses após o início do mandato, a Unidade Popular registraria outras duas vitórias importantes: nas eleições complementárias realizadas para preencher a vaga de senador do, agora, presidente, a vitória do candidato socialista (51,2% dos votos) foi acachapante; naquelas municipais, ocorridas também em abril de 1971, a UP recebeu um total de 49.8% dos votos, enquanto na oposição, o Partido Democrata Cristão registrou 26.29% e o Partido Nacional, 18.53%. Para além de demonstrar um crescimento significativo da aliança governamental (se comparada às eleições presidenciais); a estabilidade eleitoral do Partido Nacional e do Partido Democrata Cristão (que, portanto, seguia sendo a “primeira força”); a profunda debilitação do Partido Radical (“coletividade que chega a seu ponto mais baixo desde 1965”); a capitalização do fenômeno da Unidade Popular pelo Partido Socialista e o estancamento do Partido Comunista (que cresce 1,45%, enquanto partido Socialista apresenta um crescimento de 10,66%), o resultado demonstra a importância dessa vitória eleitoral para a construção do Estado Popular.<sup>134</sup> O principal efeito dessa eleição, escreve Tomás Moulian, foi fortalecer a estratégia que o governo havia adotado para implementar essas mudanças: para intervir ou expropriar empresas, Salvador Allende valia-se de um decreto dos tempos da República Socialista de 1932; para estatizar o sistema bancário utilizou o mecanismo de compra de ações, melhorando para isso, as condições de pagamento.<sup>135</sup> Aquele primeiro ano seria, de fato, a “idade de ouro” da revolução:

O primeiro ano do governo de Salvador Allende está marcado por um êxito econômico real [...]. A política de reajuste salarial gera em um aumento médio da renda dos trabalhadores de cerca de 50%, o que, juntamente ao estabelecimento de controle de preços (que reduziu a inflação para 20%), desencadeia um crescimento considerável na renda do trabalho. A chegada desse novo fluxo de dinheiro nas classes populares, combinado com uma reativação do gasto fiscal em obras públicas e habitação, leva a uma queda significativa da taxa de desemprego que alcança a média de 4,3% em 1971. O mercado interno é estimulado: o consumo familiar aumenta em média em torno de 13%. Essa política distributiva, em paralelo com o controle do setor bancário, a nacionalização do cobre, o aprofundamento da reforma agrária e [a estatização] dos primeiros grandes monopólios, gera um crescimento industrial anual de mais de 12%. No âmbito da APS [Área de Proteção Social], o governo anuncia com orgulho que “a participação dos trabalhadores significa que eles travam com entusiasmo a batalha por aumentar a produção, pois sabem que, a partir de agora, são eles os beneficiários”.<sup>136</sup>

<sup>134</sup> Cf. MOULIAN, T. **El gobierno de la Unidad Popular**: para comenzar. Santiago de Chile: Palinodia, 2021.

<sup>135</sup> Moulian (2021), *op.cit.*, p. 42. **No original**: “En todo caso el principal efecto de la elección fue fortalecer la estrategia de cambios extraparlamentaria que estaba poniendo en práctica el gobierno de Salvador Allende. Este usaba, para intervenir o expropiar empresas, un decreto de tiempos de la República Socialista de 1932, y para estatizar la banca utilizó el mecanismo de la compra de acciones, mejorando para ello las condiciones de pago”.

<sup>136</sup> Cf. ODEPLAN. **Informe económico anual 1971**. Santiago Universitaria, 1972, p. 77.

Os diferentes Informes Governamentais descrevem um êxito produtivo sem precedentes nas empresas que passaram para as mãos do Estado. A mesma evolução é observada na grande mineração de cobre e do salitre, setores essenciais para a economia do país. São também relevantes, as reformas estruturais iniciadas na agricultura. A Odeplan (Oficina de Planejamento Nacional) conclui que o aumento da produção industrial alcança +19,8% nos dois primeiros meses do ano [...] e chegou a ultrapassar 100% em algumas fábricas têxteis em 1971 (Gaudichaud, 2016b, pos. 2247).<sup>137</sup>

Não levou muito tempo até que a oposição (interna e externa) começasse a reagir das formas mais diversas. Ainda em 1971, a imprensa — especialmente o jornal *El Mercurio* (conforme registrado em documento emitido pelo Comitê Seletto do Senado Estado-unidense: “De longe, o maior — e provavelmente mais significativo — exemplo de apoio a uma organização de mídia foi o dinheiro fornecido [pelo governo dos Estados Unidos] ao *El Mercurio*, o principal jornal diário de Santiago, que estava sob pressão durante o governo de Allende”<sup>138</sup>) — alardeava, diariamente, a crise do abastecimento. Se, por um lado é preciso reconhecer que a política distributiva posta em marcha pelo governo tem sua parcela de responsabilidade nesse processo, é, também necessário mencionar que a crise foi intensificada por, pelo menos, dois fatores: de um lado, estabeleceu-se uma conspiração interna que tinha como um de seus principais elementos a prática de estocar produtos por parte de pequenos, médios e grandes comerciantes; de outro, havia uma conspiração externa orquestrada pelos

---

<sup>137</sup> O livro *Chile 1970-1973. Mil días que estremecieron al mundo*, do qual retiramos a citação, foi escrito pelo autor em francês. Nesta tese, utilizamos a edição vertida para o espanhol por Claudia Marchan e publicada pela editora LOM em 2016. A tradução para o português, de nossa responsabilidade, foi feita, portanto, a partir do texto em espanhol. **No original:** “El primer año del gobierno de Salvador Allende está marcado por un éxito económico real [...]. La política de reajuste de los salarios provoca un aumento promedio de los ingresos de los trabajadores cercano a un 50%, lo que junto al establecimiento del control de precios (reducción de la inflación a 20%) desencadena un crecimiento considerable de los ingresos provenientes del trabajo. Esta nueva llegada de dinero a las clases populares, combinada con una reactivación del gasto fiscal en trabajos públicos y vivienda, redundan en una significativa disminución de la tasa de desempleo (en promedio en 1971, ésta alcanza un 4,3%). El mercado interno es estimulado: el consumo familiar aumenta alrededor de un 13% en promedio. Esta política distributiva, en paralelo con el control del sector bancario, la nacionalización del cobre, la profundización de la reforma agraria y de los primeros grandes monopolios, genera un crecimiento industrial anual de más de 12%. A nivel del APS, el gobierno anuncia orgullosamente que ‘la participación de los trabajadores significa que éstos libran con entusiasmo la batalla por aumentar la producción ya que saben que desde ahora, ellos son los beneficiarios’. Los diferentes informes gubernamentales describen un éxito productivo sin precedentes en las empresas que han pasado a manos del Estado. Se observa la misma evolución en la gran minería del cobre y del salitre, sectores esenciales para la economía del país. Son también relevantes las reformas estructurales iniciadas en la agricultura. Odeplan concluye que el aumento de la producción industrial alcanza +19,8%, en los dos primeros meses del año [...] e incluso más de 100% en ciertas fábricas textiles en 1971”.

<sup>138</sup> SELECT COMMITTEE TO STUDY GOVERNMENTAL OPERATIONS. Covert action in Chile 1963-1973. Washington, 1975. 62p. Relatório, p. 12. **No original:** “By far, the largest – and probably the most significant – instance of support for a media organization was the money provided to *El Mercurio*, the major Santiago daily, under pressure during the Allende regime.

Estados Unidos “destinada a afetar o preço do cobre e sua comercialização”.<sup>139</sup> Agrupando suas frentes de atuação, é possível dimensionar o impacto da contribuição estadunidense:

A campanha de desestabilização levada a cabo pelos Estados Unidos foi considerável: mais de oito milhões de dólares foram gastos em três anos para financiar meios de comunicação (especialmente o jornal *El Mercurio*) e influenciar a opinião pública, os partidos de oposição (entre os quais, particularmente a Democracia Cristã, para que rejeitasse qualquer compromisso com Allende) e, em menor medida, corporações do setor privado contrárias à Unidade Popular. Isso sem contar a pressão econômica exercida contra o Chile, os contatos com os militares golpistas e o apoio logístico da CIA: esta ‘obscenidade secreta’ da história recente deve ser parte de toda reflexão sobre o fim da ‘via chilena’” (Gaudichaud, 2016b, pos. 10704).<sup>140</sup>

Em junho de 1972 a crise econômica desencadeada, entre outras coisas, pelo desabastecimento — a essa altura instalado como uma situação constante — se intensifica e dá lugar ao chamado “Conclave de Lo Curro”, uma espécie de reunião na qual os partidos da coalisão governista discutiram saídas para a crise. Em junho de 1972, Orlando Millas — militante comunista e principal crítico da política econômica de Pedro Vuskovic — é nomeado como Ministro da Fazenda. Millas dedica-se, então, a pôr em prática um plano de estabilização, já que “busca responder a uma crise suscitada pela redistribuição de renda e pelo aumento do gasto fiscal”.<sup>141</sup> Ainda que a decisão tenha gerado alguma melhora, o chamado *Plano Millas* não atacava o aspecto fundamental da crise: “a desarticulação do sistema econômico provocado pela retirada do investimento privado”.<sup>142</sup> A partir de desse momento, a oposição não medirá esforços para derrubar o governo de Allende.

A despeito da crise econômica que, desde o final de 1971 só foi agravada, Salvador Allende mantinha um expressivo respaldo, sobretudo, das camadas populares. Diante de um apoio que parecia inabalável, a estratégia assumida pela *Confederación de la Democracia* (CODE)<sup>143</sup> para enfrentar e dirimir a popularidade da UP nas eleições parlamentares de março de 1973 foi enfatizar o “perigo totalitário” subjacente ao seu projeto: era preciso convencer a maioria do eleitorado que aliar-se à esquerda significava contribuir diretamente com a

<sup>139</sup> Moulian (2021), *op. cit.*, p. 54. **No original:** “ese problema se intensifica por la conspiración estadounidense, destinaba a afectar el precio del cobre y su comercialización”

<sup>140</sup> **No original:** “La campaña de desestabilización llevada a cabo por Estados Unidos fue considerable: más de ocho millones de dólares fueron gastados en tres años para financiar medios de comunicación (especialmente *El Mercurio*) e influenciar a la opinión pública, a los partidos de oposición (entre los cuales, particularmente la DC para que rechazara cualquier compromiso con Allende) y, en menor medida, a corporaciones del sector privado contrarias a la UP. Esto sin contar la presión económica ejercida en contra de Chile, los contactos con los militares golpistas y el apoyo logístico de la CIA: esta ‘secreta obscenidad’ de la historia reciente debe ser parte de toda reflexión sobre el fin de la ‘vía chilena’.”

<sup>141</sup> Moulian (2021), *op. cit.*, p. 58. **No original:** “pues busca responder a una crisis suscitada por la redistribución de ingresos y por aumento del gasto fiscal.”

<sup>142</sup> *Id.* **No original:** “la desarticulación del sistema económico provocado por el retiro de la inversión privada.

<sup>143</sup> A CODE foi uma coalizão formada pelos partidos da oposição em 1972.

instauração, num futuro próximo, do totalitarismo comunista. Embora soubessem que essa narrativa carecia de qualquer lastro na realidade — dado que a singularidade da proposta socialista era, justamente, seu caráter democrático — os *Chicago Boys* compreenderam que, naquele momento, essa era a única base ideológica que poderia garantir sua inserção no campo político.<sup>144</sup> A construção de um inimigo funcional — fosse ou não real — parecia indispensável. Para derrubar o poder popular era preciso desacreditá-lo: a força bruta que seria empreendida desde o bloco militar, não poderia prescindir da força das ideias. A lição era de Milton Friedman:

**Somente uma crise, real ou percebida**, produz uma mudança concreta. Quando essa crise ocorre, as ações que são tomadas **dependem das ideias que circulam no ambiente**. Essa, acredito, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis **até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável**. (Friedman, 2002, p. XIV, grifos nossos).<sup>145</sup>

Para além dos militares, da direita institucional e da imprensa, o arranjo golpista contaria, também, com a participação ativa dos *Chicago Boys*. Acionados pelo comandante Merino, são eles quem ampliam a minuta escrita para Alessandri em 1969, e fornecem aquilo que terminaria por caracterizar a ditadura chilena: um projeto econômico de caráter neoliberal.

## 1.2 Quando a força das ideias não pode prescindir da força bruta

O plano entregue aos ditadores logo que tomaram o poder foi publicado, em 1992, pelo *Centro de Estudios Públicos*. No prefácio dessa edição intitulada *El Ladrillo: bases de la política económica del Gobierno militar chileno*, lê-se a certa altura:

A divulgação desse documento — que nos dias imediatamente posteriores ao 11 de setembro só circulou entre as principais autoridades do novo governo — tem o propósito de salientar **que as ideias têm força; que essas ideias devem ser aderidas e debatidas no mais alto nível; que a força dessas ideias é em grande medida a força que hoje impulsiona o desenvolvimento do país**; que o desenvolvimento do país é uma tarefa de todos, e que a única maneira de cruzar o umbral da ilusão à materialização é o **compromisso genuíno** com esses ideais libertários. [...] O caos semeado pelo governo marxista de Allende, que apenas acelerou as graduais mudanças socializantes que foram introduzidas no Chile ininterruptamente desde meados da década de 1930, tornou fácil convencê-los [aos comandantes das Forças Armadas] **de que os modelos socialistas sempre levarão ao fracasso**. O modelo de uma economia social de mercado proposto para substituir o existente tinha **coerência**

<sup>144</sup> Román (2021), *op. cit.*, p. 170.

<sup>145</sup> **No original:** “Only a crisis –actual or perceived – produces real change. When that crisis occurs, the actions that are taken depend on the ideas that are lying around. That, I believe, is our basic function: to develop alternatives to existing policies, to keep them alive and available until the politically impossible becomes politically inevitable”.

**lógica e oferecia uma possibilidade de sair do subdesenvolvimento.** (CENTRO de Estudios Públicos, 1992, p. 11-12, grifos nossos).<sup>146</sup>

O texto assinado por Sérgio de Castro antecipa a inequívoca filiação que a leitura do documento comprova. Orientada pela defesa intransigente da liberdade econômica, a doutrina de Chicago (que até então, é preciso lembrar, conhecia apenas o crivo da abstração teórica) só pôde sustentar a “coerência” de seu caráter uniformizador e totalizante valendo-se da confiabilidade que a tradição ocidental conferiu ao discurso científico, isto é, daquilo que a modernidade convencionou chamar de *racional*.

Essa convenção estabelecida pela “teoria tradicional” — para lembrarmos a expressão de Max Horkheimer — pode ser resumida a partir da exposição de duas premissas fundamentais ao idealismo. A primeira diz respeito à *definição* daquilo que a razão é capaz de *elaborar*: conhecer significa, antes e sobretudo, organizar e classificar, por meio de representações — isto é, a partir do estabelecimento de identidades e diferenças supostas —, o diverso da experiência sensível. A segunda se relaciona às *condições de possibilidade* dessa elaboração: o que faz da razão a instância competente para conhecer não é nada além de sua estrutura mesma: a consciência só pode produzir representações porque o entendimento é uma faculdade que opera com categorias, com um conjunto de predicados gerais que lhe permite definir todo e qualquer objeto *possível*. “A *ratio* autônoma — essa foi a tese de todos os sistemas idealistas —”, escreve Theodor Adorno, “deveria ser capaz de desenvolver a partir de si mesma o conceito *da realidade e toda a realidade ela mesma*”.<sup>147</sup> Ao instituir a figura de um Eu substancial e autodeterminado — porque capaz de organizar o mundo *a priori*<sup>148</sup> —, o “giro copernicano” instaura uma noção de racionalidade cujo pressuposto inegociável é a identidade entre *aquela* que pensa e *aquilo* que é pensado.

A apresentação de dados meramente elementares de um sistema concebido no final do século XVIII pode parecer, a princípio, um gesto artificioso para sugerir a que tipo de

---

<sup>146</sup> **No original:** “El propósito de dar a conocer en forma pública este documento —que en los días inmediatamente siguientes al 11 de septiembre solo fue dado a conocer a las principales autoridades del nuevo Gobierno— es para señalar que las ideas tienen fuerza; que estas ideas deben debatirse y convencer al más alto nivel; que la fuerza de estas ideas es en gran medida la fuerza que hoy impulsa el desarrollo del país; que el desarrollo del país es una tarea de todos nosotros, y que el compromiso genuino con estos ideales libertarios es lo único que permite pasar el umbral de la ilusión a la concreción. [...] El caos sembrado por el gobierno marxista de Allende, que solamente aceleró los cambios socializantes graduales que se fueron introduciendo en Chile ininterrumpidamente desde mediados de la década de los 30, hizo fácil la tarea de convencerlos de que los modelos socialistas siempre conducirán al fracaso. El modelo de una economía social de mercado propuesto para reemplazar lo existente tenía coherencia lógica y ofrecía una posibilidad de salir del subdesarrollo”.

<sup>147</sup> ADORNO, T. W. A atualidade da filosofia. In.: \_\_\_\_\_. **Primeiros escritos filosóficos**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 432.

<sup>148</sup> *A priori* deve ser aqui compreendido no sentido que Kant dá à expressão na *Crítica da Razão Pura*, isto é, como aquilo que não pode ser adequadamente fundamentado na experiência.

racionalidade o documento dos *Chicago Boys* se fia. Entretanto, se voltamos a atenção para os posteriores *desdobramentos* dessa configuração, o movimento fica menos turvo. Quando postula ser o arranjo formal da cognição não apenas *necessário* para compreender a heterogeneidade do mundo, mas *suficiente* para *determinar sua legalidade*; quando confia a legitimidade do trabalho racional à universalidade da consciência, o idealismo transcendental funda as bases do processo regressivo que caracteriza a era da técnica: “da dominação da generalidade, decorre a generalidade da dominação”.<sup>149</sup> Para compreender a dinâmica que estrutura essa conversão correlata da liberdade do pensamento em aniquilação do sujeito pensante é preciso abrandar o passo e recuperar aquela que talvez seja uma das obras mais importantes do século XX.

Escrita a quatro mãos por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, a *Dialética do Esclarecimento* elabora um diagnóstico do capitalismo tardio que define o progresso unilateral do pensamento como uma forma de retrocesso: ao instaurar-se senhor da natureza, o sujeito que se supõe conhecedor torna-se um objeto a ela subordinado. Orientado por um desejo de autoconservação, nosso processo civilizatório estruturou-se como um progressivo “apoderar-se” que se cristalizou, na *Aufklärung*, sob a forma da certeza científica. Nesse sentido, ainda que a filosofia seja marcada desde o seu surgimento pela insistência humana em desencantar o mundo, a imagem mais bem acabada dessa vocação, diriam os autores, é a moderna racionalidade instrumental. Subjacente a essas reflexões está uma certa leitura histórica que, no início do século XX, descreve a modernidade, justamente, como um processo de “desencantamento”.

Para a sociologia da racionalização weberiana, o saldo necessário do progresso do pensamento é a desintegração e fragmentação das esferas sociais de valores que, diante da perda do poder unificador das explicações mítico-religiosas, só podem atestar a validade de seus conteúdos normativos submetendo-os a uma legalidade própria. A segurança garantida pela especialização é, no entanto, temerária. A crescente intelectualização moderna, escreve Weber, não é o indicativo de “um conhecimento maior e mais geral das condições sob as quais vivemos”,<sup>150</sup> o que ela significa é, antes,

[...] que sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível no decurso de nossa vida, ou, em outras palavras, **que poderíamos dominar tudo por meio do cálculo**. Isso significa que o mundo foi desencantado. Já

<sup>149</sup> DUARTE, R. **Adornos**: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 47.

<sup>150</sup> WEBER, M. Ciência como vocação. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais**. Parte II. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993, p. 439.

não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar os espíritos ou exorcizá-los, como fazia o selvagem que acreditava na existência de poderes misteriosos. **Podemos recorrer à técnica e ao cálculo** (Weber, 1993, p. 439, grifos nossos).

É por meio da construção de um panorama geral das ambivalências inerentes aos processos de racionalização que Adorno e Horkheimer tentam responder “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”.<sup>151</sup>

O deslocamento que a apresentação do problema insinua não é pequeno: quando inscrevem a questão no amplo espectro da *humanidade* e mencionam, ainda que como possibilidade perdida, a ideia de um estado *verdadeiramente humano*, os autores parecem dizer que uma análise isolada da situação atual — razão de ser da crítica — não basta à sua compreensão; o pensamento que se imponha essa tarefa precisa, antes, investigar o conteúdo *processual* daquilo que a realidade apresenta como *dado*. Isso significa que o argumento central do livro está estruturado por um duplo movimento crítico: de um lado, a obra apresenta uma interpretação do contexto mais imediato por meio da qual expõe a interdependência existente entre um regime de produção econômica e uma racionalidade totalitária; de outro, elabora uma espécie de genealogia da razão — deslocando a noção de esclarecimento dos limites históricos do Iluminismo — para demonstrar que seu impulso totalizante remonta, antes, ao nascimento da filosofia; isto é, que tem seu germen na passagem do *mythos* ao *logos*. É essa proximidade insuspeitada que revela a barbárie não como antítese, mas como a consequência necessária da civilização.

Talvez aqui, repouse a contribuição mais importante desse trabalho conjunto: a razão que promete o progresso só pode consolidar-se como tragédia porque funda e está fundada por um sujeito centrado na figura da Consciência, por princípio, incapaz de distinguir conhecimento e posse. À necessidade do esclarecimento em “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber”<sup>152</sup> subjaz, portanto, uma exigência de autoconservação que esconde, sob a falsa autoridade desse ente substancial, um projeto de dominação: “O eu que, após o *extermínio metódico* de todos os vestígios naturais como algo de mitológico, não queria mais ser nem corpo, nem sangue, nem alma e nem mesmo um eu natural”, escrevem os autores, “constituiu, sublimado num sujeito transcendental ou lógico, *o ponto de referência da razão*, a instância *legisladora da ação*”.<sup>153</sup>

---

<sup>151</sup> ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985, p. 11.

<sup>152</sup> *Id.* p. 19.

<sup>153</sup> *Id.*, p. 41, itálicos nossos.

É na trilha desse progresso que está o *Ladrillo*: o documento era tão rigoroso e assertivo quanto a razão poderia ser. Ao longo do texto, esse contorno instrumental manifesta-se desde as escolhas lexicais: a abordagem eleita considerava “as alternativas de solução com critério *eminentemente técnico, abstraindo as restrições políticas* que pudessem existir”<sup>154</sup> no momento de sua implementação. A justificativa dessa escolha parece prescindir de uma argumentação mais detalhada, já que os autores limitam-se a dizer que ela “*facilitava a formulação de um diagnóstico pragmático*”, e tornava possível “a realização de uma *síntese clara* dos aspectos econômicos fundamentais que *qualquer política geral* de governo deveria considerar”.<sup>155</sup> Uma complementação aparece poucos parágrafos adiante: “a ideia central deste informe é propor uma *fórmula coerente e integrada* de como alcançar uma economia descentralizada”.<sup>156</sup> Tal como estivessem descrevendo a metodologia de um experimento em laboratório — cujo êxito depende da execução rigorosa de cada uma das etapas —, eles advertem que o conjunto das políticas propostas “formam um todo harmônico e não é aplicável em parte; pelo contrário, sua aplicação parcial ou limitada poderá dar origem a um sem-número de efeitos não desejados”.<sup>157</sup> É a confiança na infalibilidade da “ciência econômica” que permite aos idealizadores do *Ladrillo* não apenas garantir a eficácia das medidas apresentadas, mas, sobretudo, considerá-las a “*única forma realista* de promover a melhoria social e humana”.<sup>158</sup> As implicações desse movimento não são, contudo, meramente performáticas: consolidar a figura do economista como um porta-voz da Verdade é, em última instância, converter o livre-mercado na máxima expressão da racionalidade.

Esse recurso discursivo que reduz o mundo a um esquema calculável não cumpre apenas o papel de conferir plausibilidade lógica ao programa. No horizonte teórico do neoliberalismo, a retórica científica funciona como “um modo de legitimação de posições políticas a favor do livre mercado e, por esse caminho, uma arma no combate ideológico”.<sup>159</sup> O caráter

---

<sup>154</sup> CENTRO de Estudios Públicos, *op. cit.*, p. 16. **No original:** “El enfoque básico fue el de considerar con criterio eminentemente técnico las alternativas de solución haciendo abstracción de las restricciones políticas que pudieran existir en el momento de iniciar una política como la diseñada”.

<sup>155</sup> *Ibid.* **No original:** “facilitaba la formulación de un diagnóstico pragmático y, al mismo tiempo, hacía posible realizar una síntesis clara de los aspectos económicos fundamentales que debería considerar cualquier política general de Gobierno”.

<sup>156</sup> *Ibid.* **No original:** “La idea central del informe es plantear una fórmula coherente e integrada de cómo lograr una economía descentralizada [...]”.

<sup>157</sup> *Id.*, p. 22. **No original:** “El conjunto de políticas propuestas constituye un todo armónico y no es aplicable por parcialidades; por el contrario, la aplicación parcial o limitada de él podrá dar origen a un sinnúmero de efectos no deseados”.

<sup>158</sup> *Ibid.* **No original:** “única forma realista de afrontar el mejoramiento social y humano”.

<sup>159</sup> DARDOT, Pierre [*et al.*]. **A escolha da guerra civil:** uma outra história do neoliberalismo. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021, p. 135.

“eminentemente técnico” e “estritamente econômico” não é, portanto, suficiente para sustentar a normatividade prática que o projeto pretende realizar. Se a abstração teórica outorga um valor de verdade à “economia social de mercado”, sua exequibilidade está condicionada à instauração de um novo regramento “capaz de orientar internamente a prática efetiva dos governos”.<sup>160</sup> Isso significa que, para além da ideologia, outros dois elementos são fundamentais ao neoliberalismo: a elaboração de um conjunto bem identificado de *políticas econômicas* e a implementação de um projeto específico de governança capaz de reorganizar tanto a vida política e social como a atividade econômica e a subjetividade dos indivíduos.<sup>161</sup>

O esquema de políticas econômicas proposto neste informe **supõe uma mudança radical na situação atual** e está concebido nos termos **da existência de um governo de conciliação nacional**, que goze de um grande prestígio por sua **objetividade** e imparcialidade, e que tenha, por fim, **uma autoridade generalizadamente aceita**. Será tarefa fundamental do governo **promover um novo consenso** que permita a todos os chilenos combinar sua capacidade **de trabalho, poupança e criatividade** e, além disso, **possibilitar a criação de um quadro estável de Instituições políticas que garantam a permanência e eficácia do sistema** (CENTRO de Estudios Públicos, 1982, p. 22, grifos nossos).<sup>162</sup>

Essa dimensão normativa — que, como apontam Pierre Dardot e Christian Laval, é capaz de incorporar e orientar, duradouramente, políticas e comportamentos numa nova direção — aparece de modo especialmente didático no trecho que encerra o subcapítulo dedicado aos objetivos do programa. Depois de listarem as vantagens da descentralização do sistema econômico — na qual estão incluídos serviços fundamentais como educação, saúde e sistemas de assistência —, os autores afirmam ser essa, uma medida duplamente benéfica: de um lado, ela torna “menos conflitiva a função ordenadora do Estado” (uma vez que garantiria o exercício de seu papel arbitral nos conflitos econômicos-sociais); de outro, facilita a despolitização de numerosas atividades (já que que coloca os conflitos ideológicos e políticos no plano que lhes corresponde, isto é, evitando sua interferência na vida cotidiana).<sup>163</sup> É este o objetivo dessa *racionalidade política*: ao neoliberalismo interessa estabelecer, por meio da instauração da instauração de um “Estado forte”, um modo de governo capaz de se sobrepor à ameaça democrática que a soberania popular faz pesar sobre o livre mercado. Não há, portanto, uma

<sup>160</sup> Dardot; Laval (2016), *op. cit.*, p. 15.

<sup>161</sup> Román (2021), *op. cit.*, p. 19. **No original**: “Un grupo de propuestas de organización, tanto de la vida política y social como de la actividad económica y la subjetividad de los individuos”.

<sup>162</sup> **No original**: “El esquema de políticas económicas que se propone en este informe supone un cambio radical en la situación presente y está concebido en términos de la existencia de un Gobierno de conciliación nacional, poseído de gran prestigio por su objetividad e imparcialidad y premunido, por ende, de una autoridad generalmente aceptada. Será tarea fundamental del Gobierno el promover un nuevo consenso que permita aunar la capacidad de trabajo, ahorro y creatividad de todos los chilenos y además, que posibilite la creación de un marco estable de instituciones y políticas que garanticen la permanencia y eficacia del sistema”.

<sup>163</sup> CENTRO de Estudios Públicos, *op. cit.*, p. 54.

relação de antagonismo *a priori* entre neoliberalismo econômico e Estado autoritário. O que ocorre é, antes, a instauração de um outro tipo de vínculo:

Para os neoliberais, é preciso, sobretudo, não confundir o Estado democrático originado na Revolução Francesa com Estado forte, **que não é o Estado social, planejador, intervencionista. Ao contrário, ele é o Estado “acima dos conflitos”,** e só é poderoso caso se abstenha de dar, tanto a uns quanto a outros, o que eles reclamam (Dardot [*et al.*], 2021, p. 94, grifos nossos).

Quando a função oficial do Estado passa a ser a de estabelecer regras jurídicas, monetárias e comportamentais com o objetivo de resguardar o pleno funcionamento da livre-concorrência; quando a despolíticação se converte num valor e a política numa instância incompatível com a vida cotidiana, a consequência inevitável é o rompimento radical das regras de sociabilidade até então estabelecidas. É no vácuo aberto por essa suspensão que a “subjetividade instrumental” pode ser formatada pela razão neoliberal. O programa da ditadura civil-militar assinado pelos *Chicago Boys* não deve, portanto, ser compreendido meramente como um projeto de *destruição* daquilo que a *Unidad Popular* havia edificado. Por meio de um receituário que reduz a coletividade à lógica da concorrência e insere em cada uma das instâncias da vida, a dinâmica da produtividade, o *Ladrillo* apresenta as bases para a *construção de um outro modo de existir*.

A instauração desse modelo austero de desenvolvimento — indissociável de um relato composto pela existência de inimigos e promessas, não sempre viáveis, de prosperidade — sustentava-se em múltiplos fatores. As forças armadas asseguravam o extermínio de qualquer frente opositora por meio de seus sofisticados aparatos de inteligência e repressão, ao mesmo tempo em que controlavam todos os meios de comunicação. O comprometimento pessoal de Pinochet com o núcleo das propostas econômicas e jurídicas assegurava a longevidade do sistema. A massiva disseminação de um discurso que afirmava ser a ineficiência um dado inerente ao aparato estatal diluía, no imaginário social, o prestígio histórico de que gozava o Estado substituindo-a pela figura de um ente corrupto “vinculado a um feroz Leviatã comunista que, se não fosse castrado, conduziria o país em direção à ruína e à escassez”.<sup>164</sup>

O que verdadeiramente está em jogo nesse movimento que faz da ordem do mercado uma forma de governo não é, portanto, apenas a eleição de uma política econômica, “é uma civilização inteira, que repousaria principalmente sobre a liberdade e a responsabilidade individuais do cidadão-consumidor”.<sup>165</sup> É precisamente pelo fato de ser este o fundamento da

<sup>164</sup> Román, *op.cit.*, p. 172. **No original:** “vinculado a un feroz Leviatán Comunista que, de no ser castrado, conduciría al país hacia la ruina y escasez”.

<sup>165</sup> Dardot [*et al.*], *op. cit.*, p. 36.

sociedade livre conclamada pelos neoliberais “que o Estado, com todas as suas prerrogativas, *conserva um papel eminente a desempenhar* e tem, de fato, o dever de utilizar os meios mais violentos e mais contrários aos direitos humanos, se a situação assim o exigir”.<sup>166</sup> Muito mais que um conjunto de teorias, o neoliberalismo é

[...] **um projeto político de neutralização do socialismo sob todas as suas formas e, mais ainda, de todas as formas de exigência de igualdade**; um projeto conduzido por teóricos e ensaístas que são também, desde o início, *empreendedores políticos*. É o resultado da vontade política comum de instaurar uma sociedade livre fundada principalmente sobre a concorrência, uma sociedade de direito privado, no quadro de leis e princípios explícitos, protegida por Estados soberanos ciosos em encontrar ancoragens na moral, na tradição ou na religião a serviço de uma estratégia de mudança completa da sociedade. (Dardot [*et al.*], 2021, p. 37, itálico no original, grifos nossos).

Não por acaso, a refundação neoliberal que conduziria os autores do *Ladrillo* “dos claustros universitários ao árido e difícil [...] campo do serviço público”<sup>167</sup> foi efetivamente instaurada no mesmo ano em que o patrono da Escola de Chicago visita o Chile pela primeira vez. Em seu livro de memórias, a certa altura do capítulo dedicado ao país andino, Milton Friedman comenta brevemente o encontro que teve, na ocasião, com o general Pinochet. Depois de mencionar que, embora “estivesse simpaticamente atraído” pelo tratamento de choque proposto pelos *Chicago Boys*, o ditador mostrava-se angustiado com a ideia do “desemprego temporário” que dele decorreria, o economista escreve:

Acredito que os “Chicago Boys” haviam chegado à conclusão de que um tratamento de choque era necessário para pôr fim à inflação e estabelecer as bases da recuperação econômica e o crescimento; **e que a chave para isso acontecer era o corte drástico nos gastos públicos**, uma vez que a inflação foi claramente impulsionada pela necessidade de imprimir dinheiro para financiar um enorme déficit fiscal. **Nosso papel era verificar essa conclusão, dar-lhe, por assim dizer, o selo de aprovação e ajudar a vendê-la ao público e à junta militar** (Friedman, 1998, p. 399-400, grifos nossos).<sup>168</sup>

Ao retornar aos Estados Unidos, em atenção ao pedido que lhe havia sido feito pessoalmente pelo ditador — quem àquela altura já havia rompido com a Junta de articulação do golpe, e exercia oficialmente, desde 17 junho de 1974, a função Chefe Supremo da Nação (e, em dezembro do mesmo ano, aquela de presidente da república) —,<sup>169</sup> Milton Friedman

<sup>166</sup> Dardot [*et al.*], *op. cit.*, p. 36.

<sup>167</sup> CENTRO de Estudios Públicos, *op. cit.*, p. 11. **No original:** “desde los claustros universitarios al árido y difícil [...] campo del servicio público”.

<sup>168</sup> **No original:** “I believe that the ‘Chicago Boys’ had already reached the conclusion that a shock treatment was required to end the inflation and establish the basis for economic recovery and growth; and that the key to both ending inflation and economic recovery was a drastic cut in government spending, since the inflation was clearly being driven by the need to print money to finance a major government deficit. Our role was to check their conclusion, give it, as it were, the stamp of approval, and help to sell it to the public and the military junta”.

<sup>169</sup> Cf. Zárate, 2003; e Chateau, 2012.

envia uma carta a Pinochet na qual expõe sua leitura sobre a situação econômica do país. O conteúdo é “absolutamente técnico”: sem mencionar as violações dos direitos humanos — num momento em que a DINA já havia demonstrado todo seu potencial destrutivo —, o economista reconhece como “uma grande conquista” tanto o que já havia sido feito quanto o que a administração militar ainda planejava realizar. Cumprindo o papel que lhe cabia na implementação do *Ladrillo*, antes de apresentar um resumo em oito tópicos daquilo que nomeia textualmente “abordagem de choque”, Friedman escreve:

Na prática, cortar drasticamente os gastos do governo é, de longe, o modo mais desejável de reduzir o déficit fiscal, porque isso contribui, simultaneamente, para fortalecer o setor privado e, com isso, lançar as bases para um crescimento saudável. Isso envolverá, portanto, o menor desemprego transitório. Um corte no déficit fiscal é o pré-requisito indispensável para acabar com a inflação. [...] Mas, para o Chile, onde a inflação está entre 10 e 20% ao mês, acredito que o gradualismo não é viável. **Ele envolveria uma operação muito dolorosa e por um período tão longo que temo que o paciente não sobreviveria.** [...] **Não há um meio de acabar com a inflação que não envolva um período transitório e temporário de grande dificuldade, incluindo o desemprego.** Mas, infelizmente, o Chile está diante de uma escolha entre dois males: um breve período de alto desemprego ou um longo período de alto desemprego, ainda que sutilmente menor que o anterior. [...] Para atenuar a transição e facilitar a recuperação, creio que medidas fiscais e monetárias devem fazer parte de um pacote que inclua medidas para eliminar os obstáculos à iniciativa privada e aliviar a angústia aguda. [...] Se esta abordagem de choque for adotada, penso que ela deveria ser anunciada publicamente, de modo detalhado, além de entrar em vigor numa data muito próxima ao anúncio. **Quanto mais o público for informado, tanto mais suas reações facilitarão o ajuste** (Friedman, 1998, p. 592, grifos nossos).<sup>170</sup>

A resposta de Pinochet, bem mais curta e direta, dá o tom da tragédia que se desenhava. Agradecendo pelos comentários, o ditador limita-se a dizer que “as valiosas abordagens e apreciações extraídas da análise do texto de sua carta, coincidem, em grande parte, com o Programa de Recuperação Nacional proposto pelo Ministro da Fazenda, Sr. Jorge Cauas”.<sup>171</sup>

O supostamente inevitável “período temporário de grande dificuldade” — isto é, a refundação neoliberal chancelada por Milton Friedman — gerou custos irreparáveis. Para

---

<sup>170</sup> **No original:** “In practice, cutting government spending is by far and away the most desirable way to reduce the fiscal deficit because it simultaneously contributes to strengthening the private sector and thereby laying the foundation for healthy economic growth. It will therefore involve the least transitional unemployment. A cut in the fiscal deficit is the indispensable prerequisite for ending inflation. [...] But for Chile, where inflation is raging at 10 to 20 per cent a month, I believe gradualism is not feasible. It would involve so painful an operation over so long a period that I fear the patient would not survive. [...] There is no way to end the inflation that will not involve a temporary transitional period of severe difficulty, including unemployment. But unfortunately, Chile only faces a choice between evils: a brief period of high unemployment or a long period of high—though slightly less high—unemployment. [...] To ease the transition and facilitate the recovery, I believe that the fiscal and monetary measures should be part of a package including measures to eliminate obstacles to private enterprise and to relieve acute distress. [...] If this shock approach were adopted, I believe that it should be announced publicly in great detail, to take effect at a very close date. The more fully the public is informed, the more will its reactions facilitate the adjustment”.

<sup>171</sup> FRIEDMAN, Milton. *Two Lucky people: memoirs*. Londres: The University of Chicago Press, 1998, p. 594. **No original:** “The valuable approaches and appraisals drawn from an analysis of the text of your letter coincide for the most part with the National Recovery Plan proposed by the Secretary of the Treasury, Mr. Jorge Cauas”.

impedir a sociedade civil de reagir à desarticulação da força sindical; à nova legislação trabalhista determinada pelo *Plan Laboral*; à reforma da previdência que substituiu o sistema de contribuição tripartite por um fundo de capitalização individual dirigido por empresas privadas (as Administradoras de Fundo de Pensão – AFP); à desarticulação definitiva de um projeto robusto para a Educação, a *Escuela Nacional Unificada* – ENU; à abertura unilateral ao mercado internacional; à liberalização financeira e ao massivo desemprego, os sete anos de tratamento de choque (1975-1982) contaram com a indispensável atuação da polícia secreta. Cumprindo com rigor a missão de combater “os opositores reais ou imaginários do regime”,<sup>172</sup> a DINA não poupou esforços para manter a população aterrorizada. *Quanto mais o público for informado, tanto mais suas reações facilitarão o ajuste*, Friedman havia aconselhado. O economista não deixava de ter razão: “um pacote de reformas tão radical”, escreve Manuel Gárate Chateau, “não poderia ser levado a cabo *sem um quadro repressivo condizente* com a profundidade e a rapidez das mudanças impostas pelo poder central”.<sup>173</sup>

Quando foi questionado por atuar como conselheiro de uma ditadura sanguinária, o recém laureado prêmio Nobel<sup>174</sup> respondeu às críticas dizendo que, assim como não seria condenável se um clínico oferecesse aconselhamento à Junta Militar para ajudar a eliminar uma praga médica, não é maléfico um economista “prestar consultoria técnica ao governo chileno para auxiliá-lo a acabar com a praga da inflação”.<sup>175</sup> O que a defesa de Friedman expõe de modo inequívoco, a “coerência lógica” do programa econômico elaborado por seus discípulos sugere sub-repticiamente: às milhares de vidas vilipendiadas pela crueldade da tortura, pela abstração do desaparecimento e pelo trauma do luto, deve sobrepor-se, sempre, o pragmatismo da técnica.

Essa desumanização típica do capitalismo — e que a racionalidade neoliberal leva às últimas consequências — manifesta-se de modo especialmente ilustrativo na entrevista concedida por Sergio de Castro (já em 2015) ao documentário *Chicago Boys*. No dia 11 de setembro de 1973, o ex-ministro de Pinochet assistiu à destruição do *Palacio de la Moneda* do alto do *Cerro Calán*. Quando questionado sobre o que havia pensado no momento em que viu o centro da capital chilena ser tomado pela fumaça, ele responde sem qualquer constrangimento

<sup>172</sup> Chateau, *op. cit.*, p. 191. **No original:** “los opositores reales o imaginarios del régimen”.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 191. **No original:** “Un paquete de reformas tan radicales no podía llevarse a cabo sin un marco represivo acorde a la profundidad y rapidez de los cambios impuestos desde el poder central”.

<sup>174</sup> É importante esclarecer que o prêmio recebido por Milton Friedman em 1976 foi o Prêmio Nobel Memorial em Ciências Econômicas, concedido pelo Sveriges Riksbank (Banco Central da Suécia) em memória de Alfred Nobel. Apesar de ser comumente chamado de “Prêmio Nobel de Economia”, não faz parte dos prêmios originais instituídos por Nobel em seu testamento. A distinção é importante para evitar equívocos e reconhecer a natureza específica do prêmio recebido por Friedman.

<sup>175</sup> Friedman (1998), *op. cit.*, p. 596. **No original:** “to render technical economic advice to the Chilean government to help end the plague of inflation”.

à câmara que o grava: “ah, uma alegria infinita; eu disse: aconteceu o que tinha que acontecer”.<sup>176</sup> Ainda que trágica em todos os sentidos, a imagem da edificação em chamas não é de todo estranha: “Não há nenhuma história universal que conduza do selvagem à humanidade”, escreve Theodor Adorno, “mas há certamente uma que conduz da atiradeira até a bomba atômica”.<sup>177</sup> O espetáculo era, de fato, exato em seu simbolismo:

A leitura dos novos signos implicava a **internalização lúcida** dos acontecimentos que estavam ocorrendo. **Ler analiticamente** esse poder militar central, aliado a um setor considerável de forças civis e, ainda, de forças internacionais, **como uma explosão de proporções incalculáveis diante da qual se subvertiam as lógicas**; ler em meio a essa explosão desmedida de poder que parecia injustificável, como, no entanto, **se erigia um discurso (político) que sustentava os desmandos e os endossava por meio de uma retórica distorcida**. [...] O “nós”, essa aliança cívico-militar, foi se construindo contra os “outros”, os inimigos que supostamente iriam vitimá-los por meio de sabe-se lá qual método. As únicas chaves discursivas visíveis se concentraram na equação binária desse “nós” e “os outros”, **essa equação única capaz de ativar o que estava escamoteado: a persistente, refinada e complexa operação de dismantelamento progressivo do Estado frente a uma população civil impossibilitada de realizar qualquer gesto de repúdio** (Eltit, 2014, p. 25-26, grifos nossos).<sup>178</sup>

Uma retórica distorcida, uma subversão das lógicas, uma equação única que determina como necessidade a eliminação de toda e qualquer manifestação da diferença. Quando tudo é idêntico a tudo — lembremo-nos da advertência de Adorno e Horkheimer — nada pode ser idêntico a si: a dinâmica que confere ao discurso científico um caráter de verdade absoluta (aquela para qual “o conhecimento consiste na subsunção a princípios”)<sup>179</sup> é a mesma que força o sujeito a uma conformidade real. O preço cobrado por esse gesto que transfigura o trabalho da razão em mera instrumentalidade não é pago somente com a alienação da realidade material, “a unidade da coletividade manipulada consiste *na negação de cada indivíduo*”.<sup>180</sup> É, portanto, ali onde a vontade de saber se desdobra em necessidade de poder que a soberania se reverte em coisificação: ao cindir a vida entre o espírito e seu objeto, a razão instrumental instaura não

<sup>176</sup> CHICAGO Boys, *op. cit.*, 42min 53s. **No original:** “ah, una alegría infinita; yo dije: pucha, paso lo que tenía que pasar”.

<sup>177</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 266.

<sup>178</sup> **No original:** “La lectura de los nuevos signos implicaba la internalización lúcida de los sucesos que estaban aconteciendo. Leer analíticamente ese poder militar central, aliado a un sector considerable de fuerzas civiles y aun de fuerzas internacionales, como una explosión de incalculables proporciones frente a la cual se trastocaban las lógicas, leer en medio de esa explosión desmesurada de poder, que parecía injustificable, como, sin embargo, se erigía un discurso (político) que sostenía los desmanes y los avalaba mediante una retorcida retórica. [...] El nosotros (esa alianza cívico-militar) fue construyéndose contra los otros, los enemigos, que iban a victimarlos desde no se sabía cuál método. Los únicos ejes discursivos visibles descansaron solamente en la ecuación binaria de ese nosotros y los otros, esa ecuación única para poner en marcha lo que estaba escamoteado: la persistente, refinada y compleja operación de dismantelamento progresivo del Estado de cara a una población civil impossibilitada de realizar cualquier gesto de repúdio”.

<sup>179</sup> Adorno; Horkheimer, *op. cit.*, p. 81.

<sup>180</sup> *Id.*, p. 27, itálico nosso.

autonomia do sujeito, mas um esvaziamento de sua subjetividade. De gesto libertador à atividade coercitiva, o pensamento que pretendia transformar a ordem do real concretizou-se como um instrumento a serviço de sua manutenção:

A subjetividade volatizou-se na lógica de regras de jogo pretensamente indeterminadas, a fim de dispor de uma maneira ainda mais desembaraçada. O positivismo [...] **eliminou a última instância intermediária entre a ação individual e a norma social.** O processo técnico, no qual o sujeito se coisificou após sua eliminação da consciência, está livre da plurivocidade do pensamento mítico **bem como de toda significação em geral, porque a própria razão se tornou um mero adminículo da aparelhagem econômica que a tudo engloba.** Ela é usada como **um instrumento universal** servindo para a fabricação de todos os demais instrumentos. Rigidamente funcionalizada, ela é tão fatal quanto a manipulação calculada com exatidão na produção material e cujos resultados para os homens escapam a todo cálculo. Cumpriu-se afinal sua velha ambição de ser um órgão puro dos fins. [...] **O eu integralmente capturado pela civilização se reduz a um elemento dessa inumanidade [...]** (Adorno; Horkheimer, p. 41-42, grifos nossos).

Ainda que seja preciso reconhecer o fato de a *Dialética do Esclarecimento* estar circunscrita a um contexto específico, e apesar de ser necessário não perder de vista que a história do capitalismo é inseparável de suas metamorfoses, o diagnóstico publicado em 1947 tem, no mínimo, o mérito de indicar (e com a ênfase devida) um dado que jamais deve ser esquecido: a estrutura do capital é sempre desumana, totalitária e racional. Fundado numa lógica que abomina a diferença, sua retórica é repetidamente a apropriação: da natureza, do corpo, das pautas e do pensamento. Nesse sentido, a despeito das estratégias renovadas do modelo neoliberal — que não são poucas nem negligenciáveis —, há um ponto em que a leitura de Adorno e Horkheimer permanece radicalmente atual: a “aparência na qual se perde a humanidade inteiramente esclarecida”, eles escrevem, “não pode ser dissipada pelo pensamento que tem de escolher [...] entre o comando e a obediência”.<sup>181</sup> A razão da sociedade racional é obsoleta.

Quando escreve sobre a necessidade de realizar uma leitura contínua e, por meio dela, internalizar os acontecimentos de forma lúcida, Eltit parece ecoar as palavras dos filósofos: abandonar toda a razão àqueles que fazem dela um uso totalitário não é mais que um outro modo de naturalizar seu contorno opressivo. Como, então, escapar dessa dicotomia? Como articular esse gesto paradoxal que pretende questionar a racionalidade por meio do pensamento? Para fazer sucumbir a superfície, diria Adorno, é preciso dinamitar o fundamento. Se a dinâmica da racionalidade instrumental não pode prescindir do sujeito autodeterminado, a libertação só pode acontecer ali onde sua centralidade é questionada. É a esse movimento de implosão do primado da identidade que o ensaio dá forma.

---

<sup>181</sup> Adorno; Horkheimer, *op.cit.*, p. 49.

Onde a consciência ordenadora espera ver a si mesma, o ensaísta procura pelo objeto; onde o “eu abstrato” presume o conceito, ele trabalha de modo constelar; onde a teoria quer a estabilidade do método, ele busca a impermanência da expressão. Resgatando a dignidade do transitório, seu interesse já não é esclarecer, mas interpretar. Alheio às determinações do especialista, esforça-se para não separar o que deve ser pensado conjuntamente, e sem ter a pretensão de explicar *o que* as coisas são, opta por especular *por que* elas são como são. Ao teórico que precisa se ausentar para garantir a identidade entre espírito e o objeto, o ensaísta se opõe, enfim, expondo a racionalidade de sua presença histórica. “O ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias”,<sup>182</sup> diz a conhecida fórmula adorniana. O que está em jogo nessa contraposição lapidar — que aproxima conhecimento e subjetividade impondo um afastamento do puro subjetivismo — é a possibilidade de um modelo de reflexão capaz de restituir ao movimento do saber a concretude há muito rechaçada pela tradição ocidental. Pensar com o *corpo*, *afetar-se* com o pensamento.

Na prosa ensaística de Diamela Eltit, para além de uma virtualidade da enunciação em nome próprio, o corpo é também suporte e objeto; revela-se ora como espaço de alienação, ora como símbolo de resistência; atua tanto sob a forma do conceito quanto sob aquela da imagem. A recorrência incontestada desse signo expõe o modo como essa racionalidade estética opera: a dimensão corporal não é o *tema*, mas o *fundamento*. Não se trata, contudo, de um “acercar-se do mundo” que se perfaz por meio de uma lógica sensível em detrimento daquela inteligível. O que a dinâmica do pensamento de Eltit elabora é, ao contrário, um desdobramento no qual esta última se realiza *a partir* da corporeidade. “A crítica da razão não pode vir desacompanhada do uso da razão crítica”,<sup>183</sup> lembremo-nos de Didi-Huberman. Ao fazer do corpo o fundamento de seu trabalho reflexivo, o que a autora edifica não é, portanto, uma apologia solipsista da sensibilidade, mas um questionamento contundente daquilo que se convencionou chamar de racional. Em tudo distante da lógica subjetivista, essa prosa substitui a consciência ordenadora por um corpo historicamente localizado e que se aproxima do objeto para transformá-lo enquanto transforma a si mesmo. Daí que ela se constitua como um modelo contra-hegemônico de racionalidade: tomar a materialidade do corpo como fundamento do trabalho reflexivo é, antes e sobretudo, assumir a não-identidade como princípio. Trata-se, portanto, de elaborar o pensamento a partir da inversão de sua lógica.

---

<sup>182</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 26.

<sup>183</sup> Didi-Huberman (2018), *op. cit.*, p. 97.

Distanciando-se do anseio de sistematizar a heterogeneidade do mundo sob a forma geral do conceito, Eltit costura a multiplicidade dos objetos sobre os quais se debruça puxando de seu interior o fio que os entrelaça. É assim que a *aprensão* abstrata de conteúdos objetivos cede lugar à *compreensão* de sua historicidade. Sem pretender alcançar algo para além das mediações — “e estas são mediações históricas, nas quais está sedimentada a sociedade como um todo”,<sup>184</sup> diz Adorno — a autora transita pela história recente do Chile para reelaborar sua leitura de forma constelar:

Resulta interessante pensar que todo pensamento analítico comporta uma determinada ficção, não no sentido estreito do delírio e sua ruptura metafórica com o universo do real, mas sim, pensar que a operação de leitura requer um limiar que só pode vir do resultado da imaginação que une ou desune textos para gerar uma superfície que, em última análise, propõe leituras a partir de um conjunto agudo de operações leitoras (Eltit, 2016, p. 75).<sup>185</sup>

É este o movimento: privilegiando a gestualidade racional do corpo (isto é, reafirmando sua concretude e determinação históricas) em contraposição à pura abstração da Consciência, Eltit demonstra a insuficiência das totalizações para recuperar a legibilidade das coisas sem renunciar ao conflito. Ensaiar, diz Didi-Huberman, é elevar a cólera “à altura de uma *paciência*, de um conhecimento modesto e metódico, que toma a forma de uma tentativa sempre recomeçada”.<sup>186</sup> Ler, reler, interpretar. “*Retomar e reaprender* sem cessar, para melhor cindir a violência do mundo inscrita em suas imagens”.<sup>187</sup> Compreendendo que o pensamento tem responsabilidade sobre sua expressão, Eltit volta-se para a concretude do real a partir de seu lugar histórico e edifica um *modo de conhecer literário*<sup>188</sup> que restitui ao saber aquilo que a racionalidade instrumental precisa mascarar para existir: “seu ser de linguagem, sua ‘culpável condição’ de ficções interpretativas”.<sup>189</sup> Ao renunciar ao impulso unificador, sua prosa “torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível”;<sup>190</sup> ao assumir que sua atualidade é a do anacrônico, revela ser a rede de objetividade

<sup>184</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 27.

<sup>185</sup> **No original:** “Resulta interesante pensar que todo pensamiento analítico comporta una determinada ficción, no en el sentido estrecho del delirio y su ruptura metafórica con el universo de lo real, sino más bien pensar que la operación de lectura requiere de un umbral que no puede sino provenir del resultado de la imaginación que une o desune textos para generar una superficie que, en definitiva, proponga lecturas desde un conjunto agudo de operaciones lectoras”.

<sup>186</sup> Didi-Huberman (2018), *op. cit.*, p. 121, itálico no original.

<sup>187</sup> *Id.*, p. 114, itálico nosso.

<sup>188</sup> GIORDANO, A. **Modos del ensayo:** de Borges a Piglia. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2005, p. 225. Importante destacar que, na argumentação do autor, a expressão se restringe ao que ele nomeia “ensaio literário”. Ainda que não façamos esse tipo de distinção, acreditamos que as estratégias elaboradas por Eltit nos permitem pensar, também, em um modo de conhecer literário.

<sup>189</sup> *Id.*, p. 237.

<sup>190</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 45.

do conceito um arranjo meramente subjetivo.<sup>191</sup> Questionando a unidade do sentido, rejeitando os métodos disciplinados da comunicabilidade e colocando em xeque a fórmula domesticadora da convenção, Diamela Eltit constrói a compreensão dos objetos a partir da restituição de seus contextos para dar forma a um saber de tipo *estético, teórico e constelar* que, ao buscar no real suas fissuras intrínsecas, traça no vazio o corpo daquilo que (ainda) é impossível.<sup>192</sup>

---

<sup>191</sup> Cf. Adorno, 2012b.

<sup>192</sup> Nossa formulação é tributária do título dado por Vladimir Safatle ao livro publicado em 2019 pela editora Autêntica, qual seja, *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*.

## 2 A EXPERIÊNCIA CORPORAL DA HISTÓRIA

*Me pregunto si el discurso histórico no es nada más ni nada menos que un cuerpo sin órganos, una suma contundente de producción de pensamientos en cuyo trazado se cursa una performática que se resignifica de escena en escena, de escenario en escenario y, aún más, ocurre y transcurre en la tensión interna de la escena de la escena y en la paradoja desmontable que augura el escenario social.*

(Diamela Eltit, in: “Dónde hay fracaso puede haber ironía”, 2008)<sup>1</sup>

Num ensaio publicado pela primeira vez em 1997, Diamela Eltit questiona-se em que medida, e de que maneira, lhe seria possível desenvolver uma reflexão sobre a história política do Chile. Como pensar a história, ela escreve, quando essa história é também pessoal e corporal? Como falar, quando não se pode contar com o amparo de uma disciplina particular “que examine minuciosamente os marcos sociopolíticos e seus nexos”?<sup>2</sup> Como referir-se a episódios enraizados caoticamente na memória sem, no entanto, perder-se absorpta numa “vertigem testemunhal”? Se é o corpo que obsta a construção de um olhar distanciado, como, então, interrogar “os acontecimentos cujos rastros sobrevivem numa atemporalidade transversal que, não raro, irrompe no presente”?<sup>3</sup> Distanciando-se tanto da veleidade subjetiva quanto da ostensiva objetividade do conhecimento especializado, Eltit delineia com esse gesto uma espécie de espacialidade simbólica: sua leitura, ela parece dizer, situar-se-á no terreno do intermediário, uma zona dialética na qual a aproximação do mundo incorre e decorre do não afastamento de si. Como dissesse que a história só se deixa ler num entrelaçamento com o corpo leitor, ela anuncia em seguida: “Penso, desde meu lugar literário, que talvez na palavra ‘golpe’ possa haver uma chave para abordar essa história, a história marcada pelos acontecimentos do 11 de setembro no Chile”.<sup>4</sup>

A composição formal do parágrafo de abertura deste *Las dos caras de La Moneda* — ensaio inaugural de *Emergencias*, o primeiro volume dos *escritos sobre literatura, arte y política* — revela o conteúdo teórico que estrutura essa prosa ensaística: muito além de um

<sup>1</sup> Tradução: “Pergunto-me se o discurso histórico não é nada mais, nada menos que um corpo sem órgãos, uma soma contundente de produção de pensamentos cujo traçado se desenrola em uma performance que se resignifica de cena em cena, de cenário em cenário e, ainda mais, ocorre e se desenrola na tensão interna da cena da cena e no parado desmontável que prevê o cenário social”.

<sup>2</sup> Eltit (2014), *op. cit.* p. 19.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> *Ibid.*, itálico nosso. **No original:** “Pienso, desde mi lugar literario, que quizás en la palabra ‘golpe’ pueda radicar una clave para aproximarme a esa historia, a la historia marcada por los acontecimientos del 11 de septiembre de 1973 en Chile”.

artifício retórico, o que o arranjo pergunta/resposta insinua é o *modo* como sua racionalidade estética faz convergir história, experiência e interpretação. Três questões que, não por acaso, ocupam também o centro da reflexão adorniana sobre a forma do ensaio.

É com uma advertência que, em 7 de maio de 1931, Theodor Adorno abre a aula magna proferida, após sua habilitação para atuar como docente, na Universidade de Frankfurt: àqueles que queiram fazer do trabalho filosófico uma profissão, impõe-se de saída, um gesto de renúncia à ilusão de que seria possível abarcar a totalidade do real com a força do pensamento. A pertinência da crítica à ambição idealista – que, a princípio, poderia soar anacrônica – revela-se pouco mais adiante. O “século pós-kantiano”, dirá o jovem filósofo, embora se queira distante de Kant, mantém-se preso àquele que é o maior de seus pressupostos. Dispensando especial atenção à fenomenologia moderna e ao positivismo lógico, no início deste “A atualidade da filosofia”, Adorno dedica-se a demonstrar o solo comum onde estão assentadas as duas correntes antagônicas que, à época, ocupavam o centro hegemônico do pensamento filosófico alemão.

O percurso é iniciado pela interpelação à análise husserliana dos dados da consciência (para a qual “a jurisdição da razão” permanece sendo a última instância de contato com o real); passa pela crítica à ontologia fundamental de Heidegger (que reduz a exigência da ontologia material “ao âmbito da subjetividade, e procura em sua profundidade o que não é capaz de encontrar na plenitude aberta da realidade efetiva”),<sup>5</sup> até chegar na exposição do contrassenso inerente ao cientificismo do Círculo de Viena (que, para sustentar a ilusão do imediatamente dado, precisa ignorar o fato de o sujeito do dado não ser a-histórico, mas compreensível historicamente). O desenho da argumentação — aqui exposto de forma esquemática — evidencia a presença de uma constante: fenomenologia e positivismo são, ambos, tributários do primado da identidade, fundamento último da noção kantiana de razão.

Intellectualizando a percepção — isto é, estabelecendo como qualidade objetiva aquilo que a inteligibilidade do juízo subjetivo deposita no objeto —, o “esquematismo do entendimento puro” mecaniza o pensamento a ponto de tornar quase indiscerníveis o *eu transcendental* e o *eu empírico*. Entretanto, quando a autoconsciência precisa funcionar, simultaneamente, como posto e pressuposto; quando, para unificar o diverso da experiência sensível, basta-lhe vincular-se a si mesma, aquilo que deveria se apresentar como produto é estabelecido antes que a equação se institua. O que está insinuado neste “A atualidade da filosofia”, alguns anos mais tarde, a *Dialética do Esclarecimento* tornaria manifesto:

---

<sup>5</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 436.

Kant combinou a doutrina da incessante e laboriosa progressão do pensamento ao infinito com a insistência em sua insuficiência e eterna limitação. Sua lição é um oráculo. Não há nenhum ser no mundo que a ciência não possa penetrar, mas o que pode ser penetrado pela ciência não é o ser. É o novo, segundo Kant, que o juízo filosófico visa e, no entanto, ele não conhece nada de novo, porque repete tão somente **o que a razão já colocou no objeto**. Mas este pensamento, resguardado dos sonhos de um visionário nas diversas disciplinas da ciência, recebe a conta: **a dominação universal da natureza volta-se contra o próprio sujeito pensante; nada sobra dele senão justamente esse *eu penso* eternamente igual** que tem que poder acompanhar todas as minhas representações. Sujeito e objeto tornam-se ambos nulos. [...] **O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva**, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a **subordinação obediente da razão ao imediatamente dado** (Adorno; Horkheimer, p. 38, itálico no original, grifos nossos).

De um *eu abstrato* que se desobriga do contato com a materialidade não pode sobrar nada além da abstração do *eu penso*: para que lhe seja possível atuar como *condição* de possibilidade do conhecimento do existente e, ao mesmo tempo, mostrar-se como o seu *resultado*, a razão esclarecida precisa qualificar como impensável tudo o que não pode ser generalizado pelo conceito; ou, dito de outro modo, tudo aquilo que não for imediatamente *logos*. Em sua conferência inaugural, Adorno defenderá, então, que a inconveniência desse movimento de socorrer-se na *ratio* autônoma, expressos tanto pela fenomenologia quanto pelo positivismo, é posta em cena pela própria materialidade histórica: “Nenhuma razão legitimadora poderia reencontrar a si mesma em uma realidade cuja ordenação e formas anulam toda pretensão da razão”.<sup>6</sup> Nesse sentido, ele diria, se é o modo de produção capitalista que revela ser mera aparência a ideia de uma realidade essencialmente plena de intencionalidade e significação, então, toda perspectiva filosófica fundada pela adequação entre *pensamento* e *Ser*; todo sistema que confie na *identidade* entre conceito e dado é, em última instância, idealista. No horizonte do pensamento adorniano, a crítica ao capitalismo não se resume ao escrutínio dos processos de concentração de renda, desigualdade e pauperização social, mas inclui – como não poderia deixar de ser — a crítica aos seus modos de racionalização e objetivação, isto é, à sua forma de unificar o espaço por meio da intercambialidade, e de esvaziar o tempo de suas distinções qualitativas.<sup>7</sup> Uma reflexão que, em sua prosa ensaística, Diamela Eltit articula por meio de artifícios estéticos:

Porque já se sabe que o fim do milênio é uma ficção. **Trata-se de nos convencer** — e estamos plenamente convencidos — **de que transcorremos de maneira ordenada, imersos num tempo que pode ser mensurável externamente**. Acabamos por aceitar a imposição de uma cronologia que se dedica a aperfeiçoar sua maníaca exatidão. Mas também sabemos, de maneira oblíqua e parcial, **que esse tempo externo é um simulacro, um pacto, uma operação política** para nos submeter à monotonia das

<sup>6</sup>Adorno (2018), *op. cit.*, p. 431.

<sup>7</sup> Cf. SAFATLE, V. **Dar corpo ao impossível**: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

pautas e assim, **entrar de cheio numa fórmula domesticadora que acaba por fazer-nos parte de uma convenção** (Eltit, 2014, p. 31, grifos nossos).<sup>8</sup>

Publicado às vésperas da virada do milênio (no livro *Chile em la mira*, organizado por Carlos Orellana) o trecho que abre este *Sociedad anónima* (1999) ecoa a reflexão adorniana. A consciência ordenadora que crê ser capaz de *mensurar o tempo externamente* — isto é, a-historicamente — só pode atestar a validade do conhecimento que produz se fizer do mundo um simulacro de si mesma. O gesto é, entretanto, temerário. Ao distanciar-se do movimento da história para provar-se legítima, a razão que se quer universal acaba por reduzir-se a uma espécie de figura, típica e característica, dessa nossa formação histórica: é a pretensa neutralidade do pensamento que alimenta a lógica dominante do capital. O impulso totalizante (e totalitário) que caracteriza o “idealismo” do século pós-kantiano ao qual Adorno se refere é o mesmo que fundamenta a operação política de que fala a linguagem estética de Eltit. Ali, “entre a ‘anedotização’ dos objetos e a velha nostalgia”, ela escreve, situa-se essa “ampulheta atávica” que, “após a queda do último grão”, torna evidente o que, verdadeiramente, permanece: “um vidro neutro, um vazio, *uma janela transparente para lugar algum*”.<sup>9</sup> É isso que razão legisladora tem para oferecer. Mais que obliterar o entendimento do que poderia ter sido (e, assim, obstar a compreensão do que pode ser), o que a ensimesmada Consciência realiza é a manutenção daquilo que *ainda é*:

Então, ou vale a pena ou não vale a pena recapitular a felicidade selvagem de sobreviver a um século. Quero dizer, o espanto. Mas junto ao espanto, escondido em um refúgio da sobrevivência, surge o signo depressivo do luto; o medo que desencadeia a recusa de nos refugiarmos no nicho que o nosso século nos propôs (Eltit, 2014, p. 31).<sup>10</sup>

No Chile, a virada do milênio figurava como o índice de uma perversa permanência: os dez anos de democracia incubavam a ditadura. Os atores que protagonizaram a primeira década da chamada “transição democrática” vangloriavam-se, àquela altura, da condução *realista* que haviam empreendido: acatando a inevitabilidade da refundação delineada ao longo do período

---

<sup>8</sup> **No original:** “Porque ya se sabe que el final del milenio es una ficción. Se trata de convencernos —y estamos plenamente convencidos de que transcurrimos de manera ordenada, inmersos en un tiempo que pudiera ser externamente mensurable. Terminamos por aceptar la imposición de una cronología que se dedica a perfeccionar su maníaca exactitud. Pero también sabemos, de manera oblicua y parcial, que este tiempo externo es un simulacro, un pacto, una operación política para someternos a la monotonía de las pautas y así entrar de lleno a una fórmula domesticadora que termina por hacernos parte de una convención”.

<sup>9</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 31. **No original:** “un vidrio neutral, un vacío, una ventana que se transparenta hacia ninguna parte”.

<sup>10</sup> **No original:** “Entonces, o vale la pena o no vale la pena recapitular en torno a la felicidad salvaje que significa sobrevivir a un siglo. Digo, el asombro. Pero junto al asombro, escondido en un repliegue de la pervivencia, se asoma el signo depresivo del duelo; el miedo que detona la negativa a refugiarnos en el nicho que nuestro siglo nos propuso.”

Pinochet, deram-se por satisfeitos em realizar, “na medida do possível”,<sup>11</sup> as mudanças que, ao final da década de 90, expunham — assim diria a retórica oficial — um dado inequívoco: os dezessete anos de pinochetismo formavam parte de um passado superado. Sem romper com a Constituição forjada pelo general, esses democratas *legitimavam* o sistema que havia tornado necessária a existência da ditadura militar. Avaliando o tempo externamente, escreve a autora, optaram por conclamar um futuro destituído de passado. Para compreender o que subjaz a esse processo configurado por contínuos apagamentos, neste ensaio, Eltit recupera uma figura incontornável do século XX chileno que, a despeito de sua centralidade, permanecia (e ainda permanece) transitando clandestinamente pelo imaginário nacional. O gesto é salutar: “Pensar a imagem de um Allende quase inexistente pode iluminar a metáfora de um sonho oficial e centrista, como tem sido o de injetar na cidadania o esquecimento”.<sup>12</sup>

Embora tenha sido profundamente demonizado pela ditadura civil-militar, o esvaziamento simbólico do líder da via chilena ao socialismo, ela diz, “foi uma empresa propiciada, majoritariamente, pela *Concertación*”.<sup>13</sup> Enquanto a direita, “autora e tutora do capital”, converteu sua imagem num correlato do desprestígio, a esquerda concertacionista dos primeiros anos de transição retirou paulatinamente do debate público a presença histórica do presidente deposto pelo golpe de Estado. Fizeram da “reconciliação um instrumental do esquecimento”. Evitando legitimar, analisar ou mesmo mencionar um tempo “que buscou dar aos corpos populares um estatuto e uma estética”,<sup>14</sup> pagaram o preço da conciliação: ignoraram que “praticamente todo o corpo político que hoje nos cerca”, protagonizou o episódio central do século.

Esquecer Salvador Allende, escreve Eltit, é relativizar a ruptura democrática e os danos irreparáveis que a queda da *Unidad Popular* inscreveu no corpo social. É obliterar não apenas

<sup>11</sup> Cf. CHILE. Congreso Nacional. **Legislatura 320ª, Ordinaria. Sesión del Congreso Pleno, en lunes 21 de mayo de 1990.** Diário da Sessão, Chile, 21 maio 1990. Disponível em: [https://www.camara.cl/camara/doc/archivo\\_historico/21mayo\\_1990.pdf](https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_1990.pdf). Último acesso em: maio de 2023.

<sup>12</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 31. **No original:** “Pensar la imagen de un Allende casi inexistente puede iluminar la metáfora de un sueño oficial y centrista, como ha sido inyectar en la ciudadanía el olvido”.

<sup>13</sup> *Id.*, p. 33. **No original:** “ha sido una empresa propiciada mayoritariamente por la Concertación”. Fundada no ano do plebiscito que daria início ao processo de abertura política, a originalmente intitulada *Concertación de Partidos por el No*, que depois da derrota de Pinochet tornar-se-ia *Concertación de Partidos por la Democracia*, foi uma coalizão formada com o intuito de levar um único candidato (Patricio Aylwin) para as eleições presidenciais de 1989. No período da chamada transição democrática, o Chile passou por outros três governos *concertacionistas*: Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010). Sobre o tema, duas ressalvas são importantes: a primeira está relacionada ao fato de este ensaio ter sido escrito ao final do mandato de Eduardo Frei; a segunda diz respeito à necessidade de não se considerar os governos da *Concertación* como um bloco coeso e alinhado ideologicamente. Essa questão será tratada mais detidamente no capítulo 3 desta tese.

<sup>14</sup> *Id.*, p. 34. **No original:** “que buscó darle estatuto y estética a los cuerpos populares”.

a figura de um estadista, mas uma sensibilidade e uma “epopeia econômica”. É menosprezar a grandeza de um processo histórico singular que havia conseguido, ainda que em parte, alterar as bases do capitalismo. Emulando um afastamento da realidade material, a retórica oficial fazia da “virada do milênio”, o símbolo do encerramento de um tempo. Mas o que significa decretar o encerramento de um tempo? Uma ficção, escreve Eltit. A política do fim da história é um mosaico inacabável de negociações. “Um sonho de esquecimento conduzido por articuladas e sustentadas repressões para produzir um *estado de desmemória*”.<sup>15</sup> Um anseio de branqueamento da história que se perfaz por meio da instauração de ausências:

Mas milhões de nós atravessamos o século cercados pela felicidade ou pela culpa, ligeiramente deslocados ou desencantados ou divididos entre a tendência primitiva para a vida e a sensação insuportável de chegar tarde demais ao nascimento — sempre artificial — **de um século que lutará para se livrar de nós: seus decrepitos progenitores**. Porque no afã de contabilizar os anos, devemos pensar em nós mesmos como aqueles que carregam, ao menos, **a memória corporal de um século e, exagerando, os sintomas de um milênio**. Graças à crescente cronologia e seus relógios, literalmente ao alcance da mão, podemos pensar em nós mesmos como o símile de uma das figuras mais famosas e temíveis da estética: o vampiro que atravessa épocas incólume, enquanto carrega em seu interior o malefício trágico da sede de sangue que lhe legou um destino, evidentemente, inesperado (Eltit, 2014, p. 31-32).<sup>16</sup>

Aquilo que Adorno elabora desde uma perspectiva filosófica, a racionalidade de Eltit realiza no plano da estética. E, nesse sentido, o recurso à alegoria é exemplar. A temível figura do vampiro<sup>17</sup> serve, neste caso, a um duplo propósito. De um lado, evoca o modo como Pinochet, atravessando o tempo histórico, materializa-se e mantém-se presente sob a forma do “modelo chileno”; de outro, insinua uma subversão: a presença mesma de todos aqueles que, feito o general, sobreviveram ao fim do século, revela o que está por trás desse afã por contabilizar o tempo cronologicamente. O esvaziamento da memória de Salvador Allende é, portanto, um procedimento central para a refundação desejada pela política do fim do século porque esquecê-lo é, antes e sobretudo, uma operação fundamental para encobrir as

<sup>15</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 33, itálico nosso. **No original:** “Un sueño de olvido manejado desde articuladas y sostenidas represiones para producir así un estado de desmemoria”.

<sup>16</sup> **No original:** “Pero miles de miles de millones de nosotros atravesamos el siglo cercado por la felicidad o la culpa, ligeramente desencajados o desencantados o escindidos entre la tendencia primitiva hacia la vida y la sensación insoportable de llegar demasiado tarde al nacimiento —siempre artificial— de un siglo que luchará por deshacerse de nosotros: sus decrepitos progenitores. Porque en el afán por contabilizar los años, debemos pensarlos como los que portamos encima, al menos, la memoria corporal de un siglo y exagerando, los síntomas de un milenio. Gracias a la cronología y sus relojes creciente y literalmente al alcance de las manos, podemos pensarlos como el símil de una de las más famosas figuras temibles de la estética: el vampiro que atraviesa incólume las épocas, mientras traslada en su interior el maleficio trágico de la sed de la sangre que le legó un destino, por supuesto, inesperado.”

<sup>17</sup> Aqui, vale mencionar que o roteirista Guillermo Calderón e o diretor Pablo Larraín também utilizam a figura do vampiro no premiado filme *O conde*.

contaminações. Voltando a retórica que pretende decretar obsoleto tudo o que já foi, contra si mesma, Eltit adverte:

Mas a lenda que guarda o século antigo também nos torna testemunhas — no sentido mais jurídico do termo — de uma época que ainda se recusa a qualquer linearidade. O século acabou, mas ainda mantém cotas de desajuste, pequenos territórios que parecem não pertencer a uma história reconhecível porque amarram muitos tempos, um sem número de irregularidades, uma quantidade impressionante de reflexos (Eltit, 2014, p. 32).<sup>18</sup>

Para demonstrar o perigo que esse programa deliberado de esquecimento representa, a autora recorre à potência de seu corpo-pensamento. Sugerir que *devemos pensar em nós mesmos como aqueles que carregam, ao menos, a memória corporal de um século* é afirmar que a história está sedimentada na experiência de todos aqueles que, feito ela, são incapazes de compreender o passado como um tempo encerrado. Como dissesse que é impossível compreender o mundo distanciando-se de si, Eltit traz à tona o que está latente acolhendo os sobressaltos e abrigando as contradições. Confrontar os protocolos, não se acovardar em dizer a quem serve a a-historicidade da razão e escrutinar os processos para expor o que está encoberto.

Quando evoca a figura desse corpo-testemunha — que feito um palimpsesto revela o que subjaz — Eltit parece dizer que somente a memória corporal da história — essa memória que não se rende à abstração e faz da materialidade o núcleo de suas elaborações — é capaz de elaborar um tempo que nega qualquer lampejo de linearidade. Caminhando na contramão do realismo, ela desvela sua irreabilidade: somente via instrumentalização do esquecimento — em todas as suas dimensões físicas e simbólicas — a razão neoliberal pode nomear “democracia” um sistema que, ao invocar a civilidade como mera retórica, impele o corpo-cidadão a simular a aparência de sua própria cidadania.<sup>19</sup> O fim do século é um artifício, um mecanismo perverso de aniquilamento dos corpos marcados por políticas dissidentes; é a retórica de um projeto econômico que “se esconde atrás de sua matriz tecnológica para operar sobre os corpos e as paisagens, até fragilizá-los e torná-los descartáveis”.<sup>20</sup>

De certo modo, é isso que Adorno pretende demonstrar quando, por meio desse retorno à “história da filosofia mais recente”, introduz o problema anunciado no título da conferência.

---

<sup>18</sup> **No original:** “Pero también la leyenda que atesora el siglo antiguo nos convierte en testigos —en el sentido más jurídico del término— de una época que aún se niega a cualquier linealidad. El siglo ha terminado y, sin embargo, mantiene cuotas de desajuste, pequeños territorios que parecen no pertenecer a una historia reconocible porque anudan demasiados tiempos, un sinnúmero de irregularidades, una cantidad impresionante de reflejos”.

<sup>19</sup> Eltit, 2014.

<sup>20</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 39. **No original:** “se parapeta en su matriz tecnológica para operar hoy sobre los cuerpos y los paisajes, hasta volverlos desechables”

Em tudo distante das ideias de caducidade ou obsolescência, o que a pergunta pela atualidade quer responder é se, após o fracasso dos “últimos grandes esforços”, ainda haveria qualquer nível de adequação entre as questões filosóficas e a possibilidade de sua resposta. Daí a necessária renúncia ao tema da totalidade: apenas de modo polêmico a realidade se oferece total ao sujeito cognoscente e, assim sendo, o pensamento que insiste em apresentá-la sob essa forma, não faz nada além de encobrir e perpetuar seu estado atual. A dura crítica dispensada aos projetos filosóficos mais influentes daquele contexto não tem, portanto, um fim em si mesma: o que de fato interessa a Adorno é, partir dela, estabelecer as bases para outro modelo de experiência intelectual; um modelo que se desvia das questões universais e atém-se à concretude do mundo para buscar em seu interior os indícios de uma nova ordenação possível. Ciente de que “a esperança de alcançarmos algum dia a realidade justa e correta”<sup>21</sup> repousa no vestígio, esse modelo se difere tanto das “filosofias grandiosas e totais” quanto das ciências particulares porque assume um compromisso inegociável com a interpretação:

A filosofia não se distingue da ciência, como a opinião vulgar ainda hoje supõe, por um grau maior de universalidade; tampouco pelo caráter abstrato de suas categorias, nem pela constituição de seu material. Na verdade, a diferença reside centralmente no fato de que cada ciência toma seus resultados, pelo menos os últimos e mais avançados, como sendo inabaláveis e autossustentados, enquanto a filosofia já concebe o primeiro resultado que encontra **como signo do que lhe cabe decifrar. Em suma: a ideia da ciência é pesquisa, a da filosofia, interpretação.** Nisto permanece o grande paradoxo, talvez perene: que a filosofia sempre deverá proceder de forma interpretativa almejando a verdade, sem nunca possuir alguma chave de interpretação; e que não lhe são dadas mais do que indicações efêmeras e fugidias nas figuras enigmáticas do ente e em seus maravilhosos entrelaçamentos (Adorno, 2018, p. 442, grifo nosso).

A imagem do signo cifrado é modelar. Não se trata nem de procurar por um “sentido” oculto, porque isso pressuporia a existência de uma verdade estática, unívoca e, portanto, *a-histórica*; nem de elucidar um conteúdo essencial e dedutível pela intuição, o que, por sua vez, implicaria admitir a possibilidade de um mundo inteligível, e reconhecer como válida uma noção de verdade – porque desde sempre disponível no mundo aberto das ideias – *supra histórica*. A interpretação não busca e tampouco revela. No horizonte do pensamento adorniano, a interpretação *cria*. Não por acaso, o filósofo recorre a uma analogia para apresentar o *modus operandi* desse gesto paradoxal que, mesmo sem possuir chave alguma, almeja alcançar a verdade: interpretar é decifrar. Como estivesse diante de um enigma — cuja (dis)solução é o desenho de uma imagem configurada a partir de arranjos diversos dos componentes dispersos na pergunta enigmática —, o pensamento deve voltar-se para a

---

<sup>21</sup>Adorno (2018), *op. cit.*, p. 431.

realidade colocando seus elementos em constelações, “em tentativas de ordenações cambiantes, até que formem uma figura que se torne legível como resposta, enquanto, ao mesmo tempo, a questão desvanece”.<sup>22</sup> Talvez seja este, o ponto central de sua argumentação: mais do que a mera solução, ele dirá, o que o gesto transformador do jogo do enigma fornece é a *imagem originária das soluções*.

A expressão nos instiga a um breve desvio. Ainda que não mencione, Adorno deve muito da sua “filosofia interpretativa” — ao menos nessa formulação inicial — às reflexões de um outro jovem filósofo. Na conhecida carta de 7 de julho de 1931, logo depois de citar textualmente um trecho da conferência (cuja cópia datilografada lhe fora enviada pelo frankfurtiano), Walter Benjamin escreve: “Eu, de minha parte, seria incapaz de omitir nessa altura a referência ao [meu] livro. E, menos ainda — mal preciso acrescentar — se me encontrasse em seu lugar”.<sup>23</sup> De fato, Benjamin tem razão quando diz que o programa de Adorno está calcado em seu *Origem do drama barroco alemão*: a analogia da constelação; a doutrina das ideias; a crítica à totalidade, à pressuposição de um sentido preexistente e aos conceitos de intenção e intencionalidade são reflexões ali desenvolvidas. Contudo, de todas as remissões a esse texto, uma interessa-nos especialmente.

A imagem originária mencionada por Adorno — que, ao longo da conferência, retornará como imagem histórica — tem suas raízes teóricas numa distinção benjaminiana. Nas “Questões introdutórias de crítica do conhecimento”, primeiro capítulo do livro, Benjamin defende que gênese e origem são instâncias opostas: enquanto a primeira supõe um encadeamento histórico causal, a segunda expressa um salto para fora do *continuum* da história. Nesse sentido, ele dirá, o termo *origem* “não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção”.<sup>24</sup> A semelhança com o jogo do enigma é manifesta: a imagem originária — nova, na medida em que liberta da pretensa causalidade histórica — é o resultado da destruição de sua configuração anterior. O originário, portanto, não está disponível nem “no mundo dos fatos brutos e manifestos”, nem na abstração do conceito: o que cada fenômeno de origem determina, escreve Benjamin, é a forma como se dá o confronto da ideia com o mundo histórico. A origem é, assim, o ponto onde pensamento e realidade se encontram. O deslocamento que a leitura benjaminiana elabora não é pequeno:

---

<sup>22</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 444.

<sup>23</sup> ADORNO, T. W. **Correspondência, 1928-1940**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 59.

<sup>24</sup> BENJAMIN, W. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 67.

subjacente a essa proposição está insinuada a noção de descontinuidade, a qual não apenas aponta para um outro modo de relacionar-se com a história como, também, pressupõe um outro conceito de história. Na esteira do jovem filósofo, Adorno dirá que segundo essa concepção,

a história não mais seria o lugar a partir do qual as ideias emergem, impõem-se autonomamente e voltam a desaparecer, pois na verdade, as imagens históricas seriam, por assim dizer, ideias cujo complexo constitui de forma não intencional a verdade, em vez de essa se estabelecer como intenção na história (Adorno, 2018, p. 447).

Na perspectiva de uma história descontínua, a gênese cede espaço à figura da origem e, ao fazê-lo, permite à realidade constituir uma tarefa, na medida em que nos impõe “a exigência de mergulhar tão fundo em todo o real que ele possa revelar-nos uma *interpretação objetiva do mundo*”.<sup>25</sup> A tarefa à qual Benjamin se refere é resumida por Sergio Paulo Rouanet na apresentação do livro: trata-se de, por meio da mediação dos conceitos, “injetar nas ideias o sangue vigoroso da empiria e de salvar os fenômenos, guardando-os no ‘recinto das ideias’”.<sup>26</sup> Se a função dos conceitos não é outra senão a de agrupar fenômenos, dirá o filósofo, essa operação — realizável apenas pela inteligência e sua capacidade de estabelecer distinções — será tanto mais significativa quanto maior for sua capacidade de, a um só tempo, salvar os fenômenos e representar as ideias. Isso quer dizer que no pensamento do jovem Benjamin, a “redenção dos fenômenos” está calcada no modelo nome-palavra, cujo contorno é notadamente teológico. Nesse sentido, em que pese o fato de a partir de 1930 suas elaborações se tornarem marcadamente marxistas — a ponto de essa redenção passar a se chamar também “revolução proletária” — aqui, ela ainda tem um caráter fortemente idealista.<sup>27</sup> Adorno, em contrapartida, embora se fie na concepção de uma história descontínua e acolha a ideia de uma interpretação objetiva, defenderá que somente a partir da crítica às ilusões do idealismo a realidade pode ser pensada com a acuidade necessária. É por isso que sua experiência intelectual apresenta uma afinidade “aparentemente tão impressionante e estranha”<sup>28</sup> com o pensamento materialista: nela, a resposta ao enigma “não se restringe ao espaço fechado do conhecimento, pois, na verdade é a práxis que a fornece”.<sup>29</sup>

O modo como o filósofo tenta desenhar uma passagem ao materialismo desviando-se da categoria de “totalidade” — isto é, por meio do estabelecimento de uma correlação entre

<sup>25</sup> Benjamin, *op. cit.*, p. 70, itálico nosso.

<sup>26</sup> *Id.*, p. 13.

<sup>27</sup> Cf. NOBRE, M. **A dialética negativa de Theodor Adorno**: a ontologia do estado falso. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1998.

<sup>28</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 444.

<sup>29</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 448.

ideia e práxis — não deixou de ser criticada por seus interlocutores. Contudo, como observa Jeanne Marie Gagnebin, se por um lado a proposta adorniana é, de fato, conflituosa — na medida em que desconsidera a totalidade do processo histórico-social —, por outro, não é exatamente incompatível com o materialismo, já que renuncia explicitamente às “duas noções características da metafísica clássica: a de sentido e a de totalidade”.<sup>30</sup> Daí a apropriação do pensamento benjaminiano. Nessa “filosofia materialista da interpretação”<sup>31</sup> — para a qual a solução não é o sentido do enigma (como se nele contido, revelasse sua intenção de ser decifrado), mas antes, a sua antítese (na medida em que o extingue tão logo venha à luz) — a elaboração micrológica ocupa uma posição central: a interpretação, diz Adorno, ocorre verdadeiramente pela composição do que é minúsculo. Demandando do pensamento uma inflexão à “escória do mundo dos fenômenos”,<sup>32</sup> o gesto interpretativo concilia razão e experiência quando *cria* imagens históricas, que se bem não constituem o sentido da existência, são capazes de resolver e dissolver suas questões.

Para desviar-se do puro subjetivismo sem recair na sobredeterminação da empiria; para edificar uma leitura da história sem perder de vista sua condição de sujeito histórico, Eltit recorre ao seu *lugar literário*. Para além de evidenciar um compromisso inegociável com a materialidade, o gesto nos interessa porque insinua um dado importante a respeito da posição ocupada pela prosa ensaística no escopo de sua literatura: não se trata nem de um apêndice da obra narrativa, nem de uma produção “secundária” e dela apartada. Os discursos crítico e simbólico não representam uma cisão em sua racionalidade estética, mas são antes, duas formas cúmplices de uma mesma política da escritura. O entrelaçamento entre história, corpo e poder — talvez o traço mais característico de todos os seus romances — estrutura, também, cada um de seus ensaios. Corpo social, corpo popular, corpo feminino, corpo-território, corpo dissidente, corpo-pensamento, corpo literário. Eltit debruça-se sobre seus objetos tomando o corpo “como um elemento estratégico de sua configuração conceitual”.<sup>33</sup> Um signo-eco de seu

<sup>30</sup> GAGNEBIN, J. M. Divergências e convergências sobre o método dialético entre Adorno e Benjamin. In: PUCCI, B.; GOERGEN, P.; FRANCO, R. (orgs). **Dialética negativa, estética e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 75.

<sup>31</sup> A expressão é de Jeanne Marie Gagnebin.

<sup>32</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 445. Neste ponto, o filósofo faz uma referência a Freud que, nas *Conferências introdutórias à psicanálise* (p. 25), escreve: “É verdade que a psicanálise não pode se gabar de jamais ter se ocupado de ninharias. Ao contrário, geralmente constitui objeto de seu exame aqueles eventos modestos, descartados pelas demais ciências como demasiado insignificantes – o refugio, por assim dizer, do mundo dos fenômenos.” Cf. FREUD, S. **Conferências introdutórias à psicanálise: 1916 – 1917**. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>33</sup> MORALES, L. El discurso crítico de Diamela Eltit: cuerpo y política. In: ELTIT, Diamela. **Emergencias: escritos sobre literatura, arte y política**. Santiago de Chile: Editorial Planeta Chilena S.A., 2014, p. 13. **No original:** “como un elemento estratégico de su configuración conceptual”.

corpo de mulher latino-americana que entoa, desde as bordas da normatividade, a dissonância de um pensamento em contínuo confronto com a hegemonia. É justamente esse enfrentamento que caracteriza o programa adorniano.

Como quisesse recuperar a velha concepção de filosofia formulada por Bacon, partilhada por Leibniz e “ridicularizada como extravagância” pelo idealismo, Adorno propõe um tipo experiência intelectual cujo funcionamento é o da *ars inveniendi*: a interpretação, ele dirá, pode ser expressa como a exigência de responder, momento a momento, os enigmas da realidade “através de uma fantasia que agrupa os elementos da questão”<sup>34</sup> sem extrapolá-los. Não por acaso, é neste “A atualidade da filosofia” que a menção ao gesto ensaístico aparece pela primeira vez em sua obra. O ensaio é o modelo privilegiado dessa experiência intelectual porque é capaz de dar forma a um outro tipo de saber. Um saber que renuncia de modo inequívoco à questão da totalidade; que não reduz a multiplicidade dos objetos a um reflexo da consciência ordenadora. Um saber que não tem por objetivo a investigação de intenções ocultas e preexistentes, mas que faz da interpretação de uma realidade carente de intenções, a sua tarefa. Um saber que se compreende tão incompleto, contraditório e fragmentado quanto o texto que precisa ler; que se nega a ser o portador da última palavra e se recusa a aceitar como fato um mundo fundado pela *ratio*; que não pretende trilhar, até o fim, o caminho dos pressupostos racionais, mas que permanece situado ali onde a realidade é irreduzível.<sup>35</sup> Um saber, enfim, que reconhece a violência do mundo e, ante a ela, assume *a ousadia do experimento*:

Os empiristas ingleses, tal como Leibniz, denominaram ensaios seus escritos filosóficos, pois a força da realidade recentemente franqueada e que rebateu em seu pensamento sempre lhes obrigou a ousadia do experimento. Somente o século pós-kantiano perdeu, junto com a força da realidade, a ousadia do experimento. **Por isso, o ensaio transformou-se, de uma forma da grande filosofia, em uma pequena da estética, em cuja aparência, entretanto, refugiou-se a concretude da interpretação**, da qual a filosofia propriamente dita há muito não mais dispôs nas grandes dimensões de seus problemas. Se com a ruína de toda segurança na grande filosofia o ensaio é acolhido; se ele se vincula às interpretações limitadas, circunscritas e não simbólicas do ensaio estético, então isso não me parece condenável, **desde que os objetos sejam escolhidos corretamente, isto é, sejam reais** (Adorno, 2018, p. 455, grifo nosso).

Ciente de que as imagens históricas precisam ser produzidas — na medida em que “não são meras realidades dadas por si mesmas”<sup>36</sup> — e que seu caráter transformador está diretamente relacionado ao compromisso que assume com a concretude material, no ensaio

<sup>34</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 453.

<sup>35</sup> *Ibid.*, *passim*.

<sup>36</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 452.

que mencionamos na abertura deste capítulo, *Las dos caras de la Moneda*, Eltit recupera a palavra fundamental que está inscrita no contraditório e fragmentado corpo da (também sua) história:

Digo *golpe* nos múltiplos sentidos que essa palavra alcança na psique de cada sujeito, na diversidade de ressonâncias que essa palavra tem no interior de cada sujeito; digo golpe pensando, por exemplo, em cicatriz ou em hematoma ou em fratura ou em mutilação, digo golpe como corte entre um instante e outro, como surpresa, como acidente, como arrebato, como dor, como sintoma. O golpe, território privilegiado e repetido da infância, cuja frequência ocorre sob a forma do tombo ou do ataque, é talvez a primeira memória, a primeira prática na qual se internaliza de maneira carnal essa palavra, quando o corpo irrompe materialmente como corpo ou aparece em sua diferença com o que é outro – o outro – esse adversário prematuro que se diagrama como corpo inimigo a partir do próprio golpe. Se essa palavra se estende a golpe de Estado, a programa, à forma política de liquidar a diferença, implica de uma maneira ou outra, a reedição desse primeiro tempo, uma regressão rumo às pulsões primeiras, aos primeiros medos, até retroceder aos momentos em que se desata a incontrolável ira inicial (Eltit, 2014, p. 19, itálico no original).<sup>37</sup>

A decomposição da palavra compõe a cena. A originária cena do Chile contemporâneo. Para compreendê-lo, diria Eltit, é preciso retroceder a esse signo histórico: golpe de Estado. Não se trata, contudo, de discutir sua ilegalidade e tampouco analisar suas condições de possibilidade. Para desenhar as linhas de fuga e retrazar a geografia do sensível, o pensamento precisa “desagregar em pequenas porções a massa do existente”,<sup>38</sup> lembremo-nos de Adorno. Antes de ser um conceito político, o golpe de Estado chileno é um trágico espetáculo no sentido mais prosaico do termo: cenário, palco, público, data e hora: é com um “avassalador desdobramento cenográfico”,<sup>39</sup> que a junta militar registra a palavra golpe no interior do dia 11 de setembro de 1973.

Antes do bombardeio, escreve a autora, “a cenografia já estava determinada pela ordem das marcas estendidas na cidade”.<sup>40</sup> Como estivesse reencenando uma performance teatral, o ensaio começa guiando o leitor-espectador pelo espaço cênico. A voz metálica de Salvador

<sup>37</sup> **No original:** “Digo *golpe* en los sentidos múltiples que esa palabra alcanza en el siquismo de cada sujeto, en la diversidad de resonancias que esa palabra tiene en el interior de cada sujeto, digo golpe pensando, por ejemplo, en cicatriz o en hematoma o en fractura o en mutilación. Digo golpe como corte entre un instante y otro, como sorpresa, como accidente, como asalto, como dolor, como juego agresivo, como síntoma. El golpe, territorio privilegiado y repetido de la infancia, cuya frecuencia ocurre bajo la forma de la caída o del ataque, es quizás la primera memoria, la primera práctica en la que se internaliza de manera carnal esa palabra cuando el cuerpo estalla materialmente como cuerpo o aparece en su diferencia con lo otro – el otro– ese precoz contrincante que se diagrama como cuerpo enemigo desde el golpe mismo. Si esa palabra se extiende a golpe de Estado, a programa, a la forma política de saldar una diferencia de opciones, implica de una u otra manera la reedición de ese primer tiempo, una regresión hacia las pulsiones primeras, hacia los primeros miedos, hasta retroceder a los momentos en que se desatan las incontenibles iras iniciales”.

<sup>38</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 455.

<sup>39</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 20. **No original:** “abrumador despliegue escenográfico”.

<sup>40</sup> *Id.*, p. 22. **No original:** “la escenografía ya estaba determinada por el orden de las marcas extendidas en la ciudad”.

Allende atravessa o palácio do governo. Evocando a imagem de uma democracia por vir, na última vez em que foi ouvido, o presidente pedia pela manutenção de uma “resistência cautelosa”. Da paisagem urbana, também entrincheirada, saltavam as figuras decisivas que tornariam concreta a atmosfera de guerra: como tivessem sido abruptamente transportados de um filme hollywoodiano, ela diz, os soldados — de rostos pintados e armas em riste — ostentavam uniformes saturados de insígnias enquanto percorriam as ruas em caminhões e tanques militares. Via rádio, o espaço doméstico era devassado repetidamente pelos proclames numerados que informavam sobre as novas ordens. A sonoplastia compõem-se intempestivamente: o aviso do bombardeio, os ensurdecidores aviões de caça, as rajadas intermitentes das metralhadoras. “A forma da guerra havia se consolidado numa montagem inescapável”<sup>41</sup> e o medo expandia-se na mesma frequência do barulho perturbador que, paulatinamente, integrava-se ao corpo tornado inimigo. Materializava-se. Em meio ao horror e à tristeza, escreve Eltit, “já havíamos nos convertido, simbolicamente, nesse inimigo extremista que eles buscavam”.<sup>42</sup>

Inicia-se o primeiro ato: ao meio-dia as chamas tomaram os quatro cantos do *Palácio de La Moneda*. Saltando os escombros, o novo regime se erigia atado à fumaça. Via rádio, o espaço doméstico era novamente devassado pelos comunicados que não mais informavam, mas “iam notificando o transcorrer de medidas e ações com as quais se ganhava uma causa ganha de antemão”.<sup>43</sup> Alternando entre notificações e estridentes hinos militares, a maníaca repetição do rádio dava eco às imagens oficiais das primeiras horas: o pato Donald, seus amigos e a edificante moral da história, diz Eltit. Os desenhos animados ocupavam as telas repetidamente; e a maníaca repetição das imagens davam eco à cínica disposição militar de infantilizar os corpos. Da estrutura hierarquizante desse poder emergia um desejo de “manter a civilidade num estado de controle e dependência infantil”.<sup>44</sup> E, então, o anúncio: estado de sítio. Convertida num campo minado, ela escreve, a cidade esvaziada do público — e de seu caráter público — só admitia a circulação do corpo militar:

O estado de sítio abria uma nova cisão, que ao longo de 17 anos, manter-se-ia com rigores distintos, dividindo, territorializando os espaços ao separar de maneira radical a habitação dos corpos entre o público e o privado, entre o interior e o exterior, entre a segurança e o perigo. Não se podia sair à rua, mas, o mais importante, não se podia

<sup>41</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 22. **No original:** “La forma de la guerra se había consolidado en un montaje imposible de eludir”.

<sup>42</sup> *Ibid.* **No original:** “ya nos habíamos convertido simbólicamente en ese enemigo extremista que buscaban”.

<sup>43</sup> *Ibid.* **No original:** “iban notificando el transcurrir de medidas y acciones con las que se iba ganando una causa ganada de antemano”.

<sup>44</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 23. **No original:** “mantener la civilidad en un estado de control y dependencias infantiles”.

transitar o exterior porque o exterior já não pertencia, havia sido despojado de seu caráter comunitário. Esse exterior, então, se transformava num território proscrito entregue às imagens de uma imaginação **que, nessas circunstâncias, não podia ser preenchida senão com o imaginário do sangue e da guerra** (Eltit, 2014, p. 23, grifo nosso).<sup>45</sup>

Feito um corpo que incha à medida em que é continuamente golpeado, o segundo ato recompõe a capacidade expansiva do decreto. Às três da tarde, a televisão anunciava a morte de Salvador Allende. Uma informação concisa e distanciada — emitida com notável indiferença, escreve Eltit — politizava a nova hegemonia e apresentava, “absoluto e impenetrável”, o domínio das forças armadas. De modo intermitente, as facções militares ocupavam as telas: ordenavam a entrega das armas, exigiam aos dirigentes políticos da UP que se apresentassem nas unidades militares estipuladas e invocavam o patriotismo da população para denunciar o extremismo. Uma palavra que alcançava “um extenso sentido geral”; um sentido que ao final do dia inscrevia-se “com uma força negativa naquilo que ia ser o novo léxico nacional”.<sup>46</sup> Qual um filme de suspense, continua, essa “cronologia febril” administrava tensamente o desfecho: às nove horas da noite, o último ato era protagonizado pela Junta Militar. Os generais Augusto Pinochet e Gustavo Leigh — representantes do Exército e da Aeronáutica —, acompanhados pelo Almirante José Toribio Merino (quem se autodesignou comandante da Armada) e do, também autoproclamado, General-Diretor dos *Carabineros*, César Mendoza Durán, invadiam a televisão e comprovavam sua aterrorizante onipresença:

A imagem televisiva dos chefes das forças militares os introduzia no interior das casas quando esses mesmos quatro uniformizados já haviam tomado o controle do espaço público mediante a inoculação programática do medo cidadão para assim reduzir a civilidade ao espaço doméstico. Espaço duplamente domesticado depois que a implementação do estado de sítio havia determinado o toque de recolher total e a suspensão do exercício de todos os direitos civis. A essa altura, do lado de fora, os diversos espaços se tornavam alheios e clandestinos porque a cidade, radicalmente interceptada, multiplicava seus gestos de morte. (Eltit, 2014, p. 25).<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> **No original:** “El estado de sitio abría una nueva escisión que, a lo largo de 17 años, se iba a mantener con distintos rigores, dividiendo, territorializando los espacios al separar, de manera radical, la habitación de los cuerpos entre lo público y lo privado, entre el adentro y el afuera, entre la seguridad y el peligro. No se podía salir a la calle, pero, lo más importante, no se podía transitar el afuera porque el afuera ya no pertenecía, había sido despojado de su carácter comunitario. Ese afuera, entonces, se transformaba en un territorio proscrito, librado a las imágenes de una imaginación que no podía ser llenada, en esas circunstancias, sino con el imaginario de la sangre y de la guerra”.

<sup>46</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 24. **No original:** “con una fuerza negativa en lo que iba a ser el nuevo léxico nacional”.

<sup>47</sup> **No original:** “La imagen televisiva de los cuatro jefes de las ramas militares los introducía en el interior de las casas cuando esos mismos cuatro uniformados ya habían tomado el control de lo público mediante la inoculación programática del miedo ciudadano para reducir así la civilidad al espacio doméstico. Espacio doblemente domesticado luego que la implantación del estado de sitio había dictaminado toque de queda total y la suspensión del ejercicio de todos los derechos civiles. En esas horas, afuera, los diversos espacios se volvían ya ajenos y clandestinos porque la ciudad, radicalmente intervenida, multiplicaba sus gestos de muerte”.

A cena é um mosaico: justapondo os fragmentos, a autora compõe uma imagem cuja nitidez é garantida pela contra-forma das fissuras. O dentro e o fora. O par dialético — que, como esse ensaio já sugere, é transfigurado em corpo-inimigo e corpo-território em outros dedicados à ditadura civil-militar chilena — permite-lhe articular uma oposição ao discurso hegemônico trazendo para o centro do debate os múltiplos afetos que sua pasteurização dualista e ideológica insiste em simplificar. Mas não só. A fenda aberta por essa imagem histórica deixa entrever, ainda, que

A encenação do 11 de setembro foi, especialmente, uma cenografia ornamentada, ébria, travestida de valores patrióticos que, na realidade, só buscava a implementação de um capitalismo radical. Por detrás da repressão e da grave crise de direitos humanos, o desmantelamento do Estado estava subordinado à filiação irrestrita **a um liberalismo que se tornaria triunfo, verdade e dogma essencialista**. Hoje, quando **o Chile persiste — jubilosamente** — nesta economia que se baseia teoricamente no relativismo para possibilitar, assim, o comprar e o vender, o comprar e o vender e o direito (obrigação e dever) à dívida como forma de pseudodemocratização, não deixa de ser significativo lembrar que no dia 11 de setembro ocorreu — histórico, histórico — o bombardeio à moeda. À *La Moneda*, essa. Outra. (Eltit, 2014, p. 26).<sup>48</sup>

Por meio da teatralização desse episódio histórico, Eltit pode emular, *literariamente*, a razão de ser da ditadura militar. Mais que isso. A cena do *front* composta por esse ensaio é engenhosa porque ilumina, ainda, um dado continuamente suavizado (e não apenas pela retórica ditatorial): mais que uma ideologia e muito além de uma política econômica, o neoliberalismo é uma forma de controle social que, necessariamente, se instaura (e se sustenta) por meio da violência.

## 2.1 Somente a guerra ensina a desaprender

É precisamente esse conteúdo bélico e antidemocrático que ocupa o centro das reflexões desenvolvidas por Pierre Dardot e Christian Laval (agora em conjunto com Haud Guéguen e Pierre Sauvêtre) num trabalho publicado em 2021 cujo título é, justamente, *A escolha da guerra civil*. De certo modo, essa “outra história do neoliberalismo”<sup>49</sup> vem corrigir um erro no diagnóstico apresentado, doze anos antes, no incontornável *A nova razão do mundo* (2009).

<sup>48</sup> **No original:** “El escenario del 11 de septiembre fue, especialmente, una escenografía ornamentada, tiznada, travestida de valores patrióticos que, en realidad, solo buscaba la implantación de un capitalismo radical [...]. Detrás de la represión, más atrás de la grave crisis de derechos humanos, el desmantelamiento del Estado estaba subeditado a la afiliación irrestricta a un liberalismo que se iba a convertir en triunfo, verdad y dogma esencialista. Hoy que Chile persiste — jubilosamente — en esta economía que se funda teóricamente en el relativismo para possibilitar así el compra y vende, el compra y vende y el derecho (obligación y deber) a la deuda como forma de seudodemocratizadora, pues no deja de ser significativo recordar que el día 11 de septiembre se produjo — histórico, histórico — el bombardeo a la moneda. A *La Moneda* esa. Otra.”

<sup>49</sup> “Uma outra história do neoliberalismo” é o subtítulo do livro.

Isso porque, ainda que tenha o mérito de evidenciar o tipo de intervencionismo próprio a esse sistema — aquele voltado para a criação e sustentação da armadura jurídica indispensável à ordem do mercado —; e embora permaneça sendo, sob vários outros aspectos, uma das referências mais importantes a respeito da racionalidade neoliberal, *A nova razão do mundo* — reconhecem os autores na introdução do novo livro — falha ao “subestimar seu caráter radicalmente antidemocrático” sugerindo, conseqüentemente, que a governabilidade neoliberal poderia se instalar de modo pacífico.<sup>50</sup> Com o propósito declarado de acrescentar um capítulo “que se tornou fundamental às genealogias existentes”, *A escolha da guerra civil* busca “estabelecer os laços que, *desde suas origens*, ligam estreitamente o projeto neoliberal de uma pura sociedade de mercado à *estratégia requerida* para realizá-la”.<sup>51</sup> Recuperar essa advertência importa porque, apesar de pertinente e oportuna, a justificativa encobre um dado que não nos parece pouco relevante. Quando dizem que os *desenvolvimentos recentes* tornaram evidente o modo como a genealogia anterior “ocultou a violência aberta pela qual o neoliberalismo pode, *em certas circunstâncias*, ser levado a se impor”,<sup>52</sup> os autores atenuam um elemento que, cremos, também influenciou os rumos do trabalho publicado em 2008.

Não é mera casualidade o fato de os franceses terem levado pouco mais de uma década para identificar aquilo que a imagem histórica de Eltit já expunha em 1997. Embora tenham razão quando afirmam que, desde sua instauração, a truculência neoliberal não arrefeceu (tendo, ao contrário, se tornado cada vez mais explícita), não nos é possível acolher, sem ressalvas, a sugestão de que fora a ausência de indícios suficientemente claros o que os induziu ao erro. Para fazer soar o alerta, bastar-lhes-ia olhar de modo menos apressado para a América Latina. Aqui, neste território colonizado, a violência do neoliberalismo sempre foi literal. Nossos corpos indígenas, negros, femininos, de sexualidade não binária, ativistas e subalternizados, é preciso dizer, jamais tiveram a oportunidade subestimá-la. O projeto neoliberal — escreve, com justiça, Edison Teles no prefácio do livro — “traz em seu teor e em seus alicerces toda a tradição colonialista e violenta dos últimos séculos”.<sup>53</sup> É, portanto, imperativo ter em mente que, para operacionalizar a “globalização de uma certa forma de governo das populações sob a lógica do mercado”, o neoliberalismo “faz uso da continuidade histórica pelo uso de estratégias e

---

<sup>50</sup> Dardot [*et. al.*], *op. cit.*, p. 39.

<sup>51</sup> *Id.*, p. 37, itálico nosso.

<sup>52</sup> *Ibid.*, itálico nosso.

<sup>53</sup> Dardot [*et. al.*], 2021, p. 14.

ideologias autoritárias”.<sup>54</sup> Se no Brasil essa continuidade é, especialmente, evidenciada pelo racismo estrutural, no Chile ela vincula-se ao estado portalino:

As ameaças e invocações ao terror são suas [do poder neoliberal] estratégias favoritas; e têm sido utilizadas durante décadas pela oligarquia nacional. [...] A velha estratégia de **demonizar as ruas, e ao mesmo tempo cooptar seus líderes, tem se constituído como modo de ação bem-sucedido para isolar, minar e erodir todo movimento que o “clube da teta”<sup>55</sup> visualiza como ameaça.** Quando a cooptação não é exitosa, então se procede à demonização das ruas, à difamação de líderes e organizações para depois passar à repressão brutal da cidadania que protesta, tal como sempre se fez ao longo da nossa história. Como reza o controverso lema do nosso escudo, os poderes fácticos do país tentariam impor-se à cidadania *pela razão* (a deles) ou *pela força* (Román, 2021, p. 35, grifos nossos).<sup>56</sup>

À diferença do projeto anterior, neste *A escolha da guerra civil*, os autores parecem reconhecer que se é preciso enfatizar a novidade que essa nova razão do mundo representa, não é menos necessário expor o que nela há de mais arcaico. A genealogia tem, nesse sentido, o mérito de conferir substância teórica àquilo que nossos corpos experimentam material, ampla e sistematicamente desde o final do século passado. Para reler o neoliberalismo em chave estratégica — desta vez, tomando o termo no terceiro sentido dado por Michel Foucault, isto é, como aquilo que designa “o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para *privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar à luta*”<sup>57</sup> —, Dardot e Laval [et.al] não se inibem em afirmar que seu traço fundador é a demofobia. E, embora a “mea-culpa” apresentada ao final do capítulo introdutório não inclua a negligência anterior em relação ao sul global, é um episódio da história chilena que lhes parece expor, de modo especialmente exemplar, essa aversão neoliberal à coletividade popular.

Trata-se do “Encontro Regional da Sociedade de Mont-Pèlerin”,<sup>58</sup> um congresso organizado pela *Escuela de Negocios de Valparaíso* que, com o objetivo de discutir as “limitações da democracia”, reuniu na cidade de Viña del Mar — entre os dias 15 e 19 de novembro de 1981 — diversos representantes do neoliberalismo mundial. Como escrevem os

<sup>54</sup> Dardot [et. al.], 2021, p. 14.

<sup>55</sup> “Clube da teta” é uma expressão coloquial usada para se referir à elite econômica e política do país.

<sup>56</sup> **No original:** Las amenazas e invocaciones al terror son sus estrategias favoritas; y han sido utilizadas durante décadas por la oligarquía nacional. [...] La vieja estrategia de demonizar a la calle, y a la vez cooptar sus dirigentes, ha constituido un exitoso curso de acción para aislar, socavar y erosionar todo movimiento que el “club de la teta” visualice como amenaza. Cuando la cooptación no tiene éxito, entonces se procede a demonizar la calle, enlodar dirigentes y organizaciones para luego pasar a reprimir de manera brutal a la ciudadanía que protesta, tal como siempre ha hecho a lo largo de nuestra historia. Como reza el controversial lema de nuestro escudo, los poderes fácticos del país intentarían imponerse a la ciudadanía *por la razón* (la suya) o *la fuerza*.

<sup>57</sup> DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 247, itálico nosso. Os dois primeiros sentidos dados ao termo são: a) a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim e b) a maneira pela qual, em dado jogo, um parceiro tenta obter uma vantagem sobre o outro.

<sup>58</sup> A sociedade de Mont-Pèlerin é uma espécie *think tank* neoliberal fundado em 1947.

autores, não há episódio que exponha melhor o pressuposto comum a todas as correntes teóricas neoliberais. Do monetarista Milton Friedman ao ordoliberal Wolfgang Frickhöffer, todos os presentes categorizavam os regimes democráticos que pretendem exprimir a soberania popular — aqueles considerados “ilimitados” —<sup>59</sup> como um retrocesso civilizatório. A aversão não é gratuita. A chamada “democracia de massa”, eles argumentam, é perniciosa e deve ser duramente combatida porque, entre outras coisas, ao abrir espaço para reivindicações por igualdade e justiça social, abala a ordem do mercado e insere no debate público um dado que a racionalidade neoliberal assume como o maior dos contrassensos: a “politização” da economia.

Não por acaso, os membros da Sociedade de Mont-Pèlerin que compunham aquela reunião aclamaram em uníssono a nova ordem instaurada por Pinochet. O Chile era, mais que a representação do triunfo de um modelo, um paradigma histórico: “depois de décadas como vítima de um parlamentarismo que o levava à beira do coletivismo, o país tinha sido salvo por um feliz golpe de força que permitiu estabelecer as condições políticas e constitucionais da liberdade”,<sup>60</sup> eles argumentavam. A experiência chilena é, de fato, paradigmática: pela primeira vez na história — é preciso repetir sempre, e uma vez mais — um chefe de Estado havia assumido o dever institucional de obliterar, radical e oficialmente, as demandas de sua população. Se as medidas mais estritamente econômicas foram, no início da ditadura, objeto de discussão — tendo sido adotadas, em sua completude a partir de 1975 —, a compulsoriedade daquelas de cunho sociopolítico foi reconhecida pela Junta Militar desde a gestação do golpe. E, nesse sentido, o artigo apresentado na ocasião por Carlos Francisco Cáceres,<sup>61</sup> membro chileno da Sociedade de Mont-Pèlerin, não poderia ser mais explícito:

Desde suas primeiras manifestações públicas, o governo militar indicou que o pronunciamento do 11 de setembro de 1973 **não constituiria uma mera transição para o retorno a um sistema liberal-democrático**, cujas conseqüências, talvez **congenitas ou naturais**, haviam sido vivenciadas com tanta profundidade. Reconheceu-se, desde o momento da gestação do movimento militar, que sem uma **retificação radical que daria origem a novos costumes políticos**, um regime democrático ilimitado, mais cedo ou mais tarde, e talvez mais cedo que tarde, levaria novamente à demagogia e à decomposição moral. O objetivo é então estabelecer um regime que, com base nos direitos essenciais que emanam da natureza humana, **faça**

---

<sup>59</sup> Para a racionalidade neoliberal, a democracia limitada — isto é, aquela liberal — não é um problema em si, já que, elitista por excelência, mantém-se respeitosa aos princípios da liberdade individual e da propriedade privada. Cf. Dardot [et al.], *op. cit.*, p. 74.

<sup>60</sup> *Id.*, p. 58.

<sup>61</sup> Figura importante da administração militar, Cáceres foi nomeado membro do conselho de Estado em 1976 e assumiu os cargos de presidente do Banco Central (1982-1983), Ministro da Fazenda (1983-1984) e Ministro do Interior (1988-1990).

**do Estado uma instituição cuja função primordial é a custódia do bem comum** (Cáceres, 1982, p. 81-82, grifos nossos).<sup>62</sup>

O esvaziamento da democracia não é, portanto, um efeito colateral do livre mercado. Aniquilar física e simbolicamente o poder popular é, ao contrário, a condição *sine qua non* para a instauração e manutenção de *todo e qualquer* governo neoliberal. Aquilo que a assepsia discursiva de Cáceres nomeia *custódia do bem comum* não é nada menos que um projeto amplo e continuado de cerceamento dos corpos — e cuja legitimidade era fornecida por uma Constituição ilegal — que, especialmente durante a ditadura civil-militar, alcançou níveis e formas inimagináveis de violação aos direitos humanos. Ao contrário do que a genérica expressão *regime democrático ilimitado* faz parecer, a constatação do economista de que a longevidade da nova ordem dependia de uma *retificação radical* dos costumes políticos não é teórica: a especificidade do regime democrático contra o qual o neoliberalismo chileno, literalmente, abriu fogo havia demonstrado de forma concreta o modo como a soberania popular pode desorganizar a dinâmica do capital.

Ao longo do texto, como é de se esperar, Cáceres restringe a atuação da Unidade Popular à adoção de medidas cuja finalidade não era outra senão gerar “paulatinamente uma dependência econômica da cidadania em relação ao Estado” para, desse modo, desencadear “as dependências políticas que caracterizam um regime totalitário”.<sup>63</sup> Embora notadamente contraditório — já que a argumentação tinha por objetivo criticar os regimes democráticos e defender abertamente a ditadura pinochetista — seu simplismo não é fortuito. Eliminar o alvo não basta à razoabilidade neoliberal: é preciso também silenciar, tanto quanto possível, as razões pelas quais os corpos alvejados foram tornados inimigos. Apagar a memória dos mil dias da UP, reduzir a revolução socialista a medidas econômicas fracassadas e, principalmente, recompor a figura do sujeito popular a partir da drenagem de seu caráter emancipatório era — e ainda é — tão necessário quanto deslocá-lo do centro do poder:

O sujeito popular, figura central e privilegiada do programa político de Salvador Allende, agora passeia pelo imaginário social apenas como sujeito da delinquência, como um ator cruel e perigoso, **graças a uma tecnologia múltipla** que, diante da

<sup>62</sup> **No original:** “Desde sus primeras manifestaciones públicas, el Gobierno militar señaló que el pronunciamiento del 11 de septiembre de 1973 no constituiría una mera transición para volver a un sistema democrático-liberal, cuyas consecuencias, que tal vez son congénitas o naturales, se habían experimentado en tanta profundidad. Se reconoció desde el momento de la gestación del movimiento militar, que sin una rectificación radical que diera origen a nuevas costumbres políticas, un régimen democrático ilimitado, tarde o temprano, y tal vez más temprano que tarde, conduciría nuevamente a la demagogia y a la descomposición moral. El objetivo es entonces establecer un régimen que, fundado en los derechos esenciales que emanan de la naturaleza humana, haga del Estado una institución cuya función primera sea la custodia del bien común”.

<sup>63</sup> CÁCERES, Carlos Francisco. La vía chilena a la economía de mercado. **Estudios Públicos**, Santiago de Chile, n. 6, pp. 71-87, Segundo Trimestre, 1982, p. 78. **No original:** “paulatinamente una dependencia económica de la ciudadanía respecto del Estado”; “las dependencias políticas que caracterizan un régimen totalitario”.

desigualdade e da ausência de programas reais para alcançar maior paridade social, **recarrega (reveste) essas figuras com uma violência que está incubada no interior do próprio sistema** (Eltit, 2008, p. 100, grifos nossos).<sup>64</sup>

Entretanto, atribuir esse silenciamento à implantação do neoliberalismo, à hegemonia do mercado ou aos “enclaves fascistas que persistem abertamente na transição à democracia” não basta. Igualmente necessário — escreve Diamela Eltit neste breve *Los estigmas del cuerpo* — é “pensar o que esse silêncio silencia”.<sup>65</sup>

Escrito em 1998 para um dossiê da revista *Encuentro XXI* dedicado a Salvador Allende — e, posteriormente, incluído na coletânea *Signos Vitales: escritos sobre literatura, arte y política* —, o texto inicia-se com a leitura de *Tejas Verdes*, livro no qual Hernán Valdés — escritor e intelectual chileno — narra, sob a forma de um diário, os vinte e nove dias em que esteve no campo de prisioneiros homônimo. Em que pese os inúmeros testemunhos que circulavam à época, enfatiza Eltit logo na abertura, o relato de Valdés destaca-se “porque sua epopeia, sua proclamação, sua reivindicação se passa e se articula *em e a partir de* materialidades corporais”.<sup>66</sup> É o padecimento cotidiano, cuja máxima expressão é ausência completa de intimidade, que ocupa o centro dessa narrativa. Como se dissesse que o corpo aprisionado é indissociável do ambiente que o encerra, sugere Eltit, Valdés descreve em detalhes o *modo* como a degradação contínua do espaço provoca uma deformação progressiva do sujeito:

Desaprender comportamentos corporais, colocar o corpo em um território de ninguém, compartilhar suores, exalações, renunciar especialmente à vergonha, ou seja, renunciar à cultura com a qual se dota o próprio corpo, retroceder toda uma tradição higiênica que dita a assepsia corporal para coexistir coletivamente com o mais arcaico, como a sujeira, o cocô, a urina, conviver amontoado com os outros como um, como qualquer um, como ninguém, como nada (Eltit, 1998, p. 132).

Quando detalha esse processo de apagamento da subjetividade; quando declara considerar a fome, a sujeira, os excrementos e as múltiplas formas de privação métodos de punição mais torturantes que a própria tortura; quando opta por deter-se àquilo que é aparentemente menor, escreve Eltit, Valdés ilumina dado fundamental: “o *modo* como se levava

<sup>64</sup> **No original:** “El sujeto popular, figura central y privilegiada del programa político de Salvador Allende, ahora deambula por el imaginario social sólo como sujeto de la delincuencia, como un actor cruel y peligroso gracias a una tecnología múltiple que, frente a la desigualdad y a la ausencia de programas reales para conseguir una mayor paridad social, recarga (recubre) a las figuras de una violencia que está incubada en el interior del propio sistema”.

<sup>65</sup> ELTIT, D. *Los estigmas del cuerpo*. In: \_\_\_\_\_. *Signos vitales: escritos sobre literatura, arte y política*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008, p. 97. **No original:** “o bien a los enclaves fascistas que persisten abiertamente en la transición a la democracia”; “pensar en qué silencia ese silencio”.

<sup>66</sup> *Id.*, p. 95, itálico nosso. **No original:** “[...] porque su épica, su proclama, su reclamo pasa y se articula desde materialidades corpóreas”

a cabo um amplo *proceso de desaprendizagem*<sup>67</sup> e, ao fazê-lo, abre espaço para a imaginação do seu contrário. Como se dissesse que a destruição só pode ser compreendida pela remontagem do que foi destruído, Eltit toma como ponto de partida esse ostensivo processo de apagamento (do qual o relato de Valdés é a expressão extrema), para realizar seu oposto:

A reedição deste livro no Chile pela editora Lom nos leva de volta a um tempo que até hoje permanece oscilando em meio a uma grande ambigüidade e que agora, quando se completam 25 anos do golpe de Estado no Chile, é repostado como trauma, como disputa ou como silêncio. Existe, sem dúvida, uma impossibilidade de ler, de estabelecer um exercício lúcido de memória por parte do conjunto da sociedade chilena (Eltit, 2008, p. 97).<sup>68</sup>

Embora seja múltiplo e repleto de matizes, escreve a autora, é a figura de Salvador Allende que parece ordenar esse sacrifício da memória. Mas não por acaso. Além de francamente antiliberal, o modelo de democracia inaugurado por Salvador Allende era incompatível, também, com o Estado de Bem-Estar Social. Rompendo com a lógica keynesiana — que preconizava a intervenção do Estado na economia por meio da criação de políticas públicas cujo objetivo era alcançar o pleno emprego e a estabilidade dos preços — à via chilena ao socialismo não interessava garantir às camadas mais empobrecidas o indispensável à sua sobrevivência. O compromisso inegociável assumido pela UP nunca foi a erradicação da pobreza: o que verdadeiramente se impunha como imperativo era, ao contrário, o enfrentamento da desigualdade, em todas as suas implicações físicas e simbólicas.

Durante os mil dias de revolução, o mundo popular se constituiu como uma espécie de unidade estruturante que encarnava um projeto de emancipação: do âmbito político-econômico, passando pelas dimensões governamentais, sociais e culturais, escreve a historiadora María Angélica Illanes, tudo tendia “a confluír e se entrelaçar *com a existência real do povo, com o ‘corpo do povo’*”.<sup>69</sup> Corpo-biológico, corpo-trabalho, corpo-território. Corpo sensível e material:

A forte territorialização da cidade se voltava contra si mesma para questionar as trincheiras cidadãs onde se refugiava a concentração da riqueza. O chamado “bairro alto” e sua cultura dominante eram contestados pela presença dos territórios populares que mostravam sua energia considerada impura, mas que naquele momento

<sup>67</sup> *Id.*, p. 96. **No original:** “[...] cómo se lleva adelante un amplio proceso de desaprendizaje”.

<sup>68</sup> **No original:** “La reedición de este libro por la editorial Lom nos devuelve un que hasta hoy permanece oscilando en medio de una gran ambigüedad. Ahora, cuando se cumplen 25 años del golpe de Estado en Chile, esa época se repone como trauma, como disputa o bien como silencio. Existe, sin lugar a dudas, una imposibilidad de leer, de establecer un ejercicio lúcido de memoria por parte del conjunto de la sociedad chilena”.

<sup>69</sup> ILLANES, M. A. “El cuerpo nuestro de cada día”: El Pueblo como experiencia emancipatória em tempos de la Unidad Popular. *In:* \_\_\_\_\_. (coord.) **Cuando hicimos historia:** La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM ediciones, 2005, p. 127. **No original:** “Desde el ámbito social y cultural, así como desde la política económica y social civil y gubernamental, todo tiende a confluír y entretjerse con la existencia real del pueblo, con el ‘cuerpo del pueblo’”.

denunciava e ridicularizava uma assepsia mais que suspeita e moribunda. [...] O corpo do trabalho se tornava visível não mais como mera infraestrutura, mas se apoderava das imagens para exercer desde si mesmo seu próprio relato público. Um relato no qual se confrontava de maneira crítica a uma ordem burguesa que se discutia, alcançando assim uma paridade social inédita. [...] A explosão de novos parâmetros simbólicos atrás dos quais se resguardavam os corpos e sua luta por habitar e incidir nos espaços públicos percorriam massivamente a geografia (Eltit, 2008, p. 98-99).<sup>70</sup>

Mais que a luta enfática por justiça econômica — expressas, direta ou indiretamente, pela democratização do Serviço Nacional de Saúde (SNS); pelo *Programa Nacional de Leche*, pelo fortalecimento do movimento sindical; pela formação dos cordões industriais, pelo aprofundamento da reforma agrária; pela campanha de *Estanco del Trigo*; pela nacionalização das riquezas básicas, pela estatização das unidades produtivas mais importantes; ou pelas políticas de habitação popular — essa inflexão grandiosa representava uma reestruturação inédita do *espacio* e do *espectro social*. O dentro e o fora. Por meio da abertura dos poderes centrais — que, tornando-se partícipes, oportunizavam “a irrupción das *sensibilidades populares e operárias*”, escreve Eltit — Salvador Allende liderava a construção de um território “no qual era possível inscrever *política e esteticamente* uma diferença”.<sup>71</sup> O Estado Popular era, portanto, revolucionário não pelo fato de ter firmado um pacto institucional de governar *para* o povo, mas porque havia consolidado uma forma de governo feita *pele* povo.

Esse protagonismo que o corpo popular assumiria com a vitória eleitoral foi exaustivamente exposto no programa de governo aprovado em 17 de dezembro de 1969. Entretanto, mais que na análise de conjuntura que abre o texto, ou no tópico dedicado à exposição dos parâmetros regulatórios do Estado Popular — no qual é anunciado o compromisso de abrir canais que possibilitariam aos trabalhadores e ao povo, via organizações sociais, expressar sua influência “na tomada de decisões e na fiscalização do funcionamento da

---

<sup>70</sup> **No original:** La fuerte territorialización de la ciudad se devolvía sobre sí misma para cuestionar las trincheras ciudadanas donde se refugiaba la condensación de dinero. El llamado “barrio alto” y su cultura dominante eran impugnados por la presencia de los territorios populares que mostraban su energía considerada impura, pero que en ese momento denunciaba y ridiculizaba una asepsia más que sospechosa y mortecina. [...] El cuerpo del trabajo se hacía visible ya no como mera infraestructura, sino que se apoderaba de las imágenes para ejercer desde sí mismo su propio relato público. Un relato en el que se enfrentaba de manera crítica a un orden burgués que se discutía, alcanzando así una paridad social inédita. [...] La explosión de nuevos parámetros simbólicos tras los que se resguardaban los cuerpos y su lucha por habitar e incidir en los espacios públicos recorrían masivamente la geografía”.

<sup>71</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 99, itálico nosso. **No original:** “la irrupción de las sensibilidades populares y obreras”; “en el cual era posible inscribir política y estéticamente una diferencia”

administração estatal” —,<sup>72</sup> é na seção intitulada “Educação e Cultura” que os signatários<sup>73</sup> do documento deixam entrever aquele que talvez seja o ponto fundamental desse novo projeto de sociedade:

As profundas transformações que serão empreendidas **requerem um povo socialmente consciente e solidário, educado para exercer e defender o seu poder político; apto científica e tecnicamente para desenvolver a economia de transição para o socialismo e massivamente aberto à criação e ao gozo das mais variadas manifestações da arte e do intelecto.** Se hoje a maioria dos intelectuais e artistas já luta contra as deformações culturais características da sociedade capitalista e procura levar os frutos de sua criação aos trabalhadores e vincular-se ao seu destino histórico, na nova sociedade eles terão um lugar de vanguarda para continuar sua ação. **Porque a nova cultura não será criada por decreto; ela surgirá da luta pela fraternidade contra o individualismo; pela valorização do trabalho humano contra o seu desprezo; pelos valores nacionais contra a colonização cultural; pelo acesso das massas populares à arte, à literatura e aos meios de comunicação, contra sua comercialização** (Programa Básico De Gobierno De La Unidad Popular, 1969, p. 28, grifos nossos).<sup>74</sup>

Edificar uma nova cultura, simbolizada pela figura do “homem novo”, era primordial à construção do socialismo chileno. A grande ambição do governo popular, escreve o historiador César Alborno, “era transformar a criação num agente de revolução, salvaguardando a liberdade merecida por todo criador, mas visando que a obra fosse acessível e realizável por todos, que fosse verdadeiramente democrática”.<sup>75</sup> Identificar uma confluência da esquerda chilena em torno desse imperativo não significa, contudo, afirmar a existência de um consenso em relação à forma como ela deveria construída. Para além dessa coincidência de fundo, os partidos e organizações — que formavam ou apoiavam a UP —, propunham “ênfases e matrizes

<sup>72</sup> UNIDAD POPULAR (CHILE), *op. cit.*, p. 17. **No original:** “Desde el día mismo que asuma el mando, el Gobierno Popular abrirá canales a fin de que se exprese la influencia de los trabajadores y del pueblo, por intermedio de las organizaciones sociales, en la adopción de decisiones y en la fiscalización del funcionamiento de la administración estatal”.

<sup>73</sup> São eles: Partido comunista (PC), Partido Socialista (PS), Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e Ação Popular Independente (API).

<sup>74</sup> **No original:** “Las profundas transformaciones que se emprenderán requieren de un pueblo socialmente consciente y solidario, educado para ejercer y defender su poder político, apto científica y técnicamente para desarrollar la economía de transición al socialismo y abierto masivamente a la creación y goce de las más variadas manifestaciones del arte y del intelecto. Si ya hoy la mayoría de los intelectuales y artistas luchan contra las deformaciones culturales propias a la sociedad capitalista y tratan de llevar los frutos de su creación a los trabajadores y vincularse a su destino histórico, en la nueva sociedad tendrán un lugar de vanguardia para continuar su acción. Porque la cultura nueva no se creará por decreto; ella surgirá de la lucha por la fraternidad contra el individualismo; por la valoración del trabajo humano contra su desprecio; por los valores nacionales contra la colonización cultural; por el acceso de las masas populares al arte, la literatura y los medios de comunicación contra su comercialización”.

<sup>75</sup> ALBORNOZ, C. La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: VALLEJOS, Julio Pinto [et. all]. Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005, p. 148. **No original:** “La voluntad del gobierno popular era la de transformar la creación en un agente de revolución, resguardando la libertad merecida por todo creador, pero tendiendo a que la obra fuera accesible y ejecutable por todos, que fuera verdaderamente democrática.

diferenciadas sobre o que então foi nomeado *frente cultural*".<sup>76</sup> O Partido Comunista considerava a chamada alta cultura como "parte do patrimônio universal", e sem deixar de reconhecer seu inerente elitismo, postulava a necessidade de se criar métodos e estratégias capazes de massificar sua circulação. O MAPU e alguns setores do Partido Socialista, por sua vez, afirmavam a existência de uma contracultura popular já constituída e oposta àquela de caráter burguês, o que, conseqüentemente, indicava ser a elaboração de políticas capazes de ampliar seu desenvolvimento, o melhor caminho; o MIR, em contrapartida, defendia que "a função da política cultural era a constituição de uma cultura alternativa capaz de transformar a quem com ela se identificasse num combatente revolucionário".<sup>77</sup>

É, portanto, nesse cenário de coincidências e divergências discursivas, que o Estado Popular organiza sua atuação no campo da cultura. Do ponto de vista prático, as ações do governo foram operacionalizadas, basicamente, por meio de quatro modalidades distintas: a primeira estava associada à aquisição de empresas que contavam com uma trajetória importante no setor cultural; a segunda, vinculada à expansão da política de incentivo estatal (iniciada pelo governo de Eduardo Frei Montalva) às organizações culturais dos setores populares; a terceira contemplava a criação de mecanismos — fixação de preços; atribuição de cotas de dólares para importação de matérias-primas e equipamentos tecnológicos; estabelecimento de tarifas diferenciadas, etc. — que permitiam ao Estado exercer um controle, ainda que indireto, das atividades do setor privado; e, finalmente, a quarta modalidade relacionava-se à elaboração de iniciativas legais para reorientar a prática cultural do país.<sup>78</sup> Dos diferentes gestos elaborados pela UP (ou por ela oportunizado) — os quais estão refletidos, direta ou indiretamente, no impacto gerado pela nova canção chilena, pelo movimento muralista ou pelo Novo Teatro Popular —, a criação da Editora Nacional Quimantú talvez seja, no escopo das ações empreendidas fundamentalmente pelo governo, a "mais relevante e a que gerou mais resultados".<sup>79</sup>

Fruto de um acordo<sup>80</sup> entre o Estado e a Zig-Zag — a maior e mais tradicional indústria do ramo editorial da época —, a Quimantú transformou-se, em pouco tempo, no referente

<sup>76</sup> MUNIZANGA, G. *et. all.* **Transformaciones del sistema cultural chileno entre 1920-1973**. Santiago: Ceneca, 1987, p. 36, itálico no original. **No original:** "Pero más allá de estas coincidencias, cada partido ofrecía énfasis y matrices diferenciales respecto a lo que entonces era llamado el *frente cultural*".

<sup>77</sup> MUNIZANGA, G. [*et. all.*], *op. cit.*, p. 36 -37. **No original:** "la función de la política cultural era la constitución de una política alternativa que transformase a quien se identificara con ello en un combatiente revolucionario".

<sup>78</sup> *Id.*, p. 37-38.

<sup>79</sup> Albornoz, *op. cit.*, p. 154. **No original:** "la acción más relevante y que generó mayores resultados"

<sup>80</sup> Mais sobre o tema Cf. SUBERCASEAUX, B. **Historia del libro en Chile:** desde la colonia hasta el bicentenario. Santiago: LOM ediciones, 2010.

cultural do governo.<sup>81</sup> Estruturada em dois setores (*Departamento Editorial e Publicaciones Especiales*), ao longo de seus anos de atividade, a empresa estatal publicou, além uma série de revistas semanais, quinzenais e mensais, centenas de títulos — todos a um preço módico — organizados em sete coleções: *Nosotros los chilenos*, que reunia estudos sobre a história do país; *Quimantú para todos*, que contava com diversas obras da literatura mundial, com ênfase na produção latino-americana; *Cuadernos de Educación Popular*, selo que contemplava livros voltados à formação política; *Camino abierto*, que apresentava discussões e debates pertinentes àquele contexto histórico; *Clásicos del pensamiento social*, cujo foco era a publicação de escritos marxistas; *Colección Cordillera*, que tornava massiva a distribuição de clássicos da literatura e *Cuentos infantiles*. Entre novembro e dezembro de 1971, as quatro primeiras coleções representaram a venda de 265.321 escudos em livros. Com menos de um ano de funcionamento, a editora já lançava edições de 50 mil exemplares, um fenômeno inédito na história chilena que, como nota Albornoz, abarcou também outras empresas. A editora Nascimento inaugurou, no final de 1971, sua Biblioteca Popular; a Austral inaugurou a coleção *Camino de Victoria*; a *Latin America Press Edition* continuou “com novo vigor sua coleção *New America*” e as publicações das universidades aumentaram significativamente.<sup>82</sup> Não por acaso, em outubro de 1972, sua sede foi alvo de um atentado organizado pela oposição: democratizando o acesso ao conhecimento e à arte — bem como ao tipo de conhecimento que esta última elabora —, formando milhares de leitores com edições de bolso, a Editora Nacional Quimantú era, em última instância, uma espécie de símbolo das profundas transformações que a revolução, efetivamente, produzia nas *sensibilidades* populares:

O espetáculo dos corpos populares desdobrando **suas necessidades, sua agressividade, sua força, suas demandas, seus desejos e, principalmente, sua estética** em meio a uma longa e consistente cultura regida por uma direita conservadora, foi a grande utopia encarnada que atravessou esse tempo. O “roto”, figura escarneada pelos poderes centrais, termo com o qual a burguesia caracterizou o mundo popular, retornava, não como um sinal de menos, mas, ao contrário, como um **orgulhoso e dignificado capital cultural** (Eltit, 2008, p. 98, grifos nossos).<sup>83</sup>

Quando opta por enfatizar a potência dessa “latinidade híbrida”; quando ressalta o modo como a ocupação das esferas públicas, em todas as suas dimensões, colocava em xeque “os

<sup>81</sup> Albornoz, *op. cit.*, p. 154. **No original:** “Al poco andar, Editorial Nacional Quimantú se transformó en el referente cultural del gobierno”.

<sup>82</sup> Albornoz, *op. cit.*, p. 154-155, *passim*.

<sup>83</sup> **No original:** “En medio de una larga y sostenida cultura regida por una derecha conservadora, el espectáculo de los cuerpos populares desplegando sus necesidades, su agresividad, su fuerza, sus demandas, sus deseos y, especialmente, sus estéticas, fue la gran utopía encarnada que recorrió ese tiempo. El ‘roto’, figura escarneada por los poderes centrales y que ha sido el término con que la burguesía ha denominado el mundo popular, se revertía ya no como signo menos sino, al revés, como un orgulloso y dignificado capital cultural”.

controles e os disciplinamentos históricos que há muito haviam constrangido e relegado as presenças populares”;<sup>84</sup> quando destaca o modo como esses corpos ironizavam “publicamente os tiques de uma burguesia que, pela primeira vez, era revelada por uma reconstrução paródica e política, aberta e legitimada por seu ‘outro’”;<sup>85</sup> quando enfatiza a ruptura que essa pluralidade de falas operava na “hegemonia do chamado ‘bom gosto’ atrás do qual eram protegidos os interesses da burguesia para exercer sua múltipla e sustentada discriminação”;<sup>86</sup> quando, enfim, recupera a revolução chilena priorizando sua dimensão cultural, e contrasta seu caráter construtivo em oposição ao “processo de desaprendizagem” expresso no livro de Hernán Valdés, Eltit expõe aquilo que a impassibilidade da abordagem técnica se empenha em ocultar: a razão de ser da demofobia neoliberal. A constituição de um regime verdadeiramente democrático é perigosa não apenas pelo fato de dar voz a demandas, por princípio, incompatíveis com a lógica do mercado. A soberania popular é rechaçada com veemência pelo neoliberalismo porque, ao colocar em ato o potencial emancipatório da organização coletiva, revela inválido aquele que é seu pressuposto fundamental: a irracionalidade inerente ao corpo popular. Daí a necessidade de apagar, tanto quanto possível, a memória dos mil dias de revolução:

Com a morte de Salvador Allende dentro do *Palacio de La Moneda*, a violenta maquinaria de um poder destrutivo contra as instituições foi posta em marcha. E é esse mecanismo, sua violência, seu sadismo, que o livro *Tejas Verdes* relata desde seu excepcional lugar narrativo: nada menos que a instalação de um poder que em uma de suas bordas buscava selar e clausurar as marcas do passado. [...]. Nesse sentido, a figura de Salvador Allende torna-se conflituosa, incômoda, porque qualquer memória do tempo da Unidade Popular, implica necessariamente uma revisão do mundo popular e sua participação nos espaços sociais. Essa parece ser uma grande vertente do esquecimento, a grande manobra política sobre a qual se estabeleceu o consenso que hoje nos cerca: esquecer esses corpos, enterrar sua estética, despojá-los de poder e reduzir à exaustão suas parcas economias por meio da sobreposição da estrutura

---

<sup>84</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 98. **No original:** “los controles y los largos disciplinamientos históricos que habían constreñido y relegado las presencias populares”.

<sup>85</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 98. **No original:** “públicamente los tics de una burguesía que, por primera vez, resultaba develada en una abierta y legitimada reconstrucción paródica y política realizada por su ‘otro’.”

<sup>86</sup> *Id.*, p. 99. **No original:** “las hablas se pluralizaban y se rompía así una hegemonía del llamado ‘buen gusto’ tras el que se resguardaban los intereses de la burguesía para ejercer su múltiple y sostenida discriminación”.

burguesa como único modelo possível de uma forma de habitar (ELTIT, 2008, p. 100).<sup>87</sup>

Do ponto de vista teórico, escrevem Dardot e Laval [*et al.*], essa crítica constante à democracia assume os mais diversos matizes: Lippmann e Hayek justificam o ódio às massas, argumentando que seu caráter retrógrado obstaculiza o progresso; Röpke e Rüstol relacionam a “massificação” da sociedade à destruição sistemática da moral e das instituições; Louis Rougier ancora sua defesa pela democracia limitada – em detrimento daquela “socializante” – alegando que as massas não são capazes de reconhecer e rejeitar os demagogos que lhes prometem mais prosperidade.<sup>88</sup> Na maioria dos casos, contudo, o antidemocratismo neoliberal ancora-se nessa “constatação da desigual faculdade de acesso das massas às competências política e intelectual, que não dispõem de meios morais, estéticos e intelectuais para se autogerir”.<sup>89</sup> Seja qual for o recurso ideológico utilizado para justificar a demofobia, fazer da ingovernabilidade das massas um problema fundador não significa pouco: a inteligência estratégica do neoliberalismo, continuam os autores, repousa justamente na percepção de que “se era preciso agir *contra* as massas, necessariamente era preciso também fazê-lo *com* as massas e, conseqüentemente, voltar as massas contra elas mesmas”.<sup>90</sup> Tornar a lógica do mercado uma forma de governo e fazer da concorrência uma norma social exige a elaboração de estratégias capazes de suplantar toda e qualquer possibilidade de reação. Daí a escolha por uma tática bélica que — porque estruturada na instrumentalização das cisões existentes no corpo social — modifica drasticamente “as regras, os temas e os lugares de enfrentamento”.<sup>91</sup>

Para que possa proteger-se das reivindicações por igualdade e justiça social, todo Estado neoliberal precisa, por um lado, individualizar problemas estruturais e, por outro, gerir os afetos que surgem desse processo de reversão: manejando as frustrações, essa governamentalidade transfere a vileza do sistema para os corpos (sempre no plural) tornados inimigos. As guerras

---

<sup>87</sup> **No original:** “Con la muerte de Salvador Allende en el interior del Palacio de la Moneda se puso en marcha la violenta maquinaria de un poder destructivo en contra de las instituciones. Y es ese mecanismo, su violencia, su sadismo, lo que el libro *Tejas Verdes* va relatando desde su lugar narrativo excepcional: nada menos que la instalación de un poder que en uno de sus bordes buscaba sellar y clausurar las marcas del pasado. [...]. En este sentido la figura de Salvador Allende resulta conflictiva, incómoda, pues cualquier análisis, toda memoria de la época de la Unidad Popular, necesariamente implica una revisión del mundo popular y su participación en los espacios sociales. Eso parece ser una gran vertiente del olvido, la gran maniobra política sobre la que se ha establecido el consenso que hoy nos rodea. Olvidar esos cuerpos, enterrar sus estéticas, despojarlos de poder y reducir hasta la extenuación sus magras economías mediante la superposición de la estructura burguesa como el único modelo posible de una forma de habitar”.

<sup>88</sup> Dardot [*et. al.*], *op. cit.*, *passim*.

<sup>89</sup> *Id.*, p. 87.

<sup>90</sup> *Ibid.*

<sup>91</sup> *Id.*, p. 31.

neoliberais são, portanto, civis não porque evidenciam o antagonismo clássico entre burguesia e proletariado (fazendo cada polo funcionar, analogamente, como dois exércitos em combate); mas porque, ao criar um ambiente generalizado de confronto, borram radicalmente essa fronteira fissurando o conteúdo comunitário que lhe constitui; e, ao fazê-lo, volta a coletividade contra si mesma. A preservação da integridade de uma estrutura social branca, classista, heteronormativa e patriarcal depende, obrigatoriamente, da formatação de individualidades que, em plena consonância com o *ethos* do mercado, sejam capazes de aprender a se vigiar, controlar, violentar e responsabilizar. A destruição ostensiva desse “outro” comunitário é, portanto, a condição de possibilidade do sucesso neoliberal: não há resistência sem organização coletiva.

No caso do Chile, a estruturação do conteúdo didático que organizaria a dinâmica dessa forma renovada, que podemos, numa extensão do termo e com as devidas restrições, chamar de guerra civil, não tardou para ser elucubrada. Tanto os militares quanto os civis colaboracionistas sabiam que, embora tenha funcionado bem como anúncio, a teatralidade do golpe não servia como método. Bombardear o *Palacio de La Moneda* — espaço simbólico da democracia socialista —, e eliminar sua figura mais emblemática não bastava para solapar a verdadeira revolução realizada pela UP: o governo de Salvador Allende, lembremo-nos de Eltit, “havia conseguido alterar materialmente os imaginários sociais ao promover uma *modalidade cultural democratizada*”.<sup>92</sup> A consolidação da nova ordem institucional estava, desse modo, condicionada à capacidade da administração civil-militar de prolongar os efeitos da explosão. Para escassear as possibilidades de reação no interior de cada sujeito e garantir a implementação da agenda econômica dos *Chicago Boys* era preciso, antes e sobretudo, aniquilar a *dignidade coletiva* do corpo popular via terrorismo de Estado. E, nesse sentido, 1974 — escreve Eltit num ensaio homônimo —, talvez tenha sido o ano mais pedagógico da ditadura chilena.

Fazer de 1974 uma espécie de metonímia desse processo continuado de extermínio da subjetividade não é um movimento fortuito. O ano em que Carlos Prats e Sofia Cuthbert foram assassinados em Buenos Aires “transcorreu de maneira turva ou inevitável, tal como se a paisagem tivesse petrificado e o único movimento perceptível fosse o dos corpos”.<sup>93</sup> No ano em que Jaime Guzmán terminou a redação da Declaração de Princípios, instaurou-se “o tempo deliberado e sistemático das torturas, das balas, dos assassinatos, das demissões, das

---

<sup>92</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 99. **No original:** “su gobierno materialmente había conseguido alterar los imaginarios sociales promoviendo una modalidad cultural democratizada.”

<sup>93</sup> *Id.*, p. 90. **No original:** “transcurrió de manera borrosa o inevitable, tal como si el paisaje se hubiese petrificado y el único movimiento perceptible fuese el de los cuerpos”.

desaparições, dos novos requisitos”.<sup>94</sup> No ano em que a morte implacável de Manuel Enríquez selou o destino do MIR, “institucionalizou-se uma zona de abusos incessantes”.<sup>95</sup> Nesse ano funesto em que o Decreto 521 postulou a legalidade da DINA — o aparato mais repressivo do regime —, escreve a autora, “nós definitivamente deixamos de dizer. Simplesmente falávamos, não dizíamos nada”.<sup>96</sup>

Como expressar a extensão dessa ruptura? Como abordá-la sem, por um lado, particularizar o processo a ponto de perder de vista o apuro técnico que lhe caracteriza; nem, por outro, recorrer à abstração generalizante que reduz o sofrimento a um cálculo estatístico? O ensaio, escreve Adorno, “diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer”.<sup>97</sup> Para dar conta desse ano sombrio em que o general Pinochet foi nomeado Chefe Supremo da Nação, Eltit ocupa esse “lugar entre os despropósitos”<sup>98</sup> e edifica uma espécie de imagem-advertência:

Eles se foram, seguiam saindo. Carlos, meu amigo de infância, já estava em Paris. Em Paris! Continuavam indo embora e, de uma maneira que poderia ser considerada injusta, instalou-se, da cabeça ao coração, o rancor. As linhas deslocadas do exílio teciam o ressentimento de um mapa insuspeito. A imperativa passagem por uma fronteira, antes apenas entrevista, começava a demarcar um cenário por demais decisivo. Porque, na realidade, o que estava acontecendo era uma divisão taxativa e irreversível: o dentro e o fora. Muitos de nós entendíamos vagamente que o destino de nossos corpos seria unicamente incrementar o dentro. Ficávamos. Permanecíamos. Sem nomes para nossa permanência, de certo modo desprestigiados, carentes de reconhecimento épico, formávamos uma massa confusa preparada tão somente para suportar (Eltit, 2008, p. 90-91).<sup>99</sup>

Como quisesse cartografar o avesso, Eltit desenha um mapa insuspeito para dar forma ao vazio que o traçado oculta. Quando não se exime em qualificar essa permanência, quando afirma ser essa estadia sem nome aquela própria à *massa confusa preparada tão somente para*

<sup>94</sup> *Ibid.* **No original:** “el tiempo deliberado y sistemático de las torturas, las balas, los asesinatos, los despidos, las desapariciones, los nuevos requisitos”.

<sup>95</sup> ELTIT, D. 1974. *In:* \_\_\_\_\_. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008, p. 90. **No original:** “Se institucionalizó una zona de abusos incesantes”.

<sup>96</sup> *Id.*, p. 90-91. **No original:** “nosotros definitivamente dejamos de decir. Simplemente hablábamos, no decíamos nada”.

<sup>97</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 17.

<sup>98</sup> A expressão é de Theodor Adorno.

<sup>99</sup> **No original:** “El año de la bomba en Buenos Aires fue el año en que nosotros definitivamente dejamos de decir. Simplemente hablábamos, no decíamos nada. Se habían ido, siguen saliendo. Carlos, mi amigo de la niñez, ya estaba en Paris. ¡En Paris! Seguían saliendo y, de manera que podría ser considerada injusta, se instaló cabeza adentro el rencor. Las hebras dislocadas del exilio tejían el resentimiento de un mapa antes insospechado. El traspaso imperativo hacia una frontera antes apenas entrevista empezaba a demarcar un escenario demasiado decisivo. Porque en realidad lo que estaba ocurriendo era una división tajante e irreversible: el adentro y el afuera. Muchos de nosotros entendíamos vagamente que el destino de nuestros cuerpos iba a ser únicamente incrementar el adentro. Nos quedábamos. Permanecíamos. Sin nombres para nuestra estadia, en cierto modo desprestigiados, carentes de reconocimiento épico, formábamos una masa confusa, únicamente preparada para soportar”.

*suportar*, o que ela parece enfatizar não é propriamente a diferença (tão irreversível quanto óbvia) entre os que ficaram e os que se foram, mas a distância que separa os corpos que (feito o seu) cumpriram o destino de *unicamente incrementar o dentro*, daqueles vilipendiados pela mais profunda escassez material, pela detenção e pela tortura. Mas não só. Desse deslocamento ético fundamental emerge o artifício estético. É a figura negativa do exílio que deixa entrever a natureza dialética da leitura que lhe é possível realizar: a permanência que legitima sua proximidade é a mesma que lhe garante um afastamento. Perto o bastante para enxergar as nuances e distante o suficiente para enquadrá-las no todo, neste curto ensaio, Eltit assume a contradição como método para expor de que maneira Pinochet operacionalizou a demofobia neoliberal e inscreveu nos corpos (no seu corpo) “um branco violento e feroz”. Não por acaso, ao longo do texto, o assassinato de Carlos Prats funciona como uma espécie de barômetro: “aconteceu em plena capital de um país fronteiro e, no entanto, nos parecia tão longe, tão distante. E foi assim”, ela escreve, “porque em 1974 nosso opaco e penoso interior já havia terminado por consolidar-se”.<sup>100</sup> O dentro e o fora.

1810-1973. A inscrição fixada no edifício que abrigava os ditadores, ela diz, anunciava a refundação: o golpe havia sido convertido na proclamação da Segunda República. A dispensa massiva de funcionários públicos abriu um vácuo na burocracia estatal. Os oficiais, devidamente uniformizados, ocupavam os espaços civis. Em meio a uma perfeita anacronia, ela diz, o imaginário social era enrijecido por uma “pedagogia militar básica” que, por detrás da farsa patriótica, escondia um refinado procedimento estratégico: em 1974, a DINA recebeu, além de grande investimento, carta branca para realizar o trabalho sujo. Pagos, protegidos e legitimados pelo Estado, os acólitos chefiados por Manuel Contreras — “esse general que envileceu ainda mais a paisagem já demasiado enferma” —<sup>101</sup> cruzavam com júbilo enfurecido as zonas já opacas do território para condenar os corpos e as mentes aos suplícios mais cruéis. Perseguiram, torturaram, assassinaram, fizeram desaparecer. “Cuidadosamente vigiados, militarmente diagramados, tecnicamente reduzidos”,<sup>102</sup> os corpos já não reconheciam a espontaneidade: o sadismo patológico do ‘Guatón’ Romo era a expressão precisa de um “*programa científico* de aniquilamento”<sup>103</sup> justificado por uma rubrica legal: Estado de Exceção. Borrando a fronteira entre o legítimo e o ilegítimo, a DINA compelia a coletividade

<sup>100</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 94. **No original:** “Así fue, porque en 1974, nuestro opaco y penoso adentro ya había terminado por consolidarse”.

<sup>101</sup> *Id.*, p. 91. **No original:** “ese oficial que envileció aún más el paisaje ya demasiado enfermo”.

<sup>102</sup> *Id.*, p. 92. **No original:** “cuidadosamente vigilados, militarmente diagramados, tecnicamente reducidos”.

<sup>103</sup> *Ibid.*, itálico nosso. **No original:** “programa científico de aniquilamento”.

a conformar-se. No duplo sentido do termo. Inteiramente contaminados pela violência, os corpos circulavam pelas margens de uma realidade duplicada; transitavam pelos espaços públicos, escreve Eltit, mantendo uma expressão inalterável. Para sobreviver à violência era preciso incorporá-la: “embora compreendêssemos que essa neutralidade superficial era uma faca de dois gumes, porque sobre nossa impassibilidade se consolidava a ferocidade do regime”, ela diz, essa era “a única resposta política possível de que dispúnhamos nesse ano”.<sup>104</sup> A truculência inominável da polícia secreta lhes havia ensinado o significado preciso da renúncia:

(Falo de reter as emoções, me refiro ao gesto de **renunciar radicalmente a qualquer lampejo de cidadania**). Renunciar. Não expressar nada quando, a partir de agosto de 74 instalou-se oficialmente o PEM – Programa de Empleo Mínimo – e as ruas ficaram repletas de homens e mulheres que transportavam pedras de um lado para o outro. Sim, enormes pedras. E o pagamento que recebiam – assim estipularam as autoridades – equivalia a um terço do salário-mínimo. Enquanto eles, os trabalhadores, atados-escravizados a um salário genocida, iam “reconstruindo” – desse jeito, assim mesmo proclamavam as autoridades – um Chile que hoje orgulha a todos. (A esse exato custo, a um terço do mínimo). [...] O PEM veio para enfatizar a dimensão do castigo que infligiram à classe trabalhadora e deixou na retina (na minha) a vergonha e a convicção de que, diante do imperativo do trabalho, todos devíamos respeitar o destino feroz daqueles corpos proletários. [...] **Nesse preciso ano tivemos de nos dedicar a auto-aniquilar a sólida noção de dignidade em que fomos formados** (Eltit, 2008, p. 93, grifos nossos).<sup>105</sup>

Ao conjugar essas que talvez tenham sido as medidas institucionais mais perversas do regime militar, Eltit traça a espinha dorsal do neoliberalismo chileno: somente o extermínio do *ethos* coletivo é capaz de ensinar a esquecer. Ainda que tenha sido levada a cabo de maneira extrema e incomparável por Pinochet, a demofobia que estrutura esse processo hediondo de internalização da barbárie não é uma prerrogativa da ditadura. A cada vez que o Estado Democrático de Direito, por ação ou omissão, faz sumir uma aldeia; quando um corpo negro é assassinado pela truculência institucional e uma mulher tem seus direitos reprodutivos violados, esquecemos. A cada vez que, atravessados pela impotência, somos obrigados a consumir um pedaço de nós mesmos para sobreviver à violência econômica, à brutalidade policial, à

<sup>104</sup> *Id.*, p. 93. **No original:** “aunque comprendiéramos que esa neutralidad superficial era un arma de doble filo, porque en nuestra impasibilidad impostada, sobre ella, se consolidaba la ferocidad del régimen”; “la única respuesta política posible con la que contábamos ese año”.

<sup>105</sup> **No original:** “(Hablo de retener las emociones, me refiero a renunciar radicalmente a cualquier atisbo de ciudadanía. Renunciar. No expresar nada cuando a partir de agosto de 74 se instaló oficialmente el PEM – Programa de Empleo Mínimo– y las calles se repletaron de hombres y mujeres que trasladaban piedras de un lado para otro. Sí, enormes piedras. Y el pago que recibían –así lo estipularon las autoridades– equivalía a un tercio del salario mínimo. Mientras ellos, los trabajadores, encadenados-esclavizados a un sueldo genocida, iban ‘reconstruyendo’ –así, así mismo lo proclamaron las autoridades– un Chile que hoy a todos llena de orgullo. (A ese exacto costo, a un tercio del mínimo). [...] El PEM llegó para remarcar la dimensión del castigo que le propinaron a la clase obrera y dejó en la retina (en la mía) la vergüenza ante el destino feroz de esos cuerpos proletarios y la terrible convicción que, frente al imperativo laboral, cada uno de nosotros deberíamos acatar. [...] Ese año preciso debimos volcarnos a autoaniquilar la sólida noción de dignidad en la que nos habíamos formado”.

precarização do trabalho e às humilhações físicas e mentais, nós aprendemos a esquecer. A guerra travada no interior das democracias burguesas também nos instrui, diariamente, a agredir nosso próprio ser político. Desqualificar o debate público, esvaziar as pautas, despolitizar os discursos, legalizar o genocídio, normalizar a carência econômica, hierarquizar as lutas, depreciar estéticas, demonizar crenças, criminalizar hábitos culturais até destruir a força comunitária de grande parte da sociedade civil para fazê-la crer em sua inerente irracionalidade — tudo, sempre, ao mesmo tempo e agora — é um procedimento estratégico sofisticado. Para constituir-se como a máxima expressão da racionalidade, a pedagogia neoliberal precisa nos ensinar (sempre, antes e sobretudo) a esquecer:

Esse ano, 74, esquecemos forçosamente **os rituais pelos quais haviam transcorrido nossos passados pensantes**. Esquecer que as ruas nos pertenciam, esquecer um conjunto importante de palavras que podiam nos denunciar. Esquecer a estética na qual, antes, nos organizávamos. Esquecer qualquer milímetro de rebeldia. Foi um trabalho desesperado e trágico, mas não por isso menos imperativo. As ruas se tornaram alheias, as palavras, as formas, as rebeldias desapareceram do horizonte, como se não tivessem existido nunca (Eltit, 2008, p. 94, grifo nosso).<sup>106</sup>

Escassear *materialmente* as possibilidades de resistência e, assim, coagir o corpo popular a renunciar ao confronto, é o método por meio do qual essa pedagogia do esquecimento realiza aquela que talvez seja sua operação simbólica mais importante: ao privar a *coletividade* de seus meios de combate, reverte a imagem do *sujeito popular* numa espécie de mácula social. É precisamente essa reversão que marca o Chile pós-ditatorial. Ao apropriar-se das divisões existentes no corpo social e converter a realidade num campo em constante batalha, o que o neoliberalismo edifica é um estado (um Estado) de desmemória sustentado pela *aparência* de uma sociedade do indivíduo. Quando declara inimigo, não o corpo negro, mas a negritude; não a mulher, mas o feminismo; não o indígena, mas os povos originários, essa racionalidade política destrói a coerência interna de certas coletividades para fortalecer um grupo específico. Há, portanto, um *nós* por detrás da falaciosa retórica do *eu*. Daí a necessidade de conceitos fluidos, amplos e resilientes. Ao impedir o sujeito de enxergar a si mesmo em suas determinações históricas, essa operação que retira de seu horizonte a possibilidade de pertencimento, cria, em substituição, uma ilusão de mobilidade: somente o indivíduo que se crê próximo do que é distante é capaz de tornar-se avesso ao seu semelhante. O artifício que essencializa a vileza do corpo popular (continuamente associando-o à delinquência por meio

<sup>106</sup> **No original:** “Ese año, el 74, olvidamos forzadamente los rituales en los que habían transcurrido nuestros pasados pensantes. Olvidar que las calles nos pertenecían, olvidar un conjunto de palabras que nos podían denunciar. Olvidar las estéticas en las que antes nos organizábamos. Olvidar cada milímetro de rebeldía. Fue un trabajo desesperado y trágico, pero no por eso menos imperativo. Las calles se hicieron ajenas, las palabras, las formas, las rebeldías desaparecieron del horizonte como si no, como si no hubiesen existido nunca”.

da lógica do espetáculo) é o mesmo que transforma o mercado numa entidade transcendental e, portanto, insuperável.

Resgatar a dignidade racional do afeto. Elaborar a leitura do passado para encontrar o lastro do presente. Trazer à tona a memória corporal da história. Recuperar as palavras, revisitar os processos, não subestimar a experiência. Compreender que o caminho é traçado pela materialidade. Ler a materialidade. Restituir ao corpo do território não apenas o rastro de sangue e de morte que o estrutura, mas também, a lembrança daquilo que essa racionalidade funesta precisa encobrir para se manter de pé. Ler e reler a cartografia do sensível. “Sim, ler talvez seja precisamente nossa tarefa”, escreve Theodor Adorno, “para que, ao lermos, conheçamos melhor os poderes demoníacos e saibamos conjurá-los”.<sup>107</sup> Se o triunfo dessa forma renovada de guerra civil está diretamente relacionado à sua capacidade de desmobilizar as coletividades a partir de seu interior, para enfrentá-la é preciso configurar seu avesso. É isso que a leitura histórica de Eltit parece dizer: somente o coro das vozes emudecidas pela guerra poderá fazer ouvir a eloquência da história. Não há resistência sem memória coletiva.

---

<sup>107</sup> Adorno (2018), *op. cit.*, p. 443.

### 3 O INTEMPESTIVO CORPO DO PRESENTE

*El neoliberalismo traza mercados, ordena sumisiones, genera cánones. Las editoriales y los diversos espacios de producción literaria no están fuera de este proyecto. Piden la generación de escrituras que les sean funcionales como, por ejemplo, el culto acritico, desmesurado y cómodo de las literaturas del yo, muy parecidas al yo-yo que el sistema necesita para fragmentar el aparato social. Esto no es casual ni menos inocente. Es un programa político antificcional para así controlar el desborde de la imaginación y acaso prevenir el desorden.*  
(Diamela Eltit, in: **Intereses creados**, 2011)<sup>1</sup>

No final dos anos 1990, o *Centro Cultural de España* e o jornal chileno *La Época* realizaram em Santiago um seminário literário sobre a “nova narrativa chilena”. Na ocasião, Diamela Eltit, como se reconhecesse a impertinência da própria presença, abre sua intervenção evocando a proximidade que mantinha com o organizador do evento:

Gostaria de agradecer o convite para participar deste encontro, mas, ao mesmo tempo, sinto-me um pouco desconfortável em comparecer a uma mesa que reúne destacados críticos literários e editores nacionais, onde eu – por que não dizer – sou um pouco excêntrica. A posição que aqui ocupo só pode ser explicada pelo gesto lisonjeiro, e até afetuoso, do escritor e organizador do encontro, Carlos Olivárez, quem me distinguiu daquilo que tem sido minha prática literária; contudo, para além da surpresa que seu gesto me provoca, devo reconhecer que, no final das contas, falamos a partir dos lugares de onde falamos, e talvez ter uma posição cultural crítica me transforme, na realidade, em uma crítica (Eltit, 2014, p. 27, grifos nossos).

O que nos impede de vincular o tom obsequioso dessa introdução apenas a seu contexto imediato (uma apresentação oral para uma audiência de especialistas e entusiastas) é o caráter estratégico que sua excessividade inicial parece adquirir com a leitura do trecho imediatamente posterior: “Assim considero, porque Carlos e eu mantemos *trocias culturais esporádicas por meio das contribuições que forneço — é preciso dizer — gratuitamente*, para o significativo ‘Suplemento Literário’ que ele dirige atualmente”.<sup>2</sup> Emulando a dimensão protocolar de um certo tipo de racionalidade para, então, anarquizá-la, nessa performance discursiva, a ênfase no caráter esporádico e voluntário das contribuições não é fortuita. Por meio da distorção simbólica

<sup>1</sup> **Tradução:** “O neoliberalismo traça mercados, ordena submissões, gera cânones. As editoras e os diversos espaços de produção literária não estão fora deste projeto. Pedem a produção de escritas que lhes sirvam aos seus propósitos, como, por exemplo, o culto acritico, desmesurado e confortável das literaturas do eu, muito semelhantes ao eu-eu que o sistema necessita para fragmentar o aparato social. Isso não é casual nem menos inocente. É um programa político antificcional para assim controlar o transbordamento da imaginação e talvez prevenir a desordem.”

<sup>2</sup> ELTIT, D. *La compra, La venta* (1997). In: \_\_\_\_\_. **Emergencias:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago de Chile: Editorial Planeta, 2014, p. 27, itálicos nossos. **No original:** “Me explico esta selección en la medida que con Carlos mantenemos un esporádico intercambio cultural mediante las colaboraciones que le entrego – hay que decirlo – en forma gratuita, al significativo ‘Suplemento Literario’ que actualmente él dirige.”

que o gesto provoca no interior da lógica economicista — que determina *quem pode, como deve, quando e o que convém ser dito* — Eltit abre a brecha por meio da qual captura a “nova narrativa chilena” em sua dimensão de sintoma: “Parece-me que, atualmente, a relação entre literatura e mercado é um dos pontos mais críticos que o escritor enfrenta e *presencia*”.<sup>3</sup>

Borrando aos poucos o trabalho histórico “com a sintaxe, com os sentidos, com a intertextualidade, com a diversidade de estéticas que as propostas carregam”,<sup>4</sup> escreve a autora, o mercado trabalha contra a memória, porque é movido por “um desejo inapelável e febril de presente”<sup>5</sup>. Daí que a validação fornecida pelo sucesso editorial da chamada “nova narrativa chilena” — expressiva o bastante para dar lugar a encontros como aquele — lhe pareça menos o *índice* de uma renovação estética, que o *efeito* de uma operação mercadológica: “É claro que estou ciente de que o livro literário sempre foi um bem de consumo”, ela continua, “mas o ponto problemático surge quando se tenta transformar o especificamente literário num tique consumista, num produto lançado à oferta e à demanda, enclausurado apenas nas leis estereotipadas do mercado”.<sup>6</sup> Sem perder de vista que esta é uma categoria histórica, o que a autora questiona, por meio dessa aproximação, não é sua existência, mas a *acepção específica* que lhe é dada pela razão neoliberal:

Sei que estou simplificando bastante, mas o que quero dizer é que acredito que, aquilo que entendemos por leitores são apenas o resultado disciplinar de um programa político-econômico. **Nesse programa, esses novos leitores, mais do que ler literatura, o que garantem ao ler (que nesse contexto é uma forma de não ler) é sua própria permanência no sistema; ou, dito de outra forma, só podem/devem ler o que o sistema lhes propõe para obter um espaço legível e confortável em seu próprio interior.** De tal modo que os tão celebrados leitores-da-nova-narrativa chilena são aqueles que, por sua vez, produzem e viabilizam a nova narrativa chilena; contudo, grande parte desses leitores **são o efeito de uma operação de mercado que constitui o alicerce fundamental do atual projeto político [...]** (Eltit, 2014, p. 28, grifos nossos).<sup>7</sup>

<sup>3</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 27, itálico nosso. **No original:** “Me parece que uno de los puntos álgidos que enfrenta y presencia el escritor hoy se refiere a la relación literatura y mercado.”

<sup>4</sup> *Id.*, p. 28. **No original:** “con la sintaxis, con los sentidos, con la intertextualidad, con la diversidad de estéticas que portan las propuestas.”

<sup>5</sup> *Ibid.* **No original:** “un deseo inapalable y febril de presente.”

<sup>6</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 27. **No original:** “Desde luego, estoy consciente que siempre el libro literario ha sido un bien de consumo, pero, sin embargo, el punto problemático surge cuando se intenta transformar lo específicamente literario en un tic consumista, un producto librado a la oferta y a la demanda, enclavado solo en las leyes estereotipadas del mercado.”

<sup>7</sup> **No original:** “Sé que estoy simplificando bastante, pero lo que quiero decir es que pienso que lo que entendemos por lectores son únicamente el resultado disciplinar de un programa político-económico, dentro del cual estos nuevos lectores, más que leer literatura, lo que garantizan al leer (que en este contexto es una forma de no leer) es su propio habitar en el sistema o, dicho de otra manera, solo pueden/deben leer lo que el sistema les propone para obtener así un espacio legible y confortable en el sistema. De tal manera que los tan celebrados lectores-de-la-nueva-narrativa-chilena son los que producen y posibilitan a su vez la nueva narrativa-chilena, pero gran parte de estos lectores son el efecto de una operación del mercado que es el radical sustento del actual proyecto político [...]”

Propondo que a “nova narrativa chilena” é o subproduto de um programa político-econômico *com* a literatura, cujo objetivo é formatar um tipo de específico de leitor, Eltit abre espaço para uma subversão estético-conceitual: “o projeto neoliberal” – ela diz –, “ele sim, é o que, no fim das contas, me parece ser a nova narrativa chilena; em outras palavras, *o projeto neoliberal é a real e atual narratividade oficial chilena*”.<sup>8</sup> O jogo com as palavras não é negligenciável: de certo modo, o que o neoliberalismo elabora é um deslizamento semântico por meio do qual transfigura a dinâmica do mercado num modelo de subjetividade. Nesse sentido, para alcançar o que se discute neste *La compra, la venta*, o pensamento de Friedrich Hayek é especialmente ilustrativo, sobretudo quando se trata do Chile pós-ditatorial.

Funcionando como uma espécie de negação radical do coletivismo (ou, se quisermos, de tudo que se opõe à “liberdade econômica”), a proposta teórica de Hayek parte, de certo modo, do seguinte diagnóstico: “o pressuposto básico da ideia de que o homem conseguiu dominar o seu meio, sobretudo através da capacidade de dedução lógica, a partir de premissas explícitas, é factualmente falso”.<sup>9</sup> Esse equívoco, incorporado ao pensamento europeu pelo racionalismo de Descartes, continua o autor, lhe é muito anterior e remonta à conhecida antinomia entre o que é natural (*phusei*) e o que é artificial (*thesei* ou *nomô*). A impertinência da oposição herdada dos sofistas gregos século V a.C. residiria no fato de ela poder referir-se tanto *ao contraste* entre *o que é originado pela ação humana e o que dela independe* quanto *à diferença entre aquilo que acontece a despeito da intenção humana e o que dela resulta*. Em suma, o que o argumento sugere não é nada menos que a existência de uma terceira classe de fenômenos que, embora procedam da ação, são alheios a qualquer intencionalidade. Nas palavras de Dardot e Laval, para Hayek, “o que independe da vontade humana não é necessariamente independente da ação humana”, alguns de seus resultados “podem não ter sido desejados por si mesmos e, ainda assim, fazer surgir uma forma de ordem ou regularidade”<sup>10</sup>. Daí sua rejeição ao racionalismo cartesiano:

Visto que para Descartes a razão se definia como dedução lógica a partir de premissas explícitas, a ação racional veio também a significar **apenas aquela ação inteiramente determinada pela verdade conhecida e demonstrável**. Moral, religião e culto, linguagem e escrita, moeda e mercado foram interpretados como tendo sido

<sup>8</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 28. **No original:** “[...] el proyecto neoliberal – que, en buenas cuentas, sí que me parece a mí que es la nueva narrativa chilena, o, para decirlo de otra manera, el proyecto neoliberal es la real y actual narratividade oficial chilena.”

<sup>9</sup> HAYEK, F. **Direito, legislação e liberdade:** uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. Tradução de Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle, Manoel Paulo Ferreira e Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985, (vol.I), p. 5.

<sup>10</sup> Dardot; Laval, *op. cit.*, p. 161.

deliberadamente construídos por alguém ou, pelo menos, como tendo derivado dessa criação intencional o grau de perfeição que pudessem apresentar. [...] Simplesmente não é verdade que nossas ações devem sua eficácia apenas ou sobretudo ao conhecimento que somos capazes de verbalizar e que pode, portanto, constituir as premissas explícitas de um silogismo. **Muitas instituições da sociedade que são condições indispensáveis para a consecução de nossos objetivos conscientes, resultaram na verdade de costumes, hábitos ou práticas que não foram inventados, nem são observados com vistas a qualquer propósito semelhante.** Vivemos numa sociedade em que podemos orientar-nos com êxito, [...] não só porque nossos semelhantes são norteados por objetivos conhecidos ou por relações conhecidas entre meios e fins, **mas porque eles são também limitados por normas cujo propósito ou origem muitas vezes desconhecemos e das quais, frequentemente, ignoramos a própria existência** (Hayek, 1985, p. 4-6, *passim*, grifos nossos).

Não por acaso, Hayek resolve o impasse gerado pela oposição clássica propondo a inserção de uma categoria intermediária, a qual situar-se-ia *entre* o natural e o artificial; nela estariam contidos “todos os padrões e regularidades não intencionais que encontramos na sociedade humana”<sup>11</sup>. A não casualidade da solução proposta pelo autor deve-se ao fato de ser, precisamente essa tripartição que ancora sua tese central: a ordem de mercado não é nem natural (como quer a doutrina do *laissez-faire*), nem artificial (como sugerem os ordoliberalis alemães), mas *espontânea*. Isso significa, antes e sobretudo, que ela não deve ser compreendida como uma ordem econômica. Uma economia, dirá o autor, é “uma ordenação intencional dos meios conhecidos feita por alguma vontade individual ou órgão dirigente”<sup>12</sup>, sendo, portanto, *concreta* (porque “pode ser intuitivamente percebida pela observação”<sup>13</sup>) e, necessariamente, vinculada aos propósitos de seu criador (na medida em que resulta de uma ação intencional). O *kosmos* do mercado, ao contrário, pode basear-se em relações *puramente abstratas* e, não sendo fruto de uma criação deliberada (já que “serve à multiplicidade de fins distintos e incomensuráveis de todos os seus membros individuais”<sup>14</sup>), seria ilegítimo afirmar que ele tenha um único propósito. Convencido de que nesta associação equívoca repousa todo o desentendimento, o autor propõe uma distinção terminológica:

A confusão gerada pela ambiguidade da palavra economia é tão séria que, para nossos objetivos presentes, parece necessário restringir seu uso estritamente ao significado original em que ela designa um complexo de ações deliberadamente coordenadas a serviço de uma escala única de fins, **e adotar outro termo para designar o sistema de numerosas economias inter-relacionadas que constituem a ordem de mercado.** Uma vez que o nome “catalática” (“*catallactics*”) foi há muito tempo sugerido para definir a ciência que trata da ordem de mercado [...], parece apropriado adotar um termo correspondente para a própria ordem de mercado. O termo

<sup>11</sup> Hayek (1967), *op. cit.*, p. 97. **No original:** “[...] a distinct middle category comprising all those unintended patterns and regularities which we find to exist in human society.”

<sup>12</sup> HAYEK, F. **Direito, legislação e liberdade:** uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985b, (vol. II), p. 130.

<sup>13</sup> Hayek (1985), *op. cit.*, p. 40.

<sup>14</sup> Hayek (1985b), *op. cit.*, p. 130.

“catalática” foi derivado do verbo grego *katallattein* (ou *katalassein*), **que significava, vale a pena lembrar, não só “trocar”, mas também “admitir na comunidade” e “converter-se de inimigo em amigo”**. [...] A partir dele, podemos formar o termo **catalaxia** (catallaxy), que empregaremos para **designar a ordem ocasionada pelo mútuo ajustamento de muitas economias individuais num mercado** (Hayek, 1985b, p. 130-131, grifos nossos).

Para além de possibilitar a criação de seu conteúdo normativo – esse “tipo especial” de ordem espontânea é *produzida pelo mercado “mediante a ação de pessoas dentro das normas jurídicas da propriedade, da responsabilidade civil e do contrato”*<sup>15</sup> –, assumir que se trata de uma ordem específica é o que dá lastro ao caráter totalizante do modelo de sociedade desenhado pelo austríaco. “O mercado”, escreve Eltit, “não se preocupa, não necessita e nem deseja leitores literários, *mas sujeitos monetários*”<sup>16</sup>. É por essa razão que a importância dispensada à ambivalência do termo grego é decisiva. Para Hayek, a catalaxia não é um recurso disponível à sociedade (como se lhe fosse externo), mas antes, aquilo que a constitui *enquanto* sociedade: as relações econômicas que a produzem encontram-se, portanto, *na base do vínculo social*.

A esse tipo de racionalidade que reverte o conteúdo processual da história em relações puramente abstratas, Eltit se opõe impondo a materialidade de seu pensar dialético. “Apoiado e difundido pelos meios de comunicação, pelas sensibilidades públicas e pelas piruetas alucinantes dos representantes políticos”<sup>17</sup>, ela escreve, a abrangência invasiva *desse* modelo político-econômico reside em sua habilidade para *fundir e confundir* rigores. Ciente de que “é a coisa, e não o impulso à organização próprio ao pensamento que provoca a dialética”<sup>18</sup>, neste ensaio, a autora aproxima-se da “nova narrativa chilena” como quem manipula um caleidoscópio.

A primeira imagem é levemente turva: “no âmbito da literatura o best-seller se confunde com o especificamente literário [e] para atenuar esse encontro ou desencontro, a mecânica parece ser a espetacularização do autor.”<sup>19</sup> O interesse público pelo escritor bem-sucedido, isto é, os questionamentos que lhes são feitos, as declarações que lhe são solicitadas, ela diz, relacionam-se sempre “com os pormenores, os bastidores de seu êxito – sua vida, sua obra e seu milagre”<sup>20</sup>. Impelida pela figura inicial, a autora move o objeto mais uma vez. Composta

<sup>15</sup> Hayek (1985b), *op. cit.*, p. 131.

<sup>16</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 28, itálico nosso. **No original:** “Al mercado no le preocupa ni necesita ni desea lectores literarios sino sujetos monetarios.”

<sup>17</sup> *Id.*, p. 28. **No original:** “apoyado y difundido por los medios de comunicación, las sensibilidades públicas, las piruetas alucinantes de los representantes políticos”.

<sup>18</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 126.

<sup>19</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 28. **No original:** “el best seller se confunde con lo específicamente literario”.

<sup>20</sup> *Id.*, p. 29. **No original:** “Se le solicita que cuente los pormenores, los entretelones de su éxito –su vida, su obra y su milagro [...]”.

pela insistência do gesto, a segunda imagem, reduz a opacidade: nas arestas desse entusiasmo desinteressado é possível entrever *como* é inoculado no cenário cultural o desejo por um “escritor jaguar”, sempre disposto a “proclamar uma espécie de verdade a respeito de tudo que se lhe apresente”<sup>21</sup>. Esta, entretanto, é uma verdade afastada da literatura, escreve Eltit. Substituindo os textos, a curiosidade oblíqua construída por meio da espetacularização da vida privada “vai desembocar, irremediavelmente, na sensibilidade light que é a forma comunicacional dominante”<sup>22</sup>. A mecânica é artificiosa: trata-se de um desvio “que termina por bloquear qualquer pergunta literária, obstruindo o inevitável e legítimo questionamento verdadeiramente crítico em torno da cultura”<sup>23</sup>. O movimento da dialética — lembremo-nos de Adorno — é, sempre, tanto um movimento da coisa quanto do pensar.<sup>24</sup>

Como quem se dá conta da expansão que a gestualidade provoca no pensamento, Eltit move seu objeto-conceitual pela terceira vez. No interior desse caleidoscópio simbólico formase nítida a imagem de uma estrutura estatal deformada, “que poderia exercer uma intermediação cultural”,<sup>25</sup> mas, sendo parte dessa mesma política, atua emulando a dinâmica empresarial. Atados, Estado e mercado funcionam como instituições quase indiscerníveis: “entrelaçam-se em amplas zonas comuns, tecendo um panorama ferozmente envolvente que despolitiza os corpos encurralando-os na estrutura da dívida”.<sup>26</sup> Postas lado a lado, as figuras formam o desenho de um todo, que embora incompleto, deixa entrever o fio tortuoso que vincula a novidade que caracteriza esse fenômeno editorial ao passado; e, ao fazê-lo sugere que sua aparente atualidade não é mais que o eco de uma repetição:

Para dialética, todo e parte somente poderão ser compreendidos por meio de sua referência mútua. Isso significa que quando vocês tiverem a parte, o todo não estará dado positivamente. E, inversamente quando pensar em um todo, de maneira nenhuma, suas partes estarão dadas positivamente. De modo que terão de se perguntar de forma incessante **como propriamente reunir ambas as coisas**. Pois [...] na dialética a relação entre todo e parte não é nenhuma relação de mera subsunção e, portanto, nenhuma relação lógico-extensional, de maneira que as partes pudessem estar de tal modo abarcadas no todo assim como os seguimentos de um círculo estão contidos nesse círculo. **Trata-se, antes, de uma relação dinâmica**. Esses dois

<sup>21</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 29. **No original:** “listos para pregonar una especie de verdad sobre todo lo que se les ponga por delante”.

<sup>22</sup> *Ibid.* **No original:** “va a desembocar en la sensibilidad light que es la forma comunicacional dominante”.

<sup>23</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 29. **No original:** “Pero se trata de una verdad que sustituye a los textos, una verdad alejada de la literatura que irremediavelmente va a desembocar en la sensibilidad light que es la forma comunicacional dominante, pero que, y esto es lo interesante, termina por bloquear cualquier pregunta literaria, obtura la inevitable y legítima interrogación verdaderamente crítica en torno a la cultura.”

<sup>24</sup> ADORNO, T. W. **Introdução à Dialética**. Tradução de Erick Calheiros de Lima. São Paulo: Editora Unesp, 2022, p. 177.

<sup>25</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 29. **No original:** “que podría ejercer una intermediación cultural”.

<sup>26</sup> *Ibid.* **No original:** “[...] mantienen amplias zonas comunes en un trazado ferozmente envolvente que despolitiza los cuerpos atrapándolos en la estructura de la deuda.”

momentos produzem-se reciprocamente, mutuamente, e não existem por assim dizer, como elementos intemporais, coaisais, como simultâneos um ao outro. [...] Portanto o problema consiste em entender **como posso conceber a parte a partir de um todo, que nunca está, enquanto tal, completamente dado** (Adorno, 2022, p. 248, grifos nossos).

Pensar dialeticamente significa, portanto, ir além do conceito “*por meio da confrontação com aquilo que se exprime a partir dele*”<sup>27</sup>. Como se ressoasse a advertência, Eltit retorna ao ponto de partida: a nova narratividade, ela diz, despoticiza e oprime as “narrativas produzidas pelos escritores chilenos” porque os formata, classifica e agrupa tomando como parâmetro seu grau de produtividade para o sistema. “A indistinção generalizada é estrutural ao projeto sociopolítico atual: nova narrativa, narrativa de mulheres, narrativa de jovens, literaturas gays [...], continua a autora, “contudo, por trás desse simulacro de diversidade reside a evidência de que se trata de uma *pseudodiferença*, porque com essa ‘narrativa de...’ o que se busca é, ao contrário, *homogeneizar as práticas para, assim, desfazer seus prováveis conflitos e tensões*”.<sup>28</sup>

É Theodor Adorno quem diz, em uma das aulas do curso ministrado durante o verão de 1958 (intitulado, justamente, *Introdução à dialética*), que “a filosofia deve nos ensinar a não nos deixarmos fazer de tolos”<sup>29</sup>. Nesse sentido, o pensamento que deseje verdadeiramente conhecer e interpretar seu objeto deve assumir o compromisso de ultrapassar as representações arraigadas e os sentidos por elas expressos porque, do contrário, não faz mais que expor o que já se pensa. Em tudo distante de um gesto “meramente intelectualista”, o pensar dialético, escreve o filósofo, não pode ser reduzido a um procedimento do espírito para apoderar-se de seu objeto. Não se trata, portanto, de sinalizar o caráter eticamente questionável nem de assinalar as limitações históricas dos fenômenos em análise para opor-lhes algo pretensamente mais moderado ou adequado.

---

<sup>27</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 70.

<sup>28</sup> **No original:** “El punto, pues, me parece que excede a los escritores mismos [...]; este problema excede incluso a las editoriales que no pueden sino hacerse parte de este programa; la pregunta básica, por estratégica, continúa siendo, para mí, la interrogación al sistema neoliberal y cómo los productores literarios – críticos, escritores, teóricos – pueden abrir una pequeña brecha que pluralice lo monolítico de los poderes dominantes para establecer, aunque sea en los bordes del sistema, una especificidad literaria. [...] lo que intento acotar aquí es que el problema que presenta el actual sistema es que produce unilateralmente éticas, estéticas, lecturas, subjetividades, y las construye en un proyecto férreamente hegemónico, de acuerdo a un único parámetro, que es un trazado mercantil que intenta oficializarse como hacer literario, destruyendo así la pluralidad y la diferencia. En definitiva, percibo que esta actualidad busca socavar las aristas críticas de los sujetos mediante una manipulación organizada y múltiple que erradique historia y saberes, para superponer como centro difusivo un acrílico lugar común. Un lugar común que no es otro que el espacio más primario de la sensibilidad burguesa que objetualiza hasta el paroxismo el entorno y aún la siquis para así desplegar controles y disciplinamientos sociales.”

<sup>29</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 71.

Incompatível com qualquer experiência intelectual que, mantendo-se presa às alternativas possíveis busca conciliá-las de modo trivial, pensar dialeticamente — ao menos para Adorno — significa, ao contrário, “seguir adiante naqueles momentos criticamente questionáveis *na direção de sua correção*, ou seja, conduzindo o fenômeno em questão à autorreflexão” para, a partir daí, reconfigurá-lo.<sup>30</sup> Trata-se, portanto, de uma inversão: operar dialeticamente significa rejeitar a ideia de que o pensamento deve fornecer algo, para, em oposição, fornecer algo — a saber, a si próprio, dirá o filósofo — ao pensar.<sup>31</sup> É o que Eltit realiza.

Ciente de que o problema ultrapassa tanto os escritores quanto as editoras — “que não podem deixar de participar desse programa” —, sem perder de vista que tratar a questão de modo isolado ou por meio da culpabilização deste ou daquele indivíduo é reagir conforme prevê o próprio sistema, a autora insiste que

**[...] a pergunta fundamental, por estratégica, continua sendo, para mim, o questionamento do sistema neoliberal e de que maneira os produtores literários – críticos, escritores, teóricos – podem abrir uma pequena brecha que pluralize o conteúdo monolítico dos poderes dominantes para estabelecer, mesmo que nas bordas do sistema, uma especificidade literária.** Não se trata de perturbar o lugar das literaturas comerciais e tampouco de impugnar seus circuitos. [...] o que tento delimitar aqui é que o problema que o sistema atual apresenta reside no fato de **ele produzir unilateralmente éticas, estéticas, leituras, subjetividades, construindo-as em um projeto implacavelmente hegemônico, em conformidade com um único parâmetro: um traçado mercantil que tenta se oficializar como fazer literário, destruindo assim a pluralidade e a diferença.** Em suma, percebo que essa atualidade busca minar as arestas críticas dos sujeitos por meio de uma manipulação organizada e múltipla que erradica história e saberes, para sobrepor, como centro difusor, um lugar-comum acrítico. Um lugar-comum que não é outro senão o espaço mais primário da sensibilidade burguesa que objetifica até o paroxismo o entorno e até mesmo a psique, para daí desdobrar controles e disciplinamentos sociais. Seria interessante conseguir pensar na literatura atravessando os slogans publicitários que a nomeiam – com uma ingenuidade comovente – como a única, a última, a nova. Ou talvez, o mais indicado seja fechar a porta e, detrás das cortinas, observar a formação deste grande “shopping” e, assim, resguardar-se definitivamente de um sistema que,

---

<sup>30</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 452.

<sup>31</sup> *Id.*, p. 466.

manteniendo intactas as desigualdades e os desequilíbrios sociais, parece sustentar-se em uma única premissa: “Compro, logo, existo” (Eltit, 2014, p. 30, grifos nossos).<sup>32</sup>

Interrogar insistentemente o fenômeno forçando-lhe a desenvolver-se cada vez mais em seu próprio princípio<sup>33</sup>; fazê-lo trepidar; atravessar as fissuras e expor a inverdade ali cristalizada. Quando sugere que a avidez pela novidade é uma das estratégias utilizadas pela racionalidade neoliberal para minar as arestas críticas dos sujeitos; quando propõe que esse assujeitamento realiza-se por meio de uma manipulação organizada que se sustenta mantendo intactas as desigualdades, Eltit toca naquele que parece ser o cerne do neoliberalismo hayekiano.

Embora reconheça a existência de “incontáveis redes de outras relações”, Hayek não apenas sustenta que a “Grande Sociedade” deve sua coesão à ordem de mercado como afirma ser um equívoco tomar esse dado como uma tentativa de priorizar os fins econômicos em detrimento dos demais. No limite, ele dirá, “não existem fins econômicos”. As ações dos indivíduos, “bem como os serviços que a ordem de mercado lhes presta consistem numa alocação de meios para a consecução *dos propósitos finais competitivos*”<sup>34</sup> os quais não estão limitados à esfera da economia. O que a ordem de mercado concilia são, portanto, as exigências dos diferentes fins não econômicos com o objetivo de beneficiar a todos sem, no entanto, assegurar que o mais importante preceda o menos importante. Talvez esta seja uma das contribuições mais significativas de sua proposta teórica: ao afirmar que o mundo social deve sua coesão à dinâmica da concorrência e não à lógica do mero intercâmbio, Hayek deriva o ganho conceitual obtido por meio da tripartição dos fenômenos numa espécie de axioma político. Invertendo o postulado fundamental do liberalismo clássico, estabelecendo que a

---

<sup>32</sup> **No original:** “[...] la pregunta básica, por estratégica, continúa siendo, para mí, la interrogación al sistema neoliberal y cómo los productores literarios – críticos, escritores, teóricos – pueden abrir una pequeña brecha que pluralice lo monolítico de los poderes dominantes para establecer, aunque sea en los bordes del sistema, una especificidad literaria. No se trata de perturbar el lugar de las literaturas comerciales ni menos impugnar sus circuitos no se trata de perturbar el lugar de las literaturas comerciales ni menos impugnar sus circuitos. [...] lo que intento acotar aquí es que el problema que presenta el actual sistema es que produce unilateralmente éticas, estéticas, lecturas, subjetividades, y las construye en un proyecto férreamente hegemónico, de acuerdo a un único parámetro, que es un trazado mercantil que intenta oficializarse como hacer literario, destruyendo así la pluralidad y la diferencia. En definitiva, percibo que esta actualidad busca socavar las aristas críticas de los sujetos mediante una manipulación organizada y múltiple que erradique historia y saberes, para superponer como centro difusivo un acrítico lugar común. Un lugar común que no es otro que el espacio más primario de la sensibilidad burguesa que objetualiza hasta el paroxismo el entorno y aún la siquis para así desplegar controles y disciplinamientos sociales. Sería interesante lograr pensar la literatura atravesando los eslóganes publicitarios que la nombran –con una ingenuidad conmovedora– como única, la última, la nueva. O tal vez lo más indicado sea cerrar la puerta para mirar detrás de las cortinas la formación de este gran “mall” y así resguardarse definitivamente de un sistema que, manteniendo intactas las desigualdades y los desequilibrios sociales parece sostenerse en una única premissa: ‘Compro, luego existo’”.

<sup>33</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 453.

<sup>34</sup> Hayek (1985b), *op. cit.*, p. 137.

essência do mercado não é a equivalência (como queria Adam Smith), mas a competição, o autor — mais que expressar o potencial expansivo da catalaxia para além das relações econômicas propriamente ditas — pode sustentar a nulidade inerente à noção de Justiça Social:

Talvez o mais profundo sentimento de agravo com relação à injustiça infligida a alguém, não por pessoas específicas, mas pelo “sistema”, seja o de ser privado da oportunidade de desenvolver suas próprias habilidades desfrutada por outros. Qualquer diferença de meio social ou físico pode ser responsável por isso, e pelo menos algumas delas podem ser inevitáveis. É indubitável que as pessoas inteiramente privadas desse benefício, ou que cresceram em condições desfavoráveis, são gravemente prejudicadas; e poucos questionarão que seria desejável que alguma instituição pública assistisse, na medida do possível, essas crianças desafortunadas na omissão de parentes e vizinhos. Contudo, poucos acreditarão seriamente que somos capazes de suprir por completo essa deficiência, e eu acho que ainda muitos menos acreditam que, por não poder ser assegurado a todos, este benefício deveria, no interesse da igualdade, ser proibido aos que agora dele desfrutam. Tampouco me parece que mesmo a igualdade material possa compensar aquelas diferenças na capacidade de apreciação e de vivo interesse pelo meio cultural conferida por uma educação adequada. **Existem, obviamente, muitas outras desigualdades irremediáveis que parecem tão insensatas quanto as desigualdades econômicas, mas que são menos ofensivas que as últimas apenas porque não parecem criadas pelo homem ou consequência de instituições suscetíveis de alteração** (Hayek, 1985b, p. 109, grifo nosso).

Edificar um lugar comum acrítico, erradicar saberes, objetificar a história e o sujeito histórico para, assim, estabelecer controles e disciplinamentos. “A desigualdade gerada por forças impessoais é, sem dúvida, melhor suportada” escreve Hayek n’*O Caminho da servidão*, “do que quando é intencional”<sup>35</sup>. Ao afirmar que o mundo social deve sua coesão a um tipo de ordem que resulta de ações que carecem de intencionalidade, o que o autor propõe é que *todas as relações humanas são atravessadas pela dinâmica da concorrência*. Isso não significa pouco. Quando é descolada da história e convertida em mero operador conceitual; quando deixa de ser compreendida como resultado para funcionar como pressuposto, a desigualdade, mais que um dado incontornável, torna-se um correlato do equilíbrio social. Em última instância, trata-se de um movimento que pretende atestar a coerência de uma deturpação: uma sociedade verdadeiramente livre e justa, ele diria, é por princípio, desigual. Nesse sentido, ainda que seja um dado compartilhado por todos os países latino-americanos, não é exagero afirmar que em nenhum outro, as consequências econômicas, políticas e sociais dessa distorção teórica têm sido experienciadas, de modo tão ostensivo, como no Chile.

### 3.1 Quando a desigualdade é a medida da democracia

---

<sup>35</sup> HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 116.

“Como uma democracia pode se sustentar com uma distribuição tão injusta que não cede nem mesmo aos esforços que o Estado realiza em termos de política social? Como pode se manter sem rebeliões, protestos, ou uma contínua efervescência social?”<sup>36</sup> Em que pese a inegável importância política da ruptura desencadeada pelo *estallido* de 2019, o curso do tempo não tornou menos prementes as perguntas de Tomás Moulian. Seus desdobramentos recentes (a rejeição do texto proposto pela Convenção Constitucional; o estabelecimento de um novo processo constituinte capitaneado por uma maioria de extrema direita eleita pelo voto popular; e, finalmente, a rejeição desta segunda proposta), se bem não encerram o processo, dilatam a validade da Constituição da ditadura e, com ela, a atualidade do questionamento formulado pelo sociólogo no final dos anos 90. O que por ora nos interessa, entretanto, está menos relacionado ao que se sugere, que àquilo está suposto: o conceito de *democracia* consolidado no imaginário chileno ao longo do século XX é incompatível com o modelo de sociedade que configura a experiência coletiva desde o fim da ditadura.

Relembrar que entre 1938 e 1973, todos os governos foram atravessados pela dinâmica do “Estado de Compromisso”<sup>37</sup>, embora não deixe de apontar para a origem dessa incompatibilidade, é insuficiente para compreender a inflexão que ela denota. A questão não é simples: que tipo de critério pode aproximar o socialismo democrático de Salvador Allende ao liberalismo oligárquico de Jorge Alessandri e, ao mesmo tempo, indicar a distância intransponível que há entre ambos e a democracia neoliberal? A resposta, dirá Manuel Garretón, está na política: o traço distintivo dessa matriz clássica (de tipo estatal-nacional-popular, vinculada diretamente ao conceito de “Estado de Compromisso” e à ideia de “desenvolvimento interno”<sup>38</sup>) que, com diferentes variações, manteve-se vigente na América Latina durante a maior parte do século XX, é *a centralidade da política*:

Definimos em outros trabalhos a matriz clássica na América Latina como aquela que funde duas ou três das dimensões de toda matriz sociopolítica, subordinando, anulando ou concedendo escassa autonomia às demais: seja por meio da identidade partido-Estado que absorve a sociedade civil; seja através da interconexão entre partidos e atores sociais que pressionam o Estado; seja na pressão direta das massas por meio de lideranças carismáticas que eliminam o sistema de representação; **seja no caso de Estados sob regimes militares que controlam a sociedade civil.** [...] [a matriz clássica] baseava-se, também, **em um consenso sobre o intervencionismo do Estado, não apenas na economia, mas também em seu papel de organizador**

<sup>36</sup> MOULIAN, T. **Chile actual: anatomía de un mito.** Santiago: LOM – ARCIS, 1997, p. 96. **No original:** “¿Cómo se sostiene una democracia con una distribución tan injusta que no cede siquiera a los esfuerzos que el Estado realiza en materia de política social? ¿Cómo se sostiene sin rebeliones, sin protestas, sin una continua efervescencia social?”.

<sup>37</sup> Importante salientar que Gabriel Salazar e Julio Pinto apresentam um posicionamento distinto a respeito do tema (Cf. Salazar; Pinto, 1999). A discordância, entretanto, não torna inválido o aspecto que interessa a este trabalho, qual seja, a centralidade da política e o relevante papel do Estado.

<sup>38</sup> Em espanhol: “desarrollo hacia adentro”

**social e político**, o que levou alguns a denominá-la “matriz estadocêntrica”. Daí que o referencial principal da ação coletiva fosse o Estado, **o que conferia à política um papel central na estruturação da ação social, independentemente da forma particular que essa política assumisse conforme os países e períodos** (Garretón; Espinosa, 2009, p. 9, grifos nossos).<sup>39</sup>

Quando afirma que a política, *independentemente da forma que tenha assumido nos distintos países e contextos históricos*, desempenha um papel central porque o Estado torna-se a principal referência da ação coletiva, Garretón responde à pergunta apenas em parte. De fato, a despeito das variações ideológicas, a figura do Estado interventor foi uma constante em todos os governos chilenos antes do golpe. Entretanto, o desenvolvimentismo estatal marcou também as duas ditaduras que ocorreram no Brasil durante o século XX. Como, então, um critério que acolhe experiências ditatoriais pode *denotar* a incompatibilidade entre dois modelos democráticos? A resposta, dirá Manuel Garretón, mais que na centralidade da política, está na *forma* que ela assumiu no contexto chileno:

A existência de um espectro ideológico partidário completo, antes mesmo da plena participação das massas na vida social e política, conferiu **a essa centralidade da política um caráter altamente ideológico**. [...] No século XX, grande parte dos comportamentos coletivos estavam determinados pela estrutura partidária e pelo pertencimento a grandes categorias, basicamente as categorias socioeconômicas de classes sociais. [...] **Em outras palavras, a política operava como a principal determinante, mas não a única, das orientações culturais e dos comportamentos coletivos**. Esse substrato era formado por uma certa filiação a uma posição social ou de classe (alta; média em diversos estratos; popular ou trabalhadora) e uma certa localização no espectro ideológico-político, **crystalizando-se em um sistema de partidos com claras identificações de direita, centro ou esquerda**. Esse tipo de vida política se caracterizava por uma certa contradição entre seu caráter amplamente pluralista, com opções ideológicas em todos os pontos do espectro, mas com baixa participação até a década de 60. Isso se destaca pelo tardio voto feminino e dos analfabetos, e pela falta de participação autônoma do setor camponês. **Assim, o principal agente de integração nessas condições era a classe política, que**

---

<sup>39</sup> **No original:** “Hemos definido en otros trabajos, la matriz clásica en América Latina como aquella que fusionaba dos o tres de las dimensiones de toda matriz sociopolítica, subordinando, eliminando o dejando escasa autonomía a las otras: ya fuera el caso de la identificación partido-Estado absorbiendo la sociedad civil; ya fuera el caso de la imbricación entre partidos y actores sociales presionando hacia el Estado; ya fuera el caso de presión directa de masas a través de liderazgos carismáticos eliminando el sistema de representación; ya fuera el caso de Estados a través de regímenes militares controlando la sociedad civil. [...] Ella se basaba también en un consenso sobre el rol interventor del Estado no sólo en la economía, sino también en su papel de organizador social y político, lo que ha llevado a algunos a denominarla “matriz estado-céntrica”. De ahí que el referente principal de la acción colectiva fuera el Estado, lo que le daba a la política un papel central en la estructuración de la acción social, cualquiera fuera la forma particular que adquiriera esa política según países y períodos.”

**incorporava a dimensão partidária junto com a de organizações sociais** (Garretón, 2009, p. 21-22, grifos nossos).<sup>40</sup>

À diferença de outros países latino-americanos, nos quais essa centralidade tendia ao personalismo ou ao populismo, no Chile a política assume um contorno mais partidário – o qual vinculava-se não apenas “aos processos econômicos, mas também à *constituição de atores sociais* e ao plano das *orientações culturais*”<sup>41</sup>. Nesse sentido, em que pese a inegável presença de componentes meritocráticos, classistas e oligárquicos, adverte o autor, essas orientações tendiam a valorizar a igualdade e os projetos coletivos de nação. A política era, portanto, uma forma de vida; “era o modo particular de se constituir como sociedade”.<sup>42</sup> Em última instância, o que se pretende demonstrar por meio da ênfase na *longevidade* da matriz clássica — e, sobretudo, na especificidade do caso chileno — é a solidez daquilo que sua *duração* atesta: no Chile, durante boa parte do século XX, o imaginário coletivo compreendia a centralidade da política *como condição de possibilidade da democracia*:

No caso específico do Chile, caracterizamos essa matriz como de “imbricação” entre o sistema partidário e a organização social em direção ao Estado, **onde o papel do sistema partidário em um regime democrático foi crucial na formação de atores coletivos que combinavam a referência política-ideológica com a referência à “base social organizada”**. Neste caso, o papel fundamental do Estado como foco da ação coletiva e agente de desenvolvimento e distribuição foi caracterizado pela **expansão de suas funções**, normalmente por “agregação” e quase nunca por reestruturação ou transformação interna. Assim, **cada setor ou dimensão incorporado ao compromisso sociopolítico expressado no Estado, tornando-o mais inclusivo, implicava uma ampliação ou agregação e sobreposição orgânico-institucional e não uma reorientação da ação e do aparato estatal**. O período que vai de 1964 a 1973, com os governos de Frei e Allende, representou uma exacerbação dos traços da matriz sociopolítica clássica chilena, especialmente no que diz respeito à expansão do papel do Estado e à intervenção da política partidária na sociedade,

<sup>40</sup> **No original:** “La existencia de un espectro ideológico partidario completo, antes que se completara la participación de las masas en la vida social y política, le dio a esta centralidad de la política un carácter altamente ideológico. [...] En el siglo XX gran parte de los comportamientos colectivos estaban determinados por la estructuración partidaria y por la pertenencia a grandes categorías, básicamente las categorías socioeconómicas de clases sociales. Dicho de otra manera, la política operaba como la determinante principal, por supuesto que no exclusiva, de las orientaciones culturales y los comportamientos colectivos. Este sustrato estaba conformado por una cierta adscripción a una posición social o de clase (alta, media en diversos estratos, popular o trabajadora) y una cierta ubicación en el espectro ideológico político, cristalizaba en un sistema de partidos con claras identificaciones de derecha, centro o izquierda. Este tipo de vida política se caracterizaba por una cierta contradicción entre su carácter ampliamente pluralista con opciones ideológicas en todos los puntos del espectro, pero con una baja participación hasta los sesenta, en lo que destaca el tardío voto femenino y analfabetos y la falta de participación autónoma del sector campesino. De modo que el agente principal de integración en estas condiciones fue la clase política, la que incorporaba la dimensión partidaria junto con la de organizaciones sociales”.

<sup>41</sup> GARRETÓN, M. A. Sentido, régimen y actores de la política. Continuidades y perspectivas [Introducción]. In: ESCOBAR, R. L. (ed.). **Cien años de luces y sombras**: tomo I. Santiago de Chile: Taurus, 2006, p. 13, itálico nosso. **No original:** “El rasgo principal de esta matriz clásica es la centralidad de la política. Ello no sólo respecto de los procesos económicos. También en la constitución de actores sociales y en el plano de las orientaciones culturales, sin negar la autonomía propia de esta dimensión”.

<sup>42</sup> *Ibid.* **No original:** “Fue el modo particular de constituirse como sociedad”.

ainda que existam processos de ruptura com essa matriz em diferentes setores sociais (Garretón; Espinosa, 2009, p. 9, grifos nossos).<sup>43</sup>

Recuperar o passado a partir dessa centralidade nos permite vislumbrar o desvio operado pelo presente: reconhecer a política como *fundamento* da democracia chilena pré-ditatorial, já é indicar o caráter *refundacional* do neoliberalismo que deforma e dá forma ao Chile da pós-ditadura. O deslocamento elaborado por esse modelo de sociedade forjado *a partir* da *despolitização* não é pouco importante: quando a dinâmica do Estado de Compromisso é substituída pela lógica do Estado Subsidiário, o que surge não é um outro tipo de governo democrático, mas antes, a subversão do que se entende por democracia.

Nesse sentido, retomar o papel desempenhado pelos *Chicago Boys* durante a gestação do golpe — sobretudo no que diz respeito à redação do *Ladrillo* —, se bem nos permite antever a proporção da ruptura, não basta para esclarecer *como* a nova institucionalidade foi pensada, instaurada e consolidada. Associar a especificidade da ditadura (e, por consequência, da democracia que a sucedeu) unicamente à figura dos economistas egressos de Chicago é colocar-se, de saída, diante de um impasse. Por um lado, não é ético nem razoável sugerir que os perpetradores das mais graves violações dos direitos humanos tenham sido instrumentalizados — ao fim e ao cabo, o poder de decisão era uma prerrogativa militar —; por outro, presumir a existência de um alinhamento ideológico prévio entre os civis colaboracionistas e a Junta de Governo implica negar um dado histórico. Até 1973, escreve Verónica Zárate, as instituições militares ainda eram marcadas pela descrença na política partidária, por um anticomunismo declarado e por uma noção específica de eficiência governamental – ou seja, pelo fundamento doutrinário do *ibañismo*. Essa cosmovisão, cujas características não se contrapunham “à ideia de um Estado benfeitor e desenvolvimentista”, continua a autora,

sobreviveu até meados da década de sessenta e não foi completamente derrubada com a chegada da Doutrina de Segurança Nacional. Entendemos por “*ibañismo*” militar, o anseio castrense por **um governo forte e eficiente, que preferia os tecnocratas em detrimento dos políticos, que valorizava a função econômica e social do Estado; propenso à integração controlada e despolitizada dos setores subalternos, que acreditava na necessidade de uma nova era de modernizações** e esperava atingir o status e a valorização social alcançados em outra época. Ao contrário das interpretações que enxergam um total vazio doutrinário quando os princípios estadunidenses chegaram, desde nossa perspectiva, **a Doutrina de Segurança**

<sup>43</sup> **No original:** “En el caso particular chileno hemos caracterizado esta matriz como de “imbricación” entre sistema partidario y organización social en tensión hacia el Estado, donde el papel del sistema partidario en régimen democrático fue crucial en la constitución de actores colectivos que combinaban la referencia política-ideológica con la referencia a la ‘base social organizada’. En este caso, el papel fundamental del Estado como foco de la acción colectiva y agente de desarrollo y distribución, se caracterizó por que la expansión de sus funciones se hizo normalmente por ‘agregación’ y casi nunca por reestructuración o transformación interna. Así, sector o dimensión que se incorporaba al compromiso sociopolítico que se expresaba en el Estado, haciéndolo más inclusivo, implicaba una ampliación o agregación y superposición orgánico-institucional y no una reorientación de la acción y aparato estatal”.

**Nacional atuou sobre esse fundamento e não sobre uma tábula rasa** (Zárate, 2003, p. 17-18, grifos nossos).<sup>44</sup>

Menos programática que impressionista, portanto, a deflagração do golpe foi motivada por uma *percepção* castrense: para além de obstar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, o governo de Salvador Allende havia incentivado a *politização da sociedade* fortalecendo a esquerda marxista. Quando tomaram o poder, o que os militares tinham, efetivamente, eram duas metas: restaurar o controle político-social interno — ou, em seus termos, “extirpar o câncer marxista” — e recuperar a economia. A primeira, como se sabe, foi rapidamente alcançada. Uma semana depois do golpe, o general Pinochet declarava ao jornal *El Mercurio* estar satisfeito com os resultados: “os cinco dias de luta que havíamos previsto, foram reduzidos a 24 horas”.<sup>45</sup> A metodologia insinuada pelo cálculo é expressa diretamente pouco mais adiante: “Gostaria de salientar que de Arica a Magallanes, todas as cidades registram absoluta normalidade. Houve pequenos focos de extremismo, os quais foram *imediatamente reprimidos*”.<sup>46</sup>

Mas, se a formação castrense os havia habilitado para conter o “descontrole social”, o mesmo não poderia ser dito sobre a recuperação da economia. Embora seu interesse em restaurar a pretensa “normalidade” desse campo fosse declarado, a disposição militar era mais discursiva que pragmática, já que para sua efetiva realização “não havia projeto nem acordo prévio”.<sup>47</sup> De certa forma, a coincidência entre as primeiras decisões da Junta<sup>48</sup> e a proposta geral do *Ladrillo* — sobretudo quando associadas à nomeação de Sergio de Castro, em 14 de setembro de 1973, como assessor do Ministro da Economia — tende a obscurecer a diferença

---

<sup>44</sup> **No original:** “[...] la cosmovisión castrense asociada a lo que encarnó el “Ibañismo” sobrevivió hasta entrada la década del sesenta y no fue derribada del todo por la llegada de la Doctrina de Seguridad Nacional. Entendemos por “Ibañismo” militar la añoranza castrense por un gobierno fuerte y eficiente, que despreciaba a los políticos y prefería a los tecnócratas, que valorizaba la función económica y social del Estado; proclive a la integración controlada y despolitizada de los sectores subalternos, que creía en la necesidad de una nueva era de modernizaciones y esperaba recuperar el status y la valorización social alcanzados en otra época. Desde nuestra óptica la Doctrina de Seguridad Nacional actuó sobre este basamento y no sobre una tabla rasa, discrepando de las interpretaciones que ven un total vacío doctrinario a la llegada de los principios norteamericanos”.

<sup>45</sup> EL MERCURIO. Afirmó el General Pinochet: Allende era un audaz engaño. *El Mercurio*, Santiago, 18 set. 1973. p. 13. **No original:** “Los cálculos que teníamos eran unos cinco días de lucha. Se redujeron, en cambio, a 24 horas”.

<sup>46</sup> *Ibid.* itálico nosso. **No original:** “Hago presente —dijo— que desde Arica a Magallanes todas las ciudades registran absoluta normalidad. Han existido pequeños focos de extremismo, pero éstos han sido sofocados de inmediato”.

<sup>47</sup> Zárate (2003), *op. cit.*, p. 111. **No original:** “Para eso [o problema económico], sin embargo, no había proyecto ni acuerdos previos”.

<sup>48</sup> Para uma discussão mais ampla e detalhada do tema *Cf.* Zárate, 2003.

radical (do ponto de vista do impacto material, simbólico e coletivo; no curto e longo prazo) que há entre adotar *medidas neoliberais* e instaurar um *modelo neoliberal*.<sup>49</sup>

De modo geral, na América Latina, o “neoliberalismo” tende a ser compreendido como um correlato do Consenso de Washington — nome dado às dez medidas adotadas por organismos internacionais (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial — para citar os mais conhecidos) destinadas a implementar nos chamados países em desenvolvimento “políticas econômicas que se ajustassem à ortodoxia do capitalismo triunfante, isto é, ao predomínio irrestrito do mercado”.<sup>50</sup> A associação não é gratuita. De fato, os governos latino-americanos, sobretudo a partir dos anos 90, escreveu Manuel, implementaram com mais ou menos intensidade, todas as “orientações”: o controle do déficit público por meio da redução de gastos e aumento da receita (disciplina fiscal); o redirecionamento do gasto público; a ampliação da base de tributação e redução das alíquotas (reforma tributária); a liberalização da taxa de juros; a adoção de uma taxa de câmbio favorável às exportações; a liberalização do comércio; a abertura da economia para investimentos estrangeiros; a privatização de empresas estatais; a desregulamentação da economia e, finalmente, proteção dos direitos de propriedade. Da constatação, entretanto, não é possível inferir que um *modelo neoliberal* tenha sido implementado em todos os países latino-americanos. A distinção é, portanto, imperativa porque, do contrário, correremos o risco de minimizar a gravidade que sua efetiva instauração representa:

Em primeiro lugar, as medidas são aplicadas **como um pacote completo**. Em segundo lugar, elas buscam explicitamente **separar a economia da política e do social, e mais precisamente subordinar estas duas últimas esferas à primeira**. Com isso, abre-se um espaço de oportunidade para gerar um novo modelo socioeconômico e de desenvolvimento de longo prazo. Em terceiro lugar, este novo modelo socioeconômico, associado a uma fase particular do capitalismo e caracterizado pelo predomínio do capital financeiro, **obedece estritamente a uma determinada**

---

<sup>49</sup> Para uma discussão detalhada sobre essa diferença a partir do contexto chileno Cf. Román (2021), *op. cit.* — especialmente o capítulo “El cuchillo en el Agua: lo que siempre quisiste saber y nunca te dijeron sobre los Modelos Económicos” [A Faca na Água: O que você sempre quis saber e nunca te contaram sobre os Modelos Económicos], pp. 207 – 223.

<sup>50</sup> GARRETÓN, M. A. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado**: los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Providencia: Editorial ARCIS; El desconcierto; CLACSO, 2013, p. 29. **No original**: “destinadas a implementar y evaluar en los países en desarrollo a inicios de la década del noventa, políticas económicas que se ajustaran a la ortodoxia económica del capitalismo triunfante, es decir, al predominio irrestrito del mercado”.

**ideologia, que é a chamada ideologia neoliberal** (Garretón, 2013, p. 30, grifos nossos).<sup>51</sup>

Tendo isso em vista, para considerar que a refundação neoliberal esteve no horizonte dos militares desde a gestação do golpe é preciso ignorar sua origem. Como lembra Verónica Zárate, a conspiração tem sua raiz na alta oficialidade da Marinha e da Aeronáutica; isso significa que entre os generais apoiadores, não estavam nem Augusto Pinochet, nem Orlando Urbina Herrera — os dois oficiais mais antigos do Exército e, portanto, os próximos da linha de comando após a saída de Carlos Prats. Recuperar esse dado é importante, continua a autora, porque

se houvesse algum projeto ou orientação programática/doutrinária anterior ao golpe, ele teria que estar vinculado aos seus protagonistas; isto é, ao Almirante José Toribio Merino; ao Comandante em Chefe da Força Aérea, General Gustavo Leigh Guzmán; e a outros altos oficiais, como Óscar Bonilla, Sergio Arellano Stark, Nicanor Díaz Estrada. **Foi esse núcleo militar, e não o general Pinochet, que decidiu terminar com o governo constitucional e dar início a um “Novo Chile”** (Zárate, 2003, p. 213, grifo nosso).<sup>52</sup>

Como se sabe, o projeto que efetivamente construiu o “Novo Chile” foi levado a cabo por Augusto Pinochet. Entretanto, a ausência do general durante sua formulação não atesta, por si só, a falta *de uma orientação programática/doutrinária anterior ao golpe*. Em outras palavras, se a presença do executor não é *condição* para a existência do projeto, o fato mesmo de o programa desenhado pelos *Chicago Boys* ter sido solicitado pelo Almirante Merino não demonstra, justamente, o oposto? A pergunta, que a princípio poderia soar razoável, é invalidada pela falsidade do que pressupõe.

A cúpula militar responsável pelo golpe não formava um “todo” unificado, coeso e coerente: a ampla aceitação que o *Ladrillo* encontrou na Marinha, não se repetiu nem na Aeronáutica — Gustavo Leigh era um defensor declarado do intervencionismo estatal — nem no Exército, já que os oficiais que fizeram parte da conspiração pertenciam a uma geração fortemente influenciada pelo keynesianismo.<sup>53</sup> Afirmar que os militares assumiram o comando

---

<sup>51</sup> **No original:** “En primer lugar, son aplicadas como paquete en su integralidad. En segundo lugar, buscan explícitamente separar la economía de la política y lo social, y más precisamente subordinar estas dos últimas esferas a la primera. Con ello, se abre espacio de oportunidad para generar un nuevo modelo socioeconómico y de desarrollo de largo plazo. En tercer lugar, este nuevo modelo socioeconómico, asociado a una fase particular del capitalismo y caracterizado por el predominio del capital financiero, obedece estrictamente a una determinada ideología, que es la llamada ideología neoliberal”.

<sup>52</sup> **No original:** “[...] de haber habido algún proyecto u orientación programático doctrinaria previa al golpe, ella habría de estar vinculada a sus protagonistas; esto es, el almirante José Toribio Merino, el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea, general Gustavo Leigh, y otros altos oficiales, tales como Óscar Bonilla, Sergio Arellano Stark, Nicanor Díaz Estrada, entre otros. Fue ese núcleo militar, y no el General Pinochet, el que decidió terminar con el gobierno constitucional y dar paso a un “Chile nuevo”.

<sup>53</sup> Cf. Zárate, 2015.

do país sem saber exatamente *como* fazê-lo não é, portanto, o mesmo que sugerir a existência de um “vazio ideológico”. Mas, se o protagonismo do Estado marca a tradição da política chilena; se até 1973 o pensamento castrense era, em grande parte, influenciado pela doutrina do ibañismo; e, ainda, se na cúpula de articulação do golpe os ideais do livre mercado contavam com o apoio de uma minoria, como o oficial menos influente da Junta de Governo reverteu a desvantagem de sua “ausência prévia”, impôs-se como Chefe Supremo da Nação e garantiu a implementação de um modelo de sociedade inédito — distinto de todos esses aspectos —, cuja longevidade extrapolaria os dezessete anos de ditadura?

Embora fosse o segundo nome da linha sucessória de comando do Exército — assim como eram Leigh e Merino, respectivamente, na Aeronáutica e na Marinha — Pinochet tomou conhecimento do golpe três dias antes de sua deflagração. O convite tardio soava como anúncio da parca influência de que iria dispor no interior do governo que se desenhava e, para reverter a situação, o general realizou um duplo movimento. O primeiro, voltava-se para interior do Exército: valendo-se de sua prerrogativa para modificar deliberadamente a estrutura da administração, Pinochet ampliou seu poder renovando por completo o Alto Comando. Em 1977 todos os oficiais que participaram do golpe já estavam aposentados. O controle absoluto que o general passou exercer sobre seus subordinados, salienta Zárate, foi facilitado pela criação da Direção de Inteligência Nacional. Vinculada a ele diretamente, a mesma DINA que instaurava o terror na cidadania coibia qualquer oposição interna.<sup>54</sup> O segundo movimento aponta para a direção oposta. Enquanto se fortalecia no comando do Exército, o general travou uma batalha no interior da cúpula do regime com Gustavo Leigh, quem se opunha frontalmente à crescente centralização do poder em suas mãos. Dessa disputa<sup>55</sup> que culminou com a expulsão do Comandante da Força Aérea da Junta de Governo em 1978, um aspecto nos parece especialmente relevante.

De certo modo, arriscamos, foi o fato de o novo governo prescindir de um projeto no momento de sua instalação que ditou o caminho escolhido pelo general: se seu principal opositor argumentava em favor do fortalecimento do Estado (sempre de modo despolitizado, vale lembrar), para firmar-se como seu antagonista, nada mais oportuno que ocupar o polo oposto. Nesse sentido, se por um lado Zárate tem razão quando diz que “o crescente poder de Pinochet foi possível porque os civis interessados em impor seu projeto o escolheram como veículo”<sup>56</sup>; por outro, é importante não perder de vista que a flexibilidade ideológica do general

---

<sup>54</sup> Zárate (2015), *op. cit.*, p. 129. Este texto foi publicado em português com a tradução de Lílian Almeida.

<sup>55</sup> Sobre essa disputa *Cf.* Zárate, 2003.

<sup>56</sup> Zárate (2015), *op. cit.*, p. 129.

– tradicionalmente, um estadista – não faz dele mero instrumento. A Pinochet interessava o poder e foi sua disposição para alcançá-lo que possibilitou a conversão de um conjunto de abstrações teóricas na primeira experiência neoliberal do mundo. Essa experiência, contudo, não deve ser compreendida como a “expressão material” do monetarismo de Milton Friedman. Na esfera político-ideológica é o neoliberalismo hayekiano que assume o protagonismo.

Aqui, cabe uma breve ressalva. Afirmamos há pouco, que o neoliberalismo, mais que uma ideologia e para além de um conjunto de medidas econômicas, é sobretudo, um projeto de sociedade. De ser assim, incorpora não apenas uma determinada visão antropológica e uma compreensão própria em relação ao fundamento do vínculo social, mas também uma forma específica de acumulação inseparável — porque dependente — da instauração de um tipo, também específico, de governamentalidade.

Sobre o regime de acumulação próprio ao neoliberalismo — ao qual David Harvey nomeará “acumulação por despossessão” — alguns apontamentos são necessários. Embora conserve a mesma lógica da acumulação primitiva, há pelos menos duas razões para ressaltar sua diferença. De modo bastante simplificado, a “acumulação primitiva” é o termo utilizado por Karl Marx para designar o processo que deu *origem ao Capitalismo* (isto é, o período histórico que compreende a passagem do feudalismo ao capitalismo por meio da criação da propriedade privada que, por sua vez, faz surgir o proletariado e a burguesia). A acumulação por despossessão, ao contrário, refere-se à estratégia por meio da qual, o estágio atual de um capitalismo *já existente* elabora sua manutenção. A segunda razão é de ordem formal: enquanto a acumulação primitiva deve ser compreendida como um conceito positivo, na medida em que designa o surgimento de algo; a acumulação por despossessão é, ao contrário, um mecanismo negativo. Isso porque, valendo-se de distintas estratégias (Harvey destaca a privatização e a mercantilização; a gestão e a manipulação de crises; a financeirização; e as redistribuições estatais, como sendo as quatro principais),<sup>57</sup> o regime de acumulação próprio ao neoliberalismo visa dissolver não apenas a classe trabalhadora, mas algo que lhe é anterior: a noção mesma de trabalho. Em outras palavras, a acumulação por despossessão poderia ser definida como a estratégia por meio da qual o capitalismo neoliberal leva adiante seu projeto de restauração de poder de classe; um dispositivo negativo, por princípio, na medida em que busca realizar seu objetivo *retirando, esvaziando, enfraquecendo, despossuindo* – simbólica, material e

---

<sup>57</sup> Para uma descrição detalhada de cada um dos aspectos mencionados Cf. HARVEY, D. **Breve historia del neoliberalismo**. Traducción de Ana Varela Mateos. Ediciones Akal S. A., 2007, pp. 175 – 181.

discursivamente – a condição de possibilidade da existência do proletariado.<sup>58</sup> A esse respeito vale recuperar o que diz Simón Ramírez González, num artigo intitulado “Constitución chilena y gubernamentalidad neoliberal”:

Este regime de acumulação se caracterizará por um conjunto de mecanismos cujo motor será a despossessão – ou, dito de outro modo, a intensificação da exploração ou a expropriação do salário após a exploração do trabalho propriamente dita. [...] **Esta expansão generalizada do ordenamento de mercado, que economiciza todo o conjunto da vida social e reforça o regime de acumulação por despossessão, será a expressão da lógica própria, da racionalidade intrínseca do projeto neoliberal, que pode ser nomeada como uma lógica da ilimitação**, na medida em que se orienta ao mesmo tempo para a acumulação ilimitada dos que acumulam e a despossessão contínua dos que não o fazem (González, 2019, p. 88- 89).<sup>59</sup>

Para sustentar a longevidade de um modelo de sociedade tão abertamente avesso ao que se compreende por social, é necessário, portanto, dar forma a um novo tipo governamentalidade. Emergida do interior da razão neoliberal, esta é, grosso modo, o dispositivo que visa, por meio da introdução de sua lógica ilimitada em todas as dimensões da vida (isto é, na subjetividade do indivíduo), naturalizá-la. Em última instância, trata-se de um mecanismo que pretende corroer radicalmente a democracia: o *demos* (porque já não é possível falar em sujeitos políticos) e a *polis* (dado que o vínculo social é compreendido apenas como vínculo concorrencial)<sup>60</sup>, deixam, efetivamente de existir. A governamentalidade neoliberal “não é democrática na forma e antidemocrática nos fatos”, escrevem Dardot e Laval, “ela simplesmente não é mais democrática, *nem mesmo no sentido formal*, mas nem por isso”, continuam os autores, “identifica-se [exclusivamente ou necessariamente, acrescentamos] com um exercício ditatorial ou autoritário do poder”<sup>61</sup>.

É Friedrich Hayek quem diz que a concorrência, para funcionar de forma benéfica, *depende* da criação de uma estrutura legal “cuidadosamente elaborada”, na medida em que seu

<sup>58</sup> Essas questões são exploradas de modo mais detalhado por Simón Ramírez González em “Modelo de acumulación en el neoliberalismo: la acumulación por desposesión”, segundo capítulo de *El gran ensayo* (2022). A referência completa do livro encontra-se na bibliografia desta tese.

<sup>59</sup> **No original:** “Este régimen de acumulación se va a caracterizar por un conjunto de mecanismos cuyo motor será la desposesión – o dicho de otro modo, la intensificación de la explotación o la expropiación del salario luego de la explotación laboral propiamente tal. [...] Esta expansión generalizada del orden de mercado, que economiza el conjunto de la vida social y refuerza el régimen de acumulación por desposesión va a ser la expresión de la lógica propia, de la racionalidad intrínseca del proyecto neoliberal, que puede ser nombrada como una lógica de la ilimitación, en la medida que se orienta al mismo tiempo a la acumulación ilimitada de los que acumulan y la desposesión continua de los que no lo hacen.”

<sup>60</sup> RAMÍREZ, S. La Constitución chilena y gubernamentalidad neoliberal. **Derecho y Crítica Social**, 5(1-2), 83-122, 2020, p. 91. **No original:** “A nivel político, la gubernamentalidad neoliberal, coherente con los principios vistos en el apartado anterior, se orientará hacia un desmantelamiento radical de la democracia, dirigiéndose a desmontar sus condiciones de posibilidad, el *demos* –porque ya no se trata de sujetos políticos– y la *polis* –puesto que el vínculo social deja de ser político para ser entendido únicamente como vínculo competencial”.

<sup>61</sup> Dardot; Laval, *op. cit.*, p. 389-390.

bom uso como princípio da organização social, embora exclua “certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica”, não só admite outras, como também “exige *determinadas formas de ação governamental*”.<sup>62</sup> Nisto repousa a originalidade de seu pensamento: o deslocamento teórico que o conceito de *catallaxia* elabora é o que lhe permite legitimar “o recurso à coerção do Estado quando se trata de fazer respeitar o direito do mercado ou o direito privado”<sup>63</sup>. Nesse sentido, se os *Chicago Boys* são os responsáveis pelas transformações na economia — sobretudo nos primeiros anos da ditadura — quem garante a longevidade do “modelo chileno” para além dos dezessete anos de terror é Jaime Guzmán. Nas palavras da historiadora Sofia Correa Sutil:

Fortemente influenciado por Hayek, Guzmán chega a visualizar a democracia fundamentalmente como um método para gerar a representação política, método que pode contemplar o sufrágio universal ou outra fórmula, até mesmo como o voto censitário do século XIX. **O que Guzmán busca preservar são os valores superiores e permanentes que estão acima da soberania popular, os quais esta não pode violar.** Estes valores são identificados, por um lado – e seguindo a tradição política católica – com os direitos naturais das pessoas, que seriam anteriores e superiores ao Estado; e, por outro lado, com a tradição histórica da nação, à qual se deve fidelidade. Essa tradição é caracterizada por Guzmán como a conjunção de liberdade com prosperidade – **o que lhe permite uma sintonia com o pensamento dos economistas neoliberais, ao mesmo tempo em que condiciona o exercício político às exigências da economia de mercado** –; de liberdade e prosperidade com justiça – entendida segundo a tradição católica – e com segurança, a qual fica vinculada a uma autoridade forte e impessoal, ecoando assim o mito portaliano tão apreciado pelo estamento militar que exercia o poder (Sutil, 2011, p. 321).<sup>64</sup>

Fundador da UDI<sup>65</sup> e um dos principais intelectuais da direita no país, Jaime Guzmán torna-se um ator relevante para política chilena quando cria, em 1967, o Movimento Gremialista — uma agrupação estudantil que surge no seio da Faculdade de Direito da Universidade Católica para fazer frente à reforma universitária e à crescente “politização do ensino”. Opositor de primeira linha tanto da lógica do Estado de Compromisso quanto do ideário político da

<sup>62</sup> Hayek (2010), *op. cit.*, p. 58, itálico nosso.

<sup>63</sup> Dardot; Laval, 2016, p. 155.

<sup>64</sup> **No original:** “Fuertemente influenciado por Hayek, Guzmán llega a visualizar a la democracia fundamentalmente como un método para generar la representación política, método que puede contemplar el sufragio universal u otra fórmula incluso como el voto censitario decimonónico. Lo que a Guzmán le interesa resguardar son los valores superiores y permanentes que están por sobre la soberanía popular, los cuales ésta no puede vulnerar. Estos valores son identificados, por una parte, y siguiendo la tradición política católica, con los derechos naturales de las personas que serían anteriores y superiores al Estado; y, por otra parte, con la tradición histórica de la nación, a la cual se le debe fidelidad. Esa tradición la caracteriza Guzmán como la conjunción de libertad con prosperidad –lo cual le permite una sintonía con el pensamiento de los economistas neoliberales, a la vez que condicionar el ejercicio político a las exigencias de la economía de mercado–; de libertad y prosperidad con justicia –entendida según la tradición católica– y con seguridad, la que queda vinculada a una autoridad fuerte e impersonal, haciendo así eco del mito portaliano tan apreciado por el estamento militar que ejercía el poder”.

<sup>65</sup> Fundada em 24 de setembro de 1983 – por Jaime Guzmán, Sergio Fernández Javier Leturia, Guillermo Elton, Pablo Longueira e Luis Cordero –, a UDI (*Unión Demócrata Independiente*) é um partido político de direita que, em suas origens foi fortemente influenciado pelo Movimento Gremialista.

direita clássica, Guzmán desenvolve uma proposta teórica por meio da qual visa estabelecer as bases de uma nova institucionalidade que se concretizaria na forma de uma “democracia restrita e autoritária, enquadrada em uma definição da política de corte aristocrático e, portanto, despolitizadora da sociedade civil”<sup>66</sup>. É por estar embasado no princípio da subsidiariedade que o pensamento de Guzmán pôde articular sua oposição à esquerda mantendo-se distante da direita tradicional, o que fez de seu apoio aos militares decisiva para a construção do *modelo neoliberal*, que ainda hoje, caracteriza a democracia chilena. Em termos gerais, trata-se de um princípio cuja proposta é a retirada total do Estado de toda e qualquer atividade que interesse e/ou possa ser realizada pelo setor privado:

Na arquitetura conceitual do gremialismo, o conceito de subsidiariedade desempenha um papel central e é ungido como arma para enfrentar o socialismo e seu modelo estatista. Este princípio basicamente propõe o total afastamento do Estado de toda atividade que possa ser realizada por particulares. Esta abordagem [...] baseia-se filosoficamente na chamada teoria dos entes racionais. Esta teoria defende a prioridade ontológica e de finalidade dos indivíduos em relação à sociedade, uma vez que os indivíduos são substâncias, enquanto a sociedade, como todo ente relacional, é meramente um ente accidental. [...] O princípio da subsidiariedade transforma-se, assim, em algo como a viga mestra da estrutura doutrinária guzmaniana. Dele deriva-se sucessivamente uma concepção do bem comum e uma defesa extrema do direito de propriedade privada. **Estas ideias, juntamente com seu feroz conservadorismo católico e um radical liberalismo econômico, constituem a arquitetura principal do projeto gremialista com o qual se prepara para dar o salto da política universitária para a nacional** (González, 2022, p. 148 - 149, grifos nossos).<sup>67</sup>

Logo após o golpe, Guzmán presta assessoria aos militares, primeiro redigindo a “Declaração de Princípios da Junta de Governo” — um documento por meio do qual busca legitimar a tomada e o exercício do poder em conformidade com os princípios corporativistas católicos — e, depois, realizando um estudo para a nova Constituição. Como explica Sofia Correa Sutil, fora a necessidade pragmática de, a um só tempo, acolher a democracia e a possibilidade de limitá-la, isto é, “compreendo-a apenas como um procedimento para eleger autoridades”, o que o levou “a abandonar seus ideais corporativistas, uma vez que a contenção

<sup>66</sup> GONZÁLES, S. R. **El gran ensayo**: génesis social, consolidación y crisis del neoliberalismo en Chile. Santiago: Tiempo Robado editoras, 2022, p. 144. **No original**: “[...]una democracia restringida y autoritaria, enmarcada en una definición de la política de corte aristocrática y por tanto despolitizadora de la sociedad civil”.

<sup>67</sup> **No original**: “En la arquitectura conceptual del gremialismo, el concepto de subsidiariedad tiene un rol central y es ungido como arma para enfrentar a socialismo y su modelo estatista. Este principio plantea básicamente el retiro total del Estado de toda actividad que pueda ser realizada por privados. Esta mirada [...] filosóficamente se basa en la llamada teoría de los entes racionales. Esta teoría plantea la prioridad ontológica y de finalidad de los individuos respecto de la sociedad, puesto que los individuos son sustancias, mientras que la sociedad, como todo ente relacional, es meramente un ente accidental. [...] El principio de subsidiariedad se transforma de este modo en algo así como la viga maestra de la estructura doctrinaria guzmaniana. De él se deriva sucesivamente una concepción del bien común y una defensa extrema del derecho de propiedad privada. Estas ideas, en conjunto con su feroz conservadurismo católico y un radical liberalismo económico, conforman la arquitectura principal del proyecto gremialista con el que se prepara para dar el salto de la política universitaria a la nacional”.

social também poderia ser alcançada por outras vias”.<sup>68</sup> Isso significa que, embora Guzmán tenha integrado comissões para discuti-la, e a despeito das divergências que emergiram do debate, “a Constituição de 1980 é, no medular, de sua autoria, dado que a esta altura, ele já havia abandonado seus ideais corporativistas para adotar uma fórmula de democracia instrumental”.<sup>69</sup>

Assim, se é preciso reconhecer que a construção do “modelo chileno” foi, efetivamente, iniciada em 1975 por meio da implementação da terapia de choque proposta pelos discípulos de Milton Friedman (viabilizada, é preciso repetir sempre e uma vez mais, pela violência deliberada que marcou os anos anteriores); sua consolidação foi assegurada pelo processo constituinte — por óbvio, francamente fraudulento — que culminou com a aprovação da Constituição de 1980. Tendo Guzmán como seu principal artífice, o texto objetivava construir um modelo de sociedade capaz de manter-se equidistante tanto socialismo democrático de Salvador Allende quanto da democracia liberal que o antecedeu:

De acordo com os principais ideólogos do regime militar, entre os quais destacava-se Jaime Guzmán Errázuriz, a institucionalidade democrática anterior a 1973 havia levado o país a um **excesso de politização** que fora aproveitada por todos os partidos políticos em benefício próprio, danificando a sociedade em seu conjunto e abrindo as portas àqueles grupos, especialmente de esquerda, que promoviam a revolução e a luta de classes. A concepção da democracia como fim e da política como meio de transformar a sociedade, havia sido, de acordo com este ponto de vista, o calcanhar de Aquiles do velho modelo inclusivo de democracia liberal. Para evitar que isso se repetisse, era necessário conceber um modelo constitucional que, mantendo em teoria o valor do sufrágio universal e o predomínio da maioria sobre a minoria, permitisse converter a democracia em um mecanismo meramente instrumental a serviço de um poder altamente hierarquizado. **Assim, era possível controlar a política e os partidos, convertendo-os em simples correntes de opinião evitando, desse modo,**

---

<sup>68</sup> Sutil (2011), *op. cit.*, p. 322. **No original:** “entendiéndola tan sólo como procedimiento para elegir autoridades”; “abandonar sus ideales corporativistas, en la medida en que la contención social también podía lograrse por otras vías”.

<sup>69</sup> Sutil (2011), *op. cit.*, p. 320. **No original:** “[...] la Constitución de 1980 es, en lo medular, de su autoría, pues a esas alturas ya ha abandonado sus ideales corporativistas para acoger una fórmula de democracia instrumental.”

**qualquer tentativa de mudança radical no nível político e, especialmente, no sistema econômico** (Chateau, 2012, p. 229, grifos nossos).<sup>70</sup>

Trata-se, portanto, de garantir não apenas a permanência, mas a integridade do projeto após o fim da ditadura. Para isso, os artífices da Constituição modulam o texto a partir daquilo que ficaria conhecido como OPE (*Orden Público Económico*), um conjunto de disposições que, sobredimensionando o direito de propriedade, dá forma a um Estado fundado na noção de subsidiariedade (e, por consequência, *legalmente* liberado de cumprir com suas funções mais elementares). É, portanto, a concepção guzmaniana de democracia que subjaz ao sistema eleitoral binominal, aos senadores designados, ao Conselho de Estado e ao Tribunal Constitucional.<sup>71</sup> Sem perder de vista a mudança que a constitucionalização desta ordem político-econômica produz no exercício dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de todas as consequências derivadas da promulgação deste texto, duas nos são especialmente caras. A primeira, diz respeito ao que dispõe seu 19º Artigo<sup>72</sup>:

### CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E DEVERES CONSTITUCIONAIS

*Artigo 19* – A Constituição assegura a todas as pessoas: [...]

12º - A liberdade de emitir opinião e de informar, sem censura prévia, em qualquer forma e por qualquer meio, **sem prejuízo de responder pelos delitos e abusos que forem cometidos no exercício destas liberdades**, em conformidade com a lei, que deverá ser de quórum qualificado.

A lei em nenhum caso poderá estabelecer monopólio estatal sobre os meios de comunicação social. [...]

Toda pessoa física ou jurídica tem o direito de fundar, editar e manter jornais, revistas e periódicos, nas condições que a lei indicar.

<sup>70</sup> **No original:** “Según los principales ideólogos del régimen militar, entre quienes destacaba Jaime Guzmán Errázuriz, la institucionalidad democrática anterior a 1973 había llevado al país a un exceso de politización, la cual había sido aprovechada por todos los partidos políticos para su propio beneficio, dañando a la sociedad en su conjunto y abriendo las puertas a aquellos grupos, especialmente de izquierda, que promovían la revolución y la lucha de clases. La concepción de la democracia como fin y la política como medio de transformar la sociedad habían sido, según esta mirada, el talón de Aquiles del viejo modelo inclusivo de democracia liberal. Para evitar que esto volviera a repetirse, era necesario idear un modelo constitucional que, manteniendo en teoría el valor del sufragio universal y el predominio de la mayoría sobre la minoría, permitiese convertir a la democracia en un mecanismo meramente instrumental al servicio de un poder altamente jerarquizado. Jaime Guzmán entendía la democracia solo como un método de generación de autoridades políticas, donde el sufragio universal no desaparece por completo, pero se agota en la misma elección. No hay más identidad ni reciprocidad entre representantes y representados una vez generada la autoridad. En esta concepción del Estado y de la Democracia, lo que interesa resguardar son los valores superiores del derecho natural y de la ‘tradicón nacional’, la cual se identifica con la combinación de libertad económica y autoritarismo político. Esta última idea está fuertemente inspirada en el ideal portaliano de una autoridad fuerte e imparcial, que asegura el orden social, reprime los excesos de la democracia y favorece el desarrollo económico.”

<sup>71</sup> Para uma discussão mais detalhada a respeito dessas medidas, cf. Sutil (2011), *op. cit.*, p. 322 – 323.

<sup>72</sup> Embora a Constituição da ditadura ainda esteja em vigência, ao longo dos anos o texto sofreu algumas alterações, destacamos que o trecho citado foi retirado do texto original promulgado em 1980.

O Estado, as universidades e demais pessoas ou entidades que a lei determinar, poderão estabelecer, operar e manter estações de televisão.

Haverá um Conselho Nacional de Rádio e Televisão, autônomo e com personalidade jurídica, encarregado de zelar pelo correto funcionamento destes meios de comunicação. [...]

A lei estabelecerá um sistema de censura para a exibição e publicidade da produção cinematográfica e fixará as normas gerais que regerão a expressão pública de outras atividades artísticas.

[...]

21° – O direito a desenvolver **qualquer atividade econômica** que não seja contrária à moral, à ordem pública ou à segurança nacional, respeitando as normas legais que a regulam. **O Estado e seus organismos poderão desenvolver atividades empresariais ou participar delas apenas se uma lei de quórum qualificado os autorizar.** [...]

23° - **A liberdade para adquirir o domínio de toda classe de bens**, exceto aqueles que a natureza fez comuns a todos os homens ou que devam pertencer à toda Nação e a lei assim o declare. O anterior é sem prejuízo do prescrito em outros preceitos desta Constituição. [...]

24° - O direito de propriedade em suas diversas espécies sobre toda classe de bens corpóreos ou incorpóreos. Somente a lei pode estabelecer o modo de adquirir a propriedade, de usar, gozar e dispor dela, **bem como as limitações e obrigações que derivem de sua função social.** Esta compreende quanto exijam os interesses gerais da Nação, a segurança nacional, a utilidade e a salubridade públicas e a conservação do patrimônio ambiental (CHILE, Constitución Política, 1980, art. 19°, *passim*, itálico no original, grifos nossos).<sup>73</sup>

Ao mesmo tempo em que assegura a todo cidadão o direito de fundar meios de comunicação tendo-lhe garantida a liberdade de opinar e de informar *sem prejuízo de responder pelos delitos e abusos que forem cometidos no exercício destas liberdades*, o texto estabelece

---

<sup>73</sup> **No original:** “DE LOS DERECHOS Y DEBERES CONSTITUCIONALES *Artículo 19.*— La Constitución asegura a todas las personas: [...] 12°— La libertad de emitir opinión y la de informar, sin censura previa, en cualquier forma y por cualquier medio, sin perjuicio de responder de los delitos y abusos que se cometan en el ejercicio de estas libertades, en conformidad a la ley, la que deberá ser de quorum calificado. La ley en ningún caso podrá establecer monopolio estatal sobre los medios de comunicación social. [...] Toda persona natural o jurídica tiene el derecho de fundar, editar y mantener diarios, revistas y periódicos, en las condiciones que señale la ley. El Estado, aquellas universidades y demás personas o entidades que la ley determine, podrán establecer, operar y mantener estaciones de televisión. Habrá un Consejo Nacional de Radio y Televisión, autónomo y con personalidad jurídica, encargado de velar por el correcto funcionamiento de estos medios de comunicación. La ley establecerá un sistema de censura para la exhibición y publicidad de la producción cinematográfica y fijará las normas generales que regirán la expresión pública de otras actividades artísticas. [...] 21°— El derecho a desarrollar cualquiera actividad económica que no sea contraria a la moral, al orden público o a la seguridad nacional, respetando las normas legales que la regulen. El Estado y sus organismos podrán desarrollar actividades empresariales o participar en ellas sólo si una ley de quórum calificado los autoriza. [...] 23°— La libertad para adquirir el dominio de toda clase de bienes, excepto aquellos que la naturaleza ha hecho comunes a todos los hombres o que deban pertenecer a la Nación toda y la ley lo declare así. Lo anterior es sin perjuicio de lo prescrito en otros preceptos de esta Constitución. [...] 24°— El derecho de propiedad en sus diversas especies sobre toda clase de bienes corporales o incorporales. Sólo la ley puede establecer el modo de adquirir la propiedad, de usar, gozar y disponer de ella y las limitaciones y obligaciones que deriven de su función social. Esta comprende cuanto exijan los intereses generales de la Nación, la seguridad nacional, la utilidad y la salubridad públicas y la conservación del patrimonio ambiental.”

um sistema de censura prévia para a exibição e publicidade de obras cinematográficas e de outras atividades artísticas. Com a mesma clareza com que impede o *estabelecimento do monopólio estatal sobre os meios de comunicação social* e, efetivamente, obsta a participação do Estado na economia, a Constituição hayekiana — para lembramos a expressão de Moulian — ressalta que todo cidadão, não apenas tem o direito de exercer *qualquer atividade econômica* como também é livre para adquirir *o domínio de toda classe de bens*. Mais que a demofobia e para além do anseio por deturpar aquilo que, durante mais de meio século, o corpo social compreendia por democracia, ao que a letra fria da lei expressa, subjaz o *modus operandi* por meio do qual, em uma de suas vertentes, a *naturalização* desses processos viria a ser concretizada. Em outras palavras, o mesmo instrumento legal que possibilita a existência de um Estado Subsidiário que *produz* desigualdade nos planos material e simbólico, também formaliza o projeto de esquecimento e docilização do qual dependeria sua “pacífica” sobrevivência. Isso porque, a ilimitação do direito de propriedade aliada à existência de um Estado subsidiário antecipa e assegura à mídia — por meio dessa regulamentação às avessas — o papel de quarto poder. Não é demais lembrar que a ditadura civil-militar chilena foi inaugurada por um golpe televisionado. A espetacularização é, portanto, essencial à dinâmica neoliberal desde sua origem. Este não é um dado menor.

Em 1947, Adorno e Horkheimer já alertavam sobre o papel decisivo da indústria cultural na dinâmica do esclarecimento. Destinada a “perpetuar a ilusão de independência do indivíduo” enquanto o submete “ainda mais ao poder absoluto do capital”,<sup>74</sup> a conversão da cultura em mercadoria perpetrada pela indústria cultural, “socializa” a alienação inerente à racionalidade instrumental. Na sociedade administrada, a mediação entre indivíduo e realidade – isto é, a forma como esta última é interpretada, transformada e transmitida – é moldada pela racionalidade técnica, que, como escrevem os autores, é “a racionalidade da própria dominação”, na medida em que

Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. Os automóveis, as bombas e o cinema mantêm coeso o todo e chega o momento em que seu elemento nivelador mostra sua força na própria injustiça à qual servia. Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia atual. A necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalçada pelo controle da consciência individual (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 114).

---

<sup>74</sup> Adorno; Horkheimer, *op. cit.*, p 113.

Parte essencial de um sistema econômico cujo “equilíbrio” depende da docilização da miséria que ele próprio produz, esse mecanismo de coerção simplifica a complexidade do mundo para reverter a experiência humana em dados quantificáveis e/ou tendências de consumo. Desumanizando as relações sociais, a indústria cultural produz mercadorias tão facilmente consumíveis quanto carentes de profundidade crítica. O resultado é a criação de uma percepção homogênea da realidade que ignora nuances e particularidades, na medida em que vende, não a mercadoria que anuncia, mas o desejo (irrealizável na realidade material) ou a repulsa (por algo igualmente inexistente no plano do real). Poucos anos mais tarde, Theodor Adorno afirmaria que os aspectos técnicos e artísticos da televisão não podem ser avaliados à revelia de seus impactos no âmbito coletivo, na medida em que seu “efeito social” não pode ser dimensionado se ignoramos o *como* das mensagens, implícitas e explícitas, que a produção televisiva transmite ao espectador: “quanto mais completamente o mundo está disposto como aparência”, escreve o filósofo, “mais impenetravelmente a aparência se manifesta como ideologia.”<sup>75</sup>

Uma crítica que pode — ainda que com cautela — ser estendida mais amplamente aos meios de comunicação. Dispondo num mesmo plano, elementos inconciliáveis, é também essa lógica que orienta a indústria da informação: antes que possa se dar conta do quão bárbara é a existência de um exército capaz de abrir fogo contra civis que recebem ajuda humanitária, antes mesmo que possa perceber que “um tumulto” não é a expressão mais adequada para descrever esse gesto genocida, o espectador é amortizado pelas novas atrações do Rock in Rio. Normalizando o sofrimento pela via de sua espetacularização — e não é demais lembrar que o golpe que deu origem à ditadura o espetáculo é um traço fundamental da ditadura chilena, — transforma o espectador num consumidor da própria tragédia porque usurpa-lhe o tempo do qual a reflexão crítica não pode prescindir. Distorcendo e modulando sua percepção da realidade, a televisão insinua virtualmente a possibilidade de co-existências impossíveis para que o receptor, quase sem se dar conta, possa assumi-la como uma co-existência real. O *pathos* da frieza de ânimo, escrevem os autores, “justifica o mundo que a torna necessária”. Essa desumanização produzida pela indústria da cultura também é objeto de crítica na prosa ensaística de Diamela Eltit.

Embora tenha vindo a público pela primeira vez em 2005, *La memoria pantalla* foi escrito dois anos antes em *reação* aos 30 anos do golpe de Estado. Nossa escolha pelo termo

---

<sup>75</sup> ADORNO, T. W. Prólogo à televisão. In: \_\_\_\_\_. **Indústria cultural**. Tradução de Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020, p. 507.

“reação” (em detrimento de expressões como “por ocasião dos 30 anos do golpe de Estado” ou “em referência aos 30 anos do golpe de Estado”) é intencional. A imediatez que essa palavra insinua, arriscamos, é parte fundamental do artifício estético por meio do qual a autora aborda essa interdependência:

Os canais de televisão se precipitam. Competem para mostrar imagens exclusivas e inéditas sobre o que foi o Governo da Unidade Popular. Especialmente a queda do Governo consumada pelo bombardeio ao *Palacio de La Moneda*. É impressionante constatar o ataque violento das chamas atravessando os poderosos blocos de cimento. Repete-se. Repete-se incessantemente o incêndio. Depois de 30 anos, as imagens do Governo do Presidente Salvador Allende ocupam as telas. 30 anos. **E embora eu entenda que é uma aparição mediada por uma sede de mercado massiva e evanescente, observo o preto e branco em que as figuras se consolidam. Imagens que parecem – como expressar? – ligeiramente supersaturadas. Excessivas. Desfocadas.** Tarde demais (Eltit, 2008, p. 101, grifo nosso).<sup>76</sup>

Um início súbito, frases curtas, repetições. A datação situada logo abaixo do título (*Mayo-septiembre 2003*), grafada assim, entre parênteses,<sup>77</sup> adverte o leitor (sub-repticiamente) sobre a artificialidade como mecanismo estético. Como se replicasse a ansiedade de quem escreve enquanto pensa e mantém os olhos fixos na televisão, nestes parágrafos iniciais, Eltit parece querer *simular* a coincidência entre dois tempos distintos – o tempo da escrita e o tempo da reflexão. A estratégia não é gratuita. Mais que emular o caráter repentino com o qual o passado ocupava tardiamente a rede televisiva, o gesto produz uma legibilidade rasurada e imprecisa que *encena*, desde o ponto de vista formal, aquilo que discute no plano do conteúdo:

Mas não é assim. Trata-se de um mero bacanal de imagens sobrepostas até a sua explosão. Que não permite ver nada. Nada além de uma explosão de imagens. Ou se vê. Com a curiosidade que provocam as tecnologias já definitivamente obsoletas, as imagens parecem concebidas num ritmo claramente defasado; dotadas, para o olhar atual, de uma certa imperícia. Ali se aloja a verdadeira densidade temporal, penso. **Nesta técnica.** E claro, a conversão que permite ver o frenético movimento com a qual o tempo tecnológico transcorreu. **Aí, neste curioso anacronismo, se configura a materialidade de um passado.** [...] E é essa técnica que deveríamos examinar. **Situar-nos ali, inteiramente,** para tentar entender qual foi exatamente a velocidade daquele tempo. Se fosse possível. Refiro-me à necessidade de articular um olhar técnico. Mas, como foi a velocidade daquele tempo? **(Os desfiles e seus corpos intermináveis, aglutinados. A energia selvagem que as marchas desprendiam, enfatizando, a partir daquela aglomeração multitudinária, o quanto necessário era oficializar a porção de poder que se reivindicava. Sim, o poder. Evoco o lema ressonante e monótono que hoje talvez possa parecer extremamente ingênuo:**

<sup>76</sup> **No original:** “Los canales de televisión se precipitan. Compiten por mostrar imágenes exclusivas e inéditas en torno a lo que fue el Gobierno de la Unidad Popular. Especialmente la caída del Gobierno consumada pelo bombardeo a La Moneda. Resulta impresionante constatar el violento embate de las llamas a través de los poderosos bloques de cemento. Se repite. Se repite incesantemente el incendio. Después de 30 años, las imágenes del Gobierno del Presidente Salvador Allende copan las pantallas. 30 años. Y aunque entiendo que es una aparición mediada por una masiva y evanescente de sed de mercado, observo el blanco y negro en que se consolidan las figuras. Unas imágenes que parecen – cómo expresarlo – ligeramente sobresaturadas. Excedidas. Desenfocadas. Demasiado tarde”.

<sup>77</sup> O destaque deve-se ao fato de a datação não se repetir nos demais ensaios que, como este, compõem a coletânea *Signos Vitales*.

**“Criar, criar, poder popular”. Mas era poético, e de tão poético, político).** [...] Da mesma forma em que se instaurou um silêncio exagerado, agora se produz a superabundância de imagens (Eltit, 2008, p. 101-102, grifos nossos).<sup>78</sup>

Apropriando-se da retórica acelerada e ambígua que caracteriza o modo como a democracia do presente lida com a memória de seu próprio passado, Eltit volta a espetacularização contra si mesma. Justamente ali, onde a técnica faz do espetáculo um simulacro de rememoração para instaurar um regime único de visibilidade, repousa o rastro do invisível: é a tardia aparição desse discurso que torna perceptível o prolongado silêncio. Transformado em evidência, ela escreve, o mutismo revela ser esta emergência de imagens um movimento deliberado cujo objetivo não é outro, senão, aniquilá-las por meio do excesso.<sup>79</sup> Tal como o intervalo temporal expresso pela inscrição (*Mayo-Septiembre 2003*) contradiz a imediatez simulada nos parágrafos iniciais, o *modo* como Eltit evoca o passado pré-ditatorial instaura um conflito: inserida entre parênteses, essa recordação torna-se índice da incompatibilidade que há entre a longevidade – temporal e simbólica – daquilo que passou, e a celeridade excessiva com que, agora, pretendia-se oficializar este trecho da história. Dois tempos conflitantes – o tempo da memória e a duração do espetáculo. Quando se refere à necessidade de *articular um olhar técnico*, mas rememora o passado revolucionário pela via do afeto, ela parece dizer que tão necessário quanto desvelar suas estratégias, para compreender como o espetáculo *produz* esquecimento é preciso realizar o seu contrário:

As ruas. As imagens dos documentários captam, especialmente, a ocupação **de algumas ruas em uma cidade que era transitada por todos os lados**. Milhares de corpos cidadãos comparecem manifestando sua filiação a um programa político. **(Embora, na verdade, fosse mais, corpo – talvez já seja inútil tentar reproduzir – mais rua, mais apropriação política de um projeto que estava radicalmente fora, entregue a uma parte da cidadania que o percorria de forma sistemática, que o defendia de forma sistemática, que o festejava de forma sistemática. A febre política escalava os muros divisórios da cidade estabelecendo novas**

<sup>78</sup> **No original:** “Pero no es así. Se trata de una mera bacanal de imágenes superpuestas hasta su estallido. Que no permite ver nada. Nada más que un estallido de imágenes. O se ve. Con la curiosidad que provocan las tecnologías ya definitivamente obsoletas, las imágenes parecen concebidas en un ritmo claramente desfasado, dotadas, para la mirada actual, de una cierta impericia. Allí radica el verdadero espesor temporal, pienso. En esa técnica. Y, claro, la conversión que permite ver la frenética movilidad en qué ha transcurrido el tiempo tecnológico. Ahí, en ese curioso anacronismo se configura la materialidad de un pasado. [...] Y es esa técnica la que habría que examinar. Situarse allí, de plano, para intentar entender cuál fue exactamente la velocidad de este de ese tiempo. Si fuera posible. Me refiero a la necesidad de articular una mirada técnica. Pero, ¿cómo fue la velocidad de ese tiempo? (Los desfiles y sus cuerpos inacabables, aglutinados. La energía salvaje que destilaban las marchas, enfatizando, desde esa multitudinaria aglomeración, cuánto era necesario oficializar la porción de poder que se reclamaba. Sí, el poder. Evoco el resonante y monótono lema que hoy pudiese parecer extremadamente ingenuo: “Crear, crear, poder popular”. Pero era poético y, de tan poético, político). [...] De la misma manera en que si cursó un silencio exagerado, se produce ahora la sobreabundancia de imágenes”.

<sup>79</sup> ELTIT, D. La memoria pantalla. In: \_\_\_\_\_. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008, p. 103. **No original:** [...] el mutismo se transforma en una evidencia. Y como estos discursos emergen a la luz pública, forman parte de una tecnología política que lo que busca, en definitiva, es poner punto final a las imágenes. Las aniquilan a partir de un exceso”.

**fronteiras agitadas. Uma ampla área da cidade estava totalmente inundada por uma paixão úmida e contagiante).** Agora as ruas parecem normalizadas, percorridas por uma pressa diferente. Os corpos ocupam a cidade de maneira pragmática. [...] Ruas monótonas, anestesiadas pelo torpor. Os cidadãos se deslocam a essa hora com seus passos modernos, transitando pela realidade **desse novo presente. Ilustram com seus corpos a época triunfalista da obediência e da conformidade.** Nada mais é surpreendente. A cidadania só rompe sua apatia quando explode o escândalo que se ergue como um respiro político necessário. Uma algazarra merecida que a mídia habilmente administra. **São eles – os meios de comunicação – que agora controlam e dirigem os corpos. São os meios de comunicação que permitem que exploda uma paixão que se incrusta apenas em um segmento do olho voyeurista** (Eltit, 2008, p. 104-105, grifos nossos).<sup>80</sup>

Comandada pela direita econômica, a indústria televisiva fazia proliferar — excessivamente condensados, fragmentados e atravessados por intervenções descontextualizadas — as testemunhas, seus adversários e as advertências. Num intento desesperado por alcançar um equilíbrio impossível, diz Eltit, os analistas, as vítimas e os articuladores do golpe certificam a veracidade do ocorrido ocupando as telas sem qualquer distinção. Mas não por acaso. Por meio dessa artificialização extrema tudo se funde e se confunde.<sup>81</sup> o protagonista é um sujeito, não um projeto; a história é uma narrativa generalizante, imprecisa, que desconhece a relevância dos pormenores e descarta uma soma de detalhes políticos. O (ainda) necessário trabalho de memória converte-se num relato visual que, feito “um fármaco potente administrado em grandes doses”, cumpre a função de “tranquilizar os ânimos e aquietar as (más) consciências”.<sup>82</sup> Procedendo de maneira articulada para inserir uma distorção no imaginário coletivo, continua a autora, todos e a cada um dos programas televisivos, docilizavam os métodos, dissimulavam os fluxos políticos e mascaravam os

---

<sup>80</sup> **No original:** “Las calles. Las imágenes de los documentales recogen especialmente la ocupación de unas calles en una ciudad que fuera transitada por sus cuatro costados. Miles de cuerpos ciudadanos comparecen manifestando su filiación a un programa político. (Aunque, en realidad, era más, cuerpo – puede que ya resulte inútil intentar reproducirlo – más calle, más apropiación política de un proyecto que estaba radicalmente afuera, entregado a una parte de la ciudadanía que lo recorría de manera sistemática, que lo defendía de manera sistemática, que lo festejaba de manera sistemática. La fiebre política trepaba por los muros divisorios de la ciudad, estableciendo las nuevas agitadas fronteras. Un amplio sector de la ciudad estaba totalmente inundado de una pasión húmeda y contagiosa). Ahora las calles parecen normalizada, recorridas por una prisa distinta. Los cuerpos ocupan la ciudad de manera pragmática. [...] Unas calles monótonas anestesiadas de sopor. Los ciudadanos se desplazan a esta hora con sus pasos modernos transitando la realidad de este nuevo presente. Grafican con sus cuerpos la época triunfalista del acatamiento y la conformidad. Nada resulta ya sorprendente. La ciudadanía sólo rompe su apatía cuando estalla el escándalo que se yergue como un necesario respiradero político. Una merecida algarabía que sabidamente administran los medios de comunicación. Son ellos – los medios – los que ahora controlan y dirigen los cuerpos. Son los medios que permiten que estalle una pasión que se incrusta únicamente en un segmento del ojo voyeurista.”

<sup>81</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 103. **No original:** “De la manera más artificial posible se promueve la objetividad en medio de una situación que resulta inobjetable. Pero, en realidad, todo se confunde. Se funde”.

<sup>82</sup> *Id.*, p.104. **No original:** “como un potente fármaco administrado en grandes dosis para tranquilizar los ánimos, para acallar las (malas) conciencias”.

interesses econômicos. Apostavam na fragmentação, diz Eltit, para suavizar os eixos pelos quais, historicamente, o poder teve de ser exercido:

La Moneda incendia-se e incendia-se em cada um dos programas. O cadáver do Presidente Allende entra na carruagem militar uma e outra vez. O corpo inerte e borrado pressagia a explosão de metade do crânio, o aniquilamento da face. **(A descarga violenta da metralhadora sobre si mesmo iria prenunciar a precipitação do sangue nos anos seguintes)**. O sangue não explode nos documentários. **A ferida aparece como uma narrativa da ferida nos sobreviventes**. E em outras sequências, as imagens do Estádio Nacional e os alucinantes prisioneiros. Mas os prisioneiros passam rápido demais no Estádio. Não se trata de uma manobra deliberada – penso. Não. É uma sombra apressada de vergonha que se mostrou esquiwa até mesmo para as câmeras. [...] Seria preciso deter-se na precariedade absoluta dessas imagens e digitalizar os prisioneiros (difusos) ocupando as arquibancadas. Poder-se-ia projetar sua imagem congelada até fazê-la explodir. Provocar a explosão de seus olhares para assim refazer o drama no Estádio, o sofrimento nas arquibancadas, o opróbrio de uma multidão de corpos confiscados em um recinto esportivo estatal. **A multidão de presos políticos retidos no Estádio Nacional e no Estádio Chile parece um acontecimento que poderia ser entendido como possível em meio à irregularidade de um golpe de Estado. Mas não é**. Seria preciso revisar conceitualmente como é que colocaram em funcionamento esses precisos campos de prisioneiros, como se gestou a ordem, qual era o programa ao qual obedeciam, que metodologia carcerária, a meio caminho entre a clandestinidade e o céu aberto, teve que ser precipitada. **O escândalo dessas imagens é amenizado, diluído. Parece um episódio a mais. Um entre tantos**. O Estádio Chile. O Estádio Nacional. Talvez pudesse ser importante reparar na noção de estádio. Nos nomes decisivos dos estádios, para assim pressagiar o prolongado assédio que alcançou a detenção. [...] **(As torturas. Os fuzilamentos nos estádios. As balas pulverizando os órgãos. Os suicídios no Estádio Nacional)**. No entanto, até hoje sabemos tão pouco, tão pouco de cada uma dessas vidas. Menos ainda dos instantes de suas mortes (Eltit, 2008, p. 105-107, *passim*, grifos nossos).<sup>83</sup>

Como quem testa a veracidade daquilo que descobre aproximando-se ainda mais da descoberta, a autora escrutina o espetáculo a partir de seu próprio método. “Não há poder no

---

<sup>83</sup> **No original:** “La Moneda se incendia y se incendia en cada uno de los programas. El cadáver del Presidente Allende ingresa en el carronato militar una y otra vez. El borroso cuerpo exánime presagia la voladura de la mitad del cráneo, la aniquilada desaparición de la faz. (La descarga violenta de la metralla sobre sí iba a augurar la precipitación de la sangre en los años venideros). No estalla la sangre en los documentales. La herida aparece como una narración de la herida en los sobrevivientes. Y en otras secuencias, las imágenes del Estadio Nacional y los alucinantes prisioneros. Pero pasan con demasiada rapidez los prisioneros en el Estadio. No se trata de una maniobra deliberada – pienso. No. Es una apresurada sombra de vergüenza que resultó esquiwa aún para las cámaras. [...] Habría que detenerse en la precariedad absoluta de esas imágenes y digitalizar a los prisioneros (difusos) ocupando las graderías. Se podría proyectar su imagen congelada hasta hacerla estallar. Provocar el estallido de su mirada para así rehacer el drama en el Estadio, el sufrimiento en las graderías, el oprobio de una multitud de cuerpos confiscados en un recinto deportivo estatal. La multitud de presos políticos retenidos en el Estadio Nacional y en el Estadio Chile parece un acontecimiento que podría ser entendido como posible en medio de la irregularidad de un golpe de Estado. Pero no lo es. Habría que revisar conceptualmente cómo es que pusieron en operación esos precisos campos de prisioneros, cómo se gestó la orden, cuál era el programa al que obedecían, qué metodología carcelaria, a medio camino entre la clandestinidad y el cielo abierto hubo de precipitarse. El escándalo de esas imágenes es aminorado, diluido. Parece un episodio más. Uno de tantos. El Estadio Chile. El Estadio Nacional. Quizás podría resultar importante reparar en la noción del estadio. En los nombres decisivos de los estadios, para así presagiar el prolongado asedio que alcanzó la detención. [...] (Las torturas. Los fusilamientos en los estadios. Las balas pulverizando los órganos. Los suicídios en el Estadio Nacional). Sin embargo, hasta hoy sabemos tan poco, tan poco de cada una de esas vidas. Menos aún de los instantes de sus muertes”.

mundo que possa interromper o pensamento crítico”,<sup>84</sup> lembremo-nos de Adorno. Elaborando um duplo movimento, de um lado, Eltit expõe o absurdo desse tipo oblíquo de rememoração observando sua metodologia; de outro, insere, com a acuidade dos parênteses, seu próprio trabalho de memória. Desse modo, este ensaio coloca em disputa a estabilidade da democracia neoliberal quando nos impede de esquecer quão disruptiva pode ser a politização. O artifício é salutar: articulando o pensamento esteticamente, isto é, por meio de uma performance discursiva que mantém o texto num contínuo movimento pendular, Eltit toma a palavra para fazer seu objeto falar:

E como se toda a penúria social não fosse suficiente, na continuidade chilena, permanecem, entre a névoa histórica, os prisioneiros e os mortos segregados por odiosas hierarquias. Sim, porque os imaginários sociais e seus componentes raciais e de classe segmentaram as vítimas em mortos de primeira e de segunda. Torturados de primeira e de segunda. Memória social de primeira e de segunda (Eltit, 2008, p. 107).<sup>85</sup>

Quando menciona a *continuidade chilena*; quando se nega a consentir que esse excesso de imagens realizado depois de “tantos anos de um branco agressivo” venha a ser legitimado como um efetivo trabalho de memória; quando afirma que este apagamento é fruto de uma “cumplicidade multilateral sincronizada para silenciar” e diz que esse pacto oportunizou “o prolongamento de um segmento da história”,<sup>86</sup> Eltit toca na segunda questão que nos interessa ressaltar a respeito da Carta Magna de 1980. Como se constitucionalizar uma ordem econômica não fosse bastante para atestar seu caráter *sui generis*, é também ela que estabelece como a transição democrática dar-se-ia.

### 3.2 Quando a justa medida da democracia é o esquecimento

É Augusto Pinochet quem faz o anúncio. No dia 9 de julho de 1977, naquele que ficaria conhecido como *Discurso de Chacarillas* (escrito por Jaime Guzmán), o general “adverte nitidamente” ser dever da Junta de Governo “conformar uma *nova democracia* que seja

---

<sup>84</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 453.

<sup>85</sup> **No original:** “Y cómo se toda la penuria social fuera insuficiente, en la continuidad chilena, permanecen, entre la bruma histórica, los prisioneros y los muertos segregados por odiosas jerarquias. Sí, porque los imaginarios sociales y sus componentes raciales y de clase segmentaron a las víctimas en muertos de primera y de segunda. Torturados de primera y de segunda. Memoria social de primera y de segunda”.

<sup>86</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p.102. **No original:** “[...] demasiados años de un blanco agresivo”; “Me refiero a la complicidad multilateral sincronizada para silenciar”; “[...] propició a dilación de un segmento de la historia”.

autoritária, protegida, integradora, tecnicada e de autêntica participação social”.<sup>87</sup> Logo em seguida, ele expõe o que compreende por cada um dos termos: a nova democracia seria *autoritária*, uma vez que estaria sob a tutela de uma ordem jurídica capaz de assegurar os direitos das pessoas “com uma adequada proteção dos Tribunais de Justiça independentes e dotados de soberania para fazer cumprir suas decisões”; *protegida*, porque substituiria “o Estado liberal clássico, ingênuo e indefeso, por um novo que esteja comprometido com a liberdade e a dignidade do homem e com os valores essenciais da nacionalidade”; *integradora*, já que fortaleceria o Objetivo Nacional e — acima das “divergências legítimas em aspectos mais circunstanciais” — garantiria aos sucessivos governos vindouros “a continuidade essencial que lhes faltou no passado”; *tecnicada*, visto que incorporaria às estruturas jurídicas a “indispensável voz daqueles que sabem” com o objetivo de reduzir o campo do debate ideológico “às suas justas proporções” — porque, só assim, poder-se-ia “aproveitar a contribuição dos mais capazes e dar estabilidade ao sistema”<sup>88</sup>; e, finalmente, a nova democracia contaria com uma *autêntica participação social*, na medida em que

**só é verdadeiramente livre uma sociedade que, fundamentada no princípio da subsidiariedade, consagra e respeita uma real autonomia dos grupos intermediários entre o indivíduo e o Estado, para perseguir seus fins específicos e próprios. Esse princípio é a base de um corpo social dotado de vitalidade criadora, assim como de uma liberdade econômica que, dentro das regras estabelecidas pela autoridade estatal para zelar pelo bem comum, impeça o controle das pessoas pela fêrula de um Estado onipotente** (DISCURSO en Cerro Chacarillas, 1977, p. 13, grifos nossos).<sup>89</sup>

Sem deixar de reconhecer que essa tarefa, “por sua natureza e envergadura, deve ser gradual”,<sup>90</sup> Pinochet expõe, em linhas gerais, as três etapas que culminariam com a instauração

<sup>87</sup> DISCURSO en Cerro Chacarillas, con ocasión del Día de la Juventud, el 9 de julio de 1977. *In*: NUEVA Institucionalidad em Chile: discursos de S. E. el Presidente de la República General de Ejército D. Augusto Pinochet Ugarte 1977. Santiago, 1977, p. 13, itálico nosso. **No original**: “advertimos nítidamente que nuestro deber es dar forma a una nueva democracia que sea autoritaria, protegida, integradora, tecnicada y de auténtica participación social”.

<sup>88</sup> DISCURSO en Cerro Chacarillas, *op. cit.*, p. 13. **No original**: “Con una adecuada protección de los tribunales de justicia e independientes y dotados de imperio para hacer cumplir sus resoluciones”; “el Estado liberal clásico, ingenuo e inerme, por un nuevo que esté comprometido con la libertad y la dignidad del hombre y con los valores esenciales de la nacionalidad”; “por en cima de legítimas divergencias en otros aspectos más circunstanciales”; “los sucesivos gobiernos tengan en el futuro la continuidad esencial que les ha faltado en el pasado”; “la voz de los que saben”; “reducir el margen de debate ideológico a sus justas proporciones”; “aprovechar el aporte de los más capaces y dar estabilidad al sistema”.

<sup>89</sup> **No original**: “[...] sólo es verdaderamente libre una sociedad que, fundada en el principio de subsidiariedad, consagra y respeta una real autonomía de las agrupaciones intermedias entre el hombre y el Estado, para perseguir sus fines propios y específicos. Este principio es la base de un cuerpo social dotado de vitalidad creadora, como asimismo de una libertad económica que, dentro de las reglas que fija la autoridad estatal para velar por el bien común, impida la asfixia de las personas por la fêrula de un Estado onnipotente.”

<sup>90</sup> DISCURSO en Cerro Chacarillas, *op. cit.*, p. 13. **No original**: “Estamos frente a una tarea que por su naturaleza y envergadura debe ser gradual.”

da democracia protegida. Esclarecendo que a primeira — nomeada “etapa de recuperação”, já estava em curso naquele momento, o ditador antecipa o que a Constituição Política tornaria oficial poucos anos depois. Durante o período que restava dessa fase inicial, ele afirma, seria necessário completar a elaboração de alguns Atos Constitucionais; dentre os quais, “ocupa um lugar prioritário aquele que deverá regular o exercício e a evolução dos poderes Constituinte, Legislativo e Executivo”.<sup>91</sup> Razão pela qual, ele se comprometia a enviar à Comissão de Estudos da Nova Constituição, algumas diretrizes fundamentais a fim de auxiliá-la na redação de um “anteprojeto pertinente” — que, então, deveria passar pela revisão do Conselho de Estado, antes de sua efetiva promulgação pela Junta. As orientações que definiriam o regimento da segunda etapa (aquela da transição), continua Pinochet,

São, principalmente, as seguintes: o Poder Constituinte permanecerá **sendo exercido pela Junta de Governo**. No entanto, ele será exercido normalmente, com prévia consulta ao Conselho de Estado; o **Poder Executivo** permanecerá **sendo exercido pelo Presidente da Junta de Governo**, na qualidade de Presidente da República, e com as **mesmas faculdades de que hoje já está investido**; o **Poder Legislativo**, de acordo com a tradição nacional, deverá ter dois colegisladores: o Presidente da República e uma Câmara Legislativa ou de Representantes, como poderia ser denominada, **sem prejuízo dos poderes legislativos que a Junta de Governo manterá, em caráter extraordinário, durante esta etapa de transição**. [...] A passagem da etapa de transição para a de consolidação se dará com a aprovação e promulgação da nova Constituição Política do Estado, única e completa, **baseada na experiência resultante da aplicação das Atas Constitucionais**. A etapa de transição servirá, portanto, para finalizar os estudos e elaborar o projeto definitivo da nova Carta fundamental (DISCURSO en Cerro Chacarillas, 1977, p. 15).<sup>92</sup>

Tal como havia dito o general, a Constituição validada em 1980 dispunha que, durante oito anos, vigorariam vinte e nove “Disposições transitórias” (as quais concentravam no ditador um poder desmedido) após o qual entraria em vigor seu articulado permanente. Para dar início à terceira fase (nomeada por Pinochet “etapa de consolidação ou de normalidade”), conforme previam as disposições transitórias, a Junta deveria propor um nome para presidir o país, o qual seria submetido ao escrutínio popular por meio de um plebiscito. Em caso de desaprovação, dentro de um ano, deveriam ser convocadas eleições presidenciais. Daí que o entendimento

<sup>91</sup> *Id.*, p. 14. **No original:** “[...] ocupa un lugar prioritario la que habrá de regular el ejercicio y la evolución de los poderes Constituyente, Legislativo y Ejecutivo”.

<sup>92</sup> **No original:** “son, principalmente las siguientes: el Poder Constituyente deberá permanecer siendo ejercido por la Junta de Gobierno. Sin embargo, él se ejercerá normalmente con previa consulta al Consejo de Estado; el Poder Ejecutivo deberá permanecer siendo ejercido por el Presidente de la Junta de Gobierno, en calidad de Presidente de la República, y con las facultades de que hoy ya está investido; el Poder Legislativo, de acuerdo a la tradición nacional, deberá tener dos colegisladores: el Presidente de la República y una Cámara Legislativa o de Representantes, como se podría denominar, sin perjuicio de las facultades legislativas que, en esta etapa de transición, deberá mantener la Junta de Gobierno, en carácter extraordinario. [...] el paso de la etapa de transición a la de consolidación, corresponderá aprobar y promulgar la nueva Constitución Política del Estado, única y completa, recogiendo como base la experiencia que arroje la aplicación de las Actas Constitucionales. La etapa de transición servirá así para culminar los estudios del proyecto definitivo de la nueva Carta fundamental.”

acerca do período ao qual a “*transición democrática*” se refere tenha se tornado objeto de disputa entre aqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo.

Como exposto em 1977, no entendimento de Pinochet, a transição à democracia terminaria ainda durante a ditadura, designando o período transcorrido entre a aprovação da Constituição de 1980 e a entrega do governo ao presidente que viria a ser eleito. Em outras palavras, ela corresponderia aos oito anos de vigência das “Disposições transitórias”. A posição assumida pela *Concertación* não é menos conhecida. Como adverte a historiadora Sofia Correa Sutil, fazer da noção de “transição” um sinônimo de si mesma, não foi um movimento fortuito: “ao adotar a ideia de estar em ‘transição’ enquanto governava, a *Concertación* conseguia ocultar o fato de que, na verdade, estava realizando um processo de consolidação do modelo estrutural criado pelo regime militar, tanto em sua dimensão institucional quanto naquela econômica e social”.<sup>93</sup> De fato, quando aceita disputar o Plebiscito de 1988, a oposição legítima o modelo de democracia desenhado por uma Constituição que, de forma abertamente autoritária, dispunha em seu 8º Artigo:

*Artigo 8.º* – Todo ato de pessoa ou grupo destinado a propagar doutrinas que atentem contra a família, que promovam a violência ou uma concepção da sociedade, do Estado ou da ordem jurídica de caráter totalitário ou **fundada na luta de classes, é ilícito e contrário à ordem institucional da República. As organizações, movimientos ou partidos políticos cuyos fins ou actividades de seus membros tendam a esses objetivos são inconstitucionais** (CHILE. Constitución Política, 1980, p. 9).<sup>94</sup>

Dito de outro modo, a mesma Carta Magna que previa a realização do pleito por meio do qual se definiria, “democraticamente”, a continuidade (ou não) do general à frente do país até 1997, declarava ilegal seu principal opositor, o Partido Comunista (PC). Nesse sentido, se como escreve a historiadora Azun Candina Polomer, “uma transição política é — ou se esperaria que fosse — justamente um trânsito, uma espécie de viagem *de um tipo de governo a outro*”,<sup>95</sup> não é possível considerar que tenha sido, exatamente isso, o que ocorreu depois da

<sup>93</sup> SUTIL, S. C. Las negociaciones en torno al No y la transición consensuada. **Revista Anales**, Santiago, n. 15, p. 19-35, 2018, p. 34. **No original:** “El que la Concertación adoptara la noción de estar en transición mientras gobernaba le permitía ocultar el hecho de que estaba llevando a cabo un proceso de consolidación del modelo estructural creado por el régimen militar, en su doble dimensión institucional y económico-social”.

<sup>94</sup> **No original:** “*Artículo 8º*— Todo acto de persona o grupo destinado a propagar doctrinas que atentem contra la familia, propugnen la violencia o una concepción de la sociedad del Estado o del orden jurídico, de carácter totalitario o fundada en la lucha de clases, es ilícito y contrario al ordenamiento institucional de la República. Las organizaciones y los movimientos o partidos políticos que por sus fines o por la actividad de sus adherentes tiendan a esos objetivos, son inconstitucionales.”

<sup>95</sup> POLOMER, A. C. Transición e instalación democrática en Chile contemporáneo. **Revista Anales**, Santiago, n. 15, pp. 37-51, 2018, p. 39, itálico nosso. **No original:** “Una transición política es —o se esperaría que fuera— justamente un tránsito, una especie de viaje de un tipo de gobierno a otro, y en el caso que tratamos, de una dictadura a una democracia”.

saída de Pinochet da presidência da república. Tampouco é razoável ignorar a distância intransponível que separa um regime ditatorial de qualquer espécie de democracia; e menos ainda assumir, a partir dessa inferência, que transição não aconteceu. Ressaltar que a vigência da Constituição de 1980 obsta a classificação do Chile atual como uma democracia “plena” – dentro dos limites em que essa palavra pode ser utilizada no interior da sociedade capitalista – não é o mesmo que insinuar a permanência de um tipo velado de ditadura. Como escreve Tomás Moulian,

É crucial que, em vez de um regime com monopólio do poder jurídico, controle dos meios de comunicação, uso arbitrário de recursos de terror [e] ineficácia da pressão popular, tenhamos passado a um regime político com eleições, parlamento, funcionamento de partidos e sindicatos, liberdade de expressão e reunião. Um regime autoritário não é o mesmo que uma “democracia protegida”. Existem freios legais contra a arbitrariedade e a incerteza sobre a vida. Essa diferença fundamental só é compreensível para quem viveu a experiência do autoritarismo (Moulian, 1997, p. 48-49).<sup>96</sup>

Tão importante, portanto, quanto lembrar essa diferença fundamental é não esquecer que uma “democracia protegida” é, por princípio, uma semidemocracia, e que de ser assim, expressa *em seus fundamentos* e, principalmente em sua *lógica*, uma continuidade desconcertante com a ditadura civil-militar. Tendo isso em vista, poder-se-ia argumentar, na esteira de Polomer, que a transição democrática, como período histórico, não só existiu, como teve características próprias: no caso chileno, ela corresponderia ao intervalo temporal transcorrido entre os anos de 1983 e 1989. Nas palavras da autora, “a verdadeira transição” poderia ser definida como o tempo que durou a negociação entre a ditadura “e um setor da oposição — no contexto de um amplo debate e luta social — para terminar com esse governo de fato e instalar uma forma específica de democracia”.<sup>97</sup>

Como mencionamos na introdução desta tese, o ano de 1983 é, com efeito, um marco na história do regime militar. A onda de protestos inaugurada pelos trabalhadores do cobre no dia 11 de maio — desencadeada não apenas pela crise econômica de 1982, mas também pelo

---

<sup>96</sup> **No original:** Es muy importante que, em vez de un régimen con monopolio del poder jurídico, control de los medios de comunicación, uso arbitrario de los recursos de terror, ineficacia de la presión ciudadana, se haya pasado un régimen político con elecciones, parlamento, funcionamiento de partidos y sindicatos, libertad de opinión y reunión. No es lo mismo un régimen autoritario que un régimen de ‘democracia protegida’. Existen frenos legales contra la arbitrariedad y la incertidumbre respecto a la vida. Es una diferencia fundamental sólo entendible cuando se ha vivido la experiencia del autoritarismo.”

<sup>97</sup> Polomer (2018), *op. cit.*, p. 40. **No original:** “[...] lo que vivimos en esa década de 1990 fue una *instalación* democrática, porque la transición a la democracia, como periodo histórico, ya había ocurrido. Esa *verdadera* transición se trató, en el caso chileno, de una negociación entre el gobierno dictatorial y un sector de la oposición —en el contexto de un amplio debate y lucha social— para terminar con dicho gobierno de facto e instalar una forma específica de democracia.”

“ressentimento incubado em face da prolongada ditadura”<sup>98</sup> — parecia fazer trepidar o país onde não se movia uma folha sem que o general soubesse:

Os protestos populares de 11 de maio de 1983 revelaram, de forma inegável, que para **além dos crimes, desaparecimentos, torturas, dos movimentos letais das sinistras agências de inteligência e das demissões, emergia a dissidência popular contra os abusos cometidos ao longo de uma década de perversa violência estatal, bem como contra a exploração trabalhista perpetrada pela férrea união da direita política, da direita empresarial e dos militares.** Uma associação que havia exercido todo o peso explorador de um sistema institucional sobre uma cidadania vulnerável entregue à própria (má) sorte (Eltit, 2016, p. 260, grifos nossos).<sup>99</sup>

Enquanto a cidadania enfrentava corpo a corpo o poder institucionalizado, com o claro objetivo de pôr fim tanto às violações aos direitos humanos quanto ao projeto de sociedade por ela oportunizado, a oposição “institucional” — a qual, por óbvio, não incluía o PC<sup>100</sup> — portava-se de forma distinta. Poucos meses antes dos protestos, um “manifesto democrático” havia exigido a renúncia de Pinochet. Este texto, assinado em março de 1983, seria o primeiro documento conjunto elaborado pela coalizão de centro-esquerda que, liderada pela Democracia Cristã e pelo Partido Radical, tornar-se-ia, em 6 de agosto do mesmo ano, a Aliança Democrática (AD).<sup>101</sup> Nesse sentido, ainda que a resistência popular seja, sob muitos aspectos, de inquestionável relevância – e embora permaneça necessário reforçar, que a lenta saída de Pinochet (“após cinco anos de protestos civis que, apesar da repressão, não iam cessar”<sup>102</sup>) custou a vida de cento e quarenta e um cidadãos, em sua maioria, habitantes de zonas periféricas –; não fora esse confronto que determinou o fim da ditadura. O debate em relação ao *modo* como o general deixaria o comando do país estava ocorrendo em outro espaço porque a

<sup>98</sup> Eltit (2016), *op. cit.*, p. 261. **No original:** [...] se había incubado el rencor ante el tiempo de la dictadura.”

<sup>99</sup> **No original:** “Las protestas ciudadanas del 11 de mayo de 1983 pusieron de manifiesto, de manera indelible, que más allá de los crímenes, los desaparecimientos, las torturas, los movimientos letales de las siniestras agencias de inteligencia y los despidos, se levantaba la disidencia popular en contra de los abusos realizados a lo largo de una década de perversa violencia estatal, como también de la depredación laboral cometida a través de la férrea unión de la derecha política, la derecha empresarial y los militares. Una asociación que había esgrimido todo el peso explotador de un e institucional sobre una ciudadanía vulnerable librada a su (mala suerte)”.

<sup>100</sup> Vale mencionar, contudo, que em 30 de abril de 2013, o Partido Comunista compôs a *Nueva Mayoría*, coalizão política e eleitoral formada em grande parte pelos mesmos partidos que pertenciam à *Concertación de Partidos por La Democracia*.

<sup>101</sup> Polomer (2018), *op. cit.*, p. 40. **No original:** “En marzo de 1983 una coalición de la oposición liderada por el Partido Demócrata Cristiano y el Partido Radical suscribió un *manifiesto democrático* donde se pedía la renuncia del general Pinochet a la presidencia. Sería el primer documento conjunto de lo que se convertiría en la Alianza Democrática (AD), fundada el 6 de agosto de ese mismo año (antecedente directo de la Concertación de Partidos por la Democracia) y que entre 1983 y 1987 lideraría la oposición de centroizquierda al gobierno”.

<sup>102</sup> Eltit (2016), *op. cit.*, p. 261. **No original:** “Lo que no se puede olvidar es que en el tiempo de la protesta social murieron ciento cuarenta y un ciudadanos, entre ellos, niños, mujeres, hombres en su mayoría, habitantes de poblaciones periféricas. No se puede obviar que sobre esas muertes anónimas se consolidó la lenta salida de Pinochet y sus secuaces a lo largo de cinco años de protestas civiles, que más allá de la represión, no iban a cesar”.

“coletividade” que se admitia como adversária também era outra: travada a portas fechadas, a disputa deu-se, efetivamente, entre o governo e a Aliança Democrática.

Se nas ruas, os adversários mostravam-se irreconciliáveis — a AD insistia na renúncia de Pinochet e na convocação de eleições livres, enquanto o governo afirmava não estar disposto a descumprir o previsto pela Constituição<sup>103</sup> — a irredutibilidade discursiva vociferada por ambas as partes, não se repetia dentro do campo de batalha. Ali, onde a disputa se desenrolava de fato, avançava gradualmente o pacto que consolidaria a “democracia protegida” anunciada no *Discurso de Chacarillas*. Uma questão torna-se quase incontornável: se a existência do acordo já invalida qualquer perspectiva de ruptura; e se o fim da ditadura já havia sido (por ela própria) previsto, traçado e validado, o que de fato precisou ser pactado? Para reponder a essa pergunta, vale recuperar o panorama traçado por Sofia Correa Sutil, em 2018, no já citado “Las negociaciones en torno al NO y la transición consensuada”.

Se em 1983 a AD exigia, além da renúncia do general, eleições livres, assembleia constituinte e um governo de transição — “seguindo a linha do discurso de Frei Montalva, quem, em 1980, havia lançado um chamado para *rejeitar e repudiar* a nova Constituição, no Teatro Caupolicán”<sup>104</sup> —; no ano seguinte Patricio Aylwin propõe pela primeira vez “que ao invés de discutir a legitimidade da Constituição, melhor seria considerá-la como um fato estabelecido”.<sup>105</sup> Dito de outro modo, o que era inegociável havia deixado de sê-lo: o ideal era aceitar a institucionalidade e participar do Plebiscito que seria convocado pela Junta em 1988 “para ratificar a nomeação de quem assumiria o poder Executivo como Presidente da República pelos próximos oito anos, conforme previam as disposições transitórias da Constituição de 1980”.<sup>106</sup> No dia 25 de agosto de 1985, por intermédio da igreja católica, os dirigentes da AD firmavam com algumas figuras da direita próximas ao regime o *Acordo Nacional para a Transição à Democracia Plena*,

que consistia no compromisso de apoiar uma transição pacífica, com procedimentos eleitorais que garantissem o voto livre, secreto e informado. Chama a atenção o fato de **o próprio nome do acordo indicar a disposição e a amplitude das negociações iniciadas, na medida em que revela implicitamente que existiria uma democracia “parcial” em tempos de ditadura**, um reconhecimento que legitimava a

<sup>103</sup> Cf. Polomer, 2018.

<sup>104</sup> Sutil (2018), *op. cit.*, p. 24. No original: “[...] siguiendo la línea del discurso de Frei Montalva en el Teatro Caupolicán el año ‘80, donde llamara a rechazar y desconocer la nueva Constitución.”

<sup>105</sup> *Ibid.* **No original:** “que había que evitar discutir la legitimidad de la Constitución y en cambio se debía considerar a esta como un hecho existente”.

<sup>106</sup> *Ibid.* **No original:** “para ratificar la nominación de quien asumiría el Poder Ejecutivo como Presidente de la República por los siguientes ocho años, de acuerdo a las disposiciones transitorias de la Constitución del ‘80.

Constituição promulgada em 1980, então vigente em suas disposições transitórias (Sutil, 2018, p. 25, grifos nossos).<sup>107</sup>

Em novembro do mesmo ano, o posto de Embaixador dos Estados Unidos era ocupado por Harry Barnes, cuja chegada tornava evidente o apoio (não desinteressado) do país “a um *proceso político* que levasse ao fim do regime militar”.<sup>108</sup> Em 1986, a Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) — organização guerrilheira criada três anos antes, que funcionaria como braço armado do Partido Comunista — falha em sua tentativa de assassinar Pinochet. O episódio desencadeou uma “forte repressão por parte do Estado, bem como fortalecimento do general no interior das Forças Armadas, e a rejeição explícita à estratégia insurreccional por parte dos democratas-cristãos e socialistas”.<sup>109</sup> Depois do atentado, José Joaquim Brunner (dirigente da esquerda chilena), propunha uma saída política pactada *com as Forças Armadas*, o que significa dizer que “a negociação deveria ir além de alguns interlocutores ligados ao regime, como acontecia pelo menos desde 1984, e incluir os militares”.<sup>110</sup> Em 1987, o Partido Socialista sela um acordo com a Democracia Cristã para disputar o Plebiscito, e em janeiro de 1988 é criada a *Concertación de Partidos por el No*. No dia 5 de outubro do mesmo ano, registrava-se a derrota do general:

Pinochet, alheio às negociações que estavam em curso e certo de que venceria o plebiscito, tentou, nessa noite, negar os resultados eleitorais que davam uma vitória retumbante ao “NO”. Quis colocar soldados nas ruas para reprimir uma suposta revolta social, mas as ruas estavam vazias e tranquilas, como os generais lhe haviam feito saber. Foi, então, o momento dos gestos daqueles que haviam participado das negociações. Diante das câmeras da televisão, antes que o governo reconhecesse a derrota eleitoral, Sergio Onofre Jarpa (ex-ministro do Interior de Pinochet) cumprimenta Aylwin pela vitória com um forte abraço; e o general Matthei reconhece, também diante das câmeras, o resultado das eleições. O embaixador Harry Barnes,

---

<sup>107</sup> **No original:** [...] que consistía en un compromiso de apoyar una transición pacífica, con procedimientos electorales que garantizaran el voto libre, secreto e informado. Llama la atención que el mismo nombre del acuerdo denota la disposición y amplitud de las negociaciones iniciadas, en la medida en que revela como implícito que existiría una democracia ‘parcial’ en tiempos de dictadura, un reconocimiento que legitimaba a la Constitución promulgada en 1980, la cual regía entonces en sus disposiciones transitorias”.

<sup>108</sup> Sutil (2018), *op. cit.*, p. 24, itálico nosso. **No original:** “Desde su llegada hizo evidente el apoyo de Estados Unidos a un proceso político que llevara a poner fin al régimen militar”.

<sup>109</sup> *Id.*, p. 23. **No original:** una durísima represión y un fortalecimiento de Pinochet al interior de las Fuerzas Armadas, además del rechazo explícito a esta estrategia insurreccional por parte de los demócratacristianos y socialistas.”

<sup>110</sup> *Id.*, p. 25. **No original:** la negociación debía extenderse más allá de algunos personeros dialogantes vinculados con el régimen, como había ocurrido desde, al menos, 1984, e incluir en ella a los militares.

retornou aos dos Estados Unidos no mês seguinte; só voltaria [ao Chile], de passagem, para assistir à posse de Patricio Aylwin em março de 1990 (Sutil, 2018, p. 27).<sup>111</sup>

Entre outubro de 1988 e julho de 1989 – isto é, antes que ocorressem as eleições presidenciais garantidas pelo resultado desse plebiscito – a *Concertación* seguiu negociando com o governo um pacote de reformas constitucionais. Como adverte Sutil, era fundamental que essas mudanças ocorressem ainda durante a vigência das “disposições transitórias”. A razão é quase óbvia: quando o articulado permanente da Constituição – que foi considerada um *fato estabelecido* – entrasse em vigor, seria necessário muito mais que um Plebiscito ratificatório para validar qualquer alteração dessa ordem. Ao fim das negociações acordou-se, entre outras medidas, a revogação da inconstitucionalidade de partidos marxistas, a ampliação do número de senadores eleitos (reduzindo a influência dos senadores designados e vitalícios) e a composição paritária do Conselho de Segurança Nacional entre civis e militares. Em contrapartida, as Forças Armadas asseguraram sua autonomia em relação ao Poder Executivo por meio da garantia de permanência de seus Comandantes em Chefe, bem como da prerrogativa de ocupar assentos no Congresso Nacional como senadores designados. Também permaneceu intocado o sistema binominal. As reformas, então, foram submetidas ao escrutínio popular — e aprovadas com 86% dos votos — em julho de 1989. Estava finalizada a Constituição, cujo articulado permanente entraria em vigor no mesmo dia em que seria nomeado o novo presidente. Antes, contudo,

O governo militar empreendeu uma intensa atividade para se resguardar após a entrega do Poder Executivo. Destruiu arquivos da CNI e realocou seus funcionários nas unidades de inteligência do Exército; transferiu propriedades para as Forças Armadas; privatizou empresas estatais; aprovou leis que garantiam a autonomia do Banco Central, a Lei Eleitoral e a Lei Orgânica Constitucional da Educação; criminalizou o aborto terapêutico, até então legal; estabeleceu por lei a entrega de 10% das vendas da Codelco às Forças Armadas. Perdoou a dívida que grandes empresas de comunicação social, alinhadas ao regime militar, tinham com o Estado. Como se

---

<sup>111</sup> **No original:** Pinochet, ajeno a las negociaciones que se estaban llevando a cabo y seguro de que ganaba el plebiscito, esa noche quiso desconocer los resultados electorales que daban un contundente triunfo al No. Quiso sacar soldados a la calle para aplastar una supuesta sublevación social, pero las calles estaban vacías y tranquilas, y así se lo hicieron saber los generales. Fue entonces el momento de los gestos de quienes habían sido parte de las negociaciones. Frente a las cámaras de televisión, antes de que el gobierno reconociera su derrota electoral, Sergio Onofre Jarpa (otrora ministro del Interior de Pinochet) le daba un fuerte abrazo de felicitaciones a Aylwin, y por su parte el general Matthei reconocía, también ante las cámaras de televisión, el resultado electoral. El embajador de Estados Unidos, Harry Barnes, volvía a su país al mes siguiente; solo retornaría, de paso, para asistir a la asunción del mando de Patricio Aylwin en marzo de 1990.

tudo isso não bastasse, por meio de incentivos à aposentadoria, substituiu nove dos dezesseis ministros da Suprema Corte (Sutil, 2018, p. 28-29).<sup>112</sup>

Nas eleições presidenciais realizadas em 14 de dezembro de 1989 a, agora, *Concertación de Partidos por La Democracia* venceu com a maioria absoluta dos votos (55,17%) seus opositores, Hernán Büchi Buc e Francisco Javier Errázuriz Talavera, ambos políticos de direita. Em 11 de março de 1990, a coalizão de centro-esquerda entrava no Palacio de La Moneda e só sairia vinte anos depois. O fato mesmo de a democracia pós-ditatorial ser inaugurada sob o governo de Patricio Aylwin — “líder democrata-cristão de longa trajetória, ex-senador, presidente de seu partido por várias vezes, duro opositor ao governo da Unidade Popular de Salvador Allende e porta-voz da oposição no plebiscito de 1988”<sup>113</sup> — parece obstar a classificação desse período como uma *redemocratização*. Isso porque, como escreve Manuel Garretón, o governo de Aylwin “implementou resolutamente uma política econômica de mercado e aberta ao exterior, cujo dinamismo residia na iniciativa e no investimento privados”;<sup>114</sup> adotou como estratégia a ideia de uma *mudança na continuidade*, bem como a construção de um cenário amplo e contínuo de negociações com a direita por meio da qual, “buscava-se manter ao máximo a integridade do legado socioeconômico e político da ditadura”. Desse modo, continua o autor, “pretendia-se romper com um estilo de política chilena que havia imperado nas últimas três décadas, o qual era o componente basilar de todos os programas de governo”,<sup>115</sup> isto é, com o Estado de Compromisso e o *tipo de democracia* dele derivado. Contudo,

O programa de governo, que deveria servir de diretriz, havia sido pouco explícito nesse aspecto, **pois enfatizava, em vez disso, os avanços em matéria de direitos humanos e equidade social**. Os partidos da Concertación optaram, nesse primeiro período, por compreender e aceitar que a política econômica era de responsabilidade exclusiva do governo. No início do segundo mandato da Concertación, a população

<sup>112</sup> **No original:** “el gobierno militar desplegó una intensa actividad para resguardarse tras la entrega del Poder Ejecutivo. Destruyó archivos de la CNI y trasladó a sus funcionarios a unidades de inteligencia del Ejército; traspasó propiedades a las Fuerzas Armadas; privatizó empresas estatales; dictó la ley que aseguraba la autonomía del Banco Central, la Ley Electoral y la Ley Orgánica Constitucional de Educación; penalizó el aborto terapéutico que era hasta entonces legal; estableció por ley la entrega del 10% de las ventas de Codelco a las Fuerzas Armadas. Se condonó la deuda que las grandes empresas periodísticas afines al régimen militar tenían con el Estado. Como si todo ello no fuera suficiente, mediante incentivos al retiro se reemplazó a nueve de los 16 ministros de la Corte Suprema”.

<sup>113</sup> Garretón (2013), *op. cit.*, p. 91. **No original:** “dirigente democratacristiano de larga trayectoria, ex senador, varias veces presidente de su partido, duro opositor al gobierno de la Unidad Popular de Salvador Allende y vocero de la oposición en el plebiscito de 1988”.

<sup>114</sup> Garretón (2013), *op. cit.*, p. 102. **No original:** “[...] el gobierno de Aylwin emprendió con decisión una política económica de mercado y abierta al exterior, cuyo dinamismo radicaba en la iniciativa inversión privadas”.

<sup>115</sup> *Ibid.* **No original:** “‘un cambio en continuidad’ y la negociación con la oposición de derecha, la cual buscaba mantener en su mayor integridad posible el legado socioeconómico y político de la dictadura. Con ello, se buscaba romper un estilo de la política chilena que había imperado en las últimas tres décadas, cual era el componente fundacional de todos los programas de gobierno.”

demonstrava considerável aprovação à gestão governamental (na avaliação do principal líder político do governo). O país havia tomado seu rumo, de modo que a estratégia e o modelo econômico passaram a ser dados consolidados, e não mais um caminho a ser construído (Garretón, 2013, p. 112, grifo nosso).<sup>116</sup>

Embora seja imperativo reconhecer que a *Comisión de la Verdad y Reconciliación*, representa um avanço considerável em relação ao tema dos direitos humanos (sobretudo se comparada com a experiência brasileira), a limitação aos casos de desaparecidos e executados, bem como a proposição de algumas políticas de reparação que não incluíam processos judiciais, não são dados negligenciáveis. E, nesse sentido, o discurso proferido pelo Presidente no dia 21 de maio de 1990, não poderia ser mais simbólico.

Ainda que passado e presente se cruzassem idelevelmente nesse momento em que o Congresso Nacional era reaberto, o Presidente Aylwin evita reconhecer esse dado tanto quanto pode. Evocando o passado pelo avesso e a despeito do contraste evidente que há entre setenta dias de democracia e dezesse anos de autoritarismo e repressão, ele<sup>4</sup> afirma com entusiasmo que “ninguém pode negar seriamente que o Chile vive uma fase promissora de reunificação”.<sup>117</sup> Um “novo espírito” (já) imperava na “convivência nacional” e “a dura experiência de tantos anos de confrontação e sofrimento” havia ensinado aos chilenos a “superar preconceitos caducos e intransigências ideológicas”. O saldo era, portanto, positivo:

É justo reconhecer que essa **nova e promissora realidade** se deve, em grande medida, à disposição e à conduta responsável daqueles que, como nós, aceitamos as regras do jogo que rejeitávamos, por considerá-las injustas e antidemocráticas na forma e no conteúdo; e **também àqueles que respeitaram tais regras, mesmo quando lhes foram adversas, e se curvaram ao veredicto popular** (CHILE. Congreso Nacional, 1990, p. 3, grifo nosso).<sup>118</sup>

Normalizando o fato dos supressores da democracia tornarem-se seus artífices legítimos (e, nesse sentido, caráter pactuado do presente não poderia ser exposto de modo mais claro), Aylwin menciona a palavra ditadura pela primeira e uma única vez:

<sup>116</sup> **No original:** “El programa de gobierno, que habría de servir de directriz, había sido poco explícito con ese punto porque ponía en acento, en cambio, en avanzar en materia de derechos humanos y equidad social. Los partidos de la Concertación optaron en este primer período por entender y aceptar que la política económica era de exclusiva responsabilidad del gobierno. Al inicio del segundo Gobierno de la Concertación, mientras la ciudadanía aprobaba la gestión de manera considerable (a juicio del principal conductor político del gobierno). El país había tomado su rumbo, por lo que la estrategia y el modelo económico pasaron a ser datos que no un camino por construir”.

<sup>117</sup> CHILE. Congreso Nacional. Legislatura 320ª, Ordinaria. Sesión del Congreso Pleno, en lunes 21 de mayo de 1990. Diario de la Sesión, Chile, 21 mayo 1990, p. 3. **No original:** “[...] nadie puede seriamente negar que Chile está viviendo una etapa promissoria de reencuentro nacional”.

<sup>118</sup> **No original:** “Justo es reconocer que esta nueva y promissoria realidad ha sido posible, en gran medida, gracias a la disposición y conducta responsable de quienes aceptamos someternos a reglas del juego que rechazábamos por la forma en que fueron impuestas y por su contenido a nuestro juicio injusto y antidemocrático; y también, gracias a quienes acataron esas reglas cuando su aplicación les resultó adversa y se sometieron al veredicto ciudadano”.

Durante mais de dezesseis anos, **aqueles que governaram o país** viveram desqualificando diariamente seus antecessores e difamando seus adversários. Não os seguiremos nesse caminho. **Não vamos turvar o ambiente de reconciliação que queremos.** Mas ninguém pode nos impedir de dizer a verdade sempre que acharmos necessário, com delicadeza e firmeza, como estamos fazendo. Ninguém pode se ofender porque se diz que houve uma ditadura no Chile; é apenas chamar as coisas pelo nome (CHILE. Congreso Nacional, 1990, p. 8-9, grifo nosso).

Como se fosse pouco reivindicar o direito vazio de chamar pelo nome uma ditadura sem ditadores, para além de lembrar que “seria lamentável se, sob o pretexto de que a democracia chegou, o país caísse em uma atitude fácil de esperar tudo do Estado, que houvesse um clima de complacência ou relaxamento”; e enfatizar que “a democracia, o desenvolvimento e a equidade são desafios constantemente renovados e não dádivas gratuitas”,<sup>119</sup> Aylwin diz que

Em relação ao delicado tema das violações de direitos humanos, coerente com minha reiterada afirmação de que a consciência moral da nação exige que a verdade seja esclarecida, **a justiça seja feita na medida do possível** – conciliando a virtude da justiça com a virtude da prudência – e, por fim, que se abra espaço para o perdão, eu constituí a Comissão da Verdade e Reconciliação para avançar em direção a esses objetivos de forma séria, pacífica e com as garantias necessárias (CHILE. Congreso Nacional, 1990, p. 12-13, grifo nosso).<sup>120</sup>

Recuperar esse discurso importa, porque sua dinâmica expõe um dado fundamental: na impossibilidade de negar a existência do passado autoritário, o presidente reduz a experiência da ditadura a seu método. Mas não por acaso. Descolando o ato de sua motivação, concedendo ao modelo político-econômico possibilitado pelo terrorismo de Estado um verniz democrático, Aylwin pode tornar razoável um modelo de democratização que se perfaz na medida do possível e com o compromisso declarado de “conservar o que é bom, corrigir o que é ruim e aperfeiçoar o que é regular”.<sup>121</sup> Desde essa perspectiva, Azun Polomer tem razão quando afirma que, durante a década de 1990, o país viveu uma *instalação* democrática — ou, nos termos de Diamela Eltit — a instalação de uma democracia executiva.<sup>122</sup>

<sup>119</sup> CHILE. Congreso Nacional, *op. cit.*, p. 49. **No original:** “Sería lamentable que, so pretexto de que llegó la democracia, el país cayera en una actitud fácil de esperarlo todo del Estado; que sobreviniera un clima de complacencia y de relajamiento”; “La democracia, el desarrollo y la equidad son desafíos constantemente renovados y no dádivas gratuitas”.

<sup>120</sup> **No original:** “En cuanto al delicado asunto de las violaciones a los derechos humanos, consecuente con mi reiterada afirmación de que la conciencia moral de la nación exige que se esclarezca la verdad, se haga justicia en la medida de lo posible –conciliando la virtud de la justicia con la virtud de la prudencia– y después venga la hora del perdón, he constituido la Comisión de Verdad y Reconciliación para avanzar hacia esas metas en forma seria, pacífica y con las necesarias garantías.”

<sup>121</sup> CHILE. Congreso Nacional (1990), *op. cit.*, p. 8. **No original:** “Reiteradamente hemos dicho que queremos conservar lo bueno, corregir lo malo y perfeccionar lo regular.”

<sup>122</sup> Eltit (2014), *op. cit.*, p. 37. **No original:** “Y después, la Concertación [...] siguió refundando el país bajo el lema de lo conciliable y lo reconciliable, instalando así una democracia – ejecutiva”.

Mas, se quando pretendemos conhecer algo, queremos “justamente conhecer *algo*”, dirá Theodor Adorno, “e não simplesmente permanecer às voltas com o ato de conhecer”, precisamos “ir além do âmbito de nosso pensar”.<sup>123</sup> Os períodos históricos “não são apenas datas de governos ou de mudanças de governos, nem o dia e o ano em que algo ocorreu ou deixou de ocorrer”, dirá Azun Polomer, “são também uma sensibilidade, um tom da vida cotidiana e institucional, uma percepção sobre o que está acontecendo e das expectativas do futuro”.<sup>124</sup> E, de ser assim, dirá Diamela Eltit,

O desafio atual parece residir em lugares a partir dos quais se constroem cenários discursivos solventes e plurais que apontem com acuidade para os problemas que atravessam a nossa sociedade. **Lugares que façam dos diversos saberes e do pensamento crítico práticas necessárias**, em constante renovação, para que se produza uma imagem semelhante àquela escrita pela poeta estadunidense Muriel Rukeyser: “te vejo através de uma porta / a porta zarpa / e todos os navios avançam para o mar real” (Eltit, 2016, p. 273).<sup>125</sup>

Para conhecer o estado atual das coisas é necessário buscar, em seu interior, as formas que resistem aos mecanismos da dominação porque conhecer é “acolher, em nossa própria consciência, aquilo que se nos contrapõe como estranho”, continua Adorno, “e assim, significa, em certa medida, nos apropriarmos dele, fazer dele a nossa própria coisa”.<sup>126</sup> Nesse sentido, mais importante que definir o conceito de “transição democrática” e, a partir disso, determinar a que ele corresponde; mais relevante que questionar se ela de fato ocorreu e foi bem-sucedida, ou se trata-se de um processo ainda em curso, é não perder de vista que, como escreve Eltit, “a democracia chilena opera como uma fachada”,<sup>127</sup> a qual, em última instância, acrescentamos, serve para protegê-la *de seu passado*.

<sup>123</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 236.

<sup>124</sup> Polomer (2018), *op. cit.*, p. 40. **No original:** “Los períodos históricos, por lo demás, no son solo fechas de gobiernos o de cambios de gobiernos, ni el día y año en que algo ocurrió o dejó de ocurrir. Son también una sensibilidad, un tono de la vida cotidiana e institucional, una percepción acerca de lo que está ocurriendo y de las expectativas del futuro”.

<sup>125</sup> **No original:** “El desafío parece radicar hoy en lugares desde donde construir escenarios discursivos solventes y plurales que apunten de manera aguda a los problemas que atraviesan a nuestra sociedad. Sitios que hagan de los diversos saberes y de los pensamientos críticos, prácticas necesarias en constante renovación para producir una imagen semejante a la que escribió la poeta estadounidense Muriel Rukeyser: ‘te veo a través de una puerta/ la puerta zarpa, / y todos los barcos se mueven hacia el mar real’”. Aquí, Eltit faz referência ao poema “*The Meeting*”. Na ausência de uma tradução para o português deste poema, traduzimos o trecho livremente a partir do original em inglês. Cf.: RUKEYSER, M. **The Collected Poems of Muriel Rukeyser**. Edited by Janet E. Kaufman & Anne F. Herzog. United States of America: University of Pittsburgh Press, 2006, p. 517.

<sup>126</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 236.

<sup>127</sup> ELTIT, D. Intereses creados. In: \_\_\_\_\_. **Réplicas:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A, 2016, p. 42. **No original:** “La democracia chilena opera como una mera fachada”.

### 3.3 Quando pensar é vislumbrar o impossível

Quando sugere que conhecer é verter algo numa identidade *e, ao mesmo tempo*, “relacionar-se com algo que não nos é idêntico”; quando diz que esse paradoxo compele ao esforço do conceito e afirma ser este esforço “o processo da verdade que se desdobra a si mesma, assim como também, paralelamente, do pensar que se desdobra a si próprio”, Adorno distancia-se dos “dois tipos essenciais de dialética que existem hoje”:<sup>128</sup> aquela de caráter idealista, definida minuciosamente por Hegel, e aquela de corte materialista, cuja origem está diretamente associada ao nome de Marx. O deslocamento não significa pouco.

A crítica adorniana à abordagem idealista (de certo modo, já explorada em sua conferência inaugural “A atualidade da filosofia”<sup>129</sup>) centra-se na falsa crença de que a realidade pode ser completamente abarcada pelo pensamento. Grosso modo, em Hegel, a dialética é um processo de desenvolvimento do conceito no qual as contradições são resolvidas e superadas, culminando numa totalidade racional; isto é, na coincidência entre pensamento e ser. O resultado dessa plena identificação, dirá Adorno, é a negação das diferenças e a imposição de uma identidade totalizadora que, na prática, mascara as contradições e a fragmentação do real, ao absorver suas particularidades e contradições sob uma unidade abstrata. Embora Hegel destaque “o momento da não-identidade na identidade” em cada um de seus momentos singulares, aqui o movimento do pensamento acaba privilegiando a identidade entre sujeito e objeto: “a despeito de toda não-identidade no singular, ao fim, o não idêntico é transformado, no interior da totalidade, em algo idêntico”.<sup>130</sup> Em outras palavras, tudo o que existe se revela como uma determinação do espírito absoluto. O problema, portanto, reside no fato de que essa busca pela síntese nega a realidade em sua concretude e particularidade. A reconciliação de todas as contradições sob a forma do conceito leva, em última instância, à legitimação do *status quo*, na medida em que a lógica de dominação que cria os antagonismos sociais manifesta-se, no plano do pensamento, como a tentativa de subsumir o particular ao universal. Frente a isso, o pensamento materialista — segundo o qual, a dialética não é apenas um movimento intelectual, mas um processo da própria realidade —, escreve Adorno, sustenta que a tendência inerente à dialética de tornar de fato decisivo o momento da contradição

deve ser perseguida, no sentido de que não afirmemos, sobre o mundo tal como ele é, ou seja, sobre o objeto de conhecimento, uma identidade acabada entre pensar e ser. [...] No interior da dialética marxiana, a experiência a partir da qual ela é propriamente

<sup>128</sup>Adorno (2022), *op. cit.*, p. 236.

<sup>129</sup> Debruçamo-nos sobre este texto no segundo capítulo desta tese.

<sup>130</sup> Adorno (2022), *op. cit.*, p. 239.

construída [...] ocupa um lugar central, qual seja, o de reconhecer que o mundo com o qual lidamos e o mundo com o qual a humanidade teve até hoje que lidar é **um mundo em si repleto de contradições**, e que aquela identidade, que o conceito especulativo em Hegel afirmava, por assim dizer, ter assegurado, identidade que é buscada na totalidade do sistema, **seria antes uma identidade que precisa ser produzida**. Em outras palavras, **trata-se de reconhecer que a produção de uma efetividade constituída de modo não contraditório é uma questão para a práxis humana e não um problema simplesmente para a filosofia** (Adorno, 2022, p. 241, grifos nossos).

O problema dessa abordagem pode ser compreendido a partir da célebre frase que abre a *Dialética Negativa*: “A filosofia que um dia pareceu ultrapassada mantém-se viva porque perdeu o instante de sua realização”.<sup>131</sup> Numa clara referência à 11ª tese de Marx contra Feuerbach (“Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo diferentemente, cabe *transformá-lo*”<sup>132</sup>), Adorno sugere que a filosofia — ou, mais precisamente, o pensamento dialético — preserva sua relevância porque as promessas de emancipação e liberdade, que particularmente na tradição marxista, seriam alcançadas por meio da práxis revolucionária, fracassaram. Um fracasso que o frankfurtiano atribui a uma certa “divinização da história”. Isso porque, ele dirá, Marx e Engels

eram inimigos da utopia em nome de sua realização. A sua *imago* da revolução forjou a imagem do mundo primitivo; o peso preponderante das contradições econômicas no capitalismo parecia exigir a sua derivação a partir da objetividade acumulada por aquele que desde tempos imemoriais foi o mais forte. Eles não podiam prever o que viria à tona em seguida com o fracasso da revolução, mesmo lá onde ela teve sucesso: **o fato de a economia planificada, que os dois certamente não tinham confundido com o capitalismo de Estado, permitir que a dominação perdure; [...] A persistência da dominação após a queda do objeto principal da crítica da economia política deixa triunfar sem esforço a ideologia que deduz a dominação seja a partir das formas supostamente incondicionais de organização social, por exemplo a centralização, seja a partir das formas da consciência que se retira por abstração do processo real – da *ratio* – e que então profetiza para a dominação, com uma compreensão aberta ou com lágrimas de crocodilo, um futuro infinito enquanto existir qualquer sociedade organizada**. Em contrapartida mantém a sua força a crítica à política fetichizada e transformada em algo que é em si, ou ao espírito inflado de orgulho com a sua particularidade. No entanto, **a ideia da totalidade histórica enquanto ideia de uma necessidade econômica calculável foi tocada pelos eventos do século XX. [...] À catástrofe que se prepara corresponde antes a suposição de uma catástrofe irracional nos começos. Hoje, a possibilidade malgrado do diverso concentrou-se na possibilidade de, apesar de tudo, a catástrofe** (Adorno, 2009, p. 267-268, grifos nossos).

Em suma, Adorno afirma que tanto a dialética idealista quanto a materialista falharam em realizar suas promessas de reconciliação entre pensamento e realidade. Diante disso, cabe à crítica reconhecer e interpretar essas contradições sem, contudo, almejar sua superação de forma totalizante: não há síntese possível ao pensamento, diria o filósofo, enquanto não houver

<sup>131</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 11.

<sup>132</sup> MARX, K. Teses contra Feuerbach. In.: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974, p. 59, itálico no original.

possibilidade de síntese no plano do real. Esse fracasso é, portanto, o que mantém a filosofia em um estado permanente de tensão: se toda tentativa de reconciliação nesse sentido é constantemente frustrada pela lógica do capitalismo, então, a potência emancipatória do pensamento reside em sua capacidade de formular o oposto: aqui, a força motriz da crítica não é o sujeito, mas o objeto. É ali onde o objeto escapa à lógica da identidade que repousa sua verdade: para o conceito, dirá o filósofo, “o que se torna urgente é o que ele não alcança, o que é eliminado pelo seu mecanismo de abstração”.<sup>133</sup> O não-idêntico é, portanto, aquilo que libera a história no objeto.

Daí que o filósofo proponha que somente por meio de um pensamento que faça da *negatividade* o seu impulso “é possível chamar o mundo administrado pelo seu próprio nome”:<sup>134</sup> se a dinâmica da dominação manifesta-se no pensar por meio da lógica da identidade, então, o pensamento será tanto mais emancipado quanto maior for sua capacidade de elaborar um tipo de aproximação que, ao voltar-se para as coisas do mundo investigando-as desde de suas tensões e contradições internas, busca compreendê-las em sua historicidade, isto é, de um modo que leva fortemente em consideração a sua singularidade. Mas, se a realidade é sempre uma realidade mediada; se pensar já é conceituar; e, ainda, se a verdade repousa na não-identidade, como identificar aquilo que resiste à identificação? No horizonte do pensamento adorniano, a lógica universal e totalizante do conceito é contraposta pela dinâmica da constelação; um tipo de arranjo no qual “os conceitos não formam um *continuum* de operações, o pensamento não avança em um sentido único; em vez disso, os vários movimentos se entrelaçam como num tapete”.<sup>135</sup> É precisamente por meio desse gesto que, num ensaio intitulado *Con la cultura en la mano*, Eltit constrói aquela que talvez seja a figura mais potente de seu pensamento corporal.

A autora abre o texto evocando as reflexões de Jacques Rancière a respeito das complexas relações entre literatura e política: num claro diálogo com Aristóteles, o filósofo franco-argelino argumenta que o homem é um animal político porque é um animal literário, “e é essa dimensão, a literária”, escreve Eltit, “a que permite os fluxos, os movimentos, as desarticulações”.<sup>136</sup> Esse deslocamento está intimamente relacionado à “partilha do

---

<sup>133</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 15.

<sup>134</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 446.

<sup>135</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 30.

<sup>136</sup> ELTIT, D. *Con la cultura en la mano*. In: \_\_\_\_\_. **Réplicas**: escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A, 2016, p. 13. **No original**: “y es esa dimensión, la literaria, la que permite los flujos, los movimientos, las desarticulaciones”.

sensível”,<sup>137</sup> noção por meio da qual o filósofo propõe que a política da ficção não está naquilo que ela representa, mas no que *realiza*.<sup>138</sup> Dito de outro modo, a literatura é, em si mesma, política porque é capaz de instaurar formas de inteligibilidade e visibilidade que *extrapolam* as possibilidades pré-estabelecidas. Para Rancière, a política está atrelada, em sua origem mesma, à irrupção da *palavra* daqueles que, “por princípio”, não possuem nem mesmo o reconhecimento da *voz*: “Em todos os tempos, a recusa em considerar algumas categorias de pessoas como seres políticos passou pela recusa a ouvir os sons que saíam de suas bocas como discurso”.<sup>139</sup> Há contudo, uma fissura nessa elaboração.

Do homem político de Aristóteles ao homem literário de Rancière, adverte Eltit, o homem (como categoria cultural) emerge como aquele que é capaz de a tudo nomear: ambos “falam genericamente do homem, e nesse sentido, é preciso entender que a cultura é efetivamente genérica. E o é, na medida em que contém discursivamente um único gênero inscrito, aderido, amalgamado com a biologia homem”.<sup>140</sup> Por meio dessa generalidade, continua a autora, “se estabelece *uma síntese dotada de extrema rigorosidade política que ordena a apropriação totalitária da superfície social*”.<sup>141</sup> A formulação teórico-filosófica que pretendia demonstrar o potencial emancipatório da letra literária – essa letra que emerge para “deslocar a hegemonia da letra burocrática”<sup>142</sup> – reforça inadvertidamente a hegemonia que pretende combater. Realiza, nesse sentido, o oposto do que anuncia e denuncia: a mulher (enquanto categoria cultural) emerge negativamente, “como duplo invisível ausente de uma política que a respalde”, escreve a autora. Isso não significa pouco. Através da brecha que a leitura de Eltit abre no interior da argumentação de Rancière é possível entrever um dado importante a respeito da posição ocupada pela mulher no interior capitalismo.

Ainda que tenha sido negligenciada por Marx no quando de sua análise sobre a acumulação primitiva,<sup>143</sup> “a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição

<sup>137</sup> Cf. RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

<sup>138</sup> RANCIÈRE, J. **O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna**. Tradução de Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2017, p. 13.

<sup>139</sup> RANCIÈRE, J. Estética como política. Tradução de Augustin de Tugny. **Devires**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.14-36, jul/dez 2010, p. 21.

<sup>140</sup> Eltit (2016) *op. cit.*, p. 13. **No original**: “Ellos hablan genéricamente del hombre y, en ese sentido, hay que entender que la cultura efectivamente es genérica. Lo es en tanto contiene discursivamente un solo género inscrito, adherido, hecho uno con la biología hombre”.

<sup>141</sup> Eltit (2016) *op. cit.*, p. 13, itálico nosso. **No original**: “De esa manera se establece una síntesis dotada de una extrema rigurosidad política que ordena la apropiación totalitaria de la superficie social.”

<sup>142</sup> *Ibid.* **No original**: “La escritura literaria llegó hasta el escenario social para dislocar la hegemonía de la letra burocrática”.

<sup>143</sup> O conceito de acumulação primitiva foi trabalhado no início deste terceiro capítulo.

das mulheres para a reprodução da força de trabalho”, escreve Silvia Federici, foi tão necessária à *formação* da sociedade capitalista quanto a “expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e da África nas minas e nas plantações do Novo Mundo”<sup>144</sup> (estas sim, mencionadas pelo autor do *O capital*) o foram. A destruição do poder das mulheres alcançada na tanto na Europa como na América por meio da caça às bruxas dos séculos XVI e XVIII é eloquente nesse sentido, não apenas por tratar-se de uma “campanha terrorista patrocinada pelo Estado” fundamental “para a derrota do campesinato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais”,<sup>145</sup> mas porque deixa explícito o fato de a acumulação primitiva não ter sido

simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com libertação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, **ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração.** É em grande medida por causa dessas imposições — especialmente a divisão entre homens e mulheres — que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta (Federici, 2017, p. 119, itálico no original, grifo nosso).

Para demonstrar a relação simbiótica que a opressão de gênero estabelece com a lógica capitalista, em seu *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo acumulação primitiva* (2017), a autora propõe o conceito de “patriarcado do salário”. Trata-se de uma estrutura que se manifesta muito claramente na divisão sexual do trabalho que situa as mulheres no âmbito doméstico (isto é, na realização do trabalho reprodutivo e não remunerado), enquanto designa caber aos homens ocupar o espaço público e exercer o trabalho produtivo e assalariado. Essa dinâmica, na medida em que torna as mulheres economicamente dependentes dos homens, gera uma profunda assimetria de poder que perpetua a hierarquia de gênero. Ao invisibilizar e naturalizar o trabalho doméstico como uma “obrigação” feminina, o patriarcado do salário reforça a desvalorização social do trabalho reprodutivo, essencial para a manutenção da força de trabalho e, portanto, para o próprio funcionamento do sistema capitalista. Garantindo aos homens o controle dos recursos financeiros e, conseqüentemente, o poder nas esferas pública e privada, esse processo configura-se como um mecanismo fundamental à manutenção do capitalismo. Isso porque, se na Europa pré-capitalista a subordinação da mulher ao homem era amenizada pelo fato de elas

---

<sup>144</sup> Federici, 2017, p. 119.

<sup>145</sup> *Id.*, p. 118.

terem acesso às terras e outros bens comuns – continua a autora –, no novo regime capitalista *elas se tornam bens comuns*. Definindo seu trabalho como um “recurso natural” e que, portanto, está fora da esfera das relações de mercado, a lógica capitalista que separa o trabalho produtivo (assalariado) daquele reprodutivo (não assalariado) impõe às mulheres a condição de dupla subordinação:

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e para o **ocultamento do trabalho das mulheres**. Isso pode ser observado especialmente nas famílias da classe trabalhadora. Trata-se, todavia, de um tema pouco estudado. As discussões anteriores privilegiaram a família de homens proprietários, plausivelmente porque, na época a que estamos nos referindo, esta era a forma e o modelo dominante de relação com os filhos e entre os cônjuges. Também houve maior interesse na família como instituição política do que como lugar de trabalho. [...] Daí a identificação da família com um “microestado” ou uma “microigreja”, assim como a exigência por parte das autoridades de que os trabalhadores e as trabalhadoras solteiros vivessem sob o teto e sob as ordens de um senhor. Também é destacado que, dentro da família burguesa, a mulher perdeu muito de seu poder, sendo geralmente excluída dos negócios familiares. **Mas o que falta nesse retrato é o reconhecimento de que, enquanto na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre sua esposa e seus filhos, a exclusão das mulheres do recebimento de salário dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas mulheres** (Federici, 2017, p. 193-194).

Como se sabe, esse processo de dominação do corpo feminino não restringe à esfera econômica. A lógica que sustenta o patriarcado do salário estende-se a outras esferas da vida: manifesta-se no controle sobre a capacidade reprodutiva, na criminalização da sexualidade feminina e na inferiorização da capacidade intelectual das mulheres.<sup>146</sup> A crítica de Eltit à formulação de Jacques Rancière revela como a linguagem e o discurso podem ser instrumentos de exclusão e silenciamento. Ao apontar a mulher como uma emergência negativa na construção do “homem literário” e do “homem político”, a autora destaca como a tradição filosófica ocidental reforça a hegemonia masculina e contribui para a marginalização das mulheres na esfera pública.

Daí, surge a pergunta que orienta suas reflexões neste ensaio: “Como ingressar materialmente, em cada um dos espaços da vida (do micro ao macro), quando o léxico que atribui e ordena a materialidade dos espaços de vida já está pactuado?”<sup>147</sup> Como habitar sendo

<sup>146</sup> A respeito dos modos como mecanismos de poder operam na canonização literária, reforçando a marginalização das mulheres no campo intelectual Cf. PRATT, Mary Louise. “No me interrumpas”: las mujeres y el ensayo latino-americano. Centro de Investigaciones y Estudios de Género, UNAM, publicado en Artículos y cosechado de Revistas UNAM, Debate Feminista, 21, 2000. Pp. 70-88.

<sup>147</sup> Eltit (2016) *op. cit.*, p.14. **No original:** “Entonces, ¿cómo habitar? ¿cómo ingresar materialmente a los espacios, a cada uno de los espacios de la vida (de lo micro a lo macro) cuando el léxico que asigna y que ordena la materialidad de los espacios de vida ya está pactado?”

mulher? Como se dissesse que a palavra não é mero signo do que é pensado através dela, Eltit continua:

É possível, então, por exemplo, voltar à Bíblia, voltar a esse livro fundacional (eu sou atea) para ler sua cosmovisão ou para pensar novamente em um Deus, um fundador do mundo em um dia exato, naquele mesmo dia em que precisou de “outra” (a partir do um), daquela mulher que iria emergir como um “desprendimento” e que iria constituir-se a partir da costela do homem. Poderíamos falar também de uma emergência realizada ao lado do homem. **Uma mulher que nascia surpreendentemente, nascia de uma maneira impossível.** [...] Uma mulher-corpo, desprendida, uma fuga, uma costela a menos do homem, um osso curvo que gerou outra carne. Um nascimento simbólico que seria necessário voltar a examinar para entender bem a costela, o costado, a costa, o custo, a crosta como o sedimento de uma emergência poética. Pensar os signos sociais constitui um dos centros neurálgicos das tarefas literárias. Mas, como pensar esses signos e sua disposição além do pacto social? Como pensá-los para realizar uma operação produtiva na qual, a partir do genérico homem político porque literário, **se desprenda a mulher-costela que pense – trata-se de um dos lugares mais interessantes – a lateralidade?** [...] refiro-me ao trânsito da mulher poética – a costela a menos – às mulheres políticas como construtoras de signos para habitar os espaços em comunidade (Eltit, 2016, p. 14, grifo nosso).<sup>148</sup>

A “mulher-costela”, explorada no contexto da exclusão de gênero e da hegemonia capitalista, serve como uma imagem potente para compreender como o corpo-feminino é lido a partir do signo da subordinação. A autora recorre à narrativa bíblica, a esse nascimento impossível, para expor como o discurso hegemônico tem caracterizado, historicamente, a condição feminina moldando nossas formas de ser e estar no mundo a partir da lógica da dependência e da exclusão. Mas não só. Ao pensar as possibilidades do habitar da mulher desde a “lateralidade”, Eltit desloca esse signo (que situa o feminino como uma categoria derivada e subordinada ao masculino) subvertendo seu sentido. Aqui, a “costela” deixa de ser um reflexo das estruturas de poder que mantém o corpo-mulher numa posição subalterna, para transformar-se no índice de uma figura conceitual que vai emergir para politizar sua posição marginal.

No interior da generalidade, Eltit encontra o que não é idêntico. O pensamento teórico que opera de modo constelar, diz Theodor Adorno, não quer encontrar uma chave porque sabe

---

<sup>148</sup> **No original:** “Es posible, entonces, por ejemplo, volver a la Biblia, volver a ese libro fundacional (yo soy atea) para leer su cosmovisión o para pensar de nuevo a un Dios, a un fundador de mundo en un exacto día, ese mismo día en que necesitó de “otra” (desde el uno), a esa mujer que iba a emerger como un “desprendimiento” y que iba a constituirse desde la costilla del hombre. Se podría hablar también de una emergencia realizada a un costado del hombre. Una mujer que nacía sorpresivamente; nacía de una manera imposible [...] Una mujer-cuerpo, desprendida, una fuga, una costilla menos del hombre, un hueso curvo que generó otra carne. Un nacimiento simbólico que habría que volver a examinar para entender bien la costilla, el costado, la costa, el costo, la costra como el sedimento de una emergencia poética. Pensar los signos sociales constituye uno de los centros neurálgicos de las tareas literarias. Pero, ¿cómo pensar esos signos y su disposición más allá del pacto social? ¿Cómo pensarlos para realizar una operación productiva en la que, desde el genérico hombre político porque literario, se desprenda la mujer-costilla que piense –se trata de uno de los lugares más interesantes– el costado? [...] me refiero al tránsito desde la mujer poética –la costilla menos– a las mujeres políticas como constructoras de signos para habitar los espacios en comunidad”.

que, feito um cofre, o enigma do real só pode ser desvendado por uma combinação numérica. Ao se desvencilhar do impulso ordenador e procurar os vestígios dispersos no imaginário cultural que compõem essa dinâmica de exclusão, a autora abre espaço para que a dimensão conceitual concretizada na linguagem emerja. O ensaio, escreve o filósofo, “parte dessas significações e, por ser ele próprio essencialmente linguagem, leva-as a diante”.<sup>149</sup> Recolher os estilhaços no tempo e no espaço traçando conexões para enxergar aquilo que não está. “As constelações só *representam de fora aquilo que o conceito amputou no interior*, o mais que ele quer ser tanto quanto ele não o pode ser”.<sup>150</sup> Compreender o específico por meio da linguagem; “entrar nos signos inevitavelmente ósseos”, escreve Eltit, signos que permitam a suspensão, ainda que parcial, da “hegemonia rotineira em que se funda a totalidade da cultura”.<sup>151</sup> Perceber a constelação na qual o objeto se encontra “significa o mesmo que decifrar aquilo que ele porta em si enquanto algo que veio a ser”,<sup>152</sup> dirá Adorno. Restituir a objetividade do conceito, acrescentamos, é fazer saltar de seu interior a figura que lhe opõe resistência:

**Porque a economia de gênero do único que “conta” – digo isso nos sentidos mais múltiplos que a palavra evoca – constitui a matriz e o sustento do conjunto dos sistemas sociais.** O que quero destacar também neste ponto é que na ampla, mas completamente imbricada, esfera das economias priorizo de maneira estratégica os fios mais concretos da distribuição econômica, no sentido da produção de bens ou dos grandes capitais ou, para falar em termos atuais, examinar como opera a distribuição no interior do hipercapitalismo nas grandes máquinas tecnológicas que comercializam a vida, a guerra e o trabalho, entre outras fontes de nutrição do capital. **Jacques Rancière afirma que seria necessário pensar a igualdade a partir da desigualdade. Assim pensa Rancière. Ele o faz genericamente, formulando como ponto de chegada do “homem literário”. Rancière atribui ao “homem literário” o imprevisível, aquilo que lhe permitiria alterar a monotonia de uma rota pragmática a partir da marca poética que o habita.** Pergunto-me, então, se se aceita essa conceitualização que faria a costela, a mulher óssea, a mulher literária. Na ficção e no risco que a atividade de pensar carrega, atrevo-me a propor aqui, como jogo literário, a mulher-costela. [Ela] me interessa (por ora) devido à sua emergência, me parece atraente por seu traçado hiperfantasioso que hoje pode ser visto como uma superlativa narração de ficção científica ou como um filme em três dimensões. Mas também como uma sofisticada fotografia, **uma figura que já contém na ficção de sua arquitetura os signos poéticos e, a partir daí, o trabalho social radica em politizar essas marcas, estabelecer um nó certo de signos políticos para emancipar-se de sua própria padronização.** [...] Se entrarmos no jogo da mulher costela, poder-se-ia pensar, então, que a mulher poética – porque costela – empreende

<sup>149</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 29.

<sup>150</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 141.

<sup>151</sup> Eltit, (2016), *op. cit.*, p. 15. **No original:** “entrar en los signos inevitablemente óseos [...]. Signos costras que permitan que se suspenda parcialmente la hegemonía rutinaria em que se funda la totalidad de la cultura”.

<sup>152</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 141.

sua tarefa para estabelecer suas marcas políticas no árduo trabalho com os signos e seus dilemas sempre difíceis (Eltit, 2016, *passim*, grifos nossos).<sup>153</sup>

Quando escrutina as formulações filosóficas para expor os efeitos de suas generalizações, sem abrir mão do conceito — que é o meio específico do ensaio — nem distanciar-se de seu interesse pela linguagem, Eltit cria uma “figura conceitual” que, aqui lhe serve para pensar mais especificamente a poética da escritora mexicana Rosario Castellanos, e de modo geral, aquela elaborada por mulheres. Neste ponto, contudo, um apontamento nos parece importante.

Neste “Con la cultura en la mano”, Eltit evoca a problemática de gênero e a insere na dinâmica do mercado destacando que em seu interior “o espaço autorizado para a escritura literária de mulheres é aquele que se funda nos estereótipos sentimentais, majoritariamente heterossexuais”.<sup>154</sup> Ainda que sustente não ser o seu interesse (nesse ensaio) discutir “como a caricatura do feminino é compreendida”,<sup>155</sup> em outros, quando aborda o tema, a autora parece replicar aquilo que critica. A esse respeito, são especialmente ilustrativos dois trechos de “Mi intervención será caótica” — texto lido durante uma apresentação para o congresso LASA, ocorrido na Universidade Católica do Chile, em agosto de 2015:

A explosividade das identidades sexuais **já está completamente sob o controle** das poderosas máquinas rotineiras que não cessam de classificar como estratégia de apropriação. **Classificações e até autot classificações alucinantes que, no caso da diversidade sexual, lembram os estritos manuais do século XVIII** para fixar com

---

<sup>153</sup> **No original:** “Porque la economía de género del único que “cuenta” –lo digo en los sentidos más múltiples que evoca la palabra– constituye la matriz y el sustento del conjunto de los sistemas sociales. Lo que quiero señalar también en este punto es que en la amplia, pero completamente imbricada, esfera de las economías privilegio de manera estratégica los hilos más concretos del reparto económico, en el sentido de la producción de bienes o de los grandes capitales o, para hablar en términos actuales, examinar cómo opera el reparto al interior del hipercapitalismo en las grandes maquinarias tecnológicas que comercializan la vida, la guerra y el trabajo, entre otras fuentes de nutrición del capital. Jacques Rancière afirma que habría que pensar la igualdad desde la desigualdad. Así piensa Rancière. Lo hace genéricamente, lo formula como punto de llegada del “hombre literario”. Rancière le adjudica al “hombre literario” lo imprevisible, aquello que le permitiría alterar la monotonía de una ruta pragmática a partir de la huella poética que lo habita. Me pregunto entonces si se acepta esta conceptualización que haría la costilla, la mujer ósea, la mujer literaria. En la ficción y en el riesgo que porta la actividad de pensar, me atrevo a proponerles aquí, como juego literario, a la mujer costilla. Me interesa (por ahora) debido a su emergencia, me parece atractiva por su hiperfantasioso trazado que hoy puede ser visto como una superlativa narración de ciencia ficción o como un *film* en tres dimensiones. Pero también como una sofisticada fotografía, una figura que ya contiene en la ficción de su arquitectura los signos poéticos y, desde allí, el trabajo social radica en politizar esas huellas, establecer un nudo certero de signos políticos para emanciparse de su propia estandarización. [...] Si entramos en el juego de la mujer costilla, se podría pensar entonces que la mujer poética –porque costilla– emprende su tarea para establecer sus huellas políticas en el arduo trabajo con los signos y sus siempre difíciles dilemas”.

<sup>154</sup> Eltit (2016), *op. cit.*, p. 16. **No original:** “el espacio autorizado para la escritura literaria de las mujeres [...] es aquel que se funda en los estereotipos sentimentales, mayoritariamente heterossexuales”.

<sup>155</sup> *Id.*, p. 17. **No original:** “como se entiende la caricatura de lo femenino”.

rigor científico os corpos e seus limites, e, a partir daí, normatizá-los (Eltit, 2016, p. 20-21, grifos nossos).<sup>156</sup>

[...] diante da pergunta crítica sobre as mulheres como habitantes assimétricas do conjunto do aparato social, é comum que os pensadores culturais reduzam ou neguem a subordinação e considerem o fator gênero já como inexistente [...] Mais ainda, as próprias mulheres presas na categoria de sua categoria se - por assim dizer - liberam de sua subordinação, seja pelo gozo do subordinado ou pela negação de suas condições, a fim de limar qualquer aspereza que as pudesse comprometer em um processo de tensão com o gênero dominante e, desse lugar, com elas mesmas. [...] **Em outras palavras, o que pretendo apontar é que as melhores aliadas para sustentar a desigualdade são as próprias mulheres**, já muito colonizadas pelo gênero-sistema que as oprime e que, no entanto, elas resguardam. Existem, é claro, as múltiplas, lúcidas e constantes **exceções** de mulheres que estabelecem rupturas e elaboram uma rota vital e discursiva que questiona a hegemonia (Eltit, 2016, p. 21, grifos nossos).<sup>157</sup>

Referir-se às múltiplas identidades de gênero como “autodesignações alucinantes” para propor que estas são meramente um reflexo da dominação do mercado, ou afirmar que as mulheres são responsáveis pela própria opressão é uma forma, no mínimo, simplista de lidar com a questão. Como demonstra Jessica Ribas, numa sociedade patriarcal, a dificuldade de livre expressão torna-se ainda maior para mulheres que fogem à norma que o próprio gênero estabelece e, portanto, anular as individualidades é uma forma colonizadora de tratar os coletivos. Além disso,

outros fatores podem modificar as formas de recepção e socialização que cada corpo experimenta. Na pluralidade que há no gênero feminino existem diferenças entre os lugares de enunciação, prevendo não só o sexo ou o gênero com o qual se identifique o ser, mas também uma variedade de características que compõem cada pessoa. [...] Haveria, dessa forma, um impasse diante dessa aparente efetividade, pois ao mesmo tempo em que identificar um coletivo poderia restringir sua multiplicidade e em alguma instância homogeneizá-lo, não permitir que cada corpo que o constitui se defina, também pode excluir aqueles menos representados, e acabar culminando numa massa pouco heterogênea. [...] Portanto, não possibilitar que os corpos que clamam por mais direitos exponham suas especificidades em prol de um todo, a fim de minimizar as identidades, seria não considerar a legitimidade que há nas diferentes formas de ser e em cada um dos requisitos que essas vivências requerem [...] (Ribas, 2019, p. 21).

<sup>156</sup> **No original:** “La explosividad de las identidades sexuales ya está completamente bajo control por las poderosas maquinarias rutinarias que no cesan de clasificar como estrategia de apropiación. Clasificaciones y hasta autclasificaciones alucinantes y que, en el caso de la diversidad sexual, recuerdan los estrictos manuales del siglo XVIII para fijar con rigor científico los cuerpos y sus límites, y desde allí, normarlos”.

<sup>157</sup> **No original:** “[...] frente a la pregunta crítica acerca de las mujeres como habitantes asimétricas del conjunto del aparato social es común que los pensadores culturales reduzcan o nieguen la subordinación y consideren el factor género ya como inexistente [...]. Más aun, las mismas mujeres apresadas en la categoría de su categoría se –es un decir– liberan de su subordinación, ya sea mediante el goce del subordinado o bien mediante la negación de sus condiciones, con el fin de limar cualquier aspereza que las pudiera comprometer en un proceso de tensión con el género dominante y, desde ese lugar, con ellas mismas. [...] Para decirlo de otra manera, lo que pretendo señalar es que las mejores aliadas para sostener la desigualdad son las propias mujeres, ya muy colonizadas por el género-sistema que las oprime, y, que, sin embargo, ellas resguardan. Existen, desde luego, las múltiples, lúcidas y constantes excepciones de mujeres que establecen rupturas y elaboran una ruta vital y discursiva que interroga a la hegemonía”.

Ainda que não estejamos de acordo com muitas de suas reflexões sobre a problemática de gênero, especialmente no que diz respeito à complexa questão da literatura de mulheres, a figura da “mulher-costela” ainda nos parece funcionar como um bom operador conceitual para refletir sobre outros deslocamentos com letra que não escapam à sua prosa ensaística; “práticas-costelas” que politizando as bordas, colocam em xeque a estabilidade do presente devolvendo-lhe a memória de seu passado. É o caso de um curto ensaio intitulado “Farid Zerán o la infatigable perseverancia”.

Em 2008, já com a “democracia protegida” consolidada, Eltit escreve que embora a produção de sentidos sociais esteja inevitavelmente associada aos poderes dominantes — “é assim porque os sentidos são uma construção que busca orientar o sujeito de acordo com os interesses e programas do modelo” — existem zonas de fuga que “operam nas margens ou mantêm a partir da realidade mais cotidiana, formas das quais o poder mais duro não pode se apropriar, pelo menos não inteiramente”.<sup>158</sup> Ciente de que “o conhecimento do objeto é o conhecimento do processo que ele acumula em si”,<sup>159</sup> antes de apresentá-lo, Eltit o localiza historicamente:

Michel de Certeau conseguiu demonstrar como certas práticas culturais que ocorrem na vida cotidiana são capazes de contornar o racionalismo interessado com o qual o sistema impõe as regras que favorecem tanto a acumulação de poder quanto a acumulação de capital. [...] É possível afirmar que a riqueza é riqueza porque emite discursos que a legitimam e a incrementam. É possível afirmar, com a mesma ênfase, que a pobreza é o lugar onde a riqueza mede sua potência e exacerba seus sinais. A riqueza não tem outro dono além da própria riqueza, enquanto a pobreza se encarna e se fixa em territórios e corpos multitudinários, de antemão pressagiados e, ainda mais, repetitivos. Já é um lugar-comum afirmar que a ditadura chilena precisou da violência para reconfigurar a rota do capital. Também é evidente que a transição para a democracia liderada pela *Concertación*, sem desconhecer parte importante de seus méritos, tem se sustentado em um pacto irrestrito com as regras do jogo ditadas por uma economia que necessita, para seu sucesso, da desigualdade e da exclusão. Uma vez que caíram as máscaras que amparavam um falso discurso que invocava a democracia e a igualdade, **parece necessário realizar o exercício crítico de ler os sinais nos quais se inscreveram essas máscaras, suas particularidades, seus acordos e cumplicidades não tão surpreendentes com os discursos mais**

---

<sup>158</sup> ELTIT, D. Farid Zerán o la infatigable perseverancia. *In.*: \_\_\_\_\_. **Signos vitales**: escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008, p. 161. **No original**: “Es así porque los sentidos son una construcción que busca pausar al sujeto de acuerdo a los intereses y programas del modelo. Pero desde luego, existen zonas de fuga que operan en las orillas o mantienen desde la realidad más cotidiana, formas de las que no se puede apropiar – al menos enteramente – el poder más duro.”

<sup>159</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 142.

**representativos que sustentam a desigualdade no Chile** (Eltit, 2008, p. 161, grifo nosso).<sup>160</sup>

É nesse sentido que o livro *Tejado de vidrio*, publicado pela jornalista chilena Farid Zerán também em 2008, lhe parece surgir como um paradigma “para ler parte dos discursos públicos como um conjunto articulado de múltiplos simulacros”.<sup>161</sup> Isso porque, a inteligência de sua conceitualização, escreve Eltit, consiste em integrar a esse conjunto de crônicas, uma série de editoriais escritos originalmente para a revista *Rocinante*. Esse gesto de recolha tem, em seu entendimento, dois propósitos: de um lado, expõe como as questões político-culturais foram tratadas pela revista durante os primeiros anos da democracia pós-ditatorial e, por outro, demonstra o efeito irreversível que o exercício de uma intelectualidade crítica provocaria: um progressivo cerco econômico que culminaria com seu fechamento definitivo. Ao tomar esses textos como seu principal dispositivo, ao colocá-los lado a lado, continua a autora, Zerán deixa entrevisto um dado que não é menor: quando impõe à revista seu autofinanciamento, o “racionalismo neoliberal” que fundamenta essa democracia pactada, dá forma a um tipo de “censura mascarada”. Um gesto que se torna especialmente claro quando contrastado às “enormes somas de dinheiro estatal destinadas à publicidade que seriam fielmente entregues aos meios de comunicação que sustentam o pensamento de direita”<sup>162</sup>. Nessa perspectiva, o livro abre espaço para um questionamento: por que o Estado e o Governo fecham as possibilidades de publicidade para os meios independentes que não se alinham nem à direita política nem àquela econômica?

Minha teoria é que a Concertación não deseja que existam meios de comunicação independentes porque há um pacto com os duopólios existentes, **um pacto não escrito nem formulado no espaço público, que tende a sustentar e até aprofundar a atual hegemonia.** [...] Os textos de Farid Zerán publicados na revista *Rocinante*

<sup>160</sup> **No original:** “Michel de Certeau consiguió demostrar cómo ciertas prácticas culturales que se cursan en la vida cotidiana son capaces de sortear el interesado racionalismo con el que el sistema impone las reglas que favorecen tanto la acumulación de poder como la acumulación de capital. [...] Se podría asegurar que la riqueza es riqueza porque emite discursos que la legitiman y la incrementan. Se podría asegurar, con el mismo énfasis, que la pobreza es el lugar en que la riqueza mide su potencia y exacerba sus signos. La riqueza no tiene más dueño que la riqueza misma, mientras la pobreza se encarna y se fija en territorios y en cuerpos multitudinarios, de antemano presagiados y más aún, repetitivos. Ya es un lugar común afirmar que la dictadura chilena necesitó de la violencia para reconfigurar la ruta del capital. También es evidente que la transición a la democracia encabezada por la Concertación, sin desconocer parte importante de sus méritos, se ha sustentado en pacto irrestricto con las reglas del juego dictadas por una economía que necesita para su logro la desigualdad y la exclusión. Una vez que han caído las máscaras que amparaban un falso discurso que invocaba la democracia y la igualdad, parece necesario realizar el ejercicio crítico de leer los signos en que se suscribieron esas máscaras, sus particularidades, sus no tan sorprendentes acuerdos y complicidades con los discursos más representativos que sustentan la desigualdad en Chile”.

<sup>161</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 162. **No original:** “para ler parte de los discursos públicos como un conjunto articulado de múltiples simulacros.”

<sup>162</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 162. **No original:** “las enormes sumas de dinero estatales destinadas a publicidad que iban a ser entregadas de manera fiel a los medios de comunicación en que se sustenta el pensamiento de derecha”.

mostram como a revista, impulsionada por sua diretora, procurou estabelecer um espaço outro, mas essa alteridade **não foi tolerada porque rompia a superfície homogênea na qual a transição tem se sustentado. A ideia é que a palavra pública proveniente dos meios de comunicação deve emanar apenas da direita, e é essa direita a única que pode escrever e descrever a Concertación.** É esse acordo que mantém o pendular 50% no qual se sustenta o equilíbrio do país, só que esse quase 50% que a direita possui é financiado, em parte, pelos quase 100% dos aportes do Estado e das empresas públicas destinados à publicidade (Eltit, 2008, p. 162-163, grifos nossos).<sup>163</sup>

Aquilo que o ensaio crítica nas palavras, “sua pretensão de uma verdade imediata é quase sempre a ideologia de uma identidade positiva, essente, entre a palavra e a coisa”,<sup>164</sup> escreve Theodor Adorno. É justamente por caminhar na contramão dessa identidade pressuposta que o livro de Zerán — e a leitura de Eltit sobre o livro de Zerán —, posta-se como um gesto de resistência. Quando, para expor os mecanismos por meio dos quais os discursos públicos são controlados, busca a constelação na qual seu objeto está inserido; quando o escrutina sem perder de vista sua relação com a história, Eltit abre espaço para a emergência do conteúdo não-idêntico que a noção de “liberdade de expressão” adquire no interior dessa democracia. Se, tradicionalmente, sua obstrução está vinculada à censura explícita, isto é, aos movimentos abertamente autoritários típicos de uma ditadura, a análise desse livro “abre um paradigma que deve ser incorporado”, na medida em que “o caso da revista *Rocinante*”, escreve a autora, “pode ser entendido como uma nítida forma de censura, desta vez exercida através da matriz na qual se estrutura o sistema atual: a economia como violência destrutiva”.<sup>165</sup>

Seguindo nessa mesma linha de pensamento, Eltit evoca “outra forma de censura expressiva” exposta pelo livro. Trata-se da tensa correspondência que Farid Zerán mantém com o Presidente do *Directorio de Televisión Nacional*, o diretor executivo do mesmo canal e, finalmente, com o Presidente da República, entre os anos de 2002 e 2004:

Como integrante do conselho do poderoso canal – digamos – estatal, Zerán exerce a função para a qual foi designada, mas esse exercício – agir com consciência como membro de um conselho – vai gerar progressivamente uma crise também irreversível

<sup>163</sup> **No original:** “Mi teoría es que a *Concertación*, no desea que hayan medios independientes porque existe un pacto con los duopolios existentes, un pacto no escrito ni formulado en el espacio público tendiente a sostener y aún profundizar la actual hegemonía. [...] Los textos de Farid Zerán publicados en la revista *Rocinante*, muestran cómo la revista, impulsada por su directora, buscó establecer un espacio otro, pero esta otredad no fue tolerada porque rompía la superficie homogénea en la que se ha sostenido la transición como es que la palabra pública proveniente de los medios de comunicación sólo debe emanar de la derecha y es esa derecha la única que puede escribir y describir a la Concertación. Es ese acuerdo, el que mantiene el pendular 50% en el que se sostiene el equilibrio del país, sólo que ese casi 50% con el que cuenta la derecha es financiado, en parte, por el casi 100% de los aportes del Estado y de las empresas públicas destinadas a publicidad”.

<sup>164</sup> Adorno (2009), *op. cit.*, p. 53.

<sup>165</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 16. **No original:** “La analítica de este libro abre un paradigma que necesita ser incorporado, ya que el ‘caso’ de la revista *Rocinante* puede ser entendido como una nítida forma de censura, esta vez ejercida mediante la matriz en que se estructura el actual sistema: la economía como violencia destructiva”.

frente às pontuações que as cartas vão acumulando. Novamente, não há outra saída senão a renúncia **diante do imperativo de esgrimir uma voz dentro de um cargo que necessitava de um corpo sem pensamento, um corpo-conselho que estava ali apenas para cumprir um acordo prévio que proibia a palavra ativa** (Eltit, 2008, p. 164, grifo nosso).<sup>166</sup>

Fundamentada por uma racionalidade que é, por princípio, violenta e totalitária, as estruturas de poder que organizam o presente precisam reconfigurar as velhas formas de dominação para manter sua aparência democrática. Ainda que não possam “alterar o projeto com o qual o capitalismo continua construindo sua história”<sup>167</sup> — como Diamela Eltit não deixa de apontar — esses espaços discursivos conservam seu caráter libertador porque ao desvelar a cumplicidade que conforma esse presente pactado revelam-se, ao mesmo tempo, como forças de resistência: “Ainda correndo o risco de entrar em um destempo ou no conflituoso e complexo gesto de outros tempos, lendo este livro, lembrei-me com muita nitidez de uma máxima de Mao: ‘Lutar e fracassar, voltar a lutar para voltar a fracassar e assim até a vitória final’”<sup>168</sup>, diz o penúltimo parágrafo deste texto que, não por acaso, se encerra abruptamente.

O ensaio “pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada” e “precisa se estruturar como se pudesse, a qualquer momento, ser interrompido”,<sup>169</sup> lembremos de Adorno. Sem pretender solucionar as contradições que seu objeto instaura, Eltit mantém seu conflito em suspenso. E, nesse sentido, sua última frase nos parece especialmente adequada para encerrar, também, este nosso percurso: “o valor da utopia é sua infatigável perseverança”.<sup>170</sup>

---

<sup>166</sup> **No original:** “Como integrante del directorio del poderoso canal – digamos – estatal, Zerán ejerce la función para la que fue designada, pero ese ejercicio – actuar en conciencia como miembro de un directorio – va a generar de manera progresiva una crisis también irreversible frente a las puntualizaciones que las cartas van copiando. Nuevamente no hay más salida que la renuncia ante el imperativo de esgrimir una voz en el interior de un cargo que necesitaba de un cuerpo sin pensamiento, un cuerpo-directorio que estaba allí sólo para cumplir un acuerdo previo que prohibía la palabra activa.”

<sup>167</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 161. **No original:** “[...] No consiguen la alteración del proyecto con el que el capitalismo continúa construyendo su historia”.

<sup>168</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 165. **No original:** “Aún a riesgo de entrar en un destiempo o en el conflictivo y complejo gesto de otros tiempos, leyendo este libro recordé con mucha nitidez una máxima de Mao: ‘Luchar y fracasar, volver a luchar para volver a fracasar y así hasta la victorria final’”.

<sup>169</sup> Adorno (2012b), *op. cit.*, p. 35.

<sup>170</sup> Eltit (2008), *op. cit.*, p. 165. **No original:** “el valor de la utopia es su infatigable perseverancia”.

## PALAVRAS FINAIS

Por que debruçar-se sobre o ensaio? Por que propor a interlocução entre o pensamento de uma mulher latino-americana e um filósofo europeu? Esta investigação sobre a prosa ensaística de Diamela Eltit responde a um duplo interesse: de um lado, estava o desejo de desenvolver algumas questões que emergiram de minha dissertação sobre um de seus romances (a saber, *Jamás el fuego nunca*); de outro, a necessidade de lidar com a realidade material da qual é inseparável: no início de 2020, um governo falsamente democrático era guiado pelas orientações de um anacrônico *Chicago Boy* que ocupava o cargo de Ministro da Economia. *Pensar os signos sociais constitui um dos centros neurálgicos das tarefas literárias*, eu havia lido num ensaio de Diamela Eltit. Revisitar a história do Chile desde um ponto de vista pouco usual era, portanto, uma forma de tentar compreender a minha própria história. Mas, a pesquisa não é neutra: seus resultados são modulados por seu *quem, onde e quando*.

Como se sabe, poucos meses depois, neste mesmo 2020, o cenário pandêmico relegaria ao mesmo governo (que já havia implementado toda sorte de boicote às universidades públicas) a tarefa de gerenciar uma crise sanitária de proporções globais. É nesse contexto que eu me encontro com a filosofia de Theodor Adorno. Seu pensamento crítico, além de postar-se como uma ferramenta potente para interpretar a realidade política e social que me cercava, parecia dialogar com a forma com a qual Diamela Eltit elabora a história política chilena. É desse diálogo entre corpo e *corpus* que a interlocução entre os dois autores emerge como possibilidade. Trata-se da união de vozes que, embora pertençam a contextos distintos, mantêm preocupações comuns. A intersecção entre Adorno e Eltit, nos parece oferecer uma lente poderosa para examinar as complexidades do nosso tempo, oportunizando reflexões sobre a relação entre literatura, filosofia e as condições materiais que as engendram. Este trabalho é, portanto, resultado tanto do esforço acadêmico quanto de suas condições materiais de possibilidade. A escrita reflete o interesse pela literatura e a crença em seu potencial emancipatório; mas também a incerteza, o medo, o luto coletivo e tudo que implica a coincidência entre o tempo de uma tese e o tempo da pandemia.

\*

Esta é a hipótese central desta tese: a prosa ensaística de Diamela Eltit elabora uma leitura histórica do Chile contemporâneo que dá forma a um saber de tipo *estético, teórico* e

*constelar*. Centrado na gestualidade racional do corpo — na medida em posta-se, declaradamente, como *expressão* intelectual de um *sujeito histórico*, estabelecendo assim, um compromisso inegociável com a materialidade histórica — essa prosa ensaística demonstra a insuficiência das totalizações e recupera a legibilidade das coisas entrelaçando temporalidades. Trata-se de uma construção sofisticada, que unindo corpo e pensamento, torna-se capaz de confrontar a pedagogia do esquecimento porque opta por realizar um duplo movimento: restitui à memória do território não apenas o rastro de sangue e de morte que o estrutura, mas, também, a lembrança daquilo que essa racionalidade funesta precisa manter invisível para se preservar.

Para desenvolver nossa argumentação e sustentar a viabilidade de nossa hipótese estruturamos este trabalho em três capítulos. No primeiro, com o objetivo explorar o caráter contrarrevolucionário da ditadura civil-militar chilena, iniciamos com um panorama histórico que enfatiza o processo que levou à formação dos Chicago Boys, os economistas responsáveis pela implementação do projeto econômico neoliberal que, finalmente a caracterizaria. A partir desse retorno, sugerimos uma proximidade entre a razão neoliberal e a racionalidade instrumental, ancorados nas reflexões que Theodor Adorno e Max Horkheimer desenvolvem na *Dialética do Esclarecimento*. Compreender, na esteira dos filósofos, que a alienação do corpo ao processo do pensamento é correlata à alienação do sujeito no interior da sociedade capitalista, nos permitiu por um lado, vislumbrar a ruptura que Eltit elabora quando escrutina seu contexto histórico a partir da dimensão corporal (isto é, a partir de sua condição de sujeito historicamente localizado) e por outro, relacionar esse gesto às elaborações de Theodor Adorno sobre o ensaio como expressão de um tipo específico de experiência intelectual.

No segundo capítulo, com o intuito de aprofundar essa discussão, retomamos o texto em que o filósofo menciona o ensaio pela primeira vez. Além de situar esse tema no interior de seu projeto filosófico, a leitura de “A atualidade da filosofia”, foi importante em dois sentidos. Por um lado, compreender na esteira de Adorno em que medida a tentativa dos sistemas filosóficos de abarcar, com a força do pensamento, a totalidade do real representa uma forma de perpetuar a dominação que lhe configura, nos permitiu alcançar o que propõe Diamela Eltit quando, em “Sociedad Anónima”, critica o apagamento da memória de Salvador Allende durante a primeira década dos governos da *Concertación*. A consolidação de um projeto economicista de sociedade, cuja possibilidade de existência era a instauração de uma ditadura, depende desse apagamento para se consolidar em solo democrático. Por outro lado, compreender com Adorno o potencial criador da interpretação e sua relação com o movimento do ensaio, nos permitiu propor, por meio da análise de “Las dos caras de la moneda”, “Los estigmas del cuerpo” e “1974”, que é por meio da criação de “imagens históricas” que Diamela

Eltit (re)elabora a memória do passado. O gesto é potente porque de um lado, expõe a relação indissociável entre o neoliberalismo (instaurado pela ditadura militar) e o terrorismo de Estado e, de outro, impede que a revolução por ele interrompida seja reduzida ao seu momento de colapso – colocando, desse modo, em disputa a compreensão desses períodos históricos.

Para pensar a configuração do presente democrático, no terceiro e último capítulo, investigamos os efeitos que a neoliberalização da vida provoca nas subjetividades contemporâneas tomando como ponto de partida a reflexão que Diamela Eltit elabora no ensaio “La compra, la venta”. Neste texto, a autora realiza um movimento crítico que, em consonância com as reflexões de Theodor Adorno sobre a dialética, tem por objetivo demonstrar como a razão neoliberal busca, insistentemente, converter a literatura em mera mercadoria a fim de drenar seu caráter emancipatório. Tendo em vista que a configuração da democracia pós-ditatorial é inseparável do arcabouço jurídico que a mantém atrelada a um passado que não passa, retornamos à origem da ditadura civil-militar, desta vez com o intuito de recuperar o impacto que a constitucionalização desse modelo economicista de sociedade exerce no conceito de democracia. Para tanto, destacamos dois aspectos fundamentais da Constituição de 1980.

O primeiro está relacionado à noção de Estado subsidiário e à forma como a defesa intransigente da propriedade privada cria as condições para que a mídia se torne um quarto poder. É nesta perspectiva que empreendemos a leitura de “La memoria pantalla”. Neste ensaio em que Eltit discute como os canais de televisão abordaram os trinta anos do golpe, ecoam as reflexões de Theodor Adorno sobre a indústria cultural. Nesse sentido, compreendê-la, na esteira do filósofo, como um dispositivo que molda as percepções individuais por meio da mercantilização da cultura foi fundamental para alcançarmos a crítica que a autora elabora a respeito da homogeneização da memória coletiva. O segundo aspecto que nos pareceu digno de destaque diz respeito ao fato de ter sido a Carta Magna forjada durante a ditadura que determinou o modo como se daria a transição à democracia. Para discutir esse aspecto, elaboramos um breve panorama histórico dos últimos anos do regime ditatorial com o intuito de discutir o conceito de transição democrática e sua relação com a noção de democracia protegida. Por fim, neste capítulo dedicado a pensar a configuração do presente, empreendemos a leitura dos ensaios “Con la cultura en la mano” e “Farid Zerán o la infatigable perseverancia” com intuito de especular em que medida o trabalho com a letra pode ser compreendido como um gesto de resistência capaz de configurar-se como uma potente linhas de fuga. Nestes textos atravessados pelas relações de dominação de gênero, é o esforço do conceito que estabelece um outro ponto de contato entre a prosa ensaística de Diamela Eltit e o projeto filosófico de Adorno.

\*

Um último apontamento cabe, ainda, nestas breves palavras finais: propor uma interlocução entre esses dois autores nos permitiu reconhecer na figura do sujeito autodeterminado, o *fundamento* da racionalidade instrumental. Consequentemente, nos possibilitou compreender que, por ser assim, a libertação só poderia acontecer ali onde essa centralidade é posta em xeque. O conteúdo emancipatório desse tipo de razão que se constrói pela via dos afetos está em sua disposição para relacionar-se com o que é *outro*. A potência dessa racionalidade sensivelmente dialética reside, portanto, em sua capacidade de restituir a experiência corporal ao movimento do pensar.

Tendo isso em vista, poderíamos dizer, com certa segurança, que para os discursos hegemônicos que fabricam as imagens e os imaginários sociais, o corpo da mulher é um correlato da subordinação, da marginalização e da desigualdade. Poderíamos reafirmar, também, na esteira de Eltit, que na generalidade da cultura somente um gênero está inscrito: do homem político de Aristóteles ao homem literário de Jacques Rancière, o homem, como categoria cultural, é o ser autorizado a tudo nomear. Poderíamos dizer, por fim, a partir de nossa própria vivência, que a mulher é o *outro* sempre passível de ser questionado e desqualificado; um corpo-*outro* que ameaça e é ameaçado.

Diante disso, caberia questionar: a construção desse corpo-pensamento também é verificável na prosa crítica de outras ensaístas latino-americanas? Que lugar a dimensão corporal ocupa nessas produções? Se são múltiplas as formas de ser mulher, *de que maneira* as hierarquias raciais e/ou de classe – para citar apenas as mais evidentes – modulam a configuração dessa razão-corpo? Seria possível traçar, por meio da análise comparativa de um conjunto diverso de ensaios, uma constelação corporal da teoria crítica latino-americana feita por mulheres? Ainda que tenham surgido da interlocução entre Diamela Eltit e Theodor Adorno, e embora configurem-se, hoje, como nosso principal interesse de pesquisa, essas questões extrapolam os limites deste trabalho e, de ser assim, só podem figurá-lo como indagações incipientes e ainda abertas.

\*

Elaborando reflexões vigorosas a respeito das relações que se estabelecem entre a racionalidade neoliberal, a desigualdade e a memória histórica; edificando desde um ponto de vista literário, a crítica aos poderes instituídos e aos ordenamentos hegemônicos, a prosa

ensaística de Diamela Eltit se ergue como um referencial importante para a compreensão das complexidades que estruturam a realidade latino-americana. Sem ter a pretensão de esgotar, nestes aspectos, as possibilidades de leitura sobre sua prosa crítica, as discussões que aqui propomos têm o intuito de abrir novas perspectivas interpretativas e fomentar o debate sobre as reverberações e implicações que este tipo de elaboração estética pode alcançar no interior das dinâmicas político-culturais que atravessam a sociedade contemporânea. Desse modo, esperamos que esta pesquisa contribua para compreensão das raízes da desigualdade social e da violência nesta América Latina; que incentive o diálogo interdisciplinar entre literatura, história e teoria crítica, e abra novas possibilidades para o estudo da violência política e da resistência cultural.

## REFERÊNCIAS

### **Bibliografía primária:**

#### **DE DIAMELA ELTIT:**

ELTIT, Diamela. **Emergencias:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago de Chile: Editorial Planeta Chilena S.A., 2014.

ELTIT, Diamela. **Réplicas:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago de Chile: Editorial Planeta Chilena S.A., 2016.

ELTIT, Diamela. **Signos Vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. 1974. *In: \_\_\_\_*. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. CADA 20 años. *In: \_\_\_\_*. **Emergencias:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A., 2014.

ELTIT, Diamela. Con la cultura en la mano. *In: \_\_\_\_*. **Réplicas:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A, 2016.

ELTIT, Diamela. Farid Zerán o la infatigable perseverancia. *In: \_\_\_\_*. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. Globalización y producción de sujeto. *In: \_\_\_\_*. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. Intereses creados. *In: \_\_\_\_*. **Réplicas:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A, 2016.

ELTIT, Diamela. La compra, La venta (1997). *In: \_\_\_\_*. **Emergencias:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago de Chile: Editorial Planeta, 2014.

ELTIT, Diamela. La máquina de Pinochet (2006). *In: \_\_\_\_*. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. La memoria pantalla. *In: \_\_\_\_*. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. Las dos caras de la Moneda. *In: \_\_\_\_*. **Emergencias:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A., 2014.

ELTIT, Diamela. Los estigmas del cuerpo. *In: \_\_\_\_*. **Signos vitales:** escritos sobre literatura, arte y política. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2008.

ELTIT, Diamela. Sociedad Anónima. *In: \_\_\_\_*. **Emergencias:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A., 2014.

ELTIT, Diamela. Tiempos ciudadanos y exclusión. *In: \_\_\_\_*. **Rélicas:** escritos sobre literatura, arte y política. Providencia, Santiago de Chile: Editorial Planeta S.A, 2016.

### **Outras obras de Diamela Eltit:**

ELTIT, Diamela. **Crónica del sufragio femenino en Chile.** Santiago de Chile: Servicio Nacional de la Mujer SERNAM, 1994.

ELTIT, Diamela; ERRAZURIZ, Paz. **El infarto de alma.** Santiago de Chile: Francisco Zegers editor, 1999.

ELTIT, Diamela. **El cuarto mundo.** *In: \_\_\_\_*. **Tres novelas.** (Spanish Edition). Fondo de Cultura Económica, 2012. (Edição Kindle)

ELTIT, Diamela. **El padre mío.** Santiago de Chile: Francisco Zegers editor, 1989.

ELTIT, Diamela. **Fuerzas especiales.** Santiago de Chile: Editorial Periferica, 2015.

ELTIT, Diamela. **Impuesto a la carne.** Santiago de Chile: Seix Barral, 2010.

ELTIT, Diamela. **Jamás el fuego nunca.** Santiago de Chile: Editorial Planeta Chilena S.A., 2007.

ELTIT, Diamela. **Los trabajadores de la muerte.** Santiago de Chile: Planeta, 1998.

ELTIT, Diamela. **Los vigilantes.** *In: \_\_\_\_*. **Tres novelas.** (Spanish Edition). Fondo de Cultura Económica, 2012. (Edição Kindle)

ELTIT, Diamela. **Lumpérica.** Santiago de Chile: Las Ediciones de Ornitórrinco, 1983.

ELTIT, Diamela. **Mano de obra.** *In: \_\_\_\_*. **Tres novelas.** (Spanish Edition). Fondo de Cultura Económica, 2012. (Edição Kindle)

ELTIT, Diamela. **Por la patria.** Santiago de Chile: Las Ediciones de Ornitórrinco, 1986.

ELTIT, Diamela. **Puño y letra.** Santiago de Chile: Seix Barral, 2005.

ELTIT, Diamela. **Sumar.** Santiago de Chile: Seix Barral, 2018.

ELTIT, Diamela. **Vaca sagrada**. Santiago de Chile: Seix Barral, 2014.

### **DE THEODOR ADORNO:**

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ADORNO, Theodor. W. A atualidade da filosofia. *In*: \_\_\_\_\_. **Primeiros escritos filosóficos**. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ADORNO, Theodor. W. **Correspondência**, 1928-1940. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ADORNO, Theodor. W. **Dialética negativa**. Tradução de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor. W. **Introdução à Dialética**. Tradução de Erick Calheiros de Lima. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

ADORNO, Theodor. W. O ensaio como forma. *In*: \_\_\_\_\_. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012b.

ADORNO, Theodor. W. Prólogo à televisão. *In*: \_\_\_\_\_. **Indústria cultural**. Tradução de Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, Theodor. W. **Sobre sujeito e objeto**. Tradução não mencionada. Porto Velho: Edufro, 2005.

### **Demais referências bibliográficas:**

ALBORNOZ, César. *La cultura en la Unidad Popular*: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. *In*: VALLEJOS, Julio Pinto [et. all]. **Cuando hicimos historia**: la experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

ALLENDE, Salvador. **Discurso de Salvador Allende no Palácio de La Moneda**. 11 set. 1973. 1 arquivo de áudio (4min38s). Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82594.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Ojos sobre Chile**: violencia policial y responsabilidad de mando durante el estallido social. 2020. 110 p. (Informe).

ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo, *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARRIENTOS, Mónica (ed.). **No hay almacén que la sostenga**: entrevistas a Diamela Eltit. Santiago de Chile: Editorial de la Universidad de Talca, 2017.

BECKER, Gary S. What Latin America Owes to the “Chicago Boys.” **Hoover Digest**, [S. l.], n. 4, p. 20–21, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BORGES, Elisa de Campos. O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 85-109, ago. 2013.

CÁCERES, Carlos Francisco. La vía chilena a la economía de mercado. **Estudios Públicos**, Santiago de Chile, n. 6, pp. 71-87, Segundo Trimestre, 1982.

CENTRO de Estudios Públicos. **El ladrillo**: bases de la política económica del Gobierno militar chileno. Santiago de Chile, 1992.

CERDA, Luis Escobar. Necesidad de una interpretación nacional del desarrollo económico. **El trimestre económico**, v. 27, n. 108 (4), pp. 606-615, Octubre – Diciembre. 1960.

CHATEAU, Manuel Gárate. **La revolución capitalista de Chile**: desde la tradición del liberalismo decimonónico (1810-1970) a la búsqueda de una utopía neoconservadora (1973-2003). Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.

CHICAGO Boys. Direção: Carola Fuentes; Rafael Valdeavellano. Santiago de Chile: La Ventana Films. Documentário. 2015. 85 min.

CHILE. Congreso Nacional. Legislatura 320ª, Ordinaria. Sesión del Congreso Pleno, en lunes 21 de mayo de 1990. Diário da Sessão, Chile, 21 maio 1990

CHILE. Constitución Política de la República de Chile. Santiago, 1925.

CHILE. Constitución Política de la República de Chile. Santiago, 1980.

CHILE. Propuesta de Constitución Política de la República de Chile de 2022. Santiago, Chile: Convención Constitucional, 2022.

COSTA, Adriana Vidal; BORGES, Elisa de Campos. (Orgs.) **Os 50 anos da Unidade Popular no Chile**: um balanço historiográfico. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

COSTA, Júlia Morena. Dramaturgias e inserções do real: o duplo pacto representativo. In: MEDEIROS, Elen de; ROJO, Sara. (Orgs.). **Dramaturgias e pulsões anárquicas**. 1ed. Belo Horizonte: Editora Javali, 2019. pp. 100-112.

COSTA, Júlia Morena. Lo real inventado: invención, producción y manipulaciones de lo real en la escena latinoamericana contemporánea. *In*: LORA, Lucía; DUBATTI, Jorge. (Orgs.): **Artistas/Investigadoras/es y producción de conocimiento desde la escena: Una filosofía de la praxis teatral TOMO IV**. 1ed. Lima: Unidad Ejecutora Escuela Nacional Superior de Arte Dramático Guillermo Ugarte Chamorro, 2023, v. IV, p. 309-323.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre [*et al.*]. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. Tradução de Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido: o olho da história, II**. Tradução de Márcia Arbex e Vera Casanova. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DISCURSO en Cerro Chacarillas, con ocasión del Día de la Juventud, el 9 de julio de 1977. *In*: NUEVA Institucionalidad em Chile: discursos de S. E. el Presidente de la República General de Ejército D. Augusto Pinochet Ugarte 1977. Santiago: Editor não identificado, 1977.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, Rodrigo. **Adornos: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

EL MERCURIO. Afirmó el General Pinochet: Allende era un audaz engaño. *El Mercurio*, Santiago, 18 set. 1973.

ELTIT, Diamela. Diamela Eltit: 30 Years of CADA's 'NO+' = 30 años del 'NO+' de CADA. 2009. 1 vídeo (3 min. 52 seg.). Disponível em: <<https://hdl.handle.net/2333.1/x0k6dm9g>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ELTIT, Diamela. Diamela Eltit: sujeto y resistencia. Entrevista concedida a Julio Ortega. (1992). *In*: BARRIENTOS, M. (ed.). No hay armazón que la sostenga: entrevistas a Diamela Eltit. Santiago de Chile: Editorial de la Universidad de Talca, 2017, p. 147-148.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREUD, Sigmund. **Conferências introdutórias à psicanálise: 1916 – 1917**. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. Londres: The University of Chicago Press, 2002.

FRIEDMAN, Milton. **Two Lucky people**: memoirs. Londres: The University of Chicago Press, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Divergências e convergências sobre o método dialético entre Adorno e Benjamin. *In*: PUCCI, Bruno.; GOERGEN, Pedro.; FRANCO, Renato. (orgs). **Dialética negativa, estética e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

GAUDICHAUD, Franck. La vía chilena al Neoliberalismo: miradas cruzadas sobre un país laboratorio. **Revista Divergencia**, n. 6, Año 5, pp. 13-28. Enero – Julio. 2016.

GAUDICHAUD, Franck. **Chile 1970-1973. Mil días que estremecieron al mundo**: poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende. Santiago: LOM Ediciones, 2016b.

GARRETÓN, Manuel Antonio. A.; ESPINOSA, M. ¿Reforma del Estado o cambio en la matriz socio-política? El caso chileno. **América Latina Hoy**, [S.l.], v. 5, 2009. DOI: 10.14201/alh.2190. Disponível em: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/2190>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado**: los gobiernos de la Concertación en Chile, 1990-2010. Providencia: Editorial ARCIS; El desencuerto; CLACSO, 2013.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Sentido, régimen y actores de la política. Continuidades y perspectivas [Introducción]. *In*: ESCOBAR, R. L. (ed.). **Cien años de luces y sombras**: tomo I. Santiago de Chile: Taurus, 2006.

GONZÁLEZ, Simón Ramírez. **El gran ensayo**: génesis social, consolidación y crisis del neoliberalismo en Chile. Santiago: Tiempo Robado editoras, 2022.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Traducción de Ana Varela Mateos. Ediciones Akal S. A., 2007, pp. 175 – 181.

HAYEK, Friedrich August. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. Tradução de Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle, Manoel Paulo Ferreira e Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985. (vol.I).

HAYEK, Friedrich August. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985b. (vol. II).

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. Tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, Friedrich August. **Studies in Philosophy, Politics, and Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

ILLANES, María Angélica. “El cuerpo nuestro de cada día”: el Pueblo como experiencia emancipatoria em tempos de la Unidad Popular. *In: \_\_\_\_\_*. (coord.) **Cuando hicimos historia: La experiencia de la Unidad Popular**. Santiago: LOM ediciones, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la calificación de detenidos desaparecidos, ejecutados políticos y víctimas de prisión política y tortura. 2010.

KARMY, Rodrigo. El disenso: la política que viene y el nuevo peso de la noche. *In: ZERÁN, Farid (org.) De triunfos y derrotas: narrativas críticas para el Chile actual*. Santiago: LOM ediciones, 2023.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. *In: \_\_\_\_\_*. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1974.

MORALES, Leónidas. El discurso crítico de Diamela Eltit: cuerpo y política. *In: ELTIT, Diamela. Emergencias: escritos sobre literatura, arte y política*. Santiago de Chile: Editorial Planeta Chilena S.A., 2014.

MOULIAN, Tomás. **Chile actual: anatomía de un mito**. Santiago: LOM – ARCIS, 1997.

MOULIAN, Tomás. Cuándo empieza la transición a la dictadura. **Revista Anales**, Santiago, n. 15, p. 89-83, 2018.

MOULIAN, Tomás. **El gobierno de la Unidad Popular: para comenzar**. Santiago de Chile: Palinodia, 2021.

MUNIZANGA, Giselle [*et. al.*]. **Transformaciones del sistema cultural chileno entre 1920-1973**. Santiago: Ceneqa, 1987.

NOBRE, Marcos. **A dialética negativa de Theodor Adorno: a ontologia do estado falso**. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1998.

ODEPLAN. Informe económico anual 1971. Santiago Universitaria, 1972, p. 77.

POLOMER, Azun Candina. Transición e instalación democrática en Chile contemporáneo. **Revista Anales**, Santiago, n. 15, pp. 37-51, 2018.

RAMÍREZ, Simón. La Constitución chilena y gubernamentalidad neoliberal. **Derecho y Crítica Social**, 5(1-2), 83-122, 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. Estética como política. Tradução de Augustin de Tugny. **Devires**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.14-36, jul/dez 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna**. Tradução de Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

RIBAS, Jéssica Luíza de Sousa. **Análise comparativa da construção do corpo feminino nas obras dramatúrgicas Malinche de Inés Stranger e La mujer puerca de Santiago Loza**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

RIVADENEIRA MARTÍNEZ, Carlos. **Aquí se fabrican pobres: El sistema privado de pensiones chileno**. Santiago: LOM ediciones, 2017.

ROJO, Sara. **Teatro e pulsão anárquica: estudos teatrais no Brasil, Chile e Argentina**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

ROJO, Sara. Relações possíveis entre o teatro e as teorias de Jacques Rancière e Didi-Huberman. *In*: MUNDIM, Ana Carolina; CERBINO, Beatriz; NAVAS, Cássia. (Orgs.) Mapas e percursos, estudos da cena. Anais do VIII Congresso da Abrace, Belo Horizonte, 2014. Pp. 311-322.

ROMÁN, Enrique. **El neoliberalismo en Chile: Desde el arribo de los Chicago Boys hasta el triunfo del NO. 1960-1990**. Providencia, Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2021.

SAFATLE, V. **Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. **Historia Contemporánea de Chile: estado, legitimidad, ciudadanía (vol.1)**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 1999.

SCHULTZ, Theodore W. **The Economic Test in Latin America**. Ithaca: New York State School of Industrial and Labor Relations; Cornell University, 1956.

SELECT COMMITTEE TO STUDY GOVERNMENTAL OPERATIONS. **Covert action in Chile 1963- 1973**. Washington, 1975. 62p. Relatório.

SUBERCASEAUX, Bernardo. **Historia del libro en Chile: desde la colonia hasta el bicentenario**. Santiago: LOM ediciones, 2010.

SUTIL, Sofía Correa. **Con las riendas del poder: la derecha chilena en siglo XX**. Santiago: Debols!llo, 2011.

SUTIL, Sofía Correa. Las negociaciones en torno al No y la transición consensuada. **Revista Anales**, Santiago, n. 15, p. 19-35, 2018.

TANSCHKEIT, Talita São Tiago. Das ruas à constituinte: a reinvenção da ação coletiva no Chile. *Jacobin Brasil*, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/das-ruas-a-constituente-a-reinvencao-da-acao-coletiva-no-chile/>. Acesso em: mar. 2022, s/p.

UNIDAD POPULAR (Chile). **Programa básico de gobierno de la Unidad Popular**: candidatura presidencial de Salvador Allende. Santiago, 1969.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Los economistas de Pinochet**: la Escuela de Chicago en Chile. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, Edição Kindle, 2020.

VALLEJOS, Julio Pinto. Hacer la revolución en Chile. In: \_\_\_\_\_. (coord.) **Cuando hicimos historia**: La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM ediciones, 2005.

VIDAL, Paloma. **Depois de tudo**: trajetórias na literatura latino-americana contemporânea. 2006. 234 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

VIVACQUA, Isadora Bolina Monteiro. **A obra e o engajamento de Diamela Eltit**: arte marginal e resistência política no Chile (1979-1989). Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

WEBER, Max. Ciência como vocação. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia das ciências sociais**. Parte II. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. **El golpe después del golpe**: Leigh vs Pinochet 1960-1980. Santiago de Chile: Lom Editorial, 2003.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). Tradução de Lílian Almeida. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org). **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.